UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

MARIANA GUEDES RAGGI

Travessias modernas. Para além de uma representação:
legados socioespaciais da modernidade na produção do
espaço urbano de Belo Horizonte

Versão Corrigida

SÃO PAULO
2015

MARIANA GUEDES RAGGI

Travessias modernas. Para além de uma representação: legados socioespaciais da modernidade na produção do espaço urbano de Belo Horizonte

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do prazo título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz

Versão Corrigida

De acordo,

**SÃO PAULO
2015**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R142t RAGGI, Mariana Guedes
Travessias modernas. Para além de uma
representação: legados socioespaciais da modernidade
na produção do espaço urbano de Belo Horizonte /
Mariana Guedes RAGGI ; orientadora Dra. Rita de
Cássia Ariza CRUZ. - São Paulo, 2015.
310 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Geografia Urbana. 2. Produção do Espaço. 3.
Representação do Espaço/Espaço da Representação . 4.
Modernidade. 5. Patrimonialização do Patrimônio. I.
CRUZ, Dra. Rita de Cássia Ariza, orient. II. Título.

Nome: RAGGI, Mariana Guedes

Título: *Travessias modernas*. Para além de uma representação: legados socioespaciais da modernidade na produção do espaço urbano de Belo Horizonte

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedicatória

*Aos meus amores belo-horizontinos: Luca e Giovanna
Na esperança de serem atores aguerridos por uma
cidade de mais direitos.*

*À minha amiga e tia, Silvia (*in memoriam*), que pela
geografia conduziu uma vida de luta e de amor, de
saber e de política. Minha saudade.*

AGRADECIMENTOS

Sempre ouvi dizer que o trabalho intelectual é um trabalho solitário. Começo aqui dizendo que minha experiência refutou essa primeira hipótese. Minha travessia por essa cidade, Belo Horizonte, só foi possível nos encontros e desencontros que realizei, nos diálogos que construí e nas escutas que busquei e solicitei de tantos que, generosamente, resistem e vivem a experiência *belo-horizontina* de Belo Horizonte.

Gostaria de iniciar lembrando-me do dia que cheguei em terras paulistanas para apresentar à Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz meu projeto sobre a cidade histórica de Diamantina. A Profa. Rita me ouviu e me acolheu sugerindo que fizesse uma disciplina isolada com as professoras Ana Fani Alessandri Carlos e Amélia Luísa Damiani. Minha primeira experiência na Universidade de São Paulo. Gostaria de agradecer às duas professoras pela oportunidade.

Na sequência, a Profa. Rita, minha orientadora, foi me conduzindo de Diamantina a Belo Horizonte, e me guiando em direção a uma pesquisa que tenho muito orgulho de contar nessa tese. Rita, muito obrigada por me acompanhar, orientar nesse percurso, que, com certeza, não seria alcançado sem nossos grupos de estudos, orientações individuais, debates, conversas pelo Skype e telefone. Sua participação na minha formação intelectual será o maior legado desse percurso.

Gostaria de agradecer ao corpo docente do Departamento de Geografia da USP pelo acolhimento e cordialidade. Agradeço a oportunidade de ter realizado na Universidade de Barcelona com a Profa. Núria Benach meu estágio doutoral. Foi imprescindível à minha formação.

Agradeço às professoras Heloísa Soares de Moura Costa e Maria Tereza Duarte Paes pelas sugestões, apontamentos e leitura criteriosa durante o meu exame de qualificação em 2013.

Aos meus pais, meu reconhecimento, minhas desculpas pelas idas e vindas, pelos inúmeros pedidos de socorro, pelo acolhimento quando, sempre, na casa materna, chegava. Pelas ausências e distanciamentos necessários numa relação de amor eterno. Obrigada!

À Manuela, irmã doce amiga, que aguarda ansiosamente pelo término desta minha etapa para podermos juntas, novamente, trafegar por essa cidade que agora quero tanto viver. Mulher maravilhosa, que encanta por onde passa e que anuncia sempre, em voz alta, sua alegria, presença fundamental por toda minha vida. Obrigada!

Ao meu irmão Pedro, que na sua sabedoria silenciosa me protege a seu modo de amar incondicionalmente. Obrigada!

Ao meu primo irmão Rodrigo que, com a presença diária na minha vida, traz a leveza da alegria e da cumplicidade. Obrigada!

Aos meus queridos cunhados, Carolina e Magno, meus agradecimentos, por cuidarem dos meus amores nesse tempo de minha viagem a BH. Obrigada!

À Hilda e à Ivanete por cuidarem da minha casa, do meu canto. Fundamental presença. Obrigada!

Aos meus queridos e amados amigos.

Começo com César. Chegou do litoral e, com sua presença, me guia para uma travessia para além de nossas montanhas. O mar é nossa próxima parada. Obrigada!

À Márcia, minha amiga de infância, a mais de todas as mineiras que aqui representa. Discreta, silenciosa, presente, cuida com fidelidade total de nossa amizade preciosa. Obrigada!

À Flora, amiga que surgiu *das geografias*, agora, de Salvador, me acompanha, com dedicação primorosa, nos diálogos sobre nossas viagens, sobre nossas cidades. Leituras imprescindíveis. Obrigada!

À Juliana, das *geografias*, aguerrida, chegou com a leveza de quem vê a rua ainda como possibilidade, me encantou. Das noites em claro, das garrafas de café, das confissões noturnas. Papel fundamental. Obrigada!

Ao Marcelo, que, com a grandeza de um cidadão, luta pela vida e experiência na cidade, me guiou por uma Belo Horizonte fascinante. Fiel. Numa escuta incansável me acolhe sempre. Obrigada!

À Magda, por sempre estar me incentivando e me esperando para um dia de geografia na PUC mais prazeroso. Obrigada!

Ao Gustavo, por acompanhar numa presença carinhosa a finalização desse trabalho. Obrigada!

À Jéssica, minha monitora, aluna e amiga, que possibilitou, com competência, a realização de minhas atividades acadêmicas. Obrigada!

Ao Fábio que das terras paulistanas me acolhe nas escutas, nos bares da Paulista; fez das minhas idas a São Paulo momentos prazerosos. Obrigada!

À Carol, doce querida paulistana, que me recebeu tão generosamente, fez, também, das minhas idas a São Paulo, momentos divertidos. Obrigada!

Aos meus queridos alunos e alunas, que, no exercício de minha profissão, me nutrem de confiança. No diálogo, na sala de aula com vocês, a geografia se revela e se mostra possível. Essa tese surge, também, de nossos encontros, de nossas leituras. Prometo, em breve, retornar inteira, como sempre fui, para que novas geografias possam surgir entre nós e que novas e possíveis cidades possam ser sempre revisitadas. Obrigada meus queridos!

RESUMO

RAGGI, Mariana Guedes. ***Travessias modernas. Para além de uma representação: legados socioespaciais da modernidade na produção do espaço urbano de Belo Horizonte.*** 2014. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, SP. 2014.

O tema central desta tese se fundamenta no processo conflituoso e contraditório da produção do espaço de Belo Horizonte à luz do paradigma da modernidade. No final do século XIX, a nova capital das Minas é idealizada para representar uma espacialidade moderna distante da antiga imagem colonial de Ouro Preto. O antigo Arraial de Belo Horizonte é destruído para que a nova cidade republicana fosse produzida. Aarão Reis, engenheiro responsável pela idealização da nova capital, revela, no traçado urbano, expressiva influência da urbanística moderna presente nas cidades europeias. Nesse sentido, o projeto da capital republicana revela *legados socioespaciais* de uma modernidade pretérita que são reinscritos na cidade por meio de novos usos e apropriações. A gestão municipal de Juscelino Kubistchek anuncia políticas urbanas capazes de promover, na capital das Minas, as condições necessárias à produção de novas espacialidades modernizadas pela abertura de grandes avenidas, novos eixos de crescimento da cidade; pela produção do Complexo Arquitetônico da Pampulha, pelo incentivo à cultura mineira e, - o diálogo com o movimento cultural e artístico da nação – Assim, gestam-se as condições de produção de uma nova morfologia urbana: a metrópole. A partir da análise do distanciamento estabelecido entre a representação do espaço idealizado e a produção dos espaços de suas representações, refletiu-se nesta tese, sobre a produção de um saber político engendrado no espaço urbano de Belo Horizonte. Os caminhos percorridos em prol da “modernidade prometida” lançaram a capital nos trilhos do projeto industrial. A gestão municipal de Juscelino Kubistchek promoveu legados socioespaciais que viabilizaram a espacialidade de uma *metrópole* em construção/reconstrução. Os desdobramentos da produção da metrópole revelam-se em novas políticas urbanas que, guiadas pela “promessa modernizante”, patrimonializam as antigas formas e lhes atribuem novos conteúdos. A Praça da Liberdade é um exemplo claro desse processo: produzida para representar os ideais republicanos, encontra-se hoje inserida no *Circuito* das mercadorias *Culturais*, mercantiliza, a partir da patrimonialização do seu patrimônio, os legados de uma modernidade pretérita.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano; Modernidade; Representação do Espaço; Espaço da Representação; Patrimonialização do Patrimônio.

ABSTRACT

RAGGI, Mariana Guedes. ***Modern crossings. Beyond representation: socio-spatial legacies of modernity in the production of urban space in Belo Horizonte***. 2014. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, SP. 2014.

The central theme of this thesis is based on the conflicting and contradictory process of the production of the space of Belo Horizonte in the light of the paradigm of modernity. In the late nineteenth century, the new capital of Minas is idealized to represent a modern spatiality, different from the old colonial image of Ouro Preto. The former Arraial de Belo Horizonte was destroyed so that the new republican city was produced. Aarão Reis, the engineer responsible for the idealization of the capital, reveals, through the urban layout, a significant influence of the modern urbanistic present in European cities. Therefore, the project of the republican capital reveals socio-spatial legacies of a past modernity that are reinserted in the city through new uses and appropriations. The city management of Juscelino Kubitschek presents, following the spatial modernity in Belo Horizonte, representations that advertise urban policies able to promote, in the capital of Minas, the necessary conditions to the production of new modernizing spatialities. To ensure, through the great avenues, new axes of the city growth; from the production of Pampulha Architectural Complex, the emergence of a new man, the modern one; from encouraging the local culture, the dialogue with the cultural and artistic movement of the nation has generated the conditions of production of a new urban morphology: the metropolis. In this sense, the theoretical reflections were based on the analysis of the production of Belo Horizonte, a city which has never freed itself from the idealization of being represented as permanently modern. From the analysis of the distance established between the representation of idealized space and the production of the spaces of its representations, there is the production of political knowledge engendered in the urban area of Belo Horizonte. The paths taken in favor of the "promised modernity" launched the capital on the tracks of the industrial project. The city government of Juscelino Kubitschek has promoted socio-spatial legacies that enabled the spatiality of a *metropolis in production*. The consequences of the production of the metropolis reveal themselves in new urban policies which, guided by the "modernizing promise", patrimonialize the old ways and engender new content in the old ways by replacing the city in the list of new urbanities. The Liberty Square, produced to represent the republican ideals, now included in the *Circuit of Cultural* goods, commercializes, from the patrimonialization of their heritage, the legacies of a past modernity.

Keywords: Production of the urban space; modernity; Representation of Space; Space of the Representation; Patrimonialization Heritage.

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Maquete do Arraial de Belo Horizonte (s/d)	73
Figura 2: Vista da Rua Sabará (1895)	74
Figura 3: O Arco do Triunfo, centralidade dos boulevares em Paris (s/d)	85
Figura 4: Comissão Construtora da Nova Capital	91
Figura 5: Planta Original da Cidade de Belo Horizonte (1895)	92
Figura 6: Ruas belo-horizontinas – Vista Geral (s/d)	98
Figura 7 – Estação Central de Minas (s/d)	102
Figura 8 – Panorama da Avenida Afonso Pena em 1930	103
Figura 9 – Prédio dos Correios e Telegráfos (192-?)	104
Figura 10 – Parque Municipal Américo Renné Giannetti em Belo Horizonte (s/d)	105
Figura 11 – O Parque Municipal – destaque: Ponte Rústica (s/d)	106
Figura 12 – Palácio da Liberdade em 1900	112
Figura 13 – Evolução da Mancha Urbana de Belo Horizonte	115
Figura 14 – Monumento à terra mineira (s/d)	120
Figura 15 – Praça da Estação (1940)	122
Figura 16 – Asfaltamento da Avenida Afonso Pena em 1940	153
Figura 17 – Avenida Afonso Pena depois de asfaltada em 1942.....	153
Figura 18 – Final da Avenida Amazonas – Praça Raul Soares (...)	157
Figura 19 – Projeto Complexo da Pampulha	169
Figura 20 – O glamour do Cassino na Pampulha (década de 1940)	171
Figura 21 – O Cassino agora é museu (2014)	171
Figura 22 – A Casa do Baile (2014)	174
Figura 23 – O late Clube – Pampulha – Década de 1940	175
Figura 24 – Igrejinha da Pampulha (2014)	178
Figura 25 – Rompimento da Barragem da Pampulha em 1954	182
Figura 26 – Abertura da Avenida Pampulha (atual ...)	184
Figura 27 – Viaduto Santa Tereza – 1930	190
Figura 28 – As torres de San Gimignano – Toscana – Itália, 1990	195
Figura 29 – Empire State Building – Nova York – 1939	195
Figura 30 – O Edifício “A Noite” – 1941	200

Figura 31 – Edifício A Noite – s/d	200
Figura 32 – Ministério da Educação e Saúde	201
Figura 33 – Edifício Martinelli em construção – 1920	202
Figura 34 – Edifício Esther (s/d)	202
Figura 35 – Viaduto Santa Tereza – 1928	206
Figura 36 – Cine Teatro Brasil – 1940/43	206
Figura 37 – Antigo Mercado Municipal – 1902	208
Figura 38 – Feira Permanente de Amostras – 1962	208
Figura 39 – Edifício Ibaté em 1935	209
Figura 40 – Vista área do Conjunto Habitacional – IAPI em 1955	214
Figura 41 – O Conjunto IAPI e o processo de ocupação nas vertentes (s/d)	215
Figura 42 – Edifício Sulacap/Sulamérica (s/d)	216
Figura 43 – Edifício Mariana – Década de 1930	217
Figura 44 – A Carranca do Acaiaca (s/d)	219
Figura 45 – Edifício Acaiaca em 2014	219
Figura 46 – Tela Cinquentenário de Belo Horizonte – 1947	220
Figura 47 – Os bondes na Praça Sete (1946)	225
Figura 48 – O Obelisco na Savassi (1970)	226
Figura 49 – A Praça Sete sem o obelisco (197-?)	227
Figura 50 – Teatro Municipal (s/d)	258
Figura 51 – Cine Metrôpole (s/d)	258
Figura 52 – Inauguração da Capital – Praça da Liberdade – 1897	267
Figura 53 – Os jardins da Praça da Liberdade (1905)	268
Figura 54 – A Réplica do Pico do Itacolomi nos jardins da Pr. da Liberdade (191 -?).....	269
Figura 55 – Técnica e razão no traçado da Praça da Liberdade (1930)	270
Figura 56 – Edifício Niemayer – 2014	272
Figura 57 – Biblioteca Pública do Estado (2014)	273
Figura 58 – Lanchonete Xodó na Praça da Liberdade (2014)	273
Figura 59 – O Edifício e o Moderno na Pr. O prédio do IPSEMG (ao fundo) – (2014)	274
Figura 60 – Edifício conhecido como “Rainha da Sucata” na Pr. da Liberdade (2014)	275

Figura 61 – Secretaria de Finanças (futura Secretaria da Fazenda) – (s/d)	280
Figura 62 – Memorial Minas Vale – Circuito Cultural da Pr. da Liberdade (2014)	281
Figura 63 – Antigas Secretaria do Interior e da Educação (s/d)	281
Figura 64 – Museu das Minas e do Metal (2014)	282
Figura 65 – Estação TIM/UFMG do Conhecimento (2014)	282
Figura 66 – Centro Cultural Banco do Brasil	283

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Traçado Urbano da Área Central de Belo Horizonte	94
Mapa 2 – O Traçado do Parque Municipal	107
Mapa 3 - Hipsometria da Área Central de Belo Horizonte (localização da Praça da Estação e da Praça da Liberdade).....	109
Mapa 4 – As avenidas abertas e pavimentadas por Juscelino Kubitschek.....	161
Mapa 5 – Localização do Conjunto Arquitetônico da Pampulha	170
Mapa 6 – Avenida Antônio Carlos – a via que liga o centro à Pampulha.....	184
Mapa 7 – As Praças que receberam o obelisco: Pr. Sete e Praça Diogo de Vasconcelos	224
Mapa 8 – Expansão Metropolitana – Vetor Oeste	236
Mapa 9 – Expansão Metropolitana – Vetor Norte	237
Mapa 10 – Expansão Metropolitana – Vetor Sul	240

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – As zonas da cidade e suas respectivas áreas	93
---	----

SUMÁRIO

Introdução

Liberdade ainda que tardia	18
Modernidade e nação	26
Patrimônio e nação	30
Modernidade e destruição criativa	31
Raízes de um projeto urbano dito moderno	38
Belo Horizonte – uma cidade produzida para ser moderna	40

Parte I – Espacialidades Modernas, o urbano em produção. Aportes teóricos-metodológicos

53

Parte II – O urbanismo moderno em terras mineiras: a produção do saber político no espaço urbano de Belo Horizonte

2.1. “A chegada do estranho”: a Comissão Construtora da Nova Capital chega ao Arraial	71
2.2. Belo Horizonte: a idealização de uma espacialidade moderna	76
2.2.1. Gênese e práticas do urbanismo: a produção de um saber estratégico	79
2.2.2. Belo Horizonte: da representação idealizada por Aarão Reis à produção social do espaço	90

PARTE III – O projeto modernizador e a nascente economia industrial

3.1. Transformações da capital mineira: um olhar sob as <i>óticas literárias</i>	119
3.2. O incipiente movimento industrial de Belo Horizonte e a produção da primeira centralidade econômica da capital: a Praça da Estação	128
3.3. As minas das Minas Gerais: novas (im)possibilidades industriais	135

PARTE IV - A política modernizadora de Juscelino Kubitschek	146
4.1. A espetacularização do modernismo espacial	
4.1.1. A idealização da Pampulha na trilha dos códigos modernos ..	162
4.1.2. Arte, cultura e patrimônio na cidade modernista de JK.....	187
4.1.3. Horizontes interrompidos: a verticalização como representação moderna.....	195
PARTE V - “Novos” horizontes da metrópole mineira em <i>produção</i>.....	221
5.1. “ <i>Eixos espaciais</i> ” da modernidade contraditória. Novas espacialidades em Belo (s) Horizonte (s)	228
5.2. Novo (s) e “ <i>belo(s)</i> ” <i>horizonte(s)</i> : o patrimônio histórico-arquitetônico como atributo espacial	243
5.2.1. “ <i>Patrimonialização</i> do patrimônio”: as políticas patrimoniais da cidade-capital	253
5.2.2. A Praça da <i>Liberdade</i> : um legado republicano na/da contemporaneidade.....	266
Considerações Finais	285
Referências Bibliográficas	289

Introdução

Liberdade ainda que tardia

*LIBERTAS QUÆ SERA TAMEN*¹. Esses foram os escritos sugeridos pelos Inconfidentes Mineiros em 1789 para serem grafados na bandeira do Brasil. Tal movimento se baseava nas reivindicações de um grupo da classe mais abastada da sociedade mineira que se rebelou contra a permanência dos portugueses em terras brasileiras. O foco desses homens, proprietários rurais, intelectuais, militares, era combater a exploração da Coroa Portuguesa por meio de forte apoio aos ideais republicanos. A pretensão do movimento não era atingir a independência de todo o país, pois o sentimento de identidade nacional ainda não havia sido consolidado. O movimento, também conhecido como *Conjuração Mineira*, pode ser considerado um movimento separatista, assim como tantos outros ocorridos no Brasil, a fim de obter a tão sonhada independência. Sabe-se que os ideais dos Inconfidentes foram silenciados, mas a atmosfera de luta em prol da República e da Liberdade já havia sido implantada em terras mineiras.

As aspirações republicanas trazidas pelos Inconfidentes sinalizavam ideais libertadores em pleno ciclo do ouro. Paula (2000, p. 124) menciona “que todo o século XVIII, em Minas Gerais, é marcado pelo conflito, pela tensão, pela revolta”. Mas de todos os conflitos foi a *Conjuração Mineira* aquela que inaugurou definitivamente na cena política brasileira a construção da ideia de nação. A Inconfidência foi a primeira manifestação política que colocou em xeque o Sistema Colonial. “A Inconfidência Mineira tem caráter emblemático; é o primeiro e eloquente sinal da crise política que questiona o Sistema Colonial, no Brasil, o Antigo Regime, em Portugal” (PAULA, 2000, p. 128).

Cem anos distanciaram a Inconfidência da Proclamação da República. Costa (1999), ao refletir sobre as transformações ocorridas, ao longo do século XIX, transformações essas capazes de explicar o movimento dos republicanos e sua proclamação em 1889, diz: “A proclamação da República é o resultado, portanto, de profundas transformações que se vinham operando no país”.

¹ Os grifos *LIBERTAS QUÆ SERA TAMEN* (Liberdade ainda que tardia) compõem a bandeira oficial do estado de Minas Gerais.

(COSTA, 1999, 451). Compreender a transição da Monarquia em direção à República pode ser um exercício para se entender a chegada da modernidade em terras brasileiras. Mas que transformações seriam responsáveis por essa transição? Quais forças foram capazes de promover o advento da República?

Segundo Costa (1999), a Abolição é, frequentemente, responsabilizada pela queda da Monarquia e consequentemente pelo advento da República. Para a autora, porém, Abolição e República são facetas de uma mesma realidade. Abolição e República acontecimentos entrelaçados, mas que não podem ser interpretados como causa e consequência. Tanto um como outro são resultados de mudanças ocorridas na *estrutura econômica* do país, que abalou definitivamente a realidade brasileira.

José Murilo de Carvalho, em suas obras “*A formação das almas*” e “*Pontos e bordados*”, afirma que o movimento dos abolicionistas no Brasil se distancia dos movimentos presentes na Europa e na América do Norte.

Os abolicionismos europeu e norte-americano foram marcados pelo intenso recurso a argumentos de natureza religiosa e filosófica. Para grande parte dos abolicionistas, a escravidão era condenável por violar o princípio da liberdade individual, garantido seja pelo direito natural, seja pelo cristianismo. Na tradição luso-brasileira predominam razões políticas antes que religiosas ou filosóficas. Antes da Independência, os argumentos baseados na fé cristã eram contrabalançados e frequentemente derrotados pela razão colonial, isto é, pelos interesses do Estado português. Após a Independência, a razão nacional, vale dizer, os argumentos baseados em concepções diversas dos interesses do País, adquire a supremacia: a liberdade não é vista como problema individual, mas como questão pública (CARVALHO, 1999b, p. 35).

A dimensão política presente no movimento abolicionista comparada à reduzida dimensão humanitária dessa causa explica, ao menos em parte, a ausência da participação popular nos debates republicanos. A necessidade política de abolir a escravidão permeia toda a problemática republicana, mas não como força que impulsiona o movimento, e sim como elemento fundamental na busca da legitimação de um novo sistema político que prega a liberdade em nome do progresso econômico.

Construída pelo processo de exploração colonial de base escravista, a formação social brasileira produziu, por seu turno,

uma elite absolutamente alheia à sorte dos brasileiros sem distinção, honrarias e riquezas. Assim, o caráter de denúncias que revestiu o ideário republicano a partir sobretudo do ano de 1848, em que, de novo a França, se cogitava de uma sociedade que incorporasse a igualdade aos espaços conquistados da liberdade política, não teve lugar no Brasil da propaganda republicana, com raras exceções de sempre (PENNA, 1999a, p. 34).

A propaganda republicana, como menciona Penna, com raras exceções, não iluminava a abolição como geradora e promotora de uma revolução política. A formação social brasileira desloca os brasileiros sem riquezas à sorte de todas as possibilidades de progresso. Prado Junior (2008, p. 342) reforça essa ideia ao afirmar que a escravidão está arraigada e fortemente entrelaçada na formação social brasileira. A escravidão foi para o autor “a base do único setor organizado da sociedade colonial (...)”. Essa revelação compõe e amplia o entendimento do que a escravidão representou no processo de formação social e econômica da nação brasileira.

Por essa razão, pode-se afirmar que as questões sociais, a liberdade individual e o direito natural não compunham o discurso republicano, ou seja, a República não interromperia as mazelas do sistema Monárquico. Carvalho (2000, p. 9) reitera essa afirmativa mencionando que “estudo anterior sobre a implantação da República mostrou a nula participação popular em sua proclamação e a derrota dos esforços de participação nos anos que se seguiram”.

No Brasil, naqueles velhos tempos, não existia povo, a rigor, no sentido de força política, e mesmo depois da autonomia, quando começa a se desenvolver um grupo ligado à atividade comercial, as formulações liberais não encontram suportes efetivos (SODRÉ, 2002, p. 314).

Tais reflexões evidenciam que o movimento republicano brasileiro realizou-se e consolidou-se como movimento político desconectado das aspirações sociais e humanitárias.

Carvalho (2000, p. 9) revela, por outro lado, preocupação em relação à legitimação do movimento republicano. “Não teria havido, como acontece quase sempre, tentativas de legitimação que o justificassem, se não perante a totalidade da população, pelo menos diante dos setores politicamente mobilizados?” Para Carvalho (2000, p. 9) “o instrumento clássico de legitimação

de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder.”

Conforme o autor, pode-se reconhecer no Brasil três correntes que disputavam a natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobismo à francesa, e o positivismo.

No caso do jacobismo, por exemplo, havia a idealização da democracia clássica, a utopia da democracia direta, do governo por intermédio da participação direta de todos os cidadãos. No caso do liberalismo, a utopia era outra, era a de uma sociedade composta por indivíduos autônomos, cujos interesses eram compatibilizados pela mão invisível do mercado. Nessa versão, cabia ao governo intervir o menos possível na vida dos cidadãos. O positivismo possuía ingredientes utópicos ainda mais salientes. A república era aí vista dentro de uma perspectiva mais ampla que postulava uma futura idade do ouro em que os seres humanos se realizariam plenamente no seio de uma humanidade mitificada (CARVALHO, 2000, p. 9).

Os jacobinos tinham como inspiração direta e inquestionável a Revolução Francesa. Defendiam uma liberdade à moda das repúblicas antigas, de Atenas, Roma e Esparta. “Era a liberdade de participar coletivamente do governo, da soberania, era a liberdade de decidir na praça pública os negócios da república: era a liberdade do homem público” (CARVALHO, 2000, p. 17). Carvalho, entretanto, afirma que os partidários desse grupo compreenderam a dificuldade de se fazer no Brasil uma República na praça pública. Ou seja, compreenderam que o Estado era ainda o modo mais provável de se alcançar os objetivos.

A posição dos positivistas em relação ao regime republicano elegia a Monarquia, conforme destaca Carvalho (1999b), como um sistema avesso e contrário ao progresso. Para esse grupo, progresso e ditadura são possibilidades.

Costa (1999) chama a atenção para o papel dos militares no processo político que gerou a proclamação da República. “A proclamação da República não é um ato fortuito, nem obra do acaso, como chegaram a insinuar os monarquistas; não é tampouco o fruto inesperado de uma parada militar” (COSTA, 1999, p. 459). Para a autora, os militares não foram manipulados pelos civis e não assumiram papel decorativo como revelado nas paradas militares, pelo contrário. “Imbuídos de ideias republicanas, estavam convencidos de que

resolveriam os problemas brasileiros liquidando a Monarquia e instalando a República” (COSTA, 1999, p. 459). A presença das ideias positivistas entre os militares justifica, em parte, a opção política pela República. Tanto Costa (1999) como Carvalho (2000) reforçam a aproximação dos militares com a versão positivista dada à República brasileira.

A ênfase ao Estado parece ser um fator preponderante em todas as versões republicanas, até mesmo os liberais percebiam a importância da presença do Estado ao longo da trajetória política do país.

Carvalho (2000) menciona que cada grupo republicano apresentava uma conduta política. Os proprietários rurais acreditavam que o modelo ideal seria o americano.

Para esses homens, a república ideal era sem dúvida a do modelo americano. Convinha-lhes a definição individualista do pacto social. Ela evitava o apelo à ampla participação popular tanto na implantação como no governo da República. Mais ainda, ao definir o público como a soma dos interesses individuais, ela lhes fornecia a justificativa para a defesa de seus interesses particulares (CARVALHO, 2000, p. 24).

Carvalho afirma ser essa uma opção republicana condizente com a realidade brasileira uma vez que a sociedade se caracteriza por uma significativa desigualdade social e concentração de poder. “Nessa circunstância, o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte” (2000, p. 25).

Todavia, a ideia da salvação, pelos militares, difunde a crença de que apenas os homens de farda seriam capazes de livrar o país dos valores venais. O desprestígio, que esses patriotas sentiam diante da Monarquia, favorecia, na interpretação de Costa (1999), a atitude de indisciplina e revolta. “Quando os civis procuraram os oficiais para tramar a conspiração e preparar o golpe, encontraram da parte deles a melhor acolhida, ligados que estavam uns e outros pelo mesmo imperativo: alterar as instituições vigentes” (COSTA, 1999, p. 485).

As ideias positivistas amplamente divulgadas na Escola Militar transformaram aqueles jovens oficiais em salvadores ansiosos pela ordem política, social e militar do país. A República nasce assim sob a tutela e a proteção do Exército.

Para Carvalho (2000), a versão militar responsável pela condenação da Monarquia em nome do progresso foi amplamente divulgada pelos positivistas do exército. Costa (1999) discorda que a responsabilidade da queda da Monarquia se deve aos excessos do Poder Pessoal do imperador. “Na realidade, as críticas à Coroa e ao imperador datavam de muito tempo e nem por isso o Trono foi derrubado antes” (COSTA, 1999 p. 460).

Para Costa (1999), não se pode responsabilizar o imperador pela estrutura econômica agrária presente no país, pelo suposto atraso econômico em relação ao continente europeu. “A estrutura econômica e social do país conferia às oligarquias um imenso poder e o imperador, que se caracterizou por uma certa teimosia em relação a pequenas questões, procurou sempre, diante dos problemas nacionais, auscultar as oligarquias” (COSTA, 1999, p. 462).

Os últimos anos do século XIX foram caracterizados por muitas e intensas mudanças. Transformações econômicas que repercutiram decisivamente na vida cotidiana das pessoas que viviam nesses tempos.

Estimuladas sobretudo por um novo dinamismo no contexto da economia internacional, essas mudanças irão afetar desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir ao estímulos luminosos, a maneira de organizar suas afeições e de sentir a proximidade ou o alheamento de outros seres humanos (SEVCENKO, 1998, p. 7).

Tais mudanças, discutidas por Sevcenko (1998), são compartilhadas por Costa (1999). A autora menciona algumas das grandes mudanças significativas ocorridas nesse período. A inserção da ferrovia teve, para a autora, papel relevante, pois provocou uma alteração nos meios dos transportes tradicionais. O lombo de burro, o carro de boi e a barcaça amplamente utilizados no Brasil cedem lugar a um novo modo de transporte: o transporte ferroviário.

Costa (1999) menciona também a importância dos organismos de crédito, gerados pelas novas condições econômicas incentivadas pela Revolução Industrial. A presença do trabalho livre dinamizou a economia brasileira, inaugurando uma nova cena social e econômica.

Segundo Sodré (2002) apesar de o desenvolvimento industrial ser considerado lento tem-se um aumento significativo no número de indústrias na

segunda metade do século XIX. “(...) os 200 estabelecimentos industriais de 1881 ascendam a mais de 600, em 1889, com um capital superior a 400.000 contos de reis” (SODRÉ, 2002, p. 319).

Todas essas mudanças foram acompanhadas por expressivo processo de crescimento da população brasileira: “a população passou de pouco mais de três milhões, em 1822, para cerca de quatorze milhões na década de 1880” (COSTA, 1999, p. 464).

Iniciam-se, nesse momento, por uma forte pressão de proteção ao governo, as iniciativas industriais. “Em 1882, a Associação Industrial, organizada no Rio de Janeiro, lançou um manifesto, regido por Felício dos Santos, afirmando que o país só se poderia libertar da instabilidade e dos riscos da economia monocultora se desenvolvesse a indústria” (COSTA, 1999, p. 465). As atividades mercantis incentivadas pela nova dinâmica econômica internacional produziam e contribuíam para a formação de uma considerável população urbana – pequena e média burguesia.

O equilíbrio entre poder político e econômico promove e favorece por um tempo a Monarquia. Entretanto, com o surgimento de interesses conflitivos provocados pelas transformações econômicas trazidas para o Brasil acaba por acelerar e intensificar os poderes que sustentavam o antigo regime.

A partir de então, o ideal federativo ganhou maior número de adeptos. Em 1885, num celebre discurso proferido na Câmara dos Deputados, Nabuco assinalava a conveniência de a Monarquia levar a cabo a concretização do ideal que existia desde os tempos da Independência. Justificando a necessidade da federação, dizia que as grandes distâncias impediam uma administração eficaz. As diferenças regionais eram outro argumento a favor da ideia: tão diferentes se apresentavam os problemas do Nordeste e do Centro, os do Sul discrepavam tanto das demais regiões, que era impossível dar-lhes uma administração uniforme (COSTA, 1999, p. 471).

Segundo Costa (1999), o desequilíbrio existente entre o poder político e o econômico provenientes de um agravamento e de uma tensão entre áreas em decadência, mas que sustentaram até então o antigo regime e áreas que progrediam e que não tinham também a devida representação no governo, acabou por gerar uma série de conflitos.

Os núcleos de poder sustentados pela aristocracia dos barões do café ao lado dos senhores de engenho representaram e controlavam a vida econômica, social e política do país. A crise que surge e adentra esses núcleos promove, no interior na cena política brasileira, uma realidade até então inexistente. O advento das fazendas de café do Oeste Paulista, ao liderar o mercado exportador, define outras configurações, novas organizações de poder.

Costa (1999) traz a problemática vivenciada na época: separação ou federação? “Às vésperas da proclamação da República, a solução republicana federativa aparecia aos olhos da maioria como a mais indicada, por recolher os conflitos sem pôr em risco a unidade nacional. A solução republicana acabou prevalecendo sobre as demais” (COSTA, 1999, p. 478).

É fundamental, porém, ressaltar que a República não significou uma ruptura com as condições sociais dos tempos pretéritos e não promoveu a ruptura com os interesses econômicos dominantes, segundo Costa e Carvalho. Ao contrário, reafirma e consolida sob a ótica do capital industrial, a aparição de um Brasil urbano. As condições econômicas e sociais introduzidas no período colonial ainda perpassam a vida cotidiana da nação. A dependência, em relação ao comércio externo, o endividamento inaugurado com a chegada do capital estrangeiro, o desenvolvimento industrial, o processo de urbanização, a formação de um proletariado desprovido de condições dignas de trabalho e a ampliação de uma classe média urbana produzem, em terras brasileiras, novas relações sociais, novos arranjos espaciais. A República inaugura assim, no Brasil, um novo tempo, marcado pelo paradigma da modernidade e no qual uma nova ordem em direção a um ininterrupto progresso é a única e provável certeza.

Percorrer a trajetória de consolidação do sistema republicano no Brasil constitui, portanto, um exercício de compreensão sobre como o paradigma da modernidade influenciou o sistema político brasileiro. Percorrer a trajetória republicana no Brasil é percorrer a própria trajetória de construção do Estado-nação brasileiro. Compreender essa nova organização política demanda do pesquisador uma investigação sobre como a modernidade produziu no Brasil uma unidade política nacional do Brasil.

Modernidade e nação

Para que a unidade política se consolidasse, era importante criar um sentimento de identificação, pertencimento e comunhão em torno de uma mesma ideia, de uma mesma origem. Nesse sentido, afirma Touraine (2009): “A nação é a forma política da modernidade, pois ela substitui as tradições, os costumes e os privilégios por um espaço nacional integrado, reconstruído pela lei que se inspira em princípios da razão” (TOURAINÉ, 2009, p. 144).

Para Chauí (2000, p. 14), a origem da palavra nação é derivada do verbo nascer. “Por significar o ‘parto de uma ninhada’, a palavra *natio*/nação passou a significar, por extensão, os indivíduos nascidos ao mesmo tempo de uma mesma mãe, e, depois, os indivíduos nascidos num mesmo lugar”. A palavra nação designava apenas um grupo de descendência comum. É por esse motivo que, até o século XVIII, aproximadamente, a categoria *nação* referia-se a índios, a negros ou a judeus.

Antes da criação do Estado-nação, o termo político utilizado era *pátria*. Essa categoria origina-se de um vocábulo latino, *pater*, pai. Não se trata do pai como genitor e sim como chefe que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra: o patrimônio.

Segundo Hobsbawm (1991), a categoria nação é ressignificada com a invenção histórica do Estado moderno, que surge, no discurso político, na primeira metade do século XIX. Chauí (2000, p. 16) conceitua Estado moderno como sendo “[...] definido por um território preferencialmente contínuo, com limites e fronteiras claramente demarcados, agindo política e administrativamente sem sistemas intermediários de dominação, e que precisava do consentimento prático dos seus cidadãos”. Esse Estado necessitava incluir todos os habitantes do território na esfera da administração estatal e, para isso, era preciso obter a lealdade dos habitantes ao sistema central. “Em suma, como dar à divisão econômica, social e política a forma da unidade individual? Pouco a pouco, a ideia de nação surgirá como solução dos problemas” (CHAUÍ, 2000, p. 17).

Conforme Chauí (2000), o Estado precisava aprofundar a sua relação com os seus cidadãos. Torna-se necessário mobilizá-los e centralizá-los a seu favor. É nessa perspectiva que se pode mencionar a demanda pela busca de uma

identidade cultural, capaz de fornecer unicidade a um povo por meio de referências e sentidos coletivos, impondo e construindo a ideia de um “ser nacional”. Percorrendo esse objetivo, o Estado promove o aprofundamento entre os cidadãos e o seu respectivo território, utilizando-se de políticas direcionadas a construir uma identidade cultural capaz de garantir a ideia de nação.

Assim, para que a nação se consolidasse era necessária a busca por uma identidade coletiva, uma base para o surgimento de uma definição da República. “No Brasil do início da República, inexistia tal sentimento. Havia, sem dúvida, alguns elementos que em geral fazem parte de uma identidade nacional, como a unidade da língua, da religião e mesmo a unidade política” (CARVALHO, 2000, p. 32).

Para Touraine (2009), a nação se produz a partir do reconhecimento da origem comum, de uma cultura nacional que interrompe as culturas tradicionais e locais em nome de uma necessidade moderna industrial que se revela, cada vez, mais presente e dominadora no contexto político.

Uma das contribuições mais relevantes de Carvalho (2000) na discussão sobre as possibilidades de produzir uma inflexão entre o antigo e o novo, a Monarquia e a República, é a necessidade de produzir, por meio de símbolos, de alegorias, de rituais e de mitos a identidade do novo Estado, do novo regime político. Nesse sentido, Carvalho (2000, p. 10) afirma:

O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também – e é o que aqui me interessa – por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas.

Chauí (2000), assim como Carvalho (2000), faz uma reflexão acerca da produção da nação a partir da criação de um sentimento de reconhecimento e pertencimento. Chauí (2000) distingue, para que se possa investigar a nação brasileira, duas categorias de análise: *formação de fundação*.

Quando os historiadores falam em formação, referem-se não só às determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em transformações e, portanto, na continuidade ou na descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como processos temporais. (...) Diferentemente da formação, a fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como *perene* (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. (CHAUÍ, 2000, p. 9).

Quando Chauí se debruça a compreender a produção da nação brasileira, acaba investindo na busca pelo entendimento do mito fundador, aquele que seria colocado e forjado como sendo o que fundou o novo país. “O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (...) como da ampliação de seu sentido (...)” (CHAUÍ, 2000, p. 10).

Pode-se assim perceber que as representações produzidas pela fundação produzem e acompanham o processo e o movimento histórico de formação. “É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinitivamente” (CHAUÍ, 2000, p. 10).

Como Chauí (2000), Carvalho (2000) dedica-se à tarefa de compreender o processo de formação da nação por meio da produção das identidades. Nesse sentido, o autor afirma: “Todo regime político busca criar seu panteão cívico e salientar figuras que sirvam de imagem e modelo para os membros da comunidade” (CARVALHO, 2000, p. 14).

Carvalho (2000) chama a atenção para a importância de se produzir um herói para o novo regime. O fato da República não ter surgido das massas, dos movimentos populares, torna-se fundamental produzir sua legitimação, sua aceitação.

A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica. Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico. Herói que se preze tem que ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado (CARVALHO, 2000, p. 55).

Carvalho (2000) revela a problemática de se encontrar um herói para a República. A aproximação com a figura de Tiradentes (Joaquim José da Silva Xavier) aparece inicialmente algo surpreendente, pois, esperavam-se figuras ilustres como Deodoro, Benjamin Constant, Floriano Peixoto. Por que Tiradentes?

A transformação de Tiradentes como símbolo dos republicanos foi um processo produzido ao longo da história da República. Um dos fatores importantes no processo de reconhecimento de Tiradentes como herói da República deve-se às transformações sofridas por ele no período que ficou recluso.

Seu ardor patriótico teria sido substituído pelo fervor religioso, o patíbulo de glória se teria transformado em ara de sacrifício. Tiradentes, segundo Noberto, tinha escolhido morrer com o credo nos lábios em vez de o fazer com o brado de revolta – viva a liberdade! – que explodira do peito dos mártires pernambucanos de 1817 e 1824. Noberto resumiu assim as razões de seu desapontamento: ‘prenderam um patriota; executaram um fradel!’ (CARVALHO, 2000, p. 63).

O que se pode verificar é um forte apelo à tradição cristã do povo brasileiro para que o nome de Tiradentes pudesse ser reconhecido e comparado com a imagem de um Cristo cívico. Outros fatores são mencionados por Carvalho (2000) como responsáveis pela conversão de Tiradentes em figura heroica da República. “Um dos fatores que podem ter levado à vitória de Tiradentes é, sem dúvida, o geográfico. Tiradentes era o herói de uma região que, a partir da metade do século XIX, já podia ser considerada o centro político do país” (CARVALHO, 2000, p. 67).

Além desses fatores, é relevante destacar que Tiradentes, diferentemente de Frei Caneca², não se envolveu em lutas, não morreu como herói desafiador.

² “Caneca é evocado na historiografia brasileira quando se aborda a temática da Revolução Pernambucana de 1817 pois, sob acusação de envolvimento na revolta, o frei permaneceu preso na Bahia até 1821 quando, então anistiado, foi solto no contexto do constitucionalismo português. Entretanto, ele é trazido à lembrança com mais força quando se trata de outro movimento autonomista pernambucano: a Confederação do Equador. Sendo considerado como um de seus ideólogos e tendo nele representativa atuação, o carmelita foi novamente preso, mas desta vez, condenado à morte, no final de 1824, e fuzilado em 13 de janeiro de 1825. A natureza de sua ação política, de modo geral marcada pela oposição ao projeto político imperial, bem como o desfecho trágico de sua vida, foram, certamente, relevantes para a construção de sua imagem na historiografia: a de republicano exaltado, radical, mas, sobretudo, a de um homem de ideias e de ação, cujos posicionamentos foram importantes na elaboração de um dos projetos

“Não morreu como vítima, como portador das dores de um povo. Morreu como líder cívico e não como mártir religioso, embora, ironicamente, se tratasse de um frade” (CARVALHO, 2000, p. 67). Diferentemente de Frei Caneca, Tiradentes agiu e morreu pelo sacrifício no domínio místico. Como a Inconfidência não se concretizou, a violência do conflito ficou suspensa. Ele assumiu assim o papel da vítima de um ideal, de um sonho.

Patrimônio e nação

O reconhecimento do patrimônio pela sociedade, na tentativa de se criar a identidade da nação, é também um dos instrumentos utilizados pelo Estado para se atingir esse objetivo. O entendimento da nação como território já não era suficiente, tornando-se fundamental a criação de um instrumento unificador da sociedade. O patrimônio assume importância significativa na construção de uma ideia de nação, pois a presença de referências culturais, monumentos e edificações promovem o resgate da história e da memória, da descendência comum. Para que os indivíduos construam a história da nação, é fundamental que desenvolvam um sentimento de pertencimento, de identificação com o patrimônio cultural de sua nação. Daí, a relevância de se preservar o patrimônio. Ao mesmo tempo, a trajetória do movimento de preservação relaciona-se às estratégias de legitimação do poder político-econômico que, por meio dos aparatos institucionais, definem, em cada momento, o que deve ser preservado.

Esse debate acerca da questão patrimonial acompanha todo o debate acerca da legitimação e da produção do Estado moderno; das questões e problemáticas das identidades nacionais, assim como da mercantilização e patrimonialização dos bens patrimoniais.

Para percorrer o processo histórico em direção à produção de uma nação distante das imagens de um país atrelado à morosidade das práticas tradicionais, é preciso compreender o fenômeno da modernidade como eixo condutor de novas relações sociais e de novos arranjos espaciais que se instauram permanentemente no país, a partir do século XVIII.

políticos para a nação brasileira, o que o configurou, no limite, como um herói nacional” (CARRIJO, 2012, 138).

Modernidade e destruição criativa

A relação entre o passado e o presente, o velho e o novo, a tradição e a vanguarda, é algo que permeia a retórica da modernidade. Mergulhar nessa reflexão é, sem dúvida, um exercício fundamental para que se compreenda o novo tempo que se anuncia, de romper com um passado entendido como obscuro, anacrônico e decadente.

Martins (2008) questiona a oposição entre o tradicional e o moderno, mencionando ser essa concepção dualista uma herança da interpretação dos positivistas. Para o autor, como seria possível relegar “ao passado e ao residual aquilo que supostamente não faria parte do tempo da modernidade, como o tradicionalismo dos pobres migrados do campo para a cidade, a cultura popular e a própria pobreza?” (2008, p. 17). Segundo Martins (2008, p. 17), “a modernidade só o é quando pode ser ao mesmo tempo o moderno e a consciência crítica do moderno; o moderno situado, objeto de consciência e ponderação” (MARTINS, 2008, p. 18).

Conforme Martins:

A modernidade se instaura quando o conflito se torna cotidiano e se dissemina, sobretudo sob a forma de conflito cultural, de disputa entre valores sociais, de permanente proposição da necessidade de optar entre isto e aquilo, entre o novo e fugaz, de um lado, e o costumeiro e tradicional, de outro. Porém, uma opção esgotada na própria tentativa de optar, pois é opção impossível: o mundo, inclusive o mundo da vida cotidiana, já não é nem uma coisa nem outra, embora pareça ser os dois ou, melhor, os vários e diversos (MARTINS, 2008, p. 20).

Segundo Martins (2008), a modernidade se coloca muito mais como possibilidade de gerir as irracionalidades do que propriamente a certeza por disseminar, de maneira ilimitada, a racionalidade ocidental e capitalista. “O que se propõe à vida de todos os dias do homem contemporâneo não é essa racionalidade ilimitada, mas seus problemas, sua inconclusividade, suas dificuldades” (MARTINS, 2008, p. 20).

Se, para Martins (2008), a modernidade é a gestão das irracionalidades, para Touraine (2009), a modernidade está relacionada e entrelaçada à ideia da racionalização extrema. Para o Touraine (2009), a razão não conduz, apenas,

às atividades da ciência e da técnica, mas domina todas as relações dos homens e das coisas. Ou seja, a sociedade se produz à base e à referência da racionalidade num processo ininterrupto da consolidação de uma sociedade eminentemente racional.

A mais forte concepção ocidental da modernidade, a que teve efeitos mais profundos, afirmou principalmente que a racionalização impunha a destruição dos laços sociais, dos sentimentos, dos costumes e das crenças chamadas tradicionais, e que o agente da modernização não era uma categoria ou uma classe social particular, mas a própria razão e a necessidade histórica que prepara seu triunfo. Assim a racionalização, componente indispensável da modernidade, se torna além disso mecanismo espontâneo e necessário de modernização (TOURAINÉ, 2009, p. 18-19).

Para Castilho (2010, p. 125) o processo de modernização está inserido numa “ideologia desenvolvimentista, do progresso e da racionalidade”, que para se realizar, anula e desfaz, como diz Berman, as fronteiras geográficas e promove um ambiente de constante transformação ameaçando “destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos” (BERMAN, 1986, p. 15). Nesta tese, entendemos o projeto da modernidade, assim como Castilho (2010), como o alicerce do processo de modernização.

Harvey (2003) formula, a partir da influência de Habermas, o alcance da concepção do que se poderia entender como “projeto da modernidade”.

Embora o termo ‘moderno’ tenha uma história bem mais antiga, o que Habermas (1983, p. 9) chama de projeto de modernidade entrou em foco intelectual dos pensadores iluministas ‘para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas’. A ideia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas (HARVEY, 2003, p. 23).

Hissa (2002) reforça a existência de um *projeto da modernidade* ao iluminar a intencionalidade de se produzir um saber livre das experiências sensíveis, através do advento da racionalidade. Essa nova possibilidade de compreender o mundo se fundamenta e se legitima no percurso da produção de um conhecimento científico que se distancia das explicações mitológicas e se aproxima da racionalidade, da precisão e da objetividade. “O moderno e a modernidade têm como referência a revolução científica, considerada atualmente como marco do início da modernidade” (HISSA, 2002, p. 53).

Na leitura de Hissa (2002), a construção de uma sociedade moderna está relacionada a um constante e progressivo avanço do pensamento científico e tecnológico. Para o autor, entretanto, o discurso produzido pela ciência, ao ser inacessível e de linguagem hermética, comporta-se como um mito. Em outros termos, ao se distanciar dos homens comuns, a ciência produzida e legitimada pela própria modernidade desvincula-se das práticas coletivas.

Harvey (2008) contribui com essa análise, mencionando a impossibilidade de se produzir um novo mundo totalmente desvinculado do passado. O autor reforça também o fato de que o moderno é produzido a partir de suas próprias concepções, de suas leituras e de suas interpretações. Para isso, é necessário mencionar que o pensamento moderno expressa suas críticas ao antigo a partir de valores e atribuições produzidos pela própria modernidade.

Negar o passado e extirpá-lo é uma meta moderna, salienta Harvey (2008). Para o autor, produzir um mundo a partir do nada, desfazendo e desconsiderando o passado é o maior mito moderno. “Como disse el refrán, no se puede hacer una tortilla sin romper los huevos, y es imposible crear una nueva configuración social sin, de alguna manera, reemplazar o incluso obliterar la vieja” (HARVEY, 2008).

A “história dos oficiais”, contudo, a contada e amplamente divulgada tem a tarefa de datar e de aprisionar os fenômenos e os tempos, interrompendo os diálogos entre o passado e o presente, produzindo e reforçando a dicotomia entre o passado e o novo. Na leitura de Pidner (2010), buscar a exatidão dos tempos modernos “seria o mesmo que criar uma história representando um evolucionismo unilinear” (PIDNER, 2010, p. 23). A modernidade, segundo a autora, é tempo que não se demarca com a exatidão dos relógios. “Fixar a modernidade a um calendário seria reducionista, seria negar a natureza dela: o

tempo é processual e repleto de elementos transitórios. Não há como construir uma narrativa evolucionista da história” (PIDNER, 2010. p. 23). Para a autora, pode-se perceber embriões da modernidade na antiguidade, assim como há sinais da antiguidade na modernidade, ou seja, os tempos, modernos e primitivos, convivem dialeticamente e dialogam na contemporaneidade.

“Fausto e a modernidade”

A fim de desvendar o fenômeno da modernidade, utilizaremos a figura trágica de Fausto³, trazida e interpretada por Berman (1986). A escolha dessa história está fundamentada no fato de ser Fausto a figura que mais se aproxima das aspirações perversas do projeto de modernidade instaurado no mundo ocidental.

A história trágica desse herói moderno está relacionada ao seu desejo pelo desenvolvimento econômico trilhado a partir da liberação das energias humanas reprimidas. Tais energias devem ser suficientes para modificar definitivamente o mundo físico, moral e social em que todos vivem.

Fausto é inicialmente apresentado como um humanista na acepção verdadeira do termo, capaz de pensar, de meditar e de ampliar sua vida interior. O cenário é um quarto escuro onde o futuro herói que lá se encontra, percebe o mundo ao seu redor vazio, sem vida. “No entanto, tudo quanto ele conseguiu soa vazio, tudo em volta dele parece um monte de sucata. Ele fala a si mesmo, sem cessar, e diz que nem sequer chegou a viver” (BERMAN, 1986, p. 42). Nesse sentido, quanto mais expandia sua sensibilidade em relação ao mundo solitário que vivia, quarto fechado, mais isolado e mais distante do mundo exterior se encontrava.

As conquistas e triunfos de sua vida interior voltam-se contra ele e o tornam imensamente impaciente e incomodado. “Fausto almeja ter com o mundo uma ligação mais vital, ao mesmo tempo mais erótica e mais ativa” (BERMAN, 1986, p. 43). Para isso, Fausto necessita distanciar-se do mundo medieval que

³ Berman escolheu a versão de Goethe, pois para ele essa é a edição que representa melhor a tragédia da modernidade. Ou seja, a trágica história do movimento social na direção do desenvolvimento econômico traduzido pelo mito de Fausto é, para Berman (1986), uma possibilidade de pensar na produção do fenômeno moderno.

o limita e o impede de desenvolver, relacionar, agir. É nesse cenário que Berman (1986) relata o pacto entre Fausto e Mefistófeles.

Touraine (2009) faz também uma avaliação da modernidade a partir da rejeição e da destruição das crenças e das tradições. O pacto com Mefistófeles revelado na história trágica de Fausto e amplamente utilizado por Berman (1986) para dizer sobre as condições impostas pela modernidade é facilmente percebido nas análises de Touraine (2009, p. 18). “A ideia de modernidade substitui Deus no centro da sociedade pela ciência, deixando as crenças religiosas para a vida privada”.

Segundo Berman (1986) o que distingue o Fausto de Goethe dos demais (das outras versões) é seu impulso pelo desenvolvimento, como também o desejo por vivenciar não apenas o gozo de apropriar-se de condições, de bens e de sensações universalmente desejados como dinheiro, sexo, poder, fama e glória, mas também o processo dinâmico e contraditório de toda “sorte de experiência humana”.

O que esse Fausto deseja para si mesmo é um processo dinâmico que incluiria toda sorte de experiências humanas, alegria e desgraça juntas, assimilando-as todas ao seu interminável crescimento interior; até mesmo a destruição do próprio eu seria parte integrante do seu desenvolvimento (BERMAN, 1986, p. 41).

A busca pela alegria e pela desgraça juntas coloca, conforme Berman (1986), a questão primordial do mito de Fausto: a destruição como parte integrante do desenvolvimento. “Ele precisa participar da vida social de uma maneira que faculte ao seu espírito aventureiro uma contínua expansão e crescimento” (BERMAN, 1986, p. 47). A fim de que isso se realize, é necessário fazer a síntese, isto é, fazer a união entre essas polaridades. Aqui está o que há de mais essencial do fenômeno moderno: a união entre os paradoxos; a contradição e a potencialidade dos conflitos.

Berman (1986) anuncia que Mefistófeles de Goethe aparece e se materializa exatamente neste momento, momento de garantir a síntese, como o mestre dos paradoxos. Mefistófeles explica que seu papel é personificar o lado sombrio da criação, pois não se pode acreditar que o mundo surge a partir do nada. O mundo para ele surge a partir do que se chama de pecado, destruição.

É só e apenas a partir do poder da destruição que se chegará à criação. “O caminho para o paraíso é pavimentado de más intenções. Fausto anseia por destravar as fontes de toda criatividade; em vez disso, ele se encontra agora face a face com o poder da destruição” (BERMAN, 1986, p. 48).

Mas Fausto almeja novas rupturas. Deseja conectar-se com as forças econômicas, políticas e sociais de um novo mundo, radicalmente livre das amarras dos tempos medievais. Fausto⁴ encontra-se enraivecido contra a arrogante tirania da natureza. “... é um absurdo que, despendendo toda essa energia, o mar apenas se mova, para a frente e para trás, interminavelmente – ‘sem nada realizar’”. “ (Berman, 1986, p. 61). Isto o coloca completamente à beira da angústia desesperada. Berman (1986) menciona que Fausto canaliza toda essa energia para outros projetos e propósitos humanos. O herói moderno deseja programas concretos, planos operacionais.

De súbito a paisagem a sua volta se metamorfoseia em puro espaço. Ele esboça grandes projetos de recuperação para atrelar o mar a propósitos humanos: portos e canais feitos pela mão do homem, onde se movem embarcações repletas de homens e mercadorias; represas para irrigação em larga escala; verdes, campos e florestas, pastagens e jardins, uma vasta e intensa agricultura; energia hidráulica para animar e sustentar as indústrias emergentes; pujantes instalações, novas cidades e vilas para construir – e tudo isso para ser criado a partir de uma terra desolada e improdutiva, onde seres humanos jamais sonharam viver. (BERMAN, 1986, p. 62).

É na modernidade, contudo, que Marx e Engels revelam o surgimento de uma nova divisão de classes de uma sociedade dividida em duas “classes diametralmente opostas”, a burguesia e o proletariado.

A sociedade burguesa moderna surge, de acordo com Marx, das ruínas da sociedade feudal, sociedade essa que fez emergir toda a fúria e os desejos

⁴ Berman divide a história de Fausto de Goethe em três fases. Na primeira, Berman (1986) apresenta um Fausto sonhador que vivia num quarto fechado suplicando o rompimento em direção a liberdade. Na segunda fase, Fausto “entreteceu sua vida na de outra pessoa” – destruiu o “pequeno mundo” de Gretche. O contato com explosivas forças marginais como dinheiro, sexo e ideias atuam como “agitadores alienígenas” interrompem o velho mundo revelado nas pequenas cidades medievais. Na terceira fase, Fausto “conecta seus rumos pessoais com as forças econômicas, políticas e sociais que dirigem o mundo; aprende a construir e a destruir”. (Berman, 1986, p. 60). Lança todos os seus poderes contra a natureza e encontra meios de agir de maneira efetiva com o mundo feudal e patriarcal. O objetivo dele é produzir um mundo social radicalmente novo e para isso deveria esvaziar ou destruir o velho mundo, mundo medieval.

de superação de Fausto, figura emblemática e heroica de um mundo conflituoso e contraditório.

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calçou aos pés as relações feudais, patriarcais e idílicas. Todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus 'superiores naturais' ela os despedaçou sem piedade, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do "pagamento à vista". Afogou os fervores sagrados do êxtase religioso, do entusiasmo cavaleiresco, do sentimentalismo pequeno burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca: substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade de comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica, direta e brutal. (MARX; ENGELS, 2007, p. 10-11).

Os valores e sensações deste novo mundo, descritos acima, revelam um distanciamento das ilusões religiosas e políticas e inauguram impiedosamente o que Marx chama de exploração aberta, cínica, direta e brutal. A tragédia de Fausto, contada por Goethe, anuncia esse rompimento.

A descontinuidade temporal, política e social discutida por Marx e Engels no Manifesto Comunista e almejada pela figura de Fausto parece representar um caminho sem volta. As novas relações e submissões que alicerçam a produção do novo mundo produzido por Fausto – espaço modernizado e homogêneo – buscam eliminar as representações do velho mundo e os registros espaciais de um tempo que deveria ficar para trás.

Neste percurso em direção ao desenvolvimento, Fausto fiscaliza e supervisiona o trabalho e a produção desse novo projeto, dessa nova sociedade de maneira impiedosa. Percebe-se nessa vigília que ainda há um pequeno território que permanece como antes. Uma pequena representação espacial de um tempo que não mais poderia perpetuar.

Esta é ocupada por Filemo e Báucia, um velho e simpático casal que aí está há tempo sem conta. Eles têm um pequeno chalé sobre as dunas, uma capela com um pequeno sino, um jardim repleto de tílias e oferecem ajuda e hospitalidade a marinheiros náufragos e sonhadores (BERMAN, 1986, p. 66).

“Nessa altura, Fausto comete de maneira consciente seu primeiro ato mau” (BERMAN, 1986, p. 67), ao ordenar o desaparecimento da casa e do casal, pois aquele espaço deverá ser livre para a realização e a concretização do novo projeto. “Isso é um estilo de maldade caracteristicamente moderno: indireto, impessoal, mediado por complexas organizações e funções institucionais” (BERMAN, 1986, p. 67). A partir do desaparecimento de Filemo e Báucia verifica-se, na leitura de Berman (1986), o golpe fatal no mundo gótico, fechado, medieval.

Raízes de um projeto dito moderno

Assim como Fausto implementa seu projeto modernizador na busca pelo desenvolvimento, a jovem nação brasileira buscava consolidar no imaginário popular o projeto nacionalista. Para isso, era fundamental dissolver todas as diferenças, todos os possíveis conflitos que poderiam ameaçar a tão almejada nação republicana, moderna.

É neste contexto de “vigília moderna”, que a recém República identifica, tal como ocorrido com Fausto em relação ao pequeno chalé de Filemo e Báucia um arraial, Arraial do Belo Monte, na antiga fazenda de Canudos como uma grande ameaça ao novo sistema. Lá estaria uma possível resistência aos ideais da modernidade.

A existência desse pacato e miserável arraial foi identificada pelo novo Estado Republicano como uma possível resistência aos ideais da modernidade e do progresso. A possibilidade de insurreição desse arraial nos sertões do Brasil transforma essa espacialidade num foco de conflito e de instabilidade.

Paula (1997) menciona que Canudos simbolizava as mazelas do atraso, do subdesenvolvimento e era exatamente por isso que precisava ser liquidada e eliminada do cenário brasileiro. As reivindicações dos sertanejos eram, na leitura de Paula (1997), reivindicações pela terra e pelos direitos sociais que haviam sido negados.

A condenação de Canudos coincide com a produção da capital das Minas, Belo Horizonte. “Simétricas, têm trajetórias inversas: uma morre, outubro de 1897, ao mesmo tempo que a outra nasce, dezembro de 1897”. (PAULA, 1997, p. 56). Uma representa o avesso que o momento republicano quer revelar.

Cidade que denuncia as contradições, os conflitos, as desigualdades, as mazelas sociais, concentração fundiária. A outra, representa os novos tempos da República, “as maravilhas da técnica, da geometria precisa, do cálculo, do planejamento” (Paula, 1997, p. 45).

Embora Belo Horizonte representasse a exuberância da modernidade, é relevante destacar que, também, naquela ainda incipiente capital já havia sido silenciada uma antiga organização citadina: o antigo arraial do Belo Horizonte.

A cidade republicana e moderna, que comemorava a destruição de sua contraparte monarquista, atrasada, fanática, bárbara. É como se a existência de uma cidade dependesse da destruição da outra. É como se a memória de uma cidade dependesse do esquecimento da outra, em sua morte civil e histórica, episódio a ser esquecido, porque permanência de um passado que se quer apagar (PAULA, 1997, p. 44).

O processo de modernização está intimamente relacionado à dinâmica econômica advinda das relações capitalistas de produção, comercialização e acumulação do capital. É por intermédio da dinâmica do capital que se deve compreender a produção da modernidade e de suas possíveis espacialidades.

Harvey (2003) reforça, nesse sentido, a ideia e as contribuições de Marx no que tange à busca pela inovação contínua. Essa busca pressupõe, inevitavelmente, um movimento de desvalorização do passado, do trabalho, dos valores e princípios em prol sempre de um futuro que se anuncia, mas que, por ser incerto, produz inegavelmente sentimento de insegurança e medo.

O desejo pelo desconhecido, pelo novo, é motor de todo o sistema econômico que alimenta e nutre a modernidade. Buscar e trilhar o caminho em direção *ao por vir* é fator fundamental no processo de acumulação ampliada do capital. “A *destruição criativa* está embutida na própria circulação do capital. A inovação exacerba a instabilidade e a insegurança, tornando-se, no final, a principal força que leva o capitalismo a periódicos paroxismos de crise” (HARVEY, 2003, p. 102).

A destruição para que o novo seja produzido pressupõe, em alguma medida, a ideia da negação do passado, ou seja, a ideia de que aquilo que ficou no passado não mais atende às demandas do futuro no presente. Nesse sentido, pensar a modernidade é pensar nas suas temporalidades e espacialidades, por

vezes negadas, destruídas para que novas sejam criadas. Esse movimento da destruição para criação inaugura uma das problemáticas modernas mais relevantes de análise: a produção do *urbano*.

Compreender Belo Horizonte como um espaço urbano cujo processo de produção foi marcado, desde o início de sua história, por sucessivos projetos de *modernidade* foi o objetivo norteador da pesquisa que deu origem a esta tese. Em plena virada do século XIX para o XX, no meio do sertão mineiro, o centro do poder do estado das Minas é idealizado. A prática, porém, do esquecimento, por intermédio da destruição assim como em Canudos, também foi uma realidade no projeto de produção da nova capital.

Belo Horizonte – uma cidade produzida para ser moderna

Produzir uma capital para as Minas Gerais é uma tarefa que a recém-inaugurada República assumiu. Minas Gerais representou, se comparada às demais áreas de exploração colonial voltadas mais às atividades agrícolas, um cenário eminentemente urbano e por que não dizer moderno.

Nas Minas, pela própria natureza da produção mineradora e da atividade garimpeira, onde os investimentos e demandas de recursos naturais eram menores e o acesso aos meios de produção mais horizontalmente distribuído – e também até porque ouro e diamantes são facilmente escondidos e traficados – surgiu uma sociedade de caráter marcadamente urbano, onde o espaço da produção e o espaço do poder coexistiam no mesmo território, dando origem a cidades onde a cidadania era menos restritiva e o sentido de participação mais presente, fortalecido pela importância da Igreja e principalmente pelas ordens laicas (que permitiam a organização da população negra e mestiça), na produção de monumentos (igrejas) e espaço públicos (MONTE-MÓR, 1997, p. 473).

A aspiração republicana, já analisada anteriormente, inaugurada pelos Inconfidentes em terras mineiras, pode ser justificada, em grande parte, por serem as cidades das Minas, no final do século XVIII, uma significativa e expressiva espacialidade urbana. Este fato transformou o estado de Minas Gerais num grande reduto de inspirações republicanas.

Paula (2000) menciona que Minas Gerais apresenta, de maneira contundente aspirações da modernidade, pois é confluência de vários sistemas: “um sistema urbano, um sistema estatal, um sistema cultural, um sistema religioso, um sistema monetário-mercantil que têm especificidades no quadro brasileiro” (PAULA, 2000, p. 12). Essa conotação moderna atribuída às Minas se deve, entre vários fatores, na visão do autor, ao fato de ser o ouro, principal produto de exploração, meio de circulação, que de uma forma ou de outra girou no espaço das minas, promovendo trocas, implementando mercados, ou seja, “permitindo um grau de mercantilização sem paralelo na colônia brasileira” (PAULA, 2000, p. 14).

Todos esses sistemas não garantiram, porém, às terras mineiras, a concretização e consolidação da chamada modernidade⁵. Paula (2000) compara o caso de Minas Gerais a Portugal do século XII. Para o autor, Portugal foi o primeiro a alcançar e consolidar a condição de Estado-nação moderno, também foi o primeiro a realizar a revolução burguesa que garantiu posição de destaque em relação ao expansionismo marítimo em direção à Ásia, África e América. Mas esse percurso em direção à construção de uma nação moderna foi solapado pela presença inglesa⁶. Assim como ocorrera com Portugal, Minas Gerais se lança precocemente na modernidade, mas esse percurso é incompleto e bloqueado ao longo de sua história.

Paula (2000) acredita que a realidade mineira dos séculos XVIII e XIX se aproxima de uma realidade inserida na modernidade a partir da compreensão de um conjunto de instituições presentes nesse espaço: “as cidades, o Estado, o mercado, um sistema cultural” (PAULA, 2000, p. 22). O autor menciona o filósofo Henrique Vaz para defender a legitimidade de uma *modernidade mineira* e afirma, ainda, não haver uma modernidade, mas sim diferentes modernidades.

É preciso esclarecer que a tradição sugerida por Paula (2000) no que se refere à presença precoce de um fenômeno urbano em terras mineiras não está definitivamente atrelada à concepção do que se entende por urbano para o

⁵ A reflexão de Paula (2000) está centrada na análise da “modernidade mineira”, diferente como ele mesmo menciona da modernidade introduzida pelo movimento republicano que vai deslocar da cidade de Ouro Preto o lugar da centralidade do poder de Minas.

⁶ Paula (2000) relembra a obra *Dom Quixote* que é para o autor uma história da “glória perdida”. Glória proveniente de uma suposta modernidade em construção, porém interrompida ao longo da sua história.

filósofo Henri Lefebvre, escolhido como um dos referenciais teóricos desta tese. Para Lefebvre, o urbano está vinculado à ideia e à concepção de um modo de vida introduzido desde a inserção do modo de produção industrial.

Paula (2000) defende uma *modernidade mineira* apesar da constatação da não existência de um “desenvolvimento econômico, político e social includente” e, sim, “um processo economicamente débil, politicamente não democrático e socialmente marginalizador”, diferente de outros cenários que experimentaram a emancipação política, social e cultural, mesmo num processo, muitas vezes, marcado pela exclusão e marginalização. O autor insiste que a modernidade mineira deve ser considerada dentro de uma realidade, de um contexto histórico tanto da América Portuguesa quanto do Brasil imperial.

Nesse contexto, o autor menciona ter sido Minas Gerais, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a região brasileira mais urbana e populosa do espaço brasileiro. “Mais que isso, os níveis de urbanização e a dinâmica demográfica de Minas Gerais ressaltam-se num plano mais geral de comparação com o padrão urbano-demográfico do conjunto do Novo Mundo e mesmo do prevalecente na Europa.” (PAULA, 2000, p. 34).

Em 1775, a população nas cidades como Boston, Philadelphia e New York era de 16.000, 40.000 e 25.000 habitantes, respectivamente. Enquanto em Minas Gerais, no ano de 1776, a população residente nas cidades de Vila Rica, Rio das Mortes, Sabará e Serro do Frio era de 78.618, 82.781, 99.576, 58.794 habitantes, respectivamente⁷. Não se pode, no entanto, verificar um levantamento demográfico sistemático da região das Minas Gerais ao longo do século XVIII. Mas, há, na visão do autor, fortes indícios de um peculiar processo de urbanização do espaço mineiro por meio de outros sintomas, como “a marcha vertiginosa de ereção de vilas em Minas Gerais, o que determinará, em poucos anos, a virtual ocupação do território em todos os seus quadrantes” (PAULA, 2000, p. 36).

Monte-Mór (1997) enfatiza o discurso da modernidade mineira ao salientar que a cultura colonial portuguesa adquire expressões próprias na arquitetura, na escultura e nas artes plásticas, contribuindo para a construção das primeiras feições do sujeito moderno em terras mineiras. Essa feição cultural

⁷ Paula (2000).

mineira é claramente percebida na influência do Barroco, podendo ser mencionada, inclusive, a existência de um estilo próprio, o Barroco mineiro.

Paula (2000) defende que a modernidade mineira está apoiada, além da precoce estrutura urbana visualizada a partir do século XVIII, a uma posição importante no que tange a relação existente entre a atividade mineradora, a circulação mercantil e ao próprio padrão monetário. Outro fato relevante trazido pelo historiador está na presença de uma complexa trama tributária que será responsável pela atuação significativa do Estado com todo o seu aparato jurídico, policial e fiscal.

Pode-se afirmar que Vila Rica do século XIX já apresentava na sua estrutura urbana uma edificação, a Casa dos Contos, cuja função seria receber a Secretaria da Fazenda, assim como também o Tesouro Nacional. O prédio recebeu outras funções, ao longo da história, retornando ao poder da Secretaria da Fazenda apenas em 1973; hoje assume o papel de “contar” aos visitantes e turistas dessa antiga cidade mineira as histórias do Ciclo do Ouro.

Porém, a crise instalada, no chamado ciclo do ouro, redefiniu a centralidade econômica, política e social que as cidades mineiras construíram ao longo dos séculos XVIII e XIX. Novas atividades econômicas foram engendradas nesses antigos espaços mineradores, mas o apogeu econômico revelado nas estruturas urbanas das cidades, hoje denominadas históricas, é considerado relíquia de um tempo remoto. As cidades mineradoras que introduziram e inauguraram as raízes da modernidade mineira hoje representam um passado colonial, escravocrata e decadente que os novos ventos modernos querem superar.

A ideia que surge e se dissemina, a partir de 1880, por todo o espaço das Minas Gerais é a necessidade de uma modificação da referência e da imagem de poder central do Estado. A modernidade desejada pelos jovens republicanos não tinha, naquela modernidade mineira do século XVIII, sua inspiração. “Ao contrário, é nos moldes europeus do final do século XIX, gerados no contexto das metrópoles capitalistas industriais em formação onde a luta de classes já havia tomado as ruas desde a primeira metade do século” (MONTE-MÓR, 1997, p. 474) que os republicanos de todo o país sonhava. A ideia de mudar a capital do estado foi assumindo papel significativo entre as elites mineiras e nos debates do Congresso Constituinte mineiro de 1891.

Várias são as tentativas de interpretar os motivos que levariam à inauguração de uma nova capital do Estado distante dos ares da antiga Vila Rica. Muitos consideram a decadência econômica vivenciada pela crise da mineração como grande impulsionadora da mudança. A estagnação da economia mineira deslocou a posição de destaque da região mineira para outros centros. O afastamento da região, em relação a São Paulo e Rio, era certamente um fator que preocupava a elite mineira que percebia temerosa a estagnação do estado e a dificuldade de se reafirmar como centralidade no novo contexto econômico e político que já se anunciava. Outras possibilidades não menos importantes também são analisadas. Aguiar (2006) menciona dois outros fatores: a necessidade de dissociar o poder político do poder econômico e a desarticulação territorial do estado.

De fato, Minas Gerais era vista pelos grupos que dominavam a política e a economia mineiras como um conjunto pouco entrosado de vales voltados para pólos econômicos situados além das divisas estaduais, em especial o Rio de Janeiro e São Paulo. (...) Tornava-se imperativo buscar unificar as várias regiões em volta de um centro que fosse politicamente forte e representativo (AGUIAR, 2006, p. 35-36).

É da confluência desses fatores que o projeto de construção de uma nova capital desponta no final século XIX como necessidade política, econômica e social. Ouro Preto, cidade das minas, origem de uma modernidade precoce, interrompida, fica predestinada a assumir outros papéis na história do estado. Cidade considerada *histórica*, conta aos visitantes um passado de glória perdida, interrompida por um projeto modernizador antes jamais visto.

Assim, o Estado-nação republicano vislumbra as possibilidades de se romper definitivamente com alguns fortes indícios de um passado colonizado, escravocrata e decadente. Ouro Preto representava exatamente essa imagem. Esquecê-la como referência era fundamental nesse momento.

Curioso registrar que a nomeação de Ouro Preto como sede da capital da região das Minas, foi, desde o primeiro dia, questionada.

Essa vila fez-se, portanto, capital pela circunstância eventual de ser, no momento, o centro mais ativo e populoso da novel capitania. Mas desde o seu primeiro dia de existência viu-se claramente que a sua situação topográfica não lhe permitiria um

desenvolvimento à altura da grandeza e prosperidade futura de Minas, e que o ser despojada de sua bela posição de capital era questão apenas de tempo, pois estava bem visto que, no futuro, tão grande território não poderia prescindir da sua capital-paradigma, ao passo que Vila Rica estava muito longe, topograficamente, de realizar aquela aspiração, quando ela repontasse decisiva no cérebro da gente montanhesa (BARRETO, 1995a, p. 282).

Tal fato não pode justificar a intensidade do movimento político em torno da mudança da capital das Minas para outra localidade. Enquanto o sistema monárquico era ainda uma realidade, as tentativas de transferência da capital foram fracassadas. Mas, bastou a chegada da República para que as discussões em prol da mudança se intensificassem de maneira assustadora.

E tinham razão quantos assim pensavam, pois mal raiou nos indecisos horizontes do Brasil o majestoso dilúculo de 15 de novembro de 1889, com a Proclamação da República, e a grande ideia de Minas seguiu-lhe as cintilações luminosas, agitada, a um tempo, na imprensa e na tribuna, porque todos sabiam que havia soado a hora da nossa partida em ascensão para novos e mais belos destinos (BARRETO, 1995a, p. 296-297).

Tem-se a partir de 18 de novembro de 1889 o início das candidaturas a sede da capital das Minas. “Quem deu o sinal prático de partida, neste particular, a 18 de novembro de 89, foi a Câmara Municipal de São João Del Rei”. A comunicação foi clara: “Indico que esta Câmara nomeie o Dr. Artur Getúlio das Neves, digno filho desta terra, para representá-la diante do governo provisório pedindo para que seja essa cidade a capital do Estado de Minas Gerais” (BARRETO, 1995a, p. 297).

Em seguida, várias outras localidades deram início a um processo de candidatura à capital das Minas. Depois de longas e calorosas discussões, o Congresso Legislativo promulga a seguinte lei:

Art. 1. O presidente do Estado mandará, com urgência, por uma ou mais comissões de sua livre nomeação, proceder a estudos nos seguintes lugares para dentre eles ser escolhido um para o qual seja mudada a capital do Estado: Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Maçal e Juiz de Fora (BARRETO, 1995a, p. 332).

Segundo Barreto (1995a), o então mais novo presidente do Estado eleito, Dr. Afonso Augusto Moreira Pena, buscando atingir uma imparcialidade no processo que iniciava, nomeou para o cargo de chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, um engenheiro de sua inteira confiança, que não era mineiro e que não tinha nenhum sentimento ou interesse por qualquer candidata à capital. Este profissional era o Sr. Aarão Reis, engenheiro civil, natural do Pará.

As cinco cidades candidatas foram submetidas, sob a coordenação do Sr. Aarão Reis a um “rigoroso estudo” para que a eleita pudesse receber de 150 a 200 mil habitantes. A Comissão examinou: as condições naturais de salubridade, o abastecimento abundante de água potável, os esgotos e escoamento das águas pluviais, as facilidades oferecidas para a edificação, a garantia de abastecimento de produtos agrícolas, a iluminação pública, as condições topográficas, o plano de viação estadual e federal; as despesas que exigirão para obter as instalações iniciais indispensáveis (BARRETO, 1995a).

Aarão Reis apresentou um relatório minucioso⁸ a respeito de seu parecer sobre as cinco candidatas: Barbacena, Várzea do Maçãl, Paraúna, Juiz de Fora e Belo Horizonte. As conclusões elaboradas pela Comissão são de um teor técnico, político e ideológico importante para compreender o processo de escolha da nova localidade que receberia a sede da capital das Minas.

Barbacena não apresentava, segundo o referido relatório, condições topográficas satisfatórias assim como registrava sérios problemas em relação ao abastecimento de água, pois lhes faltava mananciais capazes de fornecer água de boa qualidade.

Paraúna, apesar de se localizar no centro geográfico do Estado, não apresenta condições topográficas e sanitárias favoráveis para receber a população esperada. Além disso, Paraúna, apesar de estar localizada no centro geográfico do Estado, se encontrava ainda distante dos principais meios de comunicação.

Juiz de Fora, na visão de Aarão Reis, teria plena condição para abrigar confortavelmente os futuros habitantes da nova capital. Sua posição geográfica, entretanto, distante do “verdadeiro centro territorial mineiro” e a proximidade com

⁸ Esse relatório está apresentado na íntegra na obra de Abílio Barreto. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história antiga e história média*. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

a Capital Federal, Rio de Janeiro, além de suas tendências já consolidadas como centralidade comercial e industrial fizeram com que a Comissão não a escolhesse.

A maior disputa ficou entre Várzea do Marçal e Belo Horizonte.

Entre Várzea do Marçal e o Belo Horizonte é difícil a escolha. Em ambas, a nova cidade poderá desenvolver-se em ótimas condições topográficas, em ambas, é facilímo o abastecimento de água e a instalação dos esgotos, ambas oferecem excelentes condições para as edificações e a construção em geral, e se, na atualidade, a Várzea do Marçal representa melhor o centro de gravidade do Estado e acha-se já ligada, por meios rápidos e fáceis de comunicação com todas as zonas, daqui a algumas dezenas de anos Belo Horizonte melhor representará, de certo, e mais diretamente ligada ficará a todos os pontos do vasto território mineiro. (REIS, 1893, p. 76 *apud* BARRETO, 1995a, p. 396).

Aarão Reis fez sua opção por Várzea do Marçal. Mencionou ser essa localidade uma área com um número maior de terrenos devolutos dentro do próprio perímetro que abrigaria a futura capital. Para o engenheiro esse fato exigiria menor gasto para o Estado, além do fato de Belo Horizonte ainda necessitar de um ramal férreo que a ligaria à Estrada de Ferro Central do Brasil.

A indicação e os estudos apresentados pelo engenheiro Aarão Reis deveriam ser apreciados pelo Congresso para que, enfim, pudesse ser votada a localidade que seria a nova capital das Minas. É claro que a indicação de Aarão Reis para Várzea do Marçal a colocava em forte situação de vantagem em relação às demais. Era preciso, porém, aguardar os processos legais que ocorreriam não mais na cidade de Ouro Preto, ainda capital das Minas, mas em Barbacena, pois se acreditava que poderiam ocorrer manifestações e tumultos no momento da decisão da tão discutida e disputada mudança da capital das Minas.

Depois de muitos discursos, muitas argumentações de teor político, análises técnicas eis que o sítio geográfico de Belo Horizonte foi escolhido para sediar dar lugar à nova capital. “Com a aprovação, por dois votos, dessa emenda, estava escolhido Belo Horizonte para a nova capital de Minas!” (BARRETO, 1995a, p. 426).

Um dos mais fortes argumentos levantados pelo engenheiro Aarão Reis para justificar a sua preferência por Várzea do Marçal no lugar de Belo Horizonte dizia respeito à inexistência de uma via férrea que fizesse a comunicação do antigo arraial a outras localidades mineiras e demais centros da atual República. Conforme o mesmo engenheiro mencionou, a nova capital do estado seria, em breve, forçada a se ligar com outras centralidades devido à sua localização geográfica.

Por essa forma será Belo Horizonte um ponto forçado da grande artéria, que tem de ligar o norte com o sul da República e o ponto central das ramificações para todo o litoral e para as repúblicas do Prata e do Pacífico; perfeitamente de acordo com plano da viação geral e estadual, fica assim evidente, como dissemos na primeira parte deste relatório, que a mudança da capital para esta localidade oferece maior soma possível de vantagens aos interesses agrícolas, industriais e políticos de Estado de Minas, considerados em seu conjunto (BARRETO, 1995a).

Os constituintes se apegaram fortemente nessa fala de Aarão Reis e mencionaram que a existência da estrada Oeste, levantada pela Comissão como fator positivo no processo de decisão por Várzea do Marçal, deveria ser ponderada; pois caso a cidade assumisse a posição de sede do estado das Minas Gerais deveria sofrer reforma ou mesmo fazer uma nova estrada⁹.

Outras ponderações podem ser apresentadas. Ao analisar as duas plantas das duas candidatas percebem-se outras questões.

Na visão de Borsagli (2010), ao analisar as plantas dos lugares candidatos a sediar a capital mineira, tem-se a seguinte constatação: a localização de Várzea do Marçal sujeitaria a região a sofrer graves problemas de alagamento nos períodos de chuva, o que seria um grave problema para a cidade quando se projeta o crescimento previsto da população em direção à nova capital. Outra questão levantada por Borsagli (2010) refere-se à localização geográfica do Arraial de Belo Horizonte mais favorável do que a de Várzea do Marçal.

Assim, a escolha por Belo Horizonte se concretizou.

Foi com muita alegria que os habitantes do antigo arraial receberam a notícia. As festividades duraram dias. Bailes, passeatas com música, fogos, discursos passaram a fazer parte da rotina da futura sede da capital.

⁹ Barreto (1995a).

Entretanto, decorridos aqueles dias, assim que serenaram os ânimos exaltados pelo justo regozijo de que estava tomado aquele povo, antevendo o grande e luminoso futuro que se rasgava para a sua modestíssima terra natal, alguns espíritos pessimistas tornaram-se meditativos, como querendo vislumbrar, nas dobras do dia incerto do amanhã, o destino que lhes estaria reservado. E avaliavam, então, quanto doloroso seria se tivessem de abandonar as suas propriedades, as casas onde haviam nascido e passado os melhores dias de sua existência, o que seria quase certo, pois não era concebível que se instalasse a capital em um arraial... E, numa expectativa ansiosa, aquele povo foi acompanhando o transcorrer dos dias, a fazer mil conjecturas e castelos... (BARRETO, 1995a, p. 432).

Esse sentimento de alegria e orgulho parecia se misturar, ao mesmo tempo, com um sentimento de medo, desconfiança e muita insegurança. Os moradores do antigo arraial, em breve a futura capital, vivenciavam esse turbilhão de experiências contraditórias, pois quem poderia garantir que teriam um lugar nesse novo espaço? Esse sentimento foi facilmente percebido pelos construtores, jornalistas e viajantes que começaram a chegar à futura sede da capital mineira, ainda Arraial do Belo Horizonte, conforme relata Barreto (1995a).

Belo Horizonte surge assim como possibilidade de rompimento com os vestígios de um passado estigmatizado representado principalmente na cidade de Ouro Preto, então capital do Estado de Minas Gerais. Romper com a imagem da “desordem” urbana, da cidade de ruas estreitas e casas amontoadas e produzir uma imagem de cidade moderna fruto da gestão técnica e racional do espaço, é fundamental para a ideia de legitimação de um país livre, republicano e modernizador.

É interessante mencionar que a busca por acompanhar os ventos modernos surge mesmo antes de a cidade ter sido escolhida como sede do estado das Minas. O antigo Arraial do Curral Del Rei foi palco de discussões, estimuladas pelo “Clube Republicano” presente no Arraial, na tentativa de acompanhar as mudanças ocorridas com a Proclamação da República. A ideia era propor uma mudança no nome do Arraial, pois para os republicanos “soava mal ao ouvido e era um atestado flagrantemente injusto de atraso, com que os bons curralenses não se conformavam” (BARRETO, 1995a, 230). Foi assim que no dia 23 de março de 1890 deu-se a mudança do nome do antigo Curral del Rei para Belo Horizonte.

Assim, ao longo da produção da cidade de Belo Horizonte revela-se um compromisso permanente de afirmá-la enquanto espacialidade moderna.

Compromisso presente desde o projeto idealizado por Aarão Reis e que acompanha a transformação da cidade em metrópole e alcança o estágio de uma cidade centralizadora de serviços que mercantiliza seus espaços num processo de valoração de suas potencialidades patrimoniais.

Inicialmente, percebe-se que a cidade idealizada por Aarão Reis tinha como compromisso produzir uma cidade que representasse a República, o progresso e os novos ventos modernos. É por esse motivo que idealiza uma cidade à luz das representações europeias.

No processo de produção dessa espacialidade moderna, Belo Horizonte adquire formas de cidade grande, monumental. No entanto, a cidade ainda não se dota de valores e conteúdos modernos suficientes para realizar o projeto modernizador. Por mais que tenha sido idealizada para assumir o papel de uma cidade política, sede do governo de Minas, ela nasce comprometida com o projeto da modernidade e para realizá-lo ela se lança na busca por sua inserção na dinâmica industrial da nação, à imagem de uma espacialidade moderna, qual seja, uma espacialidade urbano-industrial. Nesse sentido, a capital é alvo de projetos de industrialização, mal sucedidos, que acabam por desenrolar uma história de sucessivos fracassos. Em um percurso de tentativas frustradas, a cidade recebe como prefeito nomeado o diamantinense Juscelino Kubistchek, o qual amplia as redes viárias, promove espacialidades para o lazer, investe na arte e na cultura mineira e a projeta por toda nação. Além disso, produz a Pampulha, símbolo do modernismo e da modernidade em terras mineiras. Propaga a cidade e a prepara para o processo de metropolização. Os legados dessas modernidades estão presentes hoje na cidade capital das Minas. Uma cidade que já se projeta metrópole e se dota de valores mercantis no processo produção de espaços-mercadorias. A cidade não abandona seu projeto de modernização, por vezes frustrante, mas mantém-se na trilha de sua espacialização.

Feitas tais considerações, afirmamos que esta tese analisa, à luz do paradigma da modernidade, o processo conflituoso e contraditório da produção do espaço de Belo Horizonte, a partir de dois momentos: o projeto de idealização da capital, elaborado por Aarão Reis e a gestão municipal de Juscelino

Kubistchek. Nessa perspectiva, dois problemas fundamentaram o percurso da tese.

1. Como o paradigma da modernidade engendra a produção do espaço urbano da capital mineira, por meio do projeto idealizado por Aarão Reis e da administração municipal de Juscelino Kubistchek?
2. Quais *legados socioespaciais* se podem identificar hoje, na cidade de Belo Horizonte, provenientes das *representações modernizantes* produzidas em tempos pretéritos?

Para que o objetivo desta tese seja alcançado, a mesma se dividirá em cinco partes.

Na primeira parte intitulada, “**Espacialidades modernas, o urbano em produção. Aportes teóricos-metodológicos**”, apresentamos as escolhas teóricas metodológicas que nortearam a pesquisa. Como a tese tem como objetivo analisar o processo de produção do espaço urbano de Belo Horizonte, torna-se fundamental percorremos e consequentemente demonstrarmos a trajetória teórica elaborada ao longo da pesquisa, entendida aqui como suporte teórico para a análise pretendida.

Na segunda parte da tese, “**O urbanismo moderno em terras mineiras: a produção de um saber político no espaço urbano de Belo Horizonte**”, fazemos uma análise sobre a representação do espaço idealizado por Aarão Reis. Inicialmente discutimos a chegada da Comissão Construtora da Capital no Arraial. Registramos suas primeiras impressões e as análises dos idealizadores e antigos moradores. Em seguida procuramos compreender as principais influências urbanísticas que fizeram Aarão Reis projetar a capital das Minas. Por último, aprofundamos propriamente na dialética estabelecida entre a representação do espaço idealizado e a produção dos espaços de suas representações.

Na terceira parte, à qual denominamos “**O projeto modernizador e a nascente economia industrial**”, fazemos uma análise sobre as tentativas de engendrar na capital mineira os ares modernos por meio de projetos industriais. Inicialmente percorremos e avaliaremos o incipiente projeto industrial presente na capital no início do século. Em seguida fazemos uma incursão sobre o papel

das atividades mineradoras na busca pelo caminho da modernização. E por fim buscamos compreender o papel da implantação da Cidade Industrial em Contagem no processo de metropolização de Belo Horizonte.

Na quarta parte, **“A política modernizadora de Juscelino Kubistchek”**, procuramos analisar o papel do prefeito na produção da espacialidade moderna. Inicialmente nos debruçamos a compreender a influência do prefeito no processo de produção da estrutura urbana. Em seguida, aprofundamos a análise sobre o processo de idealização da Pampulha como marco da modernidade de JK, iluminando as representações projetadas por Oscar Niemayer. Na sequência apresentamos a importância do prefeito no processo de idealização de um homem moderno na capital. Para isso buscamos mostrar o papel da arte, da cultura e do patrimônio como política modernizante implementada na gestão JK. E por fim procuramos mostrar o papel do prefeito no processo de verticalização da cidade.

Por fim, na quinta e última parte da tese, **“Novos horizontes da metrópole mineira em produção”**, procuramos analisar os legados de uma modernidade pretérita na contemporaneidade da capital mineira. Inicialmente analisaremos como as políticas modernizantes implantadas pelo prefeito JK, principalmente no que tange à produção de uma moderna morfologia urbana promoveu a criação dos eixos de crescimento da cidade em direção a formação de uma região metropolitana. Em seguida fazemos uma discussão sobre o papel do patrimônio na produção de uma nova espacialidade moderna na capital mineira. Debruçamos-nos no caso específico da Praça da Liberdade, praça projetada para simbolizar no apogeu da República ideais de liberdade, locus do poder político, hoje conjunto urbano patrimonializado para sediar o maior centro cultural da cidade. Produção de uma modernidade a partir da patrimonialização de sua espacialidade pretérita.

Parte I - *Espacialidades* modernas, o urbano em produção. Aportes teóricos-metodológicos

A análise da produção de uma cidade, como Belo Horizonte, a partir do paradigma da modernidade, remeteu-nos a uma incursão teórica inicialmente sobre a *produção do espaço*, social e historicamente construído, para, em seguida, tratar da produção do urbano, ressaltando ser este um processo contraditório e conflituoso.

A palavra *espaço* é, sem sombra de dúvidas, regida por diversas possibilidades de interpretação. Por referenciar e presumir noções de localização, pertencimento, posse, domínio e lugar, o espaço é termo usual para cidadãos, pesquisadores e cientistas de diversas áreas do conhecimento.

Objeto da preocupação de filósofos desde Platão e Aristóteles, a noção de espaço, todavia, cobre uma variedade tão ampla de objetos e significações – os utensílios comuns a vida doméstica, como um cinzeiro, um bule, são espaço; uma estátua ou uma escultura, qualquer que seja a sua dimensão, são espaço; uma casa é espaço, como uma cidade também o é. Há o espaço de uma nação – sinônimo de território, de Estado; há o espaço terrestre, da velha definição da geografia, como crosta do nosso planeta; e há, igualmente, o espaço extraterrestre, recentemente conquistado pelo homem, e, até mesmo o espaço sideral, parcialmente um mistério (SANTOS, 2002b, p. 150).

O percurso de elaboração teórica em busca do entendimento da categoria espaço na Geografia foi longo e árduo. Heranças cristalizadas, fundamentadas numa tradição positivista, ainda acompanham as reflexões e análises geográficas. A forte identificação como cenário e palco das ações humanas permeia, até hoje, as produções da Geografia.

A preocupação com a localização das atividades humanas identificou o espaço com o palco da ação do homem. Dessa situação decorrem as derivações analíticas que associam o espaço a um quadro físico, e, imediatamente, materialidade (CARLOS, 2011, p. 63).

Esta ideia de espaço identificada, segundo Carlos (2011), como cenário das ações humanas e associada a um quadro físico, não possibilita ao pesquisador acessar o processo de produção da cidade e tampouco do urbano.

É, nesse sentido, que Corrêa (2011) menciona a ausência do espaço como categoria de análise relevante na geografia tradicional¹⁰. A produção do saber geográfico, nesse período, era fundamentada nas categorias paisagem e região. “Assim, os debates incluíam os conceitos de paisagem, região natural e região-paisagem, assim como os de paisagem cultural, gênero de vida e diferenciação de áreas” (CORRÊA, 2011, p. 17). A preocupação dos geógrafos era descrever os fenômenos e não desvendá-los no seu processo.

Apesar da categoria espaço não se apresentar no centro das reflexões da chamada geografia tradicional, Corrêa (2011) menciona a importância da obra de Ratzel e de Hartshorne como teóricos que contribuíram para o debate acerca do conceito.

Ratzel menciona a categoria espaço no processo de produção de sua teoria sobre espaço vital. Para ele, o termo espaço vital “expressa às necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais” (CORRÊA, 2011, p. 18).

Para Hartshorne, o espaço seria entendido como sinônimo de área, receptáculo. “O espaço na visão hartshorniana é o espaço absoluto, isto é, um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa” (CORRÊA, 2011, p. 18). Essa concepção desconsidera os agentes produtores do espaço, agentes sociais, que interferem no processo e são contingentes de novos espaços. Embora com ressalvas, pode-se dizer que os planejadores da nova capital de Minas Gerais compreendiam o espaço projetado como receptáculo, espaço desconectado das ações e relações sociais que o produzem. Como se poderá ver adiante, o Plano de Aarão Reis revela, rapidamente após a sua implementação, suas limitações.

A revolução teórica-quantitativa inaugurou outras possibilidades de compreender o espaço, mas não conseguiu romper com a concepção de espaço entendido como palco e receptáculo das ações humanas. Nesse processo, os geógrafos, engajados com o compromisso de construir uma geografia

¹⁰ CORRÊA (2011) entende como geografia tradicional o conjunto de correntes do pensamento geográfico que se estende de 1870, aproximadamente, à década de 1950, quando se identifica a denominada revolução teórica-quantitativa.

reconhecida a partir de pressupostos científicos, introduziram a elaboração de modelos pautados nas análises quantitativas.

O espaço, categoria central nessa escola geográfica, era compreendido de duas formas que, na visão de Corrêa (2011), não são mutualmente excludentes. “De um lado através da noção de planície isotrópica e, de outro, de sua representação matricial” (CORRÊA, 2011, p. 20). A noção de planície isotrópica origina-se de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo. Assim, para compreender a categoria espaço como concepção metodológica, afirma Corrêa (2011, p. 20-21).

Admite-se como ponto de partida uma superfície uniforme tanto no que se refere à geomorfologia como ao clima e à cobertura vegetal, assim como à sua ocupação humana: há uma uniforme densidade demográfica, de renda e de padrão cultural que se caracteriza, entre outros aspectos, pela adoção de uma racionalidade econômica fundada na minimização dos custos e maximização dos lucros ou da satisfação. A circulação nessa planície é possível em todas as direções.

A diferenciação do espaço se dá a partir das ações que ocorrem nessa superfície uniforme. Para o autor, enquanto o ponto de partida é a homogeneidade, o ponto de chegada é a diferenciação espacial. “Diferenciação e equilíbrio não são, assim, estranhos entre si nesta concepção” (CORRÊA, 2011, p. 21). Por outro lado, como retrata Corrêa (2011), as representações matricial e topológica devem ser compreendidas como meio operacional para se ter a produção do conhecimento.

Esta leitura a respeito da categoria espaço e do método quantitativo no processo de construção de modelos, desenvolvida pelos geógrafos lógico-positivistas é alvo de inúmeras críticas, pois a busca por modelos, padrões de análise, simplifica as possibilidades de se desenvolver uma pesquisa que acesse as particularidades de cada realidade num determinado momento socioespacial. A racionalidade, imparcialidade e objetividade almejadas na construção dos modelos de análises distanciará a Geografia das possibilidades de acessar o dinâmico processo de produção do espaço.

Entende-se por modelos as abstrações ou os objetos destinados à reprodução por imitação que servem, portanto, de exemplo ou de norma. Assim podem ser compreendidos os modelos que

referenciam as metodologias científicas. Mas modelos são apenas moldes, não são o mundo. E, assim, modelos metodológicos, para servirem ao mundo das pesquisas, deveriam incorporar a natureza complexa das relações entre os objetos, entre os seres e entre os seres e os objetos. Entretanto, os modelos são apenas situações idealizadas que, muitas vezes, incompatibilizam-se com a realidade, sendo prisões inventadas para cercar realidades que nunca se submetem ao cárcere (HISSA, 2002, p. 162).

A opção metodológica promovida pelos teóricos quantitativos não atinge, assim, as realidades contraditórias e conflitivas que produzem o espaço social. Os agentes produtores do espaço, os movimentos e as transformações ocorridas no e pelo espaço não são, nesse caso, fonte inspiradora de investigação.

Por esse motivo, os referenciais teórico-metodológicos apresentados por essa corrente do pensamento geográfico, assim como as contribuições feitas pela chamada geografia tradicional são alvos de muitos debates e críticas.

A partir da década de 1970, novas possibilidades de análise acerca do objeto e do método utilizado pela geografia são anunciadas. Essas novas análises, interpretadas como “análises críticas” estão relacionadas à realidade social e política da época. O momento é caracterizado por intensos questionamentos políticos a respeito da ordem social provenientes de sistema produtivo de distribuição desigual da riqueza.

Nesse período da história do pensamento geográfico, identifica-se a chamada *geografia crítica*, cuja principal fundamentação está no materialismo histórico e dialético.

Nesse contexto, emergem nomes como o de Milton Santos. Na trajetória de sua vida intelectual, o mesmo buscou produzir uma teoria sobre o espaço.

Numa perspectiva crítica, com forte influência da obra de Sartre, o autor buscou interpretar o espaço a partir da inseparabilidade entre forma e conteúdo, ou dito de outra maneira, a partir das noções de sistema de objetos e de sistema de ações.

Santos dedica-se à análise da categoria espaço, considerando-o como um conjunto de fixos e fluxos. “Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar”

(SANTOS, 2002, p. 61). Os fluxos são como ações que atravessam ou se instalam nos fixos transformando-os.

O autor apresenta outra possibilidade de se compreender teoricamente o espaço por meio de outro par de categorias: a configuração territorial e as relações sociais. “A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais” (SANTOS, 2002a, p. 62). Para o mesmo, a configuração territorial corresponde, inicialmente, apenas ao conjunto dos complexos naturais. A partir da história do homem, a configuração territorial vai assumindo o resultado de uma produção social que substitui a noção de “natureza natural” por uma “natureza inteiramente humanizada”.

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. Esta é uma outra forma de apreender o objeto da geografia (SANTOS, 2002a, p. 62).

Na sua formulação teórica, Santos (2002a) revela a diferença entre os objetos e as coisas e, menciona que, inicialmente, tudo eram coisas, mas, com o passar do tempo, as coisas são substituídas cada vez mais, por objetos. Essa transformação das coisas em objetos remete à ideia central já desenvolvida por ele a respeito do processo de desenvolvimento das técnicas. “Toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais” (SANTOS, 2002a, p. 68). Compreender essa formulação teórica é fundamental para consolidar o entendimento da trajetória desenvolvida pelo autor da produção de um meio técnico-científico-informacional. Os objetos, que revelam a produção social das técnicas, solicitam a investigação das ações, dos sentidos e dos valores que nutrem sua própria materialidade.

Segundo Santos (2002a), baseado agora em Marx, a ação resulta das necessidades sociais, ou seja, “quando, através do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza, isto é, sobre o meio, ele muda a si mesmo, sua natureza

íntima, ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa” (SANTOS, 2002a, p. 78).

De acordo com o autor, os objetos condicionam as ações, e essas remetem às relações sociais de produção que, por sua vez, levam, em virtude de seu conteúdo técnico, a produção de novos objetos. Assim afirma Santos (2002a, p. 86): “O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido”.

Na tentativa de atrelar a ideia de híbrido à categoria espaço, Santos (2002a) sugere outro modo de interpretar a realidade, diferente da tradicional análise que separa o natural e o artificial; objeto e sujeito-sociedade. Ou seja, o autor aposta na construção epistemológica dos híbridos em substituição à ideia da análise fundada em polos distintos, pois para o mesmo essa análise é uma leitura que parte da ideia de conceitos puros, isolados. Esse investimento teórico, elaborado por Santos (2002a), está atrelado, como o mesmo sugere, à dificuldade de distinguir as obras da natureza das obras dos homens. “No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social” (SANTOS, 2002a, p. 101).

A partir dessa leitura, Santos apresenta a noção de forma-conteúdo.

Assim, a forma-conteúdo não pode ser considerada, apenas, como forma, nem, apenas como conteúdo. Ela significa que o evento, para se realizar, encaixa-se na forma disponível mais adequada a que se realizem as funções de que é portador. Por outro lado, desde o momento em que o evento se dá, a forma, o objeto que o acolhe ganha outra significação, provinda desse encontro. Em termos de significação e de realidade, um não pode ser entendido sem o outro, e, de fato, um não existe sem o outro. Não há como vê-los separadamente. A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2002a, p. 102-103).

Por outro lado, autores como Carlos (2011) nos forneceram subsídios teórico-metodológicos para a análise do processo particular de produção dos espaços urbanos. Também segundo Carlos (2011), alcançar a compreensão do

espaço como produção social representou na Geografia uma inflexão, uma ruptura com as interpretações tradicionais.

Na Geografia a noção de *espaço*, com muita dificuldade, supera sua condição de materialidade pura em direção à possibilidade de pensar o espaço como produção social. Trata-se de um salto qualitativo expressivo em direção à compreensão do mundo moderno. Entretanto, esse processo não é nem linear e nem homogêneo. Na construção do pensamento geográfico (e, aqui nos referimos especificamente à Geografia brasileira) é possível perceber uma nítida inflexão, senão ruptura, que se estabelece nos anos 1970 (evidentemente como expressão das transformações da Geografia norte-americana e da europeia) a partir do questionamento sobre a elaboração do pensamento constituído até então, problematizando sua potencia explicativa sobre o mundo e, nessa direção, permitindo construir os fundamentos da noção de produção do espaço sob a orientação do materialismo histórico (CARLOS, 2011, p. 63-64).

Para Carlos (2011), é nesse momento que o pensamento geográfico, mais especificamente a Geografia brasileira, a partir do método dialético, faz pensar e analisar a produção do espaço na totalidade.

Harvey (2005) menciona, durante a elaboração de sua teoria acerca da *produção capitalista do espaço*, o descaso atribuído por muitos intelectuais à dimensão espacial presente na teoria da acumulação de Marx. “Em parte isso é consequência de uma falha de Marx, pois seus escritos sobre o assunto são fragmentários e, muitas vezes, desenvolvidos apenas de modo superficial” (HARVEY, 2005, p. 43). Esse fato, segundo Harvey, não desfaz a relação elaborada por Marx entre a teoria da acumulação de capital e a estrutura espacial.

Harvey (2005) descreve cuidadosamente a lógica do sistema capitalista, desenvolvida por Marx, a começar pela exposição da teoria de acumulação e sua correspondente estrutura espacial. De acordo com essa teoria, a acumulação assume, ao longo de todo o processo produtivo, papel central no sistema produtivo capitalista. O processo de acumulação se dá de maneira incessante e permanente. Harvey (2005, p. 43) afirma que: “o estado estacionário da reprodução simples é, para Marx, logicamente incompatível com a perpetuação do modo capitalista de produção”.

A dinâmica do crescimento econômico não exclui, no percurso de acumulação do capital, momentos de crises, que revelam a presença das contradições internas que são inerentes ao próprio sistema. Ou seja, o próprio sistema produtivo produz graves tensões no processo de acumulação, pois a natureza caótica presente no processo de acumulação do capital não pressupõe um crescimento harmonioso e equilibrado.

A crise, inerente ao próprio sistema, decorre, muitas vezes, como remete Harvey (2005), às barreiras promovidas pelo próprio processo de acumulação. Essas barreiras são criadas a partir do próprio sistema que produz força de trabalho, meios de produção, infraestrutura e demanda. Para compreender a produção das barreiras e limites ao processo continuado e permanente de acumulação, Harvey (2005) analisa as condições de produção e de distribuição. Segundo o autor, as crises, muitas vezes justificadas pela própria tendência de superacumulação são produzidas pela estrutura espacial destinada a atender, num determinado momento, as condições de acumulação do capital. HARVEY (2005) menciona que a superação dessas crises está atrelada à renovação das condições de acumulação adicional, que só se torna possível a partir da expansão geográfica da capacidade produtiva.

A paisagem geográfica, abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação, pois a própria construção dessa paisagem é antitética em relação a 'derrubada das barreiras espaciais' e, no fim, até à 'anulação do espaço pelo tempo' (HARVEY, 2005, p. 53).

O capital fixo e imobilizado na paisagem geográfica, reflexo do desenvolvimento de acumulação do passado, é fator inibidor do processo de prolongamento da própria acumulação. Ou seja, as estruturas espaciais criadas para atender à dinâmica da produção se tornam uma barreira física ao processo de ampliação da acumulação pela dificuldade de mobilidade. Nesse sentido, a própria materialidade produtiva construída para atender às demandas do capital é destinada à destruição a fim de que novas estruturas espaciais sejam produzidas, ampliando, assim, a reprodução do capital.

Fundamentado na leitura de Marx, Harvey (2005) menciona ainda que a necessidade para a ampliação da acumulação está na produção de novas estruturas espaciais. O autor entende que as condições de circulação possibilitam o processo de expansão geográfica da produção. Essas condições são relacionadas ao custo de transporte ao de comunicação que viabilizam o deslocamento da mercadoria do local da produção ao local do consumo.

Portanto, a redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para a acumulação de capital. Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução do custo de comunicação e transporte” (HARVEY, 2005, p. 50).

Baseado na contribuição de Marx, Harvey (2005, p. 51) menciona que “O tempo de giro de um determinado capital é igual ao tempo de produção mais o tempo de circulação. Quanto mais longo o tempo de giro de determinado capital, menor é o rendimento anual da mais-valia” (HARVEY, 2005, p. 50). A qualquer redução no tempo de circulação, entretanto, aumenta as possibilidades de acumulação. “Desse modo, uma necessidade dual, tanto para reduzir o custo quanto o tempo envolvidos no movimento, origina-se do imperativo da acumulação” (HARVEY, 2005, p. 51). Assim, a tomar como base dessa interpretação, a distância espacial se contrai em relação ao tempo devido ao aumento da velocidade de circulação.

A teoria desenvolvida por Harvey (2005) sobre a *produção capitalista do espaço* nos fornece importantes subsídios para compreender a produção das espacialidades urbanas modernas, como no caso de Belo Horizonte. Tal como discutiremos ao longo desta tese, a destruição criativa constituiu um dos pilares sobre os quais se apoiam os projetos modernizantes de produção do espaço urbano de Belo Horizonte.

Segundo Soja (1993), o marxismo ocidental, amplamente explorado na teoria de Harvey, “assemelhou ao desenvolvimento da ciência social burguesa, ao encarar a organização do espaço como um reflexo externo, um ‘continente’ ou um reflexo externo, um espelho da dinâmica social e da consciência social” (SOJA, 1993, p. 107). De acordo com o autor, a análise a respeito da

espacialidade da vida social foi praticamente externalizada aos processos sociais e históricos.

Para Corrêa (2011), assim como para Soja (1993), a análise do espaço só aparece, de maneira significativa, na teoria marxista a partir da contribuição teórica de Henri Lefebvre.

Lefebvre amplia a noção de dialética existente entre as relações sociais a dimensão espacial.

Ora, o espaço (social) não é outra coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ele resulta de uma sequência e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto. (...) Efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe (LEFEBVRE, 2006, p. 66)¹¹.

O espaço, socialmente produzido, não pode ser compreendido como um somatório de coisas que preenchem um vazio, mas, sim, um espaço que produz e é produzido por relações sociais. Como relata Carlos (2011, p. 13), “as relações sociais se realizam na condição de relações espaciais, o que significa que a análise geográfica revela o mundo como prática sócio-espacial”. Para a autora, a partir da influência de Henri Lefebvre, o ato de produzir espaço está intrínseco à realização das relações sociais.

Isso é absolutamente central posto que significa, em seu desdobramento, considerar que o real, em sua essência, existe num movimento ininterrupto articulando passado-presente-futuro. Nessa perspectiva a dialética teoria-prática realizar-se-ia num segundo movimento: aquele que implica a relação realidade-virtualidade (CARLOS, 2011, p. 26-27).

Para Carlos (2011), Marx amplia as possibilidades de desvendar a vida humana a partir dos desdobramentos provenientes da noção de produção como centralidade da sua análise. A autora atribui, pela perspectiva marxista, a possibilidade de se pensar no mundo enquanto prática, como movimento

¹¹ LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4^e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

permanente que requer como pressuposto uma compreensão acerca do espaço como possibilidade teórica e realidade concreta. Para Carlos (2011), a contribuição da geografia na busca do entendimento da realidade necessita de uma superação em relação à fragmentação da ciência e o reconhecimento de outras categorias de análise. “Portanto, o ponto de partida é a construção, na Geografia, da noção de produção do espaço” (CARLOS, 2011, p. 29).

Nesse aspecto, Carlos (2011) amplia sua fundamentação, da noção de produção inserida por Marx, para a contribuição dada por Lefebvre. Dessa discussão em torno da produção que a problemática do espaço ganha dimensão e relevância. Segunda a autora, Lefebvre, ao buscar compreender a dinâmica do mundo moderno, amplia alguns conceitos elaborados por Marx como o de modo de produção, enfatizando a possibilidade de novas produções, produção do urbano, do cotidiano e do espaço social.

A ampliação da noção de produção que se limitava apenas à produção de coisas e objetos atinge, na análise de Lefebvre, a possibilidade de produção e reprodução de relações sociais. Pensar no surgimento de uma realidade espacial. Começar pela inserção de um modo de produção, produção industrial, é uma possibilidade de se pensar num modo de vida que ultrapassa a dimensão material, concreta do espaço da antiga cidade. Lefebvre ilumina, assim, a realidade urbana.

Segundo o autor, a dimensão conceitual do que entende por sociedade urbana nasce do modo de vida industrial. Para Lefebvre (2004), a produção do urbano, mediada pela inserção do novo modo de vida industrial, se dá no rompimento da dicotomia existente entre urbano e rural. Ou seja, “o desenvolvimento técnico científico coloca cada vez mais a cidade além da cidade, redefinindo a dialética cidade-urbano. Essa redefinição encerra uma outra: a da relação cidade-urbanidade” (SPOSITO, 1999, p. 84). A urbanidade, segundo Sposito (1999), não pode mais ser compreendida como uma característica imanente da cidade, não se pode compreendê-la por intermédio de suas localizações, ou decorrentes da aglomeração populacional, mas sim pelo modo de vida. “Assim, a relação entre urbanização e cidade encerra uma nova problemática, quando a identidade entre forma e conteúdo está redefinida por uma nova morfologia urbana” (SPOSITO, 1999, p. 85).

Para Lefebvre (2004), o processo de industrialização inaugura esse novo momento, pois é o grande indutor do processo de produção da *sociedade urbana*. Para compreendê-la, Lefebvre menciona:

A indústria e o processo de industrialização assaltam e saqueiam a realidade urbana preexistente, até destruí-la pela prática e pela ideologia, até extirpá-la da realidade e da consciência. Conduzida segundo uma estratégia de classe, a industrialização se comporta como um poder negativo da realidade urbana: o social urbano é negado pelo econômico industrial (LEFEBVRE, 2006, p. 21)¹².

Carlos (2001, p. 45) discute a necessidade de se elaborar uma *problemática urbana* a partir das relações entre a cidade e o urbano. Segundo a autora, é necessário “desvendar o ‘sentido da forma da cidade’ sob o aspecto da morfologia”.

Carlos (2001) prossegue a análise sobre a mudança morfológica sofrida pela cidade ao longo do processo de reprodução do espaço urbano e afirma que “nesse plano se percebe a forma, que se metamorfoseia e, nesse movimento, ganha sentido de um processo em realização, conteúdos que se transformam e se inserem em novas formas” (CARLOS, 2001, p. 46). A problemática que se anuncia é, segundo Carlos (2001, p. 46), referente “a contradição entre o tempo de duração da vida e o tempo de duração da morfologia urbana”. De acordo com a autora:

a origem é, pois, a morfologia urbana – situada no plano da estrutura do espaço, constituindo quadro inicial e referencial da análise em sua continuidade/descontinuidade. A morfologia liga-se, nesse plano, aos espaços construídos, aos usos (modo como o habitante vive na cidade) e à percepção que os habitantes têm dos lugares da constituição da vida. Aqui, o uso revela a indissociabilidade entre o espaço e tempo, e as mudanças na morfologia assentam sobre as necessidades de reprodução do espaço urbano como condição e produto da reprodução ampliada (CARLOS, 2001, p. 47).

Nesse descompasso, contradição entre o tempo da vida e o tempo de duração da morfologia urbana, novas formas urbanas se revelam. Essas novas

¹² LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4^a éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

formas serão produzidas a partir “do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade, das condições em que se dá a produção (...)” (CARLOS, 1994, p. 86).

O tempo de duração da morfologia urbana é o tempo do capital, enquanto o tempo da apropriação social é o da vida.

“As representações do espaço, ligadas às relações de produção, à ‘ordem’ que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações frontais” (LEFEBVRE, 2006, p. 36). A “ordem”, tempo do capital, se impõe ao tempo da vida.

Carlos (2001), ao refletir sobre as transformações da sociedade por meio das metamorfoses do espaço, atribui ao espaço “miúdo, banal, familiar” o lugar da possibilidade da realização da vida, ou seja, a revelação da apropriação para a produção da vida.

Damiani (1999a) reitera essa ideia ao mencionar que um dos pressupostos da vida está na necessidade incontestável de uso dos espaços.

Usar os espaços para viver, ou apenas para sobreviver, é uma necessidade incontestável, por mais variações que, ao longo da história, possa-se inferir, pois as necessidades são históricas. Apesar das formas variadas de utilização, o uso dos espaços é um pressuposto da vida (DAMIANI, 1999a, p. 48).

Lefebvre (2004) compôs um diálogo em torno de uma forma da cidade, a *rua* para reafirmar a ideia da dissociação entre a representação do espaço e o espaço da representação. Num primeiro momento, o autor argumenta a favor da rua, em relação às possibilidades de usos e apropriações para a realização da vida. O tempo está ligado ao tempo das práticas.

(...) A rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. (...) A rua é a desordem? Certamente. (...) Essa desordem vive. Informa (LEFEBVRE, 2004, p. 30).

Carlos (2001, p. 46) afirma, por sua vez, que “mudanças na morfologia assentam sobre a necessidade de reprodução do espaço urbano como condição e produto da reprodução ampliada”. Nesse sentido, Lefebvre (2004, p. 30) anuncia as impossibilidades e o descompasso entre o tempo da vida e o tempo da morfologia urbana, no caso, *Contra a rua*.

Lugar de encontro? Talvez, mas quais encontros? Superficiais. Na rua, caminha-se lado a lado, não se encontra. É o “se” que prevalece. A rua não permite a constituição de um grupo, de um “sujeito”, mas se povoa de um amontoado de seres em busca. De que? O mundo da mercadoria desenvolve-se na rua. A mercadoria que não pôde confinar-se nos lugares especializados, os mercados (praças...) invadiu a cidade inteira. (...) A rua? Uma vitrina, um desfile entre as **lojas**. A mercadoria, tornada espetáculo (provocante, atraente), transforma as pessoas em espetáculo umas para as outras. Nela, mais que noutros lugares, a troca e o valor de troca prevalecem sobre o uso, até reduzi-lo a um resíduo. (...) A rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo (LEFEBVRE, 2004, p. 30).

Reduzir a rua a um resíduo, lugar de troca, é colocá-la, como menciona Damiani (1999), submetida à lógica do econômico e do político, reduzindo e empobrecendo a vida social. Segundo Damiani (1999a), as contradições do espaço se configuram no contraponto entre a “resistência representada pelas formas de uso do espaço, consolidadas historicamente” e a “homogeneização e à generalização de materiais, desenhos, maneiras de viver, impostas pela industrialização do espaço” (DAMIANI, 1999a, p. 49).

Conforme Damiani (1999a, p. 51) é necessário recorrer “a relação entre lógica (formal) e (lógica) dialética para ler, convenientemente, as contradições do espaço”. A autora sinaliza para a imposição de uma forma de conteúdos reduzidos estrategicamente” (DAMIANI, 1999a, p. 52). Estratégia essa que parte da forma quase pura até impor-se sobre os conteúdos da vida. “A lógica do Estado completa a lógica da mercadoria, igualizando as desigualdades. Tenta fazer tábua rasa da história humana, impondo estruturas espaciais homogeneizantes, fragmentadoras e hierarquizantes” (DAMIANI, 1999a, p. 51).

São essas estruturas espaciais homogeneizantes que, como menciona Lefebvre (2004, p. 139), pretendem “dominar e submeter à sua ordem o processo de urbanização, assim como a prática urbana”. Essa é para Lefebvre a *ilusão urbanística*. Ilusão pois:

os urbanistas parecem ignorar ou desconhecer que eles próprios figuram nas relações de produção, que cumprem ordens. Executam quando acreditam comandar o espaço. Obedecem a uma comande (encomenda) social que não concerne a este ou àquele objeto, nem a este ou àquele produto (mercadoria), mas a um objeto global, esse produto supremo, esse último objeto de troca: o espaço. O desenvolvimento do mundo da mercadoria alcança o continente dos objetos. Esse mundo não se limita mais aos conteúdos, aos objetos no espaço. Ultimamente, o próprio espaço é comprado e vendido. Não se trata mais da terra, do solo, mas do espaço social como tal, produzido como tal, ou seja, com esse objetivo, com essa finalidade (como se diz) (LEFEBVRE, 2004, p. 142).

Com a contribuição de Lefebvre, Damiani (1999a) menciona o “espaço formal” como dominante, aquele que impera e que submete o vivido.

É o espaço formal que impera. O cotidiano e o vivido lhe escapam. Ou melhor, programa-se o cotidiano. Lugares neutralizados, higiênicos e funcionais, como as avenidas, voltadas para a circulação do automóvel. Toda a racionalidade econômica e política pesa sobre o cotidiano, enquanto vivido (DAMIANI, 1999a, p. 52).

Para Damiani (1999a, p. 52), a forma, ao imperar e neutralizar o vivido, pode “antecipar e potencializar o que é do âmbito do conteúdo”. As práticas do planejamento, assim, atuam e dominam as espacialidades urbanas.

Segundo Lefebvre (2006, p. 44) “uma representação do espaço pôde misturar ideologia e conhecimento no interior de uma prática (sócio-espacial) (...). Do mesmo modo, hoje em dia, o espaço dos planejadores, aquele da localização que atribui a cada atividade um lugar pontual”. Tais determinações reduzem e distanciam as representações do espaço e os espaços da representação, inviabilizando as práticas e experiências espontâneas e concretas da vida em sua plenitude.

Os conflitos e as contradições revelados na espacialidade urbana, a metrópole contemporânea, assumem uma dimensão antes não vista, pois, nessa nova realidade urbana, as relações de poder e de produção são intermediadas exclusivamente pelas relações econômicas. A terra urbana inserida no mundo da mercadoria engendra e naturaliza a segregação socioespacial como algo inerente ao processo de produção do urbano.

Neste plano, há uma lógica que tende a se impor como “ordem estabelecida” que define o modo como a cidade vai-se reproduzindo a partir da reprodução, realizada pela ação dos promotores imobiliários, das estratégias do sistema financeiro e da gestão política, às vezes de modo conflitante, em outros momentos de forma convergente (como é o caso analisado nesse trabalho), mas em todos os casos orientando e reorganizando o processo de reprodução espacial por meio da realização da divisão socioespacial do trabalho, da hierarquização dos lugares e da fragmentação dos espaços vendidos e comprados no mercado (CARLOS, 2001, p. 15).

O acirramento da divisão socioespacial do trabalho, a hierarquização dos lugares e a fragmentação dos espaços mercantilizados promovem uma estrutura urbana pautada numa:

multiplicidade de centros que tende a dissipar a consciência urbana na medida em que o habitar hoje a metrópole tem um sentido diverso, mudando hábitos e comportamentos, bem como formas de apropriação do espaço público, além da dissolução de antigos modos de vida e relações entre as pessoas (CARLOS, 2001, p. 224).

Ao priorizar a homogeneização das relações e dos espaços por meio da liquidação dos referências individuais e coletivos, uma estrutura urbana assim concebida imprime na espacialidade instrumentos e mecanismos que acentuam as fragmentações de maneira diferenciada. Seabra (2004), numa análise sobre a lógica das formas em relação à dialética dos conteúdos, menciona como a lógica da segregação socioespacial presente no processo de produção das espacialidades urbanas evoluíram para o que designa como “territórios no urbano”.

Segundo Seabra (2004, p. 184), enquanto “a segregação transparecia na oposição do centro com o não centro e expressava a conjunção da cidade, dos bairros e dos subúrbios” tem-se agora uma nova organização, um novo arranjo espacial. A fragmentação do espaço, territórios urbanos, desconexos revelam a nova espacialidade imposta pela reprodução capitalista do espaço e da sociedade que, na alternância das formas de uso do tempo, imprimem uma disputa entre os territórios do/no urbano.

Viegas (2007) fala dessa nova espacialidade contemporânea, a que assume a supremacia do valor de troca em detrimento do valor de uso; pela deterioração da cidade entendida como obra para se reafirmar como produto; pela fragmentação ao invés das conexões; pela aceleração dos tempos e ritmos no lugar dos tempos das apropriações e dos usos; pelo estranhamento e distanciamentos das relações de vizinhança; pela espetacularização da vida ao invés da espontaneidade das relações e dos sentidos das festas e dos encontros; pela imposição das representações no lugar da memória social.

O esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial fordista que resultou na internacionalização crescente da produção, promoveu, a partir dos anos de 1970, um processo de reestruturação pragmática que atingiu diretamente os espaços urbanos, tornando-os peças fundamentais na dinâmica da reprodução ampliada do capital.

No momento atual de profundas transformações do setor industrial há um grande redirecionamento do setor de investimento apoiado em novas estratégias, revelando um novo momento do processo de reprodução que faz do espaço um elemento estratégico (CARLOS, 2008, p. 32).

Na leitura de Carlos (2008), o capital financeiro, nesse momento, só se realiza a partir do espaço, isto é, “produzindo o espaço enquanto exigência da acumulação continuada sob novas modalidades, articuladas ao plano mundial” (CARLOS, 2008, p. 32). Para a autora, à medida que as instalações industriais se deslocam da metrópole em direção a outros espaços, tem-se a redefinição do processo produtivo, agora centrado sobre o espaço.

Por outro lado, a consciência de crise consiste na criação coletiva de que todos são vítimas de uma aguda crise urbana, caracterizada pela ausência de infraestrutura urbana, degradação do centro, aglomeração em determinadas áreas da cidade; um sentimento de crise generalizada que atinge a todos os residentes e usuários da cidade, independente da sua classe social.

Vainer (2000, p. 93) adverte, porém, que é fundamental perceber que há uma nítida associação entre a consciência de crise que se quer propagar e o efeito útil produzido por ela. Segundo o autor, as condições de trégua social tem o objetivo claro de minar, em prol de uma cidade mais “justa”, “segura” e por que não “atrativa”, as reivindicações sociais pelo direito à cidade.

Trata-se aqui das condições subjetivas da trégua e da paz sociais, da abdicação, por parte de diferentes atores (todos?), de seus interesses particulares ... Somente assim um projeto unitário, coeso, legítimo e universalmente aceito poderá ser levado adiante (VAINER, 2000, p. 93).

Vainer (2000) menciona que esse sentimento de uma crise aguda, do qual todos os habitantes e usuários são igualmente vítimas, parece frágil de se sustentar ao longo do tempo. Nesse sentido, o autor apresenta outro instrumento utilizado pelos gestores da nova cidade: criar em todos os habitantes e usuários da cidade um sentimento consistente e durável de patriotismo por esse espaço, cidade-pátria.

Conforme o autor (op cit) desenvolve-se um eficiente urbanismo fundamentado no prestígio dos monumentos, da beleza, do desenho das praças e jardins que insinuam cidadania, inclusão, pertencimento. Mas toda essa aparência de cidade pacificada, em nome de um sentimento maior, deve ser analisada pela ótica dos grandes investimentos nos espaços urbanos.

O compromisso patriótico de não romper a unidade necessária ao bom andamento dos negócios nos quais a cidade está engajada, a abdicação do poder a um chefe carismático, a estabilidade e a trégua assim conquistadas, seria o preço a pagar pelo privilégio de disputar, junto com outras tantas dezenas ou centenas de cidades, o direito de ser escolhida como localização dos próximos investimentos, das próximas feiras, das próximas convenções (VAINER, 2000, p. 98).

Disponibilizar o espaço, para permitir a reprodução ampliada do capital parece ser a grande aposta dos gestores urbanos. Nesse sentido, que se torna fundamental analisar o processo de produção do espaço urbano, que na tentativa de corresponder aos anseios de um projeto modernizador, insere e submete, cada vez mais, sua espacialidade às dinâmicas do “mercado espacial”. Percorrer a trajetória de produção do urbano é, sem dúvida, uma possibilidade de acessar as variáveis que dinamizam o poder do capital e consequentemente esvaziam as possibilidades dos usos e das apropriações nos espaços das novas e modernas cidades.

Parte II. O *urbanismo moderno* em terras mineiras: a produção de um *saber político* no espaço urbano de Belo Horizonte

2.1. “A chegada do estranho¹³”: a Comissão Construção da Nova Capital chega ao Arraial.

O estranho não é, entre nós, apenas o agente imediato do capital, como o empresário, o gerente e o capataz, mas é também o jagunço, o policial, o militar. E, ainda, o funcionário governamental, o agrônomo, o missionário, o cientista social. Embora cada um trabalhe para um projeto distinto, raros são os que trabalham pela vítima dos processos de que são agentes. São, portanto, protagonistas da tragédia que aniquila os frágeis e que, por isso, nos fragiliza a todos, nos empobrece e nos mutila, porque preenche com a figura da vítima o lugar do cidadão. E nos priva, sobretudo, das possibilidades históricas de renovação e transformação da vida, criadas justamente pela exclusão e pelos padecimentos desnecessários da imensa maioria (MARTINS, 1993, p. 13).

Segundo Martins (1993, p. 11) “a nossa sociabilidade dominante é demarcada e bloqueada por enormes dificuldades no reconhecimento do outro (...)”. Nesse sentido, para o autor, os não contemplados pelas benesses do progresso são permanentemente distanciados do lugar de cidadãos.

Essa é a trajetória contada por famílias, comunidades e vilas, que aniquiladas por projetos, representações de poderes políticos e econômicos dominantes, transformam atores sociais em frágeis protagonistas de uma sociedade fragmentada, segregada e excludente.

A cena analisada aqui é a da chegada da Comissão Construtora da Nova Capital no antigo Arraial de Belo Horizonte. Cenário de uma espacialidade a ser desfeita para que o projeto de representação da nova e moderna capital do estado das Minas Gerais seja realizado.

A notícia da escolha do Arraial de Belo Horizonte para sediar a nova espacialidade moderna foi motivo de comemoração em todo arraial. Dias de festas e celebrações marcaram o anúncio e o prelúdio de novos tempos.

Mas as festividades de Belo Horizonte, a partir de 13, prosseguiram cada vez mais detalhadas sobre a grande vitória que o arraial havia conquistado pelos seus excepcionais dotes da natureza, entre as mais importantes cidades de Minas. Durante aqueles dias, de manhã à noite, troavam dinamites e espoucavam foguetes por toda a parte, e o povo enxameava nas ruas; as famílias visitavam-se, trocando congratulações; improvisavam-se bailes e outras diversões em casa das

¹³ Esse título deriva de uma obra de José de Souza Martins, “A chegada do estranho”, 1993.

principais famílias e realizavam-se passeatas com músicas e fogos, vivas e aclamações, à noite (BARRETO, 1995a, p. 431).

Os dias de celebração e comemoração foram, todavia, exíguos, conforme relata Barreto:

(...) decorridos aqueles dias, assim que serenaram os ânimos exaltados pelo justo regozijo de que estava tomado aquele povo, antevendo o grande e luminoso futuro que se rasgava para a sua modestíssima terra natal, alguns espíritos pessimistas tornaram-se meditativos, como querendo vislumbrar, nas dobras do dia incerto do amanhã, o destino que lhes estaria reservado. (...) E, numa expectativa ansiosa, aquele povo foi acompanhando o transcorrer dos dias, a fazer mil conjecturas e castelos... (BARRETO, 1995a, p. 432).

A dúvida que pairou sobre os antigos moradores era procedente. A chegada do novo, estranho e desconhecido homem da ciência, representação de uma idealização moderna e civilizada, transformaria num curto tempo, aquele pacato Arraial.

Em pouco tempo, chegava ao Arraial a Comissão encarregada por iniciar os estudos da construção da nova capital. Trata-se da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), cujo responsável era o engenheiro Aarão Reis, homem de propostas modernizadoras. Nascido em Belém do Pará, o engenheiro estudou e se formou no Rio de Janeiro em Ciências Físicas e Matemáticas (1873) e em Engenharia Civil (1874). Comprometido com a produção de um Brasil moderno, Aarão Reis idealizará na espacialidade do antigo arraial todas as aspirações técnicas apreendidas na sua trajetória como “homem da ciência”.

Na equipe de Aarão Reis destaca-se, também, a presença de Alfredo Camarate, engenheiro construtor de origem portuguesa, que desempenhou papel relevante na produção dos relatos sobre o antigo Arraial de Belo Horizonte.

A chegada da Comissão no pacato arraial, no ano de 1894, é descrita pelo português: “Salvo raras exceções, toda a estrada de Marzagão por diante é lindíssima. (...) Caminhamos como se fosse pelo meio de extensas alamedas de jardim” (CAMARATE, 1894, p. 1, *apud* BARRETO, 1995b). Após discorrer sobre as quatro horas de viagem, Camarate avista “a povoação de Belo Horizonte, incrustada numa mata verde-negra e densíssima dentre a qual emergiam os

campanários da igreja, construída nas primitivas simplicidades da arquitetura” (CAMARATE, 1985, p. 1).

A simplicidade arquitetônica do Arraial foi rapidamente percebida por Camarate, fato que revela já, naquele momento, a importância que a Comissão irá atribuir aos estilos arquitetônicos a serem utilizados na representação da nova espacialidade moderna. Na figura 1, vê-se uma maquete do antigo arraial de Belo Horizonte. A tipologia das casas remete a descrição feita pelo engenheiro português.

Figura 1 - Maquete do Arraial de Belo Horizonte (s/d)

Fonte: RABÊLO (2013)

Camarate prossegue sua descrição sobre o arraial descrevendo o percurso que a Comissão seguiu ao adentrar na antiga espacialidade de Belo Horizonte:

enveredamos por uma rua extensíssima, muito larga, muito parecida com alguns caminhos de certas povoações da África Ocidental. Umas casas muito humildes com aparências de cubatas e, nos intervalos das casas, longos muros de barro vermelho, assombrados por árvores frutíferas”. CAMARATE, 1985, p. 1).

A Rua de Sabará (figura 2) era a principal via do Arraial de Belo Horizonte. Essa era a ligação com a cidade de Sabará, por onde os viajantes, obrigatoriamente, passavam para chegar ao Arraial. Ela começava nas proximidades do Largo da Matriz, onde hoje se encontram a Rua Alagoas e a Avenida Brasil.

Figura 2 - Vista da Rua Sabará (1895)

Fonte: BORSAGLI, (2012).

Além de uma descrição fisiografica do Arraial, Camarate elabora também uma minuciosa descrição dos hábitos e costumes de seus habitantes. Seu relato sugere a presença de um certo atraso, da enfermidade e da humildade daqueles que residiam no espaço destinado a representar a futura capital republicana. Sua descrição preocupava aqueles que esperavam encontrar um espaço propenso a assimilar os pressupostos de um projeto de modernidade tão almejado nos fins do século XIX.

“O tipo geral deste povo é doentio. Magros, amarelos pouco desempenados na maioria; havendo uma grande proporção de defeituosos, aleijados e raquíticos” (CAMARATE, 1894, p. 1 *apud* BARRETO, 1995b, p. 98). O autor prossegue a descrição sobre os hábitos relacionados à alimentação daqueles que lá moravam.

A julgar pela alimentação que nos propinam no hotel e pela de algumas casas que tenho visitado, o povo de Belo Horizonte, num clima depauperante e abafadiço como o do Rio de Janeiro, não seria magro, nem amarelo, nem franzino; seria uma multidão de cadáveres (CAMARATE, 1894, p. 01 *apud* BARRETO, 1995b, p. 98).

Dotado de um “espírito colonizador”, Camarate revela, com teor de superioridade europeia, a solução para quadro tão devastador e primitivo. Menciona, em seu relato, que não haveria necessidade de promover ensinamentos a esses pobres homens, pois a presença da civilização logo transformaria esse arraial de população débil em uma sociedade moderna e promissora.

Mas nem me parece que haja necessidade de aconselhar paternalmente este povo para que se alimente devidamente; o exemplo dado na maneira de viver dos outros será o suficiente para acabar, pela raiz, com esse enfezamento artificial; como o exemplo do viver dos ingleses, franceses e alemães transformou completamente a mesa dos habitantes do Rio de Janeiro, que, observados por mim durante o espaço de vinte anos, provam que lhes foi fácil e agradável trocar pelas honestas entoações do vermelho, a cara de desmamar criança que possuía outrora (CAMARATE, 1894, p. 01 *apud* BARRETO, 1995b, p. 98).

O discurso em prol de uma “civilização moderna” prossegue como se fosse um documento a justificar toda a história que estava por vir. Sociedade desprovida de instrumentos higienizadores, alimentação precária, instalações de moradias rudes e hábitos matrimoniais distantes de padrões modernos e civilizados eram razões apresentadas para fundamentar, porque não, a decisão de apagar definitivamente a memória de um espaço chamado um dia de Arraial de Belo Horizonte. A mudança do nome para *Cidade de Minas* constitui um momento desse processo de produção do esquecimento. A sociedade do esquecimento e depois do estranhamento fundamenta a espacialidade do mundo moderno. A nova capital das Minas nasce com esse compromisso: apagar e fazer esquecer tudo que não remetesse ao progresso ou que não fizesse alusão à modernidade e para isso deveria criar uma cidade monumental, ostentosa, que distanciaria os frágeis e débeis homens da terra.

2.2. Belo Horizonte: a idealização de uma espacialidade moderna

O projeto de construção de uma nova capital para Minas Gerais deve ser referenciado e identificado como um projeto de Estado. “Decisão político-institucional de âmbito estadual, mas articulada também a interesses políticos e econômicos de ordem nacional” (HORTA, 1996, p. 82). É nesse sentido que se faz necessário mencionar o papel das ideologias na produção dos espaços.

Para Moraes (2005, p. 40), “a produção do espaço se faz calcada sobre pré-ideações, e que a própria representação do espaço é um construto cultural”. Ao projetar uma cidade, o Estado revela, por meio de uma representação do espaço, intencionalidades, escolhas.

Santos (2002, p. 126) destaca que “a ideologia não pode apenas ser vista em termos puramente subjetivos, como estando ‘toda apenas na cabeça’ dos outros, mas também a partir de sua realidade concreta, fatural”. Moraes (2005, p. 40) reforça afirmando que “a ideologia passa a ser vista como força histórica, uma ‘dimensão política’ inscrita na práxis”. É nesse sentido que as ideologias assumem, no processo de representação do espaço, relevância e centralidade política.

Belo Horizonte surge com forte compromisso de afirmar e representar um ideal: o da nação moderna. Essa foi a grande tarefa dada à Comissão Construtora da Nova Capital. Belo Horizonte nasce, portanto, sob o signo de uma representação – a de cidade moderna, projeto que acompanhará toda sua historicidade. O que levantamos como hipótese central de nossa investigação, hipótese essa confirmada ao final da pesquisa é a de que Belo Horizonte jamais se libertou desse paradigma. Nesse sentido, pode-se compreender que a história de Belo Horizonte é marcada pela produção do espaço da representação do moderno numa dialética que se refaz, ao longo do tempo, e se revela na materialidade da cidade.

Esse movimento, permanentemente, em busca do moderno, fará parte do que chamaremos aqui de uma “estrutura em progressão”, terminologia usada por Gomes (2003) para designar uma sucessão de mudanças.

O moderno possui uma ligação intrínseca com a contemporaneidade: substitui alguma coisa do passado, defasada ou, simplesmente, alguma coisa que não encontra mais justificativa no tempo presente. Daí vem a concepção de uma estrutura em progressão, segundo a qual o avanço e a mudança são sempre elementos necessários. O resultado é uma cadeia de derivações na qual substituições consecutivas e progressivas são regularmente estabelecidas. O 'novo' torna-se sinônimo de legítimo e, em seu nome, busca-se toda gama de justificativa (GOMES, 2003, p. 49).

Essa “cadeia de derivações na qual substituições consecutivas e progressivas são regularmente estabelecidas” é inaugurada a partir da necessidade histórica de se representar uma nova espacialidade moderna nas terras mineiras.

Para perseguir esse projeto, era necessário produzir representações de um mundo distante das heranças escravocratas e coloniais que caracterizaram o Brasil até meados do século XIX. Para isso, novos paradigmas, novas organizações e novos arranjos espaciais marcam a produção do espaço urbano belo-horizontino nos novos tempos. Neste contexto, as experiências e as políticas espaciais presentes no continente europeu se tornam referências, modelos de um novo modo de vida dito moderno.

A Planta Geral da capital apresentada por Aarão Reis, em 1895, revela, com nitidez, o pensamento hegemônico daquela época. Pensamento esse pautado nos ideais positivistas que fundamentavam o processo de produção de uma cidade ideal, iluminada, ampla, higiênica, ordenada e controlada por um sistema político moderno e republicano. O projeto da nova capital das Minas torna-se assim uma representação espacial das interferências e transferências de uma concepção da urbanística moderna internacional. Modelos implementados no projeto de Aarão Reis revelam o entendimento do que se compreendia, naquele tempo, como cidade ideal.

Para Salgueiro (1997), a trajetória de Aarão Reis deve ser inserida na lógica de seu tempo, ou seja, não se pode desprender o engenheiro de alguns paradigmas que dominavam as discussões da ciência, da política e da gestão pública, que é

a certeza de dominar a natureza e a vontade de transformar o mundo, o papel da instrução pública como meio de suscitar o progresso do País e a regeneração do homem são temas que se fundem na crença de que chegara a hora de a Ciência influenciar a Política (SALGUEIRO, 1997, p. 30).

Essas ponderações colocam Aarão Reis à frente de discussões importantes presentes no século XIX, as quais irão nortear, em grande medida, os projetos dos espaços urbanos ditos modernos. Ideologia e ciência, espaço e política produziram, a partir do século XIX, uma centralidade hegemônica.

Pareceres técnicos, propostas de modernização e planejamento urbano (como, por exemplo, a busca de solução para o problema do abastecimento de água no Rio de Janeiro ou os relatórios sobre estradas de ferro), estudos sobre cidades, território e produção (como o significativo relatório sobre as localidades para a escolha da nova capital) e, preocupações de ordem social (como a criação de sociedades de auxílio mútuo) são questões que revelam a abertura intelectual de Reis e sua ação efetiva na construção de um Brasil moderno (SALGUEIRO, 1997, 30).

Aarão Reis, homem comprometido com a ciência e com a técnica, projeta, a partir de uma emergente racionalidade, o espaço da nova capital, Belo Horizonte, primeira cidade brasileira idealizada nos moldes do paradigma urbanístico internacional. Entretanto, buscar semelhanças entre o cenário urbano do Arraial de Belo Horizonte e as cidades europeias, cidades que inspiraram os projetos de intervenção urbanística nas terras mineiras, é uma tentativa em vão. O contexto econômico e político vivenciado no Arraial de Belo Horizonte, esquecido e pacato vilarejo, ligado à precária dinâmica produtiva agrária, está inteiramente distante da realidade econômica e política das cidades europeias, marcadas por fortes representações de uma economia industrial, cuja problemática se vale do distanciamento existente entre as formas urbanas medievais e as modernas funções de uma economia industrial.

Apesar desse distanciamento entre as cidades brasileiras, no caso específico de Belo Horizonte, e as cidades europeias, não se inviabiliza a análise que aqui se propõe. Por mais que os arranjos espaciais sejam inteiramente distintos, devem-se reconhecer intencionalidades políticas convergentes, assim como aspirações espaciais que tomam, em ambos os casos, a segregação socioespacial como possibilidade de se produzir uma cidade plena e reveladora

de uma urbanidade útil à perpetuação de um certo *status quo* político e à reprodução do capital.

É nesse sentido que se torna imprescindível compreender como as práticas dessa nova política espacial, designada como urbanismo moderno, se revelam e se apresentam como política plenamente dotada de saber estratégico. Saber político que se espacializa em nome de uma nova ordem, de uma nova concepção de vida, a vida urbana industrial.

2.2.1. Gênese e práticas do *urbanismo*: a produção de um *saber estratégico*

Mas, então, o que é atualmente o urbanismo? Uma ideologia? Uma prática incerta e parcial que se pretende global? Um sistema que implica elementos técnicos e que se fia na autoridade para se impor? Um corpo pesado e opaco, um obstáculo no caminho, um falso modelo? Há que se perguntar e exigir uma resposta clara e sólida (Henri Lefebvre).

Para Lefebvre (2004), o que se apresenta como realidade é muito próximo de uma imagem do caos. Para o autor, o *fenômeno urbano* revela uma situação crítica, que não apresenta e nem confere projeções e tendências definidas. Essa aparição do urbano como algo sem alcance e sem controle acaba por levá-lo a provocar algumas indagações:

Aonde vai esse fenômeno? Para onde o processo de urbanização arrasta a vida social? Qual a nova prática global, ou quais as práticas parciais que ele implica? Como dominar o processo teoricamente e orientá-lo praticamente? Em direção a que? (LEFEBVRE, 2004, p. 62).

A espacialidade urbana inaugurada pelo fenômeno da *Revolução Industrial*, traz em seu bojo novas organizações sociais, novos arranjos assim como novas configurações territoriais.

Até o século XIX, tinha havido certo equilíbrio de atividades dentro da cidade. Embora o trabalho e o comércio fossem sempre importantes, a religião e as artes e diversões reclamavam sua parte das energias do cidadão. Mas a tendência à concentração nas atividades econômicas e a considerar como desperdício de tempo o esforço gasto noutras funções, pelo menos fora da casa, vinha crescendo continuamente desde o século XVI. Se o capitalismo tendia a expandir os domínios do mercado e transformar cada parte da cidade numa comodidade

negociável, a mudança dos trabalhos manuais urbanos organizados para a produção fabril em larga escala transformou as cidades industriais em sombrias colmeias, a fumar ativamente, a bater, guinchar, a expelir rolos de fumo de doze a quatorze horas do dia, algumas vezes durante as vinte e quatro horas. A rotina escrava das minas, cujo trabalho constituía um castigo intencional para os criminosos, tornou-se o ambiente normal do novo trabalhador industrial (MUMFORD, 2004, p. 483).

É nessa cidade descrita acima por Lewis Mumford (2004), no seu resgate sobre a cidade na história, que se podem observar operações e transmutações ditadas e impostas agora por um ritmo industrial que tem como objetivos a produção e a acumulação do capital.

Em função dessa dinâmica econômica, advinda de um sistema produtivo industrial repetitivo e alienador, define-se e se instaura um novo modo de vida, o urbano, revelado nesse momento como *práxis industrial*. Nesse contexto, Lefebvre (2004) anuncia o desaparecimento do modo de vida rural promovido pela supremacia da nova práxis. Essa fase crítica é anunciada pelo autor como sendo a primeira inflexão rumo ao urbano. “(...) o agrário (produção agrícola, vida rural, sociedade camponesa), por muito tempo dominante, torna-se subordinado. A que? A uma realidade urbana inicialmente impulsionada e logo devastada pelo comércio e pela indústria” (LEFEBVRE, 2004, p. 87).

As mudanças presenciadas no cotidiano das pessoas que vivem essa nova realidade vinculam-se às novas imposições de uma vida que passa a ser regida pelo tempo da produção, das máquinas, do capital. Diluindo antigas espacialidades, descaracterizando dinâmicas sociais, obstruindo e impondo novos arranjos, novas configurações territoriais, as novas paisagens industriais sobrepõem-se a “velhas e ultrapassadas” paisagens urbanas e rurais. A sociedade moderna industrial revela-se assim impiedosamente na produção do espaço.

Berman (1986) utiliza-se da novela *A Nova Heloísa*, de Rousseau, para dizer ao mundo sobre o sentimento conflitivo e angustiante vivido pelas pessoas naquele momento, para eles incerto e indefinido. Saint-Preux, o jovem que sai do campo em direção a Paris, experimenta uma colisão de sensações. Nas cartas a sua amada Julie, Saint-Preux tenta dizer a ela sobre a imensidão de oportunidades que surgem à sua frente, mas, ao mesmo tempo que se mostra

fascinado e destemido diante do desconhecido, se revela frágil, indefeso, desprotegido, pois o mesmo ambiente, que promete novas experiências e aventuras, o ameaça. Esse é o espírito da modernidade apresentado por Rousseau. Atmosfera de agitação e turbulência, mas também de embriagues e destruição. “Rousseau aturdiu seus contemporâneos proclamando que a sociedade europeia estava ‘à beira do abismo’, no limite das mais explosivas conturbações revolucionárias” (BERMAN, 1986, p. 17).

A denuncia feita por Rousseau de que a sociedade europeia estava à “beira do abismo” é reafirmada por Leonardo Benevolo (1993) em sua análise sobre os novos tempos anunciados pelos “ventos modernos”. Para o autor, a nova cidade, nomeada por ele de *cidade liberal*, mostrava-se demasiadamente inabitável e sem controle. Cidade essa “resultado da superposição de muitas iniciativas públicas e particulares, não-reguladas e não-coordenadas”. Como adverte o autor, essa liberdade exigida como condição ao desenvolvimento econômico não se mostrava preparada para “regular as transformações de construção e urbanismo, produzidas justamente pelo desenvolvimento econômico” (Benevolo, 1993, p. 567).

Benevolo (1993) atribui aos economistas a responsabilidade no que tange à limitação da intervenção pública em todos os setores da vida social. “Adam Smith aconselha os governos a vender os terrenos de propriedade pública para pagar suas dívidas” (BENEVOLO, 1993, p. 552). Esses conselhos, como bem menciona Benevolo (1993), são bem recebidos pelas classes dominantes que têm como interesse ampliar sua participação no campo imobiliário a fim de estender sua capacidade de controle do uso do espaço. Essa situação, porém, se torna incontrolável principalmente quando a nova sociedade urbana industrial se depara com condições de insalubridade e riscos iminentes de graves epidemias.

O capital industrial produziu, portanto, novas impossibilidades e limitações à própria continuidade de sua acumulação e realização. As insuportáveis condições sanitárias e o risco notório de se registrar novas epidemias geraram, na burguesia industrial, receios de um perigo urbano de proporções alarmantes.

Ao assumir um novo dinamismo demográfico, econômico, social, tipicamente industrial, as cidades industriais mostraram-se incapazes, como menciona Benevolo (1993) de reger, regular e disciplinar a nova espacialidade

urbana que emerge da produção fabril. A cidade industrial que se apresenta, guarda e revela na sua espacialidade, uma organização pretérita, medieval.

(...) as ruas são demasiado estreitas para conter o trânsito em aumento, as casas são demasiado diminutas e compactas para hospedar sem inconvenientes uma população mais densa. Assim, as classes abastadas abandonam gradualmente o centro e se estabelecem na periferia: as velhas casas se tornam casebres onde se amontoam os pobres e os recém imigrados. Entrementes, muitos edifícios monumentais da cidade histórica - palácios nobiliários, conventos, etc. - são abandonados por causa das revoluções sociais, e são divididos em pequenas moradias improvisadas. As zonas verdes compreendidas no organismo antigo - os jardins por trás das casas em fileira, os jardins maiores dos palácios, os hortos - são ocupadas por novas construções, casas e barracões industriais (BENEVOLO, 1993, p. 565).

Segundo Benevolo (1993), “os defeitos da cidade industrial” parecem e se mostram por “demais numerosos e incomuns para que possam ser eliminados completamente. Entre a realidade e o ideal a diferença parece impossível de ser preenchida” (BENEVOLO, 1993, p. 552).

Lefebvre (2004) reconhece que, a *prática industrial*, ao inaugurar um elevado grau de coerência e eficácia através da planificação de sua produção, acabou por influenciar as *práticas urbanísticas* que se lançaram na aventura de transitar pelas mesmas vias, buscando instrumentos e estratégias capazes de alcançar a síntese, a ordem e o controle do espaço urbano. Essas estratégias são designadas por Lefebvre (2004) como *urbanismo*. “De maneira relativa, a estratégia do conhecimento e estratégia política, sem que exista separação” (LEFEBVRE, 2004, p. 130). Assim, o *urbanismo* se reveste de estratégias atreladas ao conhecimento para dissimular intencionalidades.

A espacialidade moderna, orientada rigorosamente por idealizadores de um espaço racional, edifica um arranjo de formas cujo objetivo é privilegiar a circulação, a administração, a técnica em detrimento da arte; o espaço privado ao invés do espaço público. É de suma importância mencionar, porém, segundo Lefebvre (2004), que essas novas *práticas urbanas* aparecem carregadas de pretensões libertadoras, apesar de se mostrarem descomprometidas com a política.

As práticas urbanas tornam-se, para Lefebvre (2004) reféns de uma ideologia urbanística que surge de maneira sorrateira e impostora. Tal prática interrompe o uso e as possibilidades de apropriação do espaço por outra ideologia urbana.

A prática libertária insinuada pelo *urbanismo* está pautada, para Lefebvre (2004), no compromisso assumido pelos profissionais dessa nova urbanística de “solucionar” e “livrar” a sociedade urbana industrial dos *males* provocados pelas condições precárias e insalubres que a população urbana está condenada a viver.

Apesar de o *urbanismo* investir-se de saber científico e técnico, para solucionar as mazelas trazidas pelo processo de industrialização, não se pode deixar de mencionar que o receio de que levantes revolucionários pudessem acontecer gerados principalmente pelas condições desiguais fez do *urbanismo moderno* uma prática político-espacial. Ou seja, o temor por revoluções sociais assombrava as classes dirigentes da nova burguesia industrial urbana e intervir espacialmente define certamente a presença do saber político nas práticas idealizadas pelo urbanismo. Ao por luz nas problemáticas urbanas a partir da precariedade habitacional e da ausência de condições salubres nas cidades, o *urbanismo* se protege com um suposto discurso de neutralidade¹⁴.

A pretensão de mostrar-se neutro, apolítico, dotado apenas de conhecimento científico e técnico, supostamente apartado das ideologias, das intencionalidades e das prerrogativas impostas por um Estado presente e

¹⁴ Choay (1998), no seu clássico estudo sobre o urbanismo, menciona que esse momento caracterizado pelo contexto urbano produzido pela revolução industrial deve ser designado como pré-urbanismo. Para a autora todas as intervenções, projetos e planos presentes no século XIX, decorrentes dos males causados pela industrialização deverão ser interpretados como pertencente ao pré-urbanismo.

Para Choay (1998), os projetos de intervenção urbana do século XIX eram idealizados e produzidos por generalistas e não por especialistas de um ramo ainda não definido como saber científico, despolitizado e neutro. Nesse sentido, a autora reconhece a possibilidade de uma ligação entre as representações das cidades idealizadas por esses administradores e as aspirações políticas da época.

O urbanismo seria assim um saber desvinculado, a partir da leitura de Choay (1998, p. 18), da política. “Ao invés de ser acantonado na utopia, o urbanismo vai destinar a seus técnicos uma tarefa prática”. Ou seja, o urbanismo quer resolver uma problemática pretérita, do passado, colocada antes de sua criação. “O urbanismo não questiona a necessidade das soluções que preconiza” (p. 2). Nesse sentido, todas as intervenções urbanas realizadas no século XIX por serem executadas por generalistas e serem dotadas de conteúdo político, não podem, na visão da autora ser consideradas práticas do urbanismo moderno e sim um momento que o antecede, designado: pré-urbanismo.

racional, revelação apenas das manifestações da arte e ciência, da técnica e do conhecimento acabam por transformar essas práticas em instrumentos espaciais de se projetar no espaço as conduções de uma representação do espaço excludente e discriminadora.

O *saber político* presente na urbanística moderna concebe à espacialidade urbana uma práxis impiedosa e privada transformando o cidadão em usuário e consumidor do seu próprio espaço. Nesse momento, tem-se a segunda inflexão prevista por Lefebvre (2004) em direção à consolidação do urbano: a *práxis urbana* se sobrepõe a *práxis industrial*. “A urbanização perde o caráter de processo diretamente induzido pelos processos produtivos comandados pelo capital no momento em que o urbanismo moderno começa triunfalmente sua carreira” (MARTINS, 2000, p. 51). O urbanismo, dotado de saber político, silencia e enfraquece a potencialidade transformadora que se forma no chão da sociedade.

Para atender aos interesses dos vários grupos dominantes, um novo modelo de cidade surge de forma imperativa, transformando-se em modelo e espalhando-se pelo mundo como uma prerrogativa de cidade perfeita:

A burguesia vitoriosa estabelece, assim, um novo modelo de cidade, no qual os interesses dos vários grupos dominantes – empresários e proprietários – estão parcialmente coordenados entre si, e as contradições produzidas pela presença das classes subalternas são parcialmente corretas. A liberdade completa, concedida às iniciativas privadas, é limitada pela intervenção da administração – que estabelece os regulamentos e executa as obras públicas – mas é garantida claramente dentro destes limites mais restritos. Da cidade liberal se passa assim para a cidade pós-liberal (BENEVOLO, 1993, p. 573).

Nesse sentido, destaca-se nos projetos, nas intervenções e nos planos urbanísticos um permanente apelo ao embelezamento das formas, das vias e das condições de salubridade urbana.

A representação da nova Paris elaborada por Haussmann, em 1851, revela um importante marco na concepção da cidade racional. Para Harvey (2008), Haussmann recebeu inicialmente uma missão de caráter exclusivamente político. “Al principio, el espectáculo del Imperio tenía um carácter puramente político centrado en el populismo de la leyenda napoleónica y la representación del poder imperial” (HARVEY, 2008, p. 271).

Produzir uma cidade que representasse o poder imperial napoleônico, mas que também mostrasse ao mundo uma cidade moderna, salutar, higiênica, racional e acima de tudo desprovida de ameaças da insurgência das classes operárias, foi uma missão que demandou estratégias espaciais rigorosas.

Com a finalidade de resgatar o que deveria ser lembrado, aquilo que deveria enaltecer o período imperial, Haussmann preservou e usou antigas edificações monumentais como relíquias do passado para compor e produzir a imagem de uma cidade harmoniosa e perfeita. Os monumentos eleitos para permanecer compunham as novas paisagens urbanas e assumiam o status de patrimônio da nação moderna. Naturalmente, a escolha pelas referências, marcos e monumentos pelos administradores no planejamento de uma cidade é carregada de intencionalidades e conteúdo político. Um exemplo disso é a manutenção e a consagração do Arco do Triunfo.

Figura 3 - O Arco do Triunfo, centralidade dos boulevares em Paris (s/d)

Fonte: FORTKAMP, (2012)

O Arco, símbolo das conquistas napoleônicas durante a produção de seu grande império, assumiu o papel de centralidade urbana na nova cena parisiense. É a partir dele que saem 12 avenidas grandiosas. O traçado dessas avenidas a partir da centralidade do arco revela uma paisagem transtemporal em que o velho, eleito como patrimônio, e o novo, os boulevares, se complementam. Essa disposição de tempos distintos, compondo a mesma paisagem urbana, conferiu a Paris um elegante requinte e culto à beleza. Muitos visitantes da *cidade das luzes* mencionam o encantamento de transitarem numa cidade que

mais lembra um museu a céu aberto. Essa performance urbana foi idealizada por Haussmann ainda no século XIX, e, até hoje, instiga os que por ela transitam a pensar que se trata de uma cidade genuinamente bela, naturalmente magnífica e assustadoramente harmoniosa.

O enobrecimento da cidade foi assim uma preocupação permanente do administrador e dos idealizadores dessa espacialidade urbana moderna. A busca pela regularidade, a escolha pelos monumentos para compor as novas espacialidades urbanas como as ruas, quarteirões, praças e parques foi uma prática recorrente do administrador e de sua equipe. A padronização das fachadas dos prédios, a definição das áreas funcionais (definição das funções comerciais) por meio de um eficiente sistema de leis de ocupação do solo representaram os anseios políticos do Estado moderno.

Esse compromisso com a produção de um cenário espetacular para reviver e reescrever as conquistas e glórias do antigo regime napoleônico assim como garantir a legitimidade do novo transformaram a cidade numa grande e fantasmagórica revelação urbana.

Baudelaire conta no poema “Os olhos dos pobres”¹⁵ o desencantamento do apaixonado quando ele, sentado num café com sua amada, surpreende-se com uma revelação inusitada. Para Berman (1986), a cena urbana em que se passa essa história é que a faz diferente de tantas outras. Cena de uma família que contempla um café esplendoroso nas novas vias parisienses. Cena de uma vida privada no espaço público da rua. Os pobres estavam na rua e eram indesejáveis. A cidade representada por Haussmann já havia fragmentado os espaços e os usos. Aquela família provavelmente surgia e rapidamente partiria no meio dos escombros da destruição de uma velha cidade.

Essa história contada por Baudelaire se repete em outros cenários urbanos. Quando Aarão Reis idealiza e produz a nova capital no antigo Arraial

¹⁵ A cena urbana mostrava os entulhos de uma Paris medieval lado a lado com a nova cidade das luzes: as edificações esplendorosas, os bulevares, os cafés. O encantamento do amado desaparece exatamente no momento em que os olhos se entrecruzam e convergem para os olhares dos pobres que, da calçada, apreciavam as luzes e as superfícies faiscantes que despontavam a frente de todos. A tradução dos olhares parece nítida. Os olhos da família parecem dizer sobre o sentimento de fascinação de estarem diante de tanta beleza. Os olhos da amada já não respondem a essa exaltação. O amado capta os dizeres no fundo dos seus olhos e percebe que ela os acha insuportáveis e praticamente clama pela retirada dos pobres espectadores. A partir desse momento, o amado passa a odiá-la.

de Belo Horizonte, ele também incita cenas como a descrita acima. O depoimento do padre Francisco Martins Dias, vigário do arraial, transcrito por Barreto (1995b, p. 78) revela a dimensão social desse êxodo.

Informa o padre Martins Dias, em seu folheto citado, que era de consternar o mais endurecido coração o espetáculo do êxodo da antiga população para os lugares mencionados, a maioria com os olhos banhados em lágrimas, queixando-se da sorte abandonando os seus antigos penates em busca de outras paragens distantes do arraial de Belo Horizonte. Esclarece aquele sacerdote que muitas vezes teve de consolar com palavras de animação algumas pessoas aflitas que se dirigiam a ele pedindo o seu amparo moral. Consolando tais almas sofredoras, que tão desalentadas se retiravam do seu torrão natal, mostrava-lhes que o brilhante futuro reservado àquele solo abençoado seria também o bem-estar e a facilidade de todos. As suas habitações eram indispensáveis aos abrigos da nova capital. Que se resignassem, pois outra não poderia ser a solução do caso (BARRETO, 1995b, p. 78).

A partida dos habitantes do Arraial mencionada pelo padre é um processo habitual no percurso de uma cidade que pretende arrastar para as periferias e subúrbios urbanos os indesejáveis e miseráveis habitantes do lugar.

Bermann (1986) prossegue na descrição dos feitos de Haussmann na cidade de Paris.

Pondo abaixo as velhas e miseráveis habitações medievais, Haussmann, de maneira involuntária, rompeu a crosta do mundo até então hermeticamente selado da tradicional pobreza urbana. Os bulevares, abrindo formidáveis buracos nos bairros pobres, permitiram aos pobres caminhar através desses buracos, afastando-se de suas vizinhanças arruinadas, para descobrir, pela primeira vez em suas vidas, como era o resto da cidade e como era a outra espécie de vida que aí existia. E, à medida que veem, eles também são vistos: visão e epifania fluem nos dois sentidos. No meio dos grandes espaços, sob a luz ofuscante, não há como desviar os olhos. O brilho ilumina os detritos e ilumina as vidas sombrias das pessoas a expensas das quais as luzes brilhantes resplandecem. (...) Os bulevares de Haussmann transformaram o exótico no imediato; a miséria que foi um dia mistério é agora um fato (BERMANN, 1986, p. 148).

A tradicional pobreza urbana presente nas antigas cidades se revela de maneira contundente a partir do processo de produção das periferias modernas. A produção das novas espacialidades urbanas como os bulevares, os cafés, diferenciam e iluminam os detritos e as vidas sombrias, excluídas e distantes

desse novo cenário. Para Bermann, as luzes da modernidade não iluminam apenas as novas e belas espacialidades urbanas, direcionam-se também às novas e precárias periferias urbanas. A idealização da nova cidade produz e ilumina a miséria no urbano.

Acentuemos, no entanto, alguns aspectos desse pensamento urbanístico. Ele encerra uma lógica inerente à estratégia de classe e pode levar ao limite essa coerência racional, vinda de Napoleão I e do Estado absoluto. Haussmann talha, implacavelmente, linhas retas no tecido urbano. Ainda não se trata da ditadura do ângulo reto (promulgada pela Bauhaus e por Le Corbusier), mas já é a ordem da régua, do alinhamento, da perspectiva geométrica. Uma tal racionalidade só pode emanar de uma instituição. É a mais alta, a instituição suprema, que intervém: o Estado (LEFEBVRE, 2004, p. 104).

Ao adquirir racionalidade própria, essa nova práxis urbana se propaga para além dos cenários industriais. Torna-se referência urbanística na modernidade reproduzir o traçado racional criado por Haussmann no processo de produção da nova Paris.

A sociedade europeia fica fascinada com a engenharia espacial empregada e coloca-se a empreender a concepção urbanística como paradigma espacial moderno. Outras cidades como Viena, Florença, Barcelona, Lisboa arriscam-se no projeto moderno de produzir novas espacialidades e novas urbanidades à luz desse paradigma.

O projeto elaborado pelo engenheiro urbanista Ildefons Cerdà para a cidade de Barcelona, por exemplo, revela, a partir de 1850, uma preocupação semelhante à de Haussmann: produzir, num espaço limitado, cidade medieval, uma nova espacialidade capaz de receber as atividades industriais assim como a estrutura que dela decorre. Diferentemente de Haussmann, Cerdà produz uma cidade para além das muralhas medievais, o Eixample. O plano idealizado por ele, para além da antiga cidade, cedeu às aspirações de um pensamento racional, regular, preciso. Cerdà desenha uma grelha ortogonal, com quadras de 113m x 113m e vias de 20m de largura. Cada conjunto de nove quadras e vias correspondentes se inscreve dentro de um quadrado de 400m de lado. A quadrícula estende-se até os núcleos urbanos vizinhos e envolve a cidade medieval.

Paris e Barcelona são cidades que se desenham na modernidade a partir de uma concepção racional e geométrica. A linha reta e o traçado ortogonal são compreendidos como fundamentos no processo de ordenação dos seus territórios. Essa imagem de cidade moderna foi lida como imagem do urbanismo moderno.

Pierre-Charles L'Enfant, engenheiro francês, foi nomeado a construir e idealizar a nova capital dos Estados Unidos. A preocupação do engenheiro era transmitir à posteridade a ideia do interesse patriótico que a conduziu e a idealizou.

A despeito das firmes convicções republicanas de L'Enfant, o projeto que apresentou para a nova capital era, em todos os aspectos, o que os arquitetos e servos do despotismo haviam originalmente concebido. Podia ele apenas trazer à nova época a imagem estática que fora ditada pela coerção e pelo controle centralizado. A única característica que faltava eram as fortificações originais do século XVI, já que não havia necessidade aparente de defesa militar (MUMFORD, 2004, 437).

O projeto de L'Enfant foi, na leitura de Mumford (2004), uma homenagem às avenidas, pois a área reservada para a construção das estradas era muito superior à área reservada para a edificação dos prédios públicos, jardins, residências. Isso não o impediu de projetar um “soberbo projeto barroco: a localização dos edifícios públicos, as imponentes avenidas, as abordagens axiais, a escala monumental, o verde envolvente” (MUMFORD, 2004, p. 438).

Para Mumford (2004, p. 438), “a estrutura existia, mas faltava o conteúdo. Pois não existia uma coisa: o poder de executar o plano pela construção. A ordem existia no papel, mas não na realidade”.

A dificuldade em executar tal representação do espaço estava na própria configuração do sítio urbano que o planejador encontrou assim como as arestas que criou com os proprietários e especuladores comerciais.

Neste particular, o desprezo a que ficou relegado o grande plano de Washington simboliza o destino de todo esquema barroco, naquilo em que afetava a vida dos homens da cidade. Num período de fluxo e mudança, a insistência barroca na ordem exterior e na uniformidade impusera pelo menos um padrão comum e recordara ao morador de cidades de classe superior a interdependência da vida comum (MUMFORD, 2004, p. 442).

Segundo Mumford (2004, p. 442), o projeto de Haussmann parecia mostrar uma melhor compreensão da “inter-relação de topografia, tráfego, monumentos e edifícios públicos” assim como também um suposto controle político. Além disso, o contexto político, social e econômico de Paris era diferente daquele encontrado por L'Enfant nos EUA e o apoio da sociedade industrial burguesa legitimou rapidamente a intervenção espacial.

A partir dessas idealizações espaciais, podemos pensar o urbanismo como prática e experiência moderna capaz de promover um suposto controle espacial para que novas aspirações econômicas industriais encontrem projeção e espacialidade para suas realizações. Aarão Reis, ao receber a incumbência de planejar uma cidade moderna, promissora espacialidade republicana, busca, nesses modelos, inspiração para sua obra. Aproximar-se dos traçados urbanos modernos, embelezar, higienizar e racionalizar o espaço de uma nova cidade foi a meta delegada ao engenheiro Aarão Reis. Fundamentar a cidade nesses pressupostos e lançá-la no dinamismo da modernidade fez da capital mineira uma eterna perseguidora de um ideal de modernidade.

2.2.2. *Belo Horizonte*: da representação idealizada por Aarão Reis à produção social do espaço

A influência dos projetos urbanísticos elaborados por Haussman, Cerdá, L'Enfant, mencionados anteriormente, é fundamental para a análise e a compreensão do projeto de construção da nova capital mineira. Fundamental por influenciar no traçado urbano e por engendrar ainda na virada do século XIX em terras mineiras a representação de uma cidade moderna.

A nova cidade nasce assim, segundo Castriota (1998, p. 20), “como um sonho de uma nova ordem”. Ordem introduzida pela influência do urbanismo europeu que representou conforme menciona Gomes (2003, p. 60) a “pura racionalidade (...) onde nada pode ser deixado ao acaso e tudo deve obrigatoriamente passar pelo crivo da razão”. Esse foi o legado dos projetos urbanísticos europeus trazidos por Aarão Reis.

Belo Horizonte nasce como o sonho de uma ordem, que, como nos lembra Angel Rama, vai encontrar nas terras do Novo Continente o único lugar propício para encarnar: da remodelação de Tenochtitlan, após sua destruição por Cortés,

em 1521, até a inauguração, em 1960, de Brasília, “o mais fabuloso sonho de urbe de que foram capazes os americanos”, o nosso continente tem sido pródigo em cidades sonhadas (CASTRIOTA, 1998, p. 20).

Esse sonho, descrito acima por Castriota (1998), de construir uma nova ordem, “o mais fabuloso sonho de urbe”, se tornará possível a partir da aprovação da Lei Adicional N. 3 do dia 17 de dezembro de 1893. “Art. 1. – Fica designado o BELLO HORIZONTE para aqui se construir a capital do Estado” (PREFEITURA DE BELLO HORIZONTE, 1909).

A tarefa de elaboração desse plano foi entregue ao engenheiro Aarão Reis e a sua equipe, a Comissão Construtora da Nova Capital (Figura 4).

Figura 4 - Comissão Construtora da Nova Capital (189 -?)

Fonte: RABÊLO, (2013)

A comissão, conforme destacou Barreto (1995b, p.31) tinha como responsabilidade: estudar os projetos relacionados às obras da nova capital, inclusive os da via férrea que deverá ligá-la à Estrada de Ferro Central do Brasil; fiscalizar os trabalhos e a contabilidade; executar o processo das desapropriações assim como viabilizar as construções deliberadas pelo governo e promover o tombamento dos terrenos discriminados pelas autoridades do Estado.

O Art. 4º da Lei. 3 revela as diretrizes urbanísticas direcionadas à Comissão Construtora ao longo do processo de elaboração do plano.

A organização dos projetos geral e parciais, das obras da nova capital, deverá obedecer às mais severas indicações e exigências modernas de higiene, conforto, elegância e embelezamento; porém, sem exagerada preocupação de suntuosidades dispensáveis, salvos os monumentos artísticos que o governo deliberar sejam erigidos, e para cujos projetos poderá mandar abrir concorrência estipulando, para os que forem aceitos, prêmios ou preferências aos respectivos autores para a execução das obras por empreitadas (PREFEITURA DE BELLO HORIZONTE, 1909)¹⁶.

É a partir dessas diretrizes que a comissão chefiada por Aarão Reis elabora a Planta da Nova Capital, *Cidade de Minas*. Esse projeto teve sua aprovação no dia 15 de abril de 1895 a partir do decreto n° 817.

A Planta Original da Cidade (Figura 5) apresenta três zonas distintas: zona urbana; suburbana e rural.

Figura 5 - Planta Original da Cidade de Belo Horizonte – (1895)

Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

¹⁶ PREFEITURA DE BELLO HORIZONTE. Imprensa Official do Estado de Minas Gerais. 1909. Trabalho Organizado por Antônio J. da Costa Pereira.

A tabela 1 apresenta a extensão territorial de cada uma das zonas projetadas por Aarão Reis.

Tabela 1 – As zonas da cidade e suas respectivas áreas

ZONAS	ÁREAS
Zona Urbana	8.815.382 m ² (8,8 km ²)
Zona Suburbana	24.930.803 m ² (24,9 km ²)
Área de Sítios	17.474.619 m ² (17,5 km ²)
TOTAL	51.220.804 m ² (51,2 km ²)

Fonte: HORTA (1996, p. 85)

Conforme relata Horta (1996):

A zona urbana, segundo a Planta de Aarão Reis, corresponde à área central. Com aproximadamente 8,8 Km², caracteriza-se pela geometria e simetria das formas, sendo inteiramente envolvida pela zona suburbana. O limite entre a zona urbana e suburbana é dado pela avenida 17 de dezembro (atual avenida do Contorno). A zona suburbana (circunda inteiramente a zona urbana) é constituída de quarteirões irregulares, grandes lotes (variando de 2000 a 6000 m²) e ruas (14 metros de largura) traçadas conforme a topografia. Essa área é formada por vários bairros e, envolvida pela área de sítios, zona esta destinada à pequena lavoura (abastecimento local). Essas três áreas compunham a estrutura urbana (HORTA, 1996, p. 85).

Percebe-se no projeto de Aarão Reis uma das características mais notórias dos planos urbanísticos do final do século XIX: o traçado regular das estruturas urbanas, semelhante a uma tábua de xadrez.

Gomes (2001, p. 61) menciona que as ideias do moderno, do novo e do funcional se revelam no desenho das “linhas retas, largos horizontes, alinhamentos de perspectivas, ângulos e fachadas, confluências simétricas, enfim todo um programa estético em harmonia perfeita”. Essa “geometrização do espaço”, como retrata o autor, tende a submeter o real ao racional.

Para Choay (1998, p. 8), a ideia do futuro dominado pelo progresso baseia-se no princípio de que “um certo racionalismo a ciência, a técnica devem possibilitar resolver problemas colocados pela relação dos homens com o meio e entre si”. Essa é a ordem, o concebido, referido por Lefebvre (2006) (representação do espaço) que submete aos espaços de representações as possibilidades da realização da vida em sua plenitude.

Horta (1996, p. 86) descreve como essa trama urbana foi idealizada.

As ruas, com larguras de 20 metros, cruzam-se os ângulos retos (sistema ortogonal). As avenidas, com larguras de 35 metros cortam as ruas em ângulos de 45° (em diagonal). A orientação das ruas segue, aproximadamente, os sentidos norte-sul e leste-oeste; o sentido da maioria das avenidas é nordeste-sudoeste ou noroeste-sudeste. As seções urbanas, de modo geral, são delimitadas pelas avenidas (HORTA, 1996, p. 86).

Essa morfologia é analisada por Salgueiro (1997) que diz que

O traçado adotado, baseado no xadrez, era consagrado para as cidades novas provavelmente devido à facilidade de loteamento; enquanto a superposição de diagonais que obedecia à “lógica dos fluxos”, da aeração e da comunicação, adotadas na Paris haussmanniana, já era comum na tradição americana (SALGUEIRO, 1997, p. 155).

Mapa 1 – Traçado Urbano da Área Central de Belo Horizonte (MG)

Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) – (2014)

Elaboração e Cartografia: Gustavo Libério de Paulo

Organização: Mariana Guedes Raggi (2014)

O mapa 1 revela o traçado das ruas (sentido norte-sul) e leste-oeste, enquanto as avenidas no sentido nordeste-sudoeste e noroeste-sudeste. Essa

precisão confirma o racionalismo no pensamento do engenheiro assim como a preocupação com a malha ortogonal refletida na planta.

Segundo Pierre George (1983), esse tipo de traçado, quadriculado, provém de influências pretéritas, das antigas cidades romanas.

A planta quadriculada é o plano típico do acampamento romano, da cidade fundada pelos romanos nas províncias do Império e nas fronteiras. (...) Mas apareceu também frequentemente na Idade Média e na época moderna como uma planta racional para aecriação de novas cidades (as fortificações de Midi) ou para a construção de novos bairros nas cidades inicialmente desenvolvidas na base de uma planta radioconcêntrica. O urbanismo do século XVIII a reintroduziu nas grandes cidades transformadas por seus administradores. Em Paris, a simplicidade do cruzamento das vias norte-sul e leste-oeste combina planta radioconcêntrica e planta quadriculada (GEORGE, 1983, p.66).

Por mais que houvesse semelhanças entre as plantas das cidades romanas e as modernas cidades projetadas pelo urbanismo dos séculos XVIII e XIX as intencionalidades dos projetos, revelam, conteúdos e sentidos distintos.

Carlos (2001, p. 46) afirma que a forma, “ganha sentido de um processo em realização, conteúdos que se transformam e se inserem em novas formas” (CARLOS, 2001, p. 46), produzindo assim um arranjo espacial, forma-conteúdo, completamente distante dos acampamentos romanos.

Os conteúdos e sentidos engendrados nessas formas geométricas e racionais priorizam a prática de loteamento e promovem uma lógica dos fluxos, como menciona Salgueiro (1997). Esse é o eixo central de todos os projetos urbanísticos que tinham como objetivo preparar a cidade para uma nova organização espacial que estava por vir: a lógica do automóvel, da circulação intensa de mercadorias para servir a dinâmica e atuante economia industrial. Essa é a sustentação do urbanismo que adentra as cidades na virada do século XIX, via um planejamento que prioriza uma rápida conexão com todos os pontos da cidade, a fim de facilitar a comunicação dos seus habitantes como também promover um cenário urbano ventilado, amplo e limpo.

Essa nova morfologia urbana promoverá, conforme menciona Carlos (2001, p. 53), em pouco tempo, “uma prática social atomizada, acentuando os sentimentos de estranhamento, angústia e solidão presentes na grande cidade,

onde o tempo, irreversível, que mescla passado e presente, traz a nítida sensação de se impor de modo inexorável”.

Essa “prática social atomizada”, mencionada por Carlos (2001) só se torna possível frente à produção de uma eficiente trama viária. A morfologia urbana produzida na virada do século XIX já revelava a influência da infraestrutura viária como fator gerador de novos processos de valorização do solo urbano. Segundo Carlos (2001, p. 67), o “espaço de circulação, vai-se impondo como sinal, código que comanda, imperativamente, o uso dos lugares”. Villaça (2001, p. 74) também atribui aos “setores viários” fator determinante no processo de produção de novos usos. “É válido observar que não é apenas para o capital que a terra permite acesso aos efeitos úteis da aglomeração – para a força de trabalho também, das residências à escola, ao lazer, etc.” O autor menciona assim que a “terra urbana só interessa enquanto terra-localização” (VILLAÇA, 2001, p. 74).

Para se compreender melhor a trama da cidade proposta por Aarão Reis é importante entender como as ruas, avenidas e quarteirões foram idealizados e como essa estrutura urbana foi meticulosamente pensada para ser ocupada e produzida por determinadas classes sociais. Ou seja, a estrutura urbana não se revelava apenas nas suas formas, mas também nos seus usos e nas possibilidades de sua apropriação.

Penna (1997) destaca abaixo como as zonas urbanas e suburbanas são pensadas para determinadas classes sociais.

(...) a zona urbana – dotada de equipamentos urbanos, com quarteirões e lotes regulares, ruas com 20 m e avenidas com 35 m de largura – estaria destinada à habitação das classes “superiores”, enquanto a zona suburbana – com quarteirões e lotes irregulares e ruas com 14 m de largura – estaria destinada à habitação das classes “inferiores” (PENNA, 1997, p. 106).

A Zona destinada à “habitação das classes superiores” e por isso dotada de equipamentos urbanos pode ser visualizada na Planta Original circunscrita e limitada por uma avenida que a limita da Zona Suburbana, Avenida 17 de dezembro, atual Avenida do Contorno. Limitar e separar com precisão a zona urbana da suburbana imprimiu na capital mineira, um cordão de isolamento,

representação concreta de um projeto discriminador e excludente. Essa fronteira revela, assim, a intencionalidade segregadora do projeto. Fronteiras e limites são desenvolvidos para estabelecer domínios e demarcar territórios. Foram concebidos para insinuar precisão: a precisão que pede o poder. (HISSA, 2002, p. 35).

Smith (2007) identifica a partir de análises sobre as transformações urbanas uma categoria que contribui para a análise: a existência de uma “fronteira urbana”, estrutura espacial relacionada à realidade econômica. De fato, foi o valor da terra urbana que selecionou e discriminou a partir do critério econômico os indivíduos que poderiam apropriar-se da cidade circunscrita pela Avenida do Contorno.

Caldeira (1998) propõe uma comparação entre a Avenida do Contorno e as antigas muralhas das cidades fortificadas.

Podemos fazer uma analogia entre a Avenida do Contorno e as antigas muralhas das cidades ocidentais fortificadas; no plano de Belo Horizonte, esta avenida também representava um limite da cidade. Esta concepção notadamente nos remete aos modelos de cidades utópicas da Renascença, cujo desenho da cidade aparecia inscrito num limite preciso. Observa-se ainda que no século XIX, a retirada das muralhas que cercavam as antigas cidades, veio acompanhada da criação de um *boulevard périphérique*; uma avenida circular que propunha marcar a transição da cidade histórica (CALDEIRA, 1998, p. 70).

A Avenida definiu assim o limite de uso, mediado pelo processo de mercantilização da terra. Ou seja, o processo de produção do espaço da capital, assim como em todas as espacialidades urbanas, está vinculado aos processos de mercantilização do solo urbano. “A vitória do valor de troca sobre o uso se refere ao movimento de generalização, no espaço, da propriedade privada do solo urbano como expressão material da vida, alienada como impossibilidade do uso” (CARLOS, 2001, p. 258).

Segundo Carlos (1994, p. 87), para se discutir o “valor do espaço” deve se valer da ideia do “espaço-mercadoria, e, na forma através da qual o espaço apropriado aparecerá como propriedade de alguém”. Ou seja, a capacidade de se apropriar da terra urbana a partir do consumo da terra-mercadoria é naturalizado como “direito de dispor de determinadas parcelas do espaço

geográfico como esferas privadas, excluindo os demais e determinando como tal parcela será utilizada e qual a classe social que irá desfrutá-la” (CARLOS, 1994, p. 87). A vitória do valor privado da terra “naturalizou” e viabilizou, de certa forma, a inacessibilidade de determinadas classes sociais aos espaços localizados na zona urbana da cidade planejada.

A figura 6 mostra a rua Rio de Janeiro (localizada na zona urbana) retilínea, asfaltada, que, contrasta visivelmente com a rua Varginha (localizada na zona suburbana na planta original), tortuosa, irregular e desprovida de infraestrutura urbana.

Figura 6 – Ruas belo-horizontinas – Vista Geral (s/d)

Fonte: Bello Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho. (2010).

Essa tipologia urbanística trazida por Aarão Reis é, para Salgueiro (1997, p. 154), vinculada a duas razões.

O caráter rígido do projeto de Reis justifica-se, então, por duas razões: primeiramente, pelo peso dos códigos modernos defendidos pelos engenheiros brasileiros para a construção das cidades, códigos que passavam obrigatoriamente pela crítica das disposições das cidades antigas, “filhas do acaso” ou de “circunstâncias comerciais”, com suas ruas estreitas e tortuosas seguindo o relevo – representações estereotipadas presentes nos discursos fundadores da mudança da capital. Em segundo lugar, por se tratar de uma cidade nova, resultante “de uma

proposta deliberada”, cuja pretensão de racionalidade justificaria que fizesse notar a diferença: a de ser “uma cidade construída com método” (SALGUEIRO, 1997, p. 154).

Percorrer assim os “códigos da modernidade”¹⁷ no projeto do engenheiro Aarão Reis assim como desvendar o método presente na idealização de seu projeto é condição fundamental no processo de análise que nos propusemos fazer, ou seja, sobre a influência do paradigma da modernidade no processo de produção do espaço urbano de Belo Horizonte.

Os códigos serão entendidos aqui a partir da contribuição de Henri Lefebvre.

O que é um código? O que é uma codificação-decodificação? (...) Todo código define um espaço centrado, abrindo horizonte em torno de um texto (mensagem), desenvolvendo-o e, conseqüentemente, delimitando-o, fechando-o. (...) Toda codificação é portadora de uma perspectiva e da “produção” de um certo sentido, que substitui o texto dado e pode, seja empobrecê-lo, seja valorizá-lo, enriquecendo-o. Daí a ambigüidade. A codificação-decodificação implica um efeito ou efeitos de miragem, pois a estrutura formal de um código somente aparece no momento em que a produção declina, em que a aparição do sentido se enfraquece. O código formulado é somente a sombra do sentido! Um código, dizem os semiólogos mais sutis, é uma voz e uma via: a partir do “texto” (da mensagem) várias possibilidades, escolhas, palavras diversas, uma pluralidade, muito mais um tecido que uma linha (LEFEBVRE, 2008, p. 26).

Nesse sentido entenderemos por “códigos” os “espaços centrados que abrem horizontes em torno de um texto”. Nesta tese, compreenderemos os “códigos modernos” como portadores de contradições e ambigüidades. Importante destacar que os “códigos” que compõem a tríade da urbanística moderna importada do continente europeu são: salubridade, comodidade e embelezamento, eixo norteador da modernidade que paira sobre a espacialidade urbana na virada para o século XX.

¹⁷ Salgueiro (1995, p. 197) como o “caráter rígido do projeto de Reis se explica pelo peso dos códigos modernos defendidos pelos engenheiros progressistas da Politécnica, contrários às disposições das cidades antigas de ruas estreitas e tortuosas e pela obrigatoriedade de mostrar a diferença de se construir uma cidade racional”.

O compromisso de Aarão Reis com as condições de salubridade da cidade fez com que ele convidasse, para compor a equipe de estudos sobre a cidade, um dos maiores especialistas da medicina higienista do Brasil, o médico José Ricardo Pires de Almeida.

Reis convocara para trabalhar com ele, na Comissão d' Estudo das Localidades, um dos grandes especialistas do País, o médico-higienista José Ricardo Pires de Almeida, autor de um estudo crítico das habitações do Rio. Este faz um levantamento dos níveis de salubridade de cada cidade, examinando, sobretudo, o clima e as moléstias antes de classificá-las. É significativa a sua aplicação do 'processo moderno das análises bacteriológicas das poeiras atmosféricas colhidas nas diferentes localidades'. Essa pesquisa se inscreve em preocupações então correntes na Europa, verdadeiros alertas ecológicos que antecipam o que chamados hoje de *poluição* (SALGUEIRO, 1997, p. 158).

A "Comissão d' Estudo das Localidades" tem um método racional de pensar a cidade. A partir desses estudos, o engenheiro Aarão Reis definiu a localização dos equipamentos que comporiam os serviços públicos da cidade. Esse fato revela presteza e caráter científico nas suas decisões. Nesse sentido, os critérios de escolha das localidades desses serviços estão atrelados a estudos sobre a climatologia, a hidrografia e a geomorfologia da cidade. Foi, a partir desses parâmetros, que o engenheiro estrategicamente optou pela escolha de determinados espaços para receber serviços como os cemitérios, os matadouros, as estações de água e esgoto, etc. Assim, também, Aarão Reis definiu a localização das classes sociais mais abastadas da cidade. Esses espaços, inseridos no interior da Avenida do Contorno, abrigam representações que iluminam os atributos à comodidade e ao embelezamento enquanto na zona suburbana destinou-se a receber os serviços de abastecimento da cidade, indispensáveis às dinâmicas da espacialidade urbana moderna.

Nessa planta faz-se alusão, ao mesmo tempo, aos princípios utopistas e higienistas (que muitas vezes são os mesmos), ao se hierarquizar o espaço em termos da distribuição de equipamentos, da localização funcional dos serviços em nome da tríade *salubridade, comodidade, embelezamento*. Reis demonstra conhecer o que significa "equipar" a cidade; prevê dispositivos técnicos indispensáveis, marcando sua colocação na planta: nos subúrbios ficava o cemitério, matadouro,

hipódromo, lavanderia municipal e banhos públicos, incinerador de lixo, estação de tratamento de água e até mesmo um forno crematório – tudo isso na parte mais baixa, ao longo do rio, seguindo a lógica higienista -, enquanto os reservatórios de água seriam colocados do lado oposto, a mais de 1.000m de altitude (SALGUEIRO, 1997, p.158).

Assim, esses códigos vão se revelando na e pela cidade, inclusive pela criação planejada de formas urbanas capazes de portar a representação da modernidade.

Nesse sentido, uma das mais relevantes entre essas representações no processo de produção da nova capital, foi a construção do ramal férreo que ligaria, a partir do entroncamento da Estação de General Carneiro, em Sabará, Belo Horizonte à Estrada de Ferro Central do Brasil. A presença desse ramal férreo significava, como menciona Camarate (1894, p. 2 *apud* BARRETO 1995b, 57), projeto de grande relevância, pois era

a menina dos olhos do Dr. Aarão Reis e do seu luzido estado-maior de engenheiros: porque, praticamente, nada se poderia fazer de importante e produtivo, em todos os demais ramos de serviços afetos à Comissão Construtora, sem que material variadíssimo e numeroso que demanda tão complicada obra viesse trazido pela locomotiva, que inutiliza, de uma vez para sempre, essas eternas boiadas que de Sabará para aqui, arrastam, em quarenta e oito horas e com uma chiadeira sonolenta cem ou duzentos quilos de cargas à razão de quarenta mil réis por carrada.

Não é de se estranhar a atenção dada pelo engenheiro à construção do ramal ferroviário, considerando a importância desse equipamento para a produção da cidade assim como para a formação de um imaginário moderno para a toda a nação.

Figura 7 - Estação Central de Minas (s/d)

Fonte: Belo Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho. (2010).

Estudos implantados na capital como, por exemplo, estudos topográficos e das localidades revelam, como mencionado anteriormente, o método escolhido no processo de produção da cidade, atrelado a um saber científico que deveria responder às exigências que recaiam sobre a sede da nova capital mineira. A existência de uma estação ferroviária que interligasse a nova capital a outras porções do território brasileiro era fundamental para o momento que se afirmava como moderno.

Como na virada do século XIX o meio de transporte preponderante era o transporte ferroviário, a escolha do espaço destinado a receber a Estação da Central do Brasil assumia fundamental relevância. Deveria ser um local central, pois seria a partir dela que a maior parte do material utilizado para a construção da nova capital iria chegar. Foi considerada, portanto, a porta de entrada da jovem capital mineira, tanto por transportar o material necessário à construção da cidade como também por ser a primeira nova edificação que os futuros moradores da capital iriam vislumbrar.

Outra representação da modernidade, na cidade idealizada, trata-se da monumentalidade da Avenida Afonso Pena, uma das avenidas pensadas por Aarão Reis, por estar entre as mais importantes. Projetada para funcionar como eixo norte-sul do perímetro urbano, foi inaugurada no mesmo dia da inauguração da capital, 12 de dezembro de 1897. A larga avenida foi cenário de um processo de arborização que a caracterizou como uma das avenidas mais verdes do território nacional (Figura 8).

Figura 8 - Panorama da Avenida Afonso Pena em 1930

Fonte: Bello Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho. (2010).

Para Lemos (1998), a arquitetura deve ser compreendida como uma possibilidade de “representar artefatos didáticos do processo de modernização, a serem contemplados com veneração” (LEMOS, 1998, p. 87). A autora enfatiza nesse sentido que a arquitetura deve ser compreendida como “artifício simbólico de base racional” que revela as intenções políticas do projeto da nova capital mineira.

É nesse sentido que as intencionalidades políticas presentes no projeto são facilmente percebidas ao analisar a escolha estratégica dos principais prédios e áreas públicas distribuídas pela cidade.

Várias são as localidades que sediaram essas representações, esses “códigos modernos”. A Avenida Afonso Pena, assim como outras espacialidades presentes na capital mineira, sediou e assumiu a tarefa de revelar, por meio do seu traçado, da sua amplitude viária, assim como da sua arquitetura papel significativo no projeto modernizador da capital.

Uma das edificações mais significativas presentes na Avenida e que representa a arquitetura da época foi o majestoso prédio dos *Correios* e

*Telégrafos*¹⁸ (Figura 9). Desde o início da história da cidade, o antigo prédio ostentava sua monumentalidade e destaque absoluto na paisagem da cidade republicana. “Em estilo eclético, composto por uma linguagem decorativa poli-estilística que o designava como de grande monumentalidade” (LEMOS, 1998, p. 103).

Figura 9- Prédio dos Correios e telégrafos (192 -?)

Fonte: RAIELD, (2010).

Nessa avenida, eixo da monumentalidade moderna, pode-se perceber claramente a espacialização da divisão das funções urbanas. Andrade e Magalhães (1998, p. 44) reconhecem “um forte sentido de hierarquia”. Essa hierarquia espacializada na recém-inaugurada capital mineira é uma atribuição de uma modernidade cada vez mais excludente, especializada e por consequência discriminadora. Os autores revelam que os serviços disponíveis nas proximidades do Ribeirão Arruda (designada por baixa cidade) são “serviços comuns”, como a estação ferroviária, o comércio e as oficinas. Já os “serviços nobres” como a sede do poder municipal, dos Três poderes do Estado, teatro e hotel estão localizados em região mais elevada da cidade (ANDRADE; MAGALHÃES 1998).

¹⁸ Essa edificação foi colocada à venda em 1933 e no ano de 1941 foi construído o edifício Sulacap-Sudameris que em composição com o viaduto Santa Teresa tem-se uma integração simétrica entre os dois blocos no edifício e os dois arcos no viaduto (FREITAS, 2008).

Esse fato confirma a intencionalidade do projeto urbanístico da Comissão Construtora, responsável por construir na cidade espacialidades enobrecidas, embelezadas, em detrimento de outras, destinadas a ser meras regiões prestadoras de serviços.

Localizado ainda na Avenida Afonso Pena encontra-se o monumental Parque Municipal, de autoria do paisagista Paul Villon¹⁹. Na Planta Original da Nova Capital, percebe-se uma significativa área destinada a sediar o maior “parque urbano”.

O arquiteto e paisagista priorizou a construção de um espaço pitoresco e “romântico”. “Suas alamedas tortuosas contornavam jardins, lagos com aves, cascatas, repuxos, grutas, viveiros de plantas e de pássaros, pontes artísticas et.” (Figuras 10 e 11) (LEMOS, 1998, p. 100).

Figura 10 - Parque Municipal Américo Renné Giannetti em Belo Horizonte (s/d)

Fonte: Belo Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho. (2010).

¹⁹ Paul Villon, paisagista francês, desenvolveu inúmeros projetos urbanísticos de parques e jardins públicos em várias cidades brasileiras, como Belo Horizonte (com Aarão Reis) e Rio de Janeiro (com Pereira Passos). Participou do projeto do Parque Municipal em Belo Horizonte e o dos Jardins do Palácio do Catete no Rio de Janeiro em outros.

Figura 11 – O Parque Municipal – destaque: Ponte Rústica (s/d)

Fonte: Belo Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho. (2010).

A preocupação em manter espaços verdes no centro da cidade reflete representações de uma cidade que prioriza espaços de lazer e contemplação em contraste com as edificações monumentais, um dos atributos da urbanística moderna. Na planta original, a projeção do parque “situado no sítio mais acidentado, conforme a tradição do *pitoresco* e a exemplo da Paris haussmanniana” (SALGUEIRO, 1997, p. 161).

Pierre George (1983) menciona em seus estudos sobre a Geografia Urbana que “a cidade quadriculada não é necessariamente uma cidade monobloco”. Ele se refere às áreas verdes, de lazer, espaços livres localizados entre os espaços geometricamente planejados.

Choay (1998) relata que uma das exigências da higiene é o planejamento de espaços “amplamente abertos, rompidos por vazios e verdes. (...) O verde oferece particularmente um quadro para os momentos de lazer, consagrado à jardinagem e à educação sistemática do corpo” (CHOAY, 1998, p. 9).

Salgueiro (1997), por sua vez, ressalta a localização do parque: “habilmente inserido na planta regular, o parque de Belo Horizonte segue a topografia do terreno, enquanto as ruas que o cercam são submetidas a um plano geométrico” (SALGUEIRO, 1997, p. 161). Essa é também uma das questões trazidas por Andrade e Magalhães (1998, p. 43). Para os autores, a ausência do racionalismo e do rigor presente no traçado da zona urbana ao qual

pertence o diferencia e o coloca em destaque. O espaço do parque deve ser identificado assim, para Andrade e Magalhães (1998, p. 43). Como o “espaço do Amor à natureza”. Este, portanto, soma-se a outros elementos da espacialidade belo-horizontina na realização dos “códigos da modernidade”, aos quais nos referimos.

Uma remissão ao termo inicial da legenda positivista – Amor, Ordem e Progresso – resolve a aparente discrepância: apesar da forma geométrica do perímetro do Parque, o projeto paisagístico de autoria de Paul Villion reverencia a natureza do lugar e jardins adaptados às curvas da sua conformação e no aproveitamento de árvores nativas (ANDRANDE; MAGALHÃES, 1998, p. 43).

Mapa 2 – O traçado do Parque Municipal

Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) – (2014)
Elaboração e Cartografia: Gustavo Libério de Paulo
Organização: Mariana Guedes Raggi (2014)

Ao longo do tempo, o espaço físico reservado ao parque foi reduzido para dar lugar a outros usos e formas de apropriação, como hospitais, avenidas, serviços em geral. No projeto inicial, a dimensão espacial atingia importância

significativa no desenho da cidade. Porém como conta um ex-morador do Parque²⁰:

Era uma vez um imenso e majestoso parque no início do século 20. Media o dobro do tamanho atual. Foi mutilado, sistematicamente, no decorrer dos anos. Pedro Nava se indignava: “Parabéns aos senhores prefeitos progressistas. Pêsames à população de Belo Horizonte; particularmente às crianças residentes nos arranha-céus do Centro. Para isso concorreu a indiferença da população” (GUIMARÃES, 2005, p. 13).

O “imenso e majestoso parque”, presente na memória de Ronaldo Guimarães e também cenário de tantas outras histórias belo-horizontinas, compunha o plano das ideias de Aarão Reis. Ao abrir o Parque à suntuosa Avenida, o engenheiro colocou em destaque a Rua da Bahia (Figura 16), via de acesso à monumental Praça da Liberdade.

A Rua da Bahia, projetada pela Comissão Construtora da Nova Capital, foi pensada para ser o eixo de ligação entre o espaço cívico, caracterizado pela Praça da Liberdade, e o centro comercial que se expandiu pelos arredores da Praça da Estação, Avenida do Comércio e Avenida Afonso Pena.

O Palácio Presidencial foi construído ao lado das secretarias na Praça da Liberdade, produzindo, nesse espaço, o poder político da nova capital. A localização da Praça da Liberdade foi uma escolha estratégica, pois sua altitude se destacava em relação ao sítio urbano, transmitindo assim a ideia de vigilância e controle.

²⁰ Ronaldo Guimarães era filho do zelador da Escola Municipal construída dentro do Parque Municipal. Viveu lá até o dia do seu casamento em 1980. GUIMARÃES, Ronaldo. Parque Municipal. Belo Horizonte: Conceito Editorial, 2005.

Mapa 3 – Hipsometria da Área Central de Belo Horizonte (localização da Praça da Estação e da Praça da Liberdade)

Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) – (2014)

Elaboração e Cartografia: Gustavo Libério de Paulo

Organização: Mariana Guedes Raggi (2014)

O mapa 3 revela, em certa medida, essa estratégia política. A Praça da Liberdade está localizada nas cotas de altimetrias mais elevadas da Zona Urbana da cidade. A Praça da Estação, por outro lado, encontra-se localizada nas cotas de altimetria mais baixas, próxima ao leito do Ribeirão Arruda. Essa disposição da localização geográfica é, sem dúvida, um atributo estratégico geopolítico.

O estilo arquitetônico eclético presente nas edificações da Praça da Liberdade veio, na visão de Lemos (1998), reafirmar o objetivo do projeto, pois representava uma arquitetura própria da burguesia da época, que dava ênfase ao conforto e perseguia o progresso, as novidades e se prestava ao nível da moda e do gosto temporário. “O ecletismo era sinônimo de progresso e linguagem do poder econômico do capitalismo recém- inaugurado. Ao lado disso, tal experiência, após a independência brasileira, vinculou-se aos princípios políticos republicanos” (LEMOS, 1998, p. 92). Esse estilo arquitetônico é uma mistura de muitos estilos do passado na tentativa de se produzir uma nova

linguagem arquitetônica. Por esse motivo, diversos arquitetos mencionam que o ecletismo não é um rompimento definitivo com o passado. Essa característica de uma arquitetura que dialoga com o passado e com outras possibilidades de linguagem produz uma imagem transitória, uma imagem arquitetônica de passagem entre o que foi e o que se projeta. Belo Horizonte abriga várias edificações que expressam exatamente esse momento de passagem para a edificação futura de seu projeto modernizador.

Os prédios públicos sugeridos no projeto de construção da nova capital denunciavam forte influência dessa arquitetura eclética, transitória, coerente com uma missão de representar o ordenamento, a racionalidade por meio de novas concepções urbanísticas.

O Conjunto da Praça da Liberdade, entendido aqui como o conjunto de Secretarias e a sede do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, planejado por Aarão Reis, representam exemplares dessa arquitetura eclética.

De todas as edificações presentes na Praça, o Edifício do Palácio da Liberdade²¹ (Figura 12), construído entre 1895 e 1897, guarda, em seu estilo arquitetônico, representações de ideais republicanos. Com traçado eclético de inspiração neoclássica, o edifício apresenta forte caráter monumental.

Desenvolvendo-se em dois pavimentos mais sótão com pé-direito habitáveis e cobertura sobre estrutura de ferro, com acesso para um terraço, apresenta volume bem movimentado e de proporções harmônicas. Nas duas extremidades frontais, observa-se dois corpos de planta circular, que se constituem em torres que abrigam varandas em vãos arqueados. Aliás, a maior parte dos vãos da fachada frontal possuem verga em pleno; somente as duas janelas, localizadas no segundo pavimento, ladeando o corpo central do edifício, apresentam verga reta com pequeno frontão ornado em motivos republicanos. Um frontão maior pode ser observado no eixo central do prédio, na altura do seu coroamento. Esse frontão abriga um busto que representa a República (BORBA, 2008, p. 58).

²¹ Hoje, o Conjunto das Secretarias e o Palácio da Liberdade não desempenham mais as funções para as quais foram criados. Hoje, verifica-se a modificação dos usos desses edifícios em “equipamentos culturais” que compõem o Circuito Praça da Liberdade (CCPL).

Figura 12 - Palácio da Liberdade em 1900

Fonte: Belo Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho. (2010).

A arquitetura utilizada na construção do Centro Cívico da nova capital sediado na planejada Praça da Liberdade preconizou o estilo eclético com fortes influências neoclássicas que trazia, na sua aparição monumental, uma das maiores marcas do projeto da nova capital. Tais edificações deveriam produzir aos recém-chegados uma sensação de espanto e orgulho, entusiasmo e perplexidade, anseios e desejos de uma nação que se pretendia produzir a partir de novos sentidos e por esse motivo a partir de novas formas arquitetônicas.

Para que o projeto saísse do papel, ou seja, para que a representação do espaço da Nova Capital saísse do campo das ideias e se revelasse no processo de produção da capital, a Comissão Construtora empreendeu uma intensa política de desapropriação e destruição de todo o Arraial. Varrer e esquecer a antiga espacialidade era um objetivo da Comissão. Como afirma Carlos (2001) o debate sobre os processos de desapropriações ilumina “a propriedade privada do solo urbano como condição e limite da reprodução do capital”.

Segundo Harvey (2005), a demanda por uma nova estrutura espacial, condizente com uma nova realidade econômica, política e social faz com que antigas estruturas assumam a posição de barreiras e impedimentos a uma nova e dinâmica realidade espacial. Por isso, essas estruturas desaparecem como se

representassem “uma prisão inibidora do progresso (...)” (HARVEY, 2005, p. 53). Nesse sentido, o Arraial de Belo Horizonte é destruído para dar lugar a uma nova estrutura espacial: a moderna e racional capital mineira.

Esse processo somente se tornou possível com a atuação de um Estado planejador, controlador e investidor.

Em 11 de janeiro de 1895, o novo proprietário do lugar, o estado, expede o Decreto nº 803, autorizando a venda e a revenda dos terrenos compreendidos dentro do perímetro da nova capital, excetuando-se os necessários à construção dos edifícios públicos, os concedidos aos funcionários públicos estaduais e aos proprietários em Ouro Preto e os permutados com os antigos proprietários do Arraial do Curral d’el Rey. Reserva-se, ainda, o estado, alguns quarteirões e lotes a serem vendidos somente dez anos depois da instalação da nova capital (PENNA, 1997, p. 104).

Os processos de desapropriação foram, sem dúvida, um dos principais problemas que a Comissão Construtora da Nova Capital teve que enfrentar. Filgueiras (2006) relata que a construção da Nova Capital partiu do pressuposto da não incorporação da população do antigo Arraial. Para a autora:

Tratou-se, portanto, não da “incorporação progressiva” desta população à economia moderna e à dinâmica urbana, mas da sua expulsão e da (quase) total destruição de suas edificações, dando lugar à modernidade que se impunha através da concepção rígida de um modelo e de um traçado urbanos (FILGUEIRAS, 2006, p. 74).

A expulsão e a destruição de suas edificações sinalizou um forte e definitivo processo de migração dos curralenses para os arredores da nova capital, pois as indenizações pagas pelas propriedades foram insuficientes para garantir a esses moradores o direito de propriedade nas áreas da nova cidade. Na visão de Penna (1997), as políticas de desapropriação, praticadas pela Comissão Construtora da Nova Capital, não favoreceram a permanência dos antigos moradores na nova cidade.

Não havia sido proposta a permuta de edificação por edificação, mas a permuta de propriedade (edificação e/ou terreno) por lote. Aquele que desejasse possuir uma “casa e quintal” na nova cidade necessitaria possuir propriedades cujo valor de troca equivalesse a essa nova “casa e quintal” ou possuir algo além

de suas propriedades. Possuir capital, sob a forma de propriedade imobiliária ou sob qualquer outra forma: esta seria a condição para que os curralenses mantivessem o uso original dos terrenos do Arraial – abrigar suas casas e quintais (PENNA, 1997, p. 103).

Para Penna, como a avaliação das propriedades no antigo arraial de Belo Horizonte havia sido insignificante, os moradores foram obrigados a se retirar de sua antiga cidade, agora a mais jovem capital republicana. Ou seja, de acordo com a autora, o “pequeno proprietário, não-capitalista, no antigo Arraial seria convertido em não-proprietário na nova capital” (PENNA, 1997, p. 103).

Como menciona Lefebvre, um dos pressupostos da sociedade moderna, reside na supremacia do valor de troca sobre o valor de uso. Assim, o pequeno proprietário não capitalista sem recursos financeiros para permanecer no seu lugar, compreendido este como lugar da reprodução da vida, vê-se obrigado a partir, cedendo seu lugar a novos moradores. O destino desses habitantes foi variável. Barreto (1995b) afirma que poucos foram aqueles que se conservaram no Arraial devido à incapacidade de adquirir a propriedade de suas antigas moradias; a maior parte partiu para localidades como Calafate, Piteiras, Cachoeira, João Carlos, Bento Pires, Cardoso e Venda Nova.

Segundo Nery (2001) não resta dúvida de que Belo Horizonte se produz sobre os escombros do antigo Arraial e para tal a uma total desconsideração e descaso em relação aos moradores originais. A presença permanente de um discurso modernizante, resultado de uma ideia de progresso e de ordem conduz o processo das desapropriações que segue.

Entretanto, conforme relata Le Ven (1996), a classe trabalhadora, por mais que não fosse esperada nessa nova espacialidade moderna, a não ser como força de trabalho para construir a capital, acaba ocupando um espaço não destinado a ela. Le Ven (1996) menciona que, ao adentrar a capital, essa população indesejada acaba ocupando

o espaço urbano nas favelas entre os palácios em construção ou nas imediações do que viria a ser o bairro da Floresta, antes de serem desalojados para a região futura Praça Raul Soares (e nas décadas seguintes para Nova Granada), ou ainda na zona pantanosa da Villa. Seção do Barro Preto reservada para operários devidamente selecionados para receber um lote aforado e não vendido. Portanto a ocupação interna dentro da

Avenida do Contorno se deu ao mesmo tempo e mais rapidamente do que nos bairros ricos. Portanto a ocupação interna dentro da Avenida do Contorno se deu ao mesmo tempo e mais rapidamente do que nos bairros ricos (LE VEN, 1996, p. 100).

No discurso, a retórica da cidade perfeita, sem a menor expressão de conflito. Na prática, um descompasso entre o idealizado e o revelado. A cidade produzida se distancia de sua representação hegemônica, como menciona Le Ven

Assim, criar nova cidade, apesar de todo o uso da força política, não foi um simples exercício de modelação do espaço conforme os interesses políticos e ideológicos das classes dominantes, mas criar a cidade foi colocar em movimento e em confronto grupos e forças sociais que se encontram no espaço e no trabalho. Essas forças lutam entre si a partir de sua relação de trabalho e portanto de propriedade (...) (LE VEN 1996, p. 100).

Segundo Andrade e Magalhães:

A cidade desenvolve-se da periferia para o Centro, ao inverso do pretendido. Em 1912, Belo Horizonte tinha 70% dos 38.000 habitantes fora da zona urbana, predominantemente nos bairros da Lagoinha, Floresta, Santa Efigênia, Calafate e nas Colônias Agrícolas. O Centro Comercial delinea-se entre a Estação e a Praça do Mercado, no início da Avenida Afonso Pena; as classes mais aquinhoadas procuram o bairro dos Funcionários e, na 1ª Seção Suburbana, o da Serra, Calafate, Barro Preto e Carlos Prates abrigam operários e imigrantes (ANDRADE & MAGALHAES, 1998, p. 46).

Em sua análise sobre a produção da capital mineira, Villaça (2001) analisa a evolução do crescimento da cidade nos seus primeiros anos de existência.

Figura 13 – Evolução da mancha urbana de Belo Horizonte

FONTE: PLAMBEL (VILLAÇA, 2001)

A figura 13 mostra que o projeto de se produzir uma cidade pensada para “caber” numa zona urbana cercada e delimitada por uma avenida, chamada de Avenida do Contorno não se realizou. A cidade cresceu ignorando a existência de um plano para ela, um projeto de crescimento que nunca se efetivou. A produção do espaço da capital mineira rompeu com sua representação ainda nas primeiras décadas.

A cidade produzida em quatro anos e inaugurada em 1897 teve suas obras paralisadas nos primeiros anos da Primeira Grande Guerra, caracterizando um ritmo de crescimento, naqueles primeiros anos, bem reduzido. Andrade e Magalhães (1998) mencionam que, em 1916, registravam-se na zona urbana 600 residências fechadas ao mesmo tempo em que na zona suburbana percebia-se um ritmo acelerado de crescimento populacional. Foi nesse contexto que se deram as primeiras modificações exercidas pelo poder

público no sentido de promover um maior adensamento no interior da Zona urbana.

Após o fim do conflito mundial, Belo Horizonte retoma na visão de Andrade e Magalhães (1998), o papel de centralidade cultural e administrativa do estado mineiro caracterizada por um adensamento populacional agora em expansão. Os imensos bulevares, então silenciosos, construídos pela Comissão Construtora, vão ganhando vida e movimento de uma cidade em crescimento. “Operários e mestre-de-obras imigrantes abrem novas ruas, levantam casas e prédios comerciais, compondo os volumes, os pormenores e os ornatos da arquitetura predominantemente eclética que caracteriza o período” (ANDRADE & MAGALHAES, 1998, p. 51).

A cidade assume, nesse período pós anos 1920, um crescimento significativo. “A população, que em 1920 fora de 55 mil habitantes, já conta, nos anos 30, 140 mil, embora a área loteada comporte até 500 mil” (ANDRADE & MAGALHAES, 1998, p. 54). Esse incremento populacional que começa a se vislumbrar gera, nos anos 1930, a primeira crise urbana, a qual acaba por promover as primeiras medidas de intervenção no antigo plano concebido por Aarão Reis e a Comissão Construtora.

Andrade e Magalhães (1998) mencionam que o novo Plano Geral da cidade, de 1933, redefine o que se entendia como Zona urbana, suburbana e rural, reeditando, de certa forma a tríade salubridade, comodidade e embelezamento.

Pensar na produção de uma cidade que sediaria a nova capital republicana das Minas continuou sendo a “missão” dos novos idealizadores desse espaço. Porém, a representatividade e os interesses modificaram-se consideravelmente. As práticas político-espaciais são experiências ideológicas e repletas de intencionalidades e a trajetória da construção da capital republicana revela nitidamente esse compromisso, que é permanente e inerente a todo processo de produção do espaço.

Nesse sentido, os projetos de intervenção, idealização de um planejamento espacial moderno posicionam-se, nitidamente, distantes de solucionar as problemáticas sociais decorrentes das disparidades econômicas provenientes de um sistema fundamentado na exclusão e na desigualdade.

Com o objetivo de sanar problemáticas urbanas, o urbanismo reveste-se de conhecimento e saber a fim de proteger e “medicalizar” as cidades “adoentadas”. A “medicalização das cidades” se pauta no discurso da necessidade de cuidar dos espaços que supostamente “adoentados” dificultam ou atrasam a realização de projetos modernizantes. Essa será uma das grandes preocupações de Juscelino Kubistchek no período em que exercerá o cargo de Prefeito da capital (1940-1945).

Sendo médico, Juscelino Kubistchek parece apoiar-se no discurso acima mencionado, reinventando esse urbanismo interventor e se debruçando sobre tais pressupostos tal como fizera, quase meio século antes, o engenheiro Aarão Reis, ainda que, naturalmente, de outra forma e por outros meios.

Não se pode desfazer os vínculos existentes entre as práticas urbanas trazidas pelas práticas e experiências urbanísticas e os interesses políticos do recém-criado Estado moderno. Para Martins (2000), o processo de consolidação do Estado moderno está relacionado à produção política do espaço. Daí a racionalidade estatal já mencionada por Lefebvre (2004).

Em verdade, o saber político integra o que Lefebvre denominou por acumulação política, isto é, a acumulação dos meios pelos quais a sociedade política, produzida pela sociedade civil (não se pode esquecer), nela atua, engendrando relações sociais fortemente vinculadas à reprodução social (MARTINS, 2000, p. 53).

Para Lefebvre (2004), o urbanismo moderno comprometido com um conhecimento ilusório da realidade edifica uma cidade silenciada, buscando prever os acontecimentos a partir da produção dos arranjos espaciais que interrompem novas e possíveis aspirações.

Os urbanistas parecem ignorar ou desconhecer que eles próprios figuram nas relações de produção, que cumprem ordens. Executam quando acreditam comandar o espaço. Obedecem a uma *commande* (encomenda) social que não concerne a este ou àquele objeto, nem a este ou àquele produto (mercadoria), mas a um objeto global, esse produto supremo, esse último objeto de troca: o espaço (LEFEBVRE, 2004, p. 142).

Lefebvre (2004) designa esse urbanismo de “urbanismo de classe”. O autor vai além: “Quando o urbanista sabe disso, quando atinge esse grau de saber, torna-se cínico, ou se retira” (2004, p. 147). Para o autor (2004, p. 147), a tomada de consciência o faz cínico, pois vende, mesmo assim, a ilusão de um espaço-mercadoria, espaço organizado, livre das mazelas que o sistema perverso e contraditório produziu. Vende liberdade, felicidade, estilo de vida. Mas, “o que ele mascara? A situação. O que encobre? Operações. O que bloqueia: Um horizonte, uma via, a do conhecimento e da prática urbanos”.

PARTE III – O projeto modernizador e a nascente economia industrial

3.1. Transformações da capital mineira: um olhar sob as *ópticas literárias*

Estar sempre na rua, jamais abandonar seu posto. De uma estátua exige-se atenção concentrada, um estado de alerta. Não somente porque ela se expõe aos olhos de quem passa – é preciso que ela saiba ser observada, possua um estilo de apresentar-se à visão alheia -, mas também porque cabe a ela uma tarefa de observação – é diante de seus olhos que os movimentos da cidade ganham sentido, sua solidez torna possíveis os fluxos das pessoas e das coisas. Para uma estátua, é imprescindível a disposição de atuar como referência. Ela é um campo de certeza que ressalta a imprevisibilidade das transformações urbanas, a margem da ordem delineando a exuberância do caos (Luís Alberto Brandão Santos, 1999).

As estátuas e os monumentos compõem as paisagens urbanas e delas participam. Representações que podem produzir no imaginário do cidadão referências espaciais, que, com o passar do tempo, provocam sentimentos de pertencimento e de identidade.

A monumentalidade de algumas dessas estátuas, registros e obras de arte, chamam atenção daqueles que apressadamente circulam nas cidades. A grandeza e a exuberância de algumas entre essas interrompem, por vezes, o percurso de alguns mais sensíveis às artes urbanas.

Literalmente, falar com as estátuas, só é permitido, numa sociedade da razão exacerbada e instrumental como a nossa, aos especiais, às crianças e aos poetas. Mas de certo modo, todos dialogamos com esses monumentos, ainda que na mesma linguagem muda da escultura! (...) A escultura ou 'estátua' marca uma presença no espaço que nos convida a não passarmos incólumes. (...) – mesmo diante da invisibilidade promovida pela aceleração contemporânea, sobretudo, nas grandes cidades (CORCÍNIO JUNIOR, 2013, p. 6).

Walter Benjamin (1995), na sua *poética urbana*, apresenta a possibilidade de produzir, a partir das representações sugeridas pelas estátuas e monumentos, possíveis narrativas, histórias de tempos passados que são permanentemente reescritos por todos os personagens que produzem as cidades. Essa é uma possibilidade de compreender as dinâmicas urbanas que por seu dinamismo intenso, muitas vezes, impossibilitam sua contemplação.

Belo Horizonte, pensada para sediar a capital mineira, nasce do compromisso com a monumentalidade de uma representação moderna. Essa

tarefa faz com que seus idealizadores assumam o papel de representar, na nova cena urbana, monumentos e registros de grandeza e ostentação de um novo tempo. Exuberante nas formas, algumas representações remetem a mensagens e intencionalidades, que, como menciona Walter Benjamin, compõem as narrativas da cidade.

Várias foram as tentativas de se compreender, a partir das óticas literárias, as dinâmicas e as narrativas da capital mineira. Escritores como Pedro Nava, Carlos Drummond de Andrade, Monteiro Lobato, Murilo Rubião, Henriqueta Lisboa, entre outros, podem ser destacados. Aqui, debruçaremos-nos na história “O quase nu e a bandeira” narrada por Santos (1999) na sua obra *Saber de pedra, o livro das estátuas*. Nessa ficção literária, Santos (1999), poeticamente, dá vida às estátuas da capital. Conta e refaz a trajetória de Belo Horizonte por meio de versões que seriam interpretadas pelas estátuas, que assumem na obra o papel de personagens.

Figura 14 - Monumento à terra mineira (s/d)

Fonte: Bello Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho. (2010).

Quando me colocaram aqui, em 1930, Belo Horizonte era pequena e muito tranquila. Escolheram um lugar estratégico: de frente para a Estação Ferroviária, principal acesso à cidade. A altura a que fui alcançado, em contraste com as edificações baixas, causava a impressão de que eu pairava sobre a praça, de que sobrevoava. Passei a ser a primeira visão daqueles que chegavam. Visão de impacto, sem dúvida. Não apenas porque as dimensões do meu corpo são maiores do que as de um corpo humano (sim, eu era um gigante, um gigante suspenso sobre a lentidão da cidade!), mas porque é impressionante, em mim, a contração de toda a musculatura. Destaca-se o braço direito estirado, sustentando o mastro da bandeira de forma vigorosíssima. Fui moldado para inspirar força, bravura, pertinácia. Minha mão esquerda, fechada e lançada para trás, sugere a intenção de um soco. Como explica a placa na base do pedestal, fui concebido para homenagear os heróis e mártires mineiros que, no sacrifício pela conquista do território e da liberdade, verteram o seu sangue em prol da fundação e do engrandecimento da pátria. Meu rosto expressa a eloquência dessas palavras, rosto altivo que a testa larga e os cabelos revoltos emolduram. Na dureza do meu olhar, a convicção do lema composto pelas letras entrelaçadas nas dobras do tecido: ordem e progresso (SANTOS, 1999, p. 14).

A história contada por Santos (1999) retrata a figura do “homem viril” materializado na monumentalidade da estátua colocada bem à frente da Estação Ferroviária. A Praça da Estação era, praticamente, a única porta de entrada de Belo Horizonte daqueles tempos. O viajante, ao desembarcar na Estação, deparava-se imediatamente com a exuberância da estátua, homenagem aos bandeirantes e heróis da Inconfidência. O “homem quase nu” apresentava-se ali como um anfitrião, parecendo saudar e dando as boas-vindas ao novo belo-horizontino. “Deveria representar, para o viajante que chegava, a imagem do destemor triunfal (a bandeira singrando o ar!), condizente com aqueles tempos nacionalistas” (SANTOS, 1999, p. 14).

A sensação de sobrevoar a cidade produz no leitor a imagem de uma cidade ainda pequena e muito tranquila. O viajante parece, a partir da narração da estátua, atônico frente às dimensões do corpo monumental. “Eu era, porém, um espanto: meu tônus avantajado, minha agressividade, o ar insano de minha obstinação, destoando da suavidade, quase timidez, de Belo Horizonte”, (SANTOS, 1999, p. 15). Essa era a cena urbana típica de Belo Horizonte nos primeiros anos de sua existência.

Figura 15- Praça da Estação (1940)

Fonte: Memória da Economia da Cidade de Belo Horizonte. BH 90 anos, (1987).

A permanência da estátua transformou-a, ao longo do tempo, em testemunha de todas as metamorfoses urbanas.

O tempo passou. A cidade se expandiu, lançando-se em todas as direções. Adotou dinâmicas cada vez mais vertiginosas. Com as metamorfoses urbanas, também eu fui me movendo. Perdi o papel de anfitrião, pois a Estação Ferroviária deixou de ser o portão principal da cidade, tornou-se mero lugar de passagem. Fui, aos poucos, girando em torno do meu próprio eixo (ou foi a cidade que girou à minha volta?) (SANTOS, 1999, p. 15).

Uma das imagens insinuadas por Santos (1999) refere-se à inversão de perspectiva de quem a contempla. Nos primeiros anos, a estátua descreve os olhares de todos que aqui chegavam. Olhando-a por baixo, homens e mulheres procuravam desvendar o monumento, corpo viril, prognóstico do homem mineiro. O destaque na sensualidade da estátua revelava um tempo em que a nudez e a liberdade nas expressões das formas corporais convidavam o observador a idealizar uma imagem moderna de superação daqueles tradicionais e puritanos valores morais.

Porém, algo de novo acontece e os transeuntes parecem não mais perceber essa representação como o protótipo do homem mineiro, destemido.

“Dei as costas para o fluxo de olhares da cidade” (SANTOS, 1999, p. 15). O personagem torna-se coadjuvante em um novo momento urbano e o olhar, agora, parece vir das alturas, dos arranha-céus que se apresentam como a nova promessa da modernidade mineira. A dinâmica urbana, como o personagem menciona, é vertiginosa.

A nudez não cria mais a polêmica do passado. “Alguns interpretam minha atitude atual como expressão de repulsa: eu desprezaria a cidade porque ela se tornou irracional, violenta. Estão enganados” (SANTOS, 1999, p. 15). O distanciamento da estátua em relação à cidade instiga a se pensar nos processos espaciais responsáveis por essas mutações urbanas. O distanciamento do cidadão em relação às materialidades da cidade assim como o sentimento de estranhamento que surge entre àqueles que vivem e produzem a cidade na contemporaneidade é o que compõe o cotidiano da metrópole. Esse é o enredo dessa história.

Praça da Estação²²

Carlos Drummond de Andrade

Duas vezes a conheci: antes e depois das rosas.
 Era a mesma praça, com a mesma dignidade,
 O mesmo recado para os forasteiros: esta cidade é uma
 promessa de conhecimento, talvez de amor.
 A segunda Estação, inaugurada por Epitácio,
 O monumento de Starace, encomendado por Antônio Carlos
 São feios? São belos?
 São linhas de um rosto, marcas da vida.
 A praça da entrada de Belo Horizonte,
 Mesmo esquecida, mesmo abandonada pelos poderes públicos,
 Conta pra gente uma história pioneira.
 De homens antigos criando realidades novas.
 É uma praça – forma de permanência no tempo.
 E merece respeito.
 Agora querem levar para lá o metrô de superfície.
 Querem mascarar a memória urbana, alma da cidade
 Num de seus pontos sensíveis e visíveis.
 Esvoaça crocitante sobre a praça da Estação
 O Metrobel decibel a granel sem quartel
 Planejadores oficiais insistem em fazer de Belo Horizonte
 Linda, linda, linda de embalar saudade
 Mais uma triste anticidade.

²² BRANT, Ana Clara. “Conheça a história da Praça da Estação. 19/01/2013
http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/01/19/interna_gerais,344547/conheca-a-historia-da-praca-da-estacao.shtml . Último acesso: 12/06/2014

O contexto da cidade, pano de fundo do poema de Drummond, assim como da história da estátua, remetem ao mesmo processo de transformação do fragmento de território que tem a Praça da Estação como referência de centralidade. Carlos Drummond de Andrade refaz, assim como “o homem quase nu”, as transformações da Praça. A cidade que envolve a Praça sofre, em diferentes tempos, grandes e intensas transformações, como se pode concluir a partir dos relatos de ambos.

O poeta, atento a essas mutações, clama por respeito, menciona quem aqui chegou, o forasteiro, acreditava no recado de uma cidade que prometia conhecimento e, quem sabe, também amor.

Mas a cidade, revelada pelas óticas literárias, percorreu uma trajetória de espraiamento, explosão e dispersão em direção à produção de uma nova espacialidade urbana que, em nome da modernidade, revela uma história urbana contraditória e conflituosa. A *realidade urbana* contemporânea suscita e instiga os estudiosos com os olhares voltados para o *espaço* a refletirem sobre a trajetória e a dinâmica que as cidades assumem ao longo do tempo.

A permanente e contínua transformação de suas formas-conteúdos, provida por projetos políticos e econômicos, principalmente, permeia a produção da cidade de Belo Horizonte.

O descompasso entre a forma-cidade, imposta pelo traçado de Aarão Reis, e os conteúdos e os sentidos revelados a partir das experiências e das vivências sociais consolidam, ao longo do tempo, uma cidade contraditória desde os primórdios de sua idealização. A estrutura e a organização das ruas e das avenidas, construções e vastidão, precisão e simetria instigam o poeta Carlos Drummond no poema *Ruas*²³.

Por que ruas tão largas?
 Por que ruas tão retas?
 Meu passo torto
 foi regulado pelos becos tortos
 de onde venho.
 Não sei andar na vastidão simétrica
 implacável.
 Cidade grande é isso?
 Cidades são passagens sinuosas

²³ <http://bibliorodas.wordpress.com/2013/02/14/8a-expedicao-visitando-a-associacao-dos-feirantes/>

de esconde-esconde
 em que as casas aparecem-desaparecem
 quando bem entendem
 e todo mundo acha normal.
 Aqui tudo é exposto
 evidente
 cintilante. Aqui
 obrigam-me a nascer de novo, desarmado.

O gigantismo da cidade e o desenho retilíneo chamam a atenção de Drummond. As formas não obedecem as passadas de quem as usa. O poeta sente-se desarmado frente à cidade que se impõem. A cidade planejada parece inibir as possibilidades de sua apropriação e de seu uso.

É nesse sentido que entendo ser mais apropriado para compreender a cidade planejada que se (re)produzia a concepção lefebvriana mais rica e esclarecedora de forma e conteúdo. Para o caso de Belo Horizonte, forma esvaziada de conteúdo. Associa-se a esta expressão, rica em sua acepção, o sentido de uma forma que é produzida, mas que, entretanto, não é produto de uma apropriação social, sendo portanto, precária ou vazia de relações de sociabilidade. Tais formas são aquelas empobrecidas de usos que se conformam na riqueza das possibilidades de apropriação (...) (GOMES, 2006, p. 122).

Carlos (2001) assim como Gomes (2006) concordam que a forma carrega sentido social, pois compõe o quadro de referência da vida. “A morfologia liga-se, nesse plano, aos espaços construídos, aos usos (modo como o habitante vive na cidade) e à percepção que os habitantes têm dos lugares da constituição da vida” (CARLOS, 2001, p. 46). Mas, quando as formas são impostas e concebidas por aqueles que não as usam, mas apenas as produzem, inaugura-se uma nova possibilidade de leitura da cidade. Ou seja, a morfologia imposta pelos idealizadores da capital ao projetarem a cidade, interrompeu as possibilidades de apropriação espontânea da vida e, por isso, da realização e materialização dos sentidos sociais daquele tempo.

A maior concentração demográfica estava nos espaços localizados fora do que havia sido planejado e concebido pelos idealizadores. A cidade que apresenta possibilidades de apropriação espontânea da vida surge com mais notoriedade nos espaços periféricos, desprovidos da geometria da ordem, do planejamento. Essa realidade urbana é explicada por intermédio do elevado valor da terra urbana.

O preço da terra, desde a origem da capital mineira, incentivou a ocupação para fora do perímetro urbano. A impossibilidade da classe trabalhadora, migrantes que vinham produzir e morar na cidade – sendo uma parte deles os próprios operários da construção da cidade que se materializava – de se apropriarem da cidade planejada acaba, como mencionado acima, por esvaziar, de conteúdo e de sentido, a recém-inaugurada capital.

A representação de uma cidade esvaziada e de uma periferia adensada é revelada de maneira clara nos primeiros censos. “Em 1912, quinze anos após a inauguração da cidade, 70% dos seus 38.822 habitantes residiam fora da zona urbana. Essa exclusão configurou, ao longo das décadas seguintes, um processo de crescimento da periferia para o centro” (ANDRADE, 2003, p. 181)

Esse cenário começa a mudar significativamente a partir da década de 1940 quando as políticas urbanas atreladas a um redimensionamento da política econômica produzem novos arranjos espaciais.

Belo Horizonte, planejada na virada do século XIX, é uma cidade que desde sua origem destaca-se pelo compromisso de ser moderna. Apesar de não ter sido idealizada como uma cidade industrial, é, desde sua origem, uma cidade comprometida com as expressões e as manifestações da modernidade e consequentemente comprometida com as aspirações provenientes da industrialização. Segundo Iglesias (1987),

Em 1891, o Presidente Augusto de Lima lavrou o Decreto determinando que a Capital Mineira fosse transferida para Belo Horizonte. As reações foram tantas que o Decreto sequer foi publicado. Frente às divergências quanto à localização da Capital, Augusto de Lima remete para o Congresso Mineiro a responsabilidade da decisão, através de uma mensagem de 17 de abril de 1891, onde deixa claro a expectativa de dotar o Estado de uma nova Capital, que **‘seja centro de atividade intelectual, industrial e financeira e ponto de apoio para a integridade de Minas**, seu desenvolvimento e prosperidade pois que de tal condição carece infelizmente a actual Capital... (IGLÉSIAS, 1987, p. 24).

Iglesias (1987) e Gomes (2006) compartilham dessa análise, pois, para ambos, o caminho da modernidade na virada do século XIX é, sem dúvida, orientado pelo processo industrial. Belo Horizonte estava nesse compasso:

É inegável que no Brasil do início do século XX, moderno e modernidade eram sinônimos de industrialização, orientado pelo ideário do progresso. Noutros termos, o caminho para o mundo moderno não tinha outro percurso senão o da formação de um parque industrial por meio do qual o progresso poderia ser alcançado, realizando o destino deste que é “gigante pela própria natureza”. A ideia recorrente e dominante era a de que somente por meio da indústria, o Brasil, de fato, colocaria o pé no século XX e tiraria definitivamente o outro do século XIX, como estaria fadado a acontecer (GOMES, 2006, p. 129).

O papel da indústria como indutora no processo de modernização e de consolidação da cidade é inegavelmente fator de grande relevância para se compreender a produção dessa nova espacialidade nas terras mineiras. A indústria representou para Belo Horizonte, assim como para grande parte das cidades, uma ruptura com o passado. A nova realidade introduzida pela indústria inaugura, sem dúvida, um novo modo de vida, uma nova dinâmica de perceber, de compreender e de produzir a cidade.

Entretanto, é curioso observar, como veremos a seguir, que as tentativas de construir um projeto industrial fizeram com que Belo Horizonte ganhe uma estrutura metropolitana peculiar. A presença incipiente das indústrias na centralidade da cidade e depois nas regiões periféricas à capital revelam que algumas cidades assumem o papel de cidades industriais antes mesmo de haver uma expansão da capital. Para que se compreenda a transformação da cidade de Belo Horizonte em metrópole faz-se necessário percorrer o projeto de industrialização da capital mineira assim como o seu processo de modernização a partir da gestão do prefeito JK. A historicidade da indústria de Belo Horizonte assim como o papel do prefeito JK na história da capital constitui elementos centrais para uma análise que pretende desvendar desdobramentos socioespaciais do paradigma da modernidade sobre a produção desse espaço.

3.2. O incipiente movimento industrial de Belo Horizonte e a produção da primeira centralidade econômica da capital: a *Praça da Estação*.

Belo Horizonte, na tentativa de responder aos anseios da modernidade, atributo e “missão” que lhe foram auferidos desde os primórdios de sua idealização, vê-se comprometida, como mencionado acima, com a produção de um cenário industrial. É pertinente relatar, entretanto, que a presença de um conjunto de estabelecimentos industriais na cidade, ainda nos seus primeiros anos, deve ser relacionada ao fato de a capital estar desconectada dos demais centros urbanos, mesmo os brasileiros, devido a um precário sistema de comunicação.

A necessidade de recursos, de produtos e de matéria-prima para a construção da cidade foi, sem dúvida, responsável por esse dinamismo industrial inicial.

Estando a economia mineira dispersa em várias regiões, a única maneira de a indústria servir os mercados estabelecidos era com sua distribuição junto aos centros locais da economia. A Capital, indubitavelmente era um destes centros e de atraente magnitude (IGLESIAS, 1987, p. 25).

Singer (1977), assim como Iglesias (1987), apontam que a relevância da capital no Estado no início do século é uma comprovação do seu isolamento geográfico.

(...) a importância de Belo Horizonte no panorama de Minas no começo do Século é, antes de mais nada, sinal de seu isolamento e da maior potência do seu mercado local dentre os inúmeros mercados locais pelos quais se espraia a indústria mineira” (SINGER, 1977, p. 226).

Mas independente desse fato, a cidade de Belo Horizonte, ao percorrer seu compromisso com o processo de modernização, assume, apesar de todas as dificuldades que apresentaremos em seguida, projetos de envergadura industrial. As barreiras encontradas pelos gestores da cidade em promover a promessa modernizadora nos anos iniciais não podem ocultar as tentativas e o desejo de fazer a cidade se destacar e se colocar como centralidade econômica

do Estado mineiro. O conteúdo não está apenas em sua materialização, mas também nas retóricas, nos planejamentos e nas ações, mesmo quando as tentativas não se avolumam.

Belo Horizonte nasceu sob o signo da industrialização, mas esta lhe foi negada nas dificuldades de seus primeiros governos. As crises econômicas da virada do século, as lutas políticas dos mineiros das minas e dos gerais, as alianças entre interesses antagônicos face ao controle sobre a capital e as dificuldades em resolver questões regionais e urbanas, como transportes e energia, retardaram a maturação industrial de Belo Horizonte (MONTE-MÓR, 1994, p. 15).

Diniz (1981) remete à ausência de transporte e de energia como sendo um dos fatores responsáveis pelo atraso industrial na capital. Gomes (2006), assim como Diniz (1981) e Monte-Mór (1994), reafirma essas questões e destaca que a ausência de “força de trabalho em quantidade excedente, energia farta e subsidiada, integração dos lugares pela rede de transporte e matéria-prima também subsidiada” corroboram para o atraso industrial em Belo Horizonte.

Para Monte-Mór (1994), mesmo com todas as dificuldades estruturais presentes na recém-inaugurada cidade são notórias as tentativas dos gestores da cidade em promover o processo de industrialização. “Mesmo assim, já na primeira década desse século, a Capital aparecia como o segundo pólo têxtil da província” (MONTE-MÓR, 1994, p. 15).

Além disso, é relevante pontuar que apesar de muitos estudiosos insistirem na ideia de que Belo Horizonte surge descomprometida com o projeto de se industrializar, mesmo as estatísticas econômicas mostram dados que permitem se repensar esse argumento. Iglesias (1987, p.28) reforça essa interpretação.

É usual ouvir falar que Belo Horizonte daquela época não passava de uma “Cidade de Funcionários”, uma “Cidade Administrativa”, certamente devido à função de Capital do Estado. No entanto, embora os setores da administração pública, dos servidores e mesmo da construção civil tivessem peso significativo na estrutura produtiva do município, a população economicamente ativa se ocupava majoritariamente das atividades do setor secundário e primário (52,3%). Indubitavelmente, a Nova Belo Horizonte, apesar de ainda não ser o centro da economia mineira, já apresentava, àquela época,

certo desenvolvimento industrial, não se resumindo, como se pode ser levado a pensar, a mera Cidade da burocracia estatal (IGLESIAS, 1987, p. 28).

Belo Horizonte, apesar de não se constituir, como centralidade econômica, revela números que a fazem despontar no cenário mineiro. O desenvolvimento industrial, ainda que incipiente na primeira metade do século XX, revela uma cidade distante daquela cidade eminentemente administrativa até hoje descrita por diversos autores. Ao mesmo tempo, a busca pelo posicionamento da capital como centralidade da economia mineira não é revelada apenas nos números, como sublinha Iglesias (1987), estando presente também na retórica política da época. Dulci (1999) contribui com essa análise ao mencionar o discurso de Afonso Pena.

Ninguém desconhece que há uma grande emigração de dinheiro de pessoal para a capital federal e para São Paulo ultimamente. Nós devemos, pois, por todos os meios, provocá-los para o nosso estado, porque aí não ficarão dormentes, hão de entrar em circulação e fomentar a indústria, a lavoura, a viação férrea e tantos outros elementos de riqueza que jazem amortecidos no solo mineiro. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. 1989. p. 48 In: DULCI, 1999, p. 41).

O impulso e o reconhecimento da importância da indústria para o processo de urbanização e, conseqüentemente para a produção de uma centralidade econômica para Minas evidencia-se. A política de modernização da cidade pela introdução das atividades industriais também pode ser percebida quando o Prefeito Bernardo Monteiro, em 1902, promulga o Decreto n.1516.

A necessidade de desenvolver indústrias incipientes e de criar novas, impõe-se ao espírito dos que desejam o engrandecimento da Capital, e assim obedecem ao pensamento do legislador, que decretou a sua edificação, desejoso de abrir um novo centro de trabalho, onde o comércio e a indústria encontrassem campo vasto para se auxiliarem numa reciprocidade de favores, que oferecesse garantias eficazes de futuro certo e seguro. Além do concurso permanente que nela mora – o funcionalismo público – para o seu aformoseamento e valorização, entendi de meu dever atrair o capital estrangeiro, para isso fazendo concessões, que surtindo o desejado efeito, me permitem anunciar o próximo estabelecimento de uma importante fábrica, o início portanto de um período de esforços e engrandecimento da cidade, que com verdadeiro prazer,

verifico todos os dias. Embora não seja a Capital um núcleo bastante populoso, a sua situação em relação a diversas zonas do Estado, já consideráveis mercados de consumo, legitima a possibilidade de ser ela um canteiro industrial²⁴.

A partir do referido Decreto várias indústrias se instalaram na cidade. A doação de terrenos, a isenção de impostos e o fornecimento de energia sem custos impulsionaram empreendimentos significativos para a época. A localização dessas indústrias se deu nas proximidades da Praça da Estação, devido, principalmente, à facilidade no fornecimento de matérias-primas e aos equipamentos que vinham de outras localidades. Naquele momento, as demandas das indústrias que vislumbraram Belo Horizonte como uma cidade para se investir pareciam ser supridas pela localização das mesmas nos espaços do entorno da Praça da Estação, fomentadas pela centralidade que esse espaço já desempenhava.

A demanda por empreiteiros, carpinteiros, mestre de obras, artistas, comerciantes, arquitetos, paisagistas, lavradores, construtores, entre tantos outros profissionais, gerou grande fluxo migratório para Belo Horizonte.

Nas proximidades da linha férrea, a Praça da Estação passa a ser o destino dos primeiros estabelecimentos industriais assim como da hospedaria dos imigrantes. Para lá convergiam todas as atividades e os serviços da recém-inaugurada capital. Entre os imigrantes que aportaram na capital mineira, importante destacar a participação significativa de imigrantes italianos no processo de produção da cidade.

Entre os anos de 1888 e 1898, foi adotada uma política de incentivos e subsídios para a imigração em Minas Gerais. No mesmo contexto histórico, o governo brasileiro criou uma série de facilidades e, por intermédio de uma propaganda maciça na Itália, difundiu uma imagem do País como uma terra de oportunidades. Dentre os imigrantes que se fixaram em Belo Horizonte, os italianos formaram a maior parte (PEREIRA, 2007, p. 3).

²⁴ <http://bairrosdebelohorizonte.webnode.com.br/news/o-desenvolvimento-industrial/> Último acesso: 15/09/2014.

A construção da nova capital de Minas repercutiu não apenas no Brasil, mas em várias localidades pelo mundo dando início a um fluxo migratório intenso. A propaganda e a necessidade de receber trabalhadores estão presentes no processo de execução do projeto. “Em 1896, foi divulgado um panfleto com informações sobre imigração para Minas Gerais em toda a Itália” (PEREIRA, 2007, p. 4). Pereira menciona que a cidade recebeu, no início da sua construção, os primeiros 292 imigrantes italianos. “Desses pioneiros, alguns teriam sido direcionados para a ‘Fazenda do Barreiro’, onde o engenheiro Aarão Reis organizava o primeiro núcleo agrícola nas redondezas da futura capital. Outros três contratos de imigração se seguiram” (PEREIRA, 2007, p. 4). Parte dos imigrantes se dedicou à agricultura para o abastecimento da capital, sendo, portanto, impulsionados pela demanda por alimentos a cidade que surgia. Outra parte se direcionou para os estabelecimentos industriais.

Apesar de uma industrialização incipiente deve-se ressaltar a participação dos imigrantes italianos na história da indústria da capital. Atraídos pelas vantagens oferecidas e disponibilizadas no Decreto 1516, muitos imigrantes vão compor o quadro de empreendedores industriais da recém-inaugurada capital.

Ao lado daqueles que vieram diretamente para Belo Horizonte, consta que muitos dos que chegaram nessa época já haviam se estabelecido em outras cidades mineiras, como Juiz de Fora e Barbacena, ou em outros Estados, e vieram atraídos pelas oportunidades que a construção de uma cidade oferecia (PEREIRA, 2007, p. 4).

Alguns empreendimentos industriais instalados nesse período merecem destaque. O “Estabelecimento Industrial Mineiro”, de propriedade do italiano Paulo Simoni, foi um dos maiores ícones da industrialização local de então. O imigrante já havia se estabelecido e inaugurado, em outras localidades como Juiz de Fora e Barbacena, outros empreendimentos industriais. Mas foi em Belo Horizonte, a partir do Decreto n. 1516 que o italiano Paulo Simoni se estabeleceu na capital. A diversidade de suas atividades era, para a época, extremamente arrojada. Entre os diversos ramos destacavam-se o alimentício, os destilados, os cigarros, os doces, etc. Outro destaque é a “Companhia Industrial Belo Horizonte”, considerada um dos maiores empreendimentos da indústria têxtil. Localizada também no entorno da Praça da Estação, a indústria recebeu

grandes incentivos da prefeitura como isenção de impostos por cinco anos, além de concessão de terreno para a construção do empreendimento. Outro equipamento que contribuiu para a construção da cidade e que compunha a centralidade da capital no entorno da Praça da Estação foi a antiga “Indústria Garcia de Paiva e Cia” futuramente chamada de “Serraria Souza Pinto”.

Outros estabelecimentos industriais (Mechanica de Minas”; “Fábrica de Carros” e “Carroças Domingos Chiari&Irmaãos) fizeram parte, também, da primeira centralidade econômica da capital.

O fato é que, em 1912, já existia na Capital um apreciável parque industrial com 91 estabelecimentos. Belo Horizonte contava, inclusive, nesta ocasião, com uma empresa com mais de 500 empregados, a indústria têxtil Cia. Industrial de Belo Horizonte, instalada na Praça da Estação. Entretanto, prevaleciam estabelecimentos de 20 a 50 trabalhadores, os quais participavam com 57% do total de empresas da Cidade. Rodolfo Jacob observa que, já em 1908, Belo Horizonte é o segundo centro de produção têxtil de Minas Gerais, somente ultrapassado por Juiz de Fora, que possuía 7 fábricas, com 767 operários e 226 teares, enquanto a Nova Capital operava 4 empresas, com 407 trabalhadores e 270 (IGLESIAS, 1987, p.26).

Apesar dos esforços, Belo Horizonte não se consolida, nos seus primeiros anos, tal como esperado, como uma centralidade econômica nas Minas. O impulso atribuído ao Decreto n. 1516, responsável pelo surgimento do primeiro “parque industrial” da cidade foi interrompido pelo Prefeito Cornélio Vaz de Melo em 1916. “Os favores concedidos às indústrias não correspondem, segundo penso, aos sacrifícios que com eles faz a Prefeitura. (...) Com a energia elétrica às indústrias, despende a Prefeitura quantia superior à orçada”²⁵. Assim, esse Prefeito encerra os benefícios disponibilizados aos investidores industriais atrelando a decisão principalmente à problemática relacionada ao fornecimento de energia e seu custo.

Empreendimentos industriais significativos para a época são facilmente vinculados às práticas de beneficiamento promovidas pelo Estado, o que confirma seu compromisso com o projeto de modernização. Entretanto, o curioso

²⁵ <http://bairrosdebelohorizonte.webnode.com.br/news/o-desenvolvimento-industrial/>. Último acesso: 15/09/2014.

é que por mais que os gestores da capital idealizassem um projeto de industrialização, a configuração de uma infraestrutura capaz de promover tal feito é adiada. A inoperância das políticas de implantação de alguns setores relacionados ao fornecimento de energia e transporte demonstrava ainda certo amadorismo frente à demanda do projeto industrial.

Esse distanciamento entre a representação do espaço e a produção do espaço da representação revela uma das características do processo de modernização periférica.

Essa é uma prática comum nos países subdesenvolvidos que, ao almejar o processo de modernização via industrialização, não conseguem angariar e mobilizar instrumentos políticos e econômicos suficientes e eficientes para produzirem espacialmente uma rede capaz de promover tal feito. Esse descompasso entre o que se idealiza, chamado por Gomes (2006) como “tempo planejado” e o representado, “tempo que se realiza”, se pode perceber desde a origem da capital.

Belo Horizonte, ainda na sua jovialidade, presencia esse descompasso, sendo muitas vezes erroneamente interpretada como uma cidade sem aspirações e desejos industriais. Talvez seja essa a revelação da modernidade nesse tempo. Modernidade almejada, prometida, mas que pela sua essência contraditória, mostra-se incipiente ou mesmo fracassada.

3.3. As *minas* das Minas Gerais: novas (im)possibilidades industriais

A mineração está intimamente ligada à história e à formação do Estado de Minas Gerais. No período colonial, a partir de 1690, já havia centenas de lavras de ouro aluvionar na Região Central do Estado. De 1700 a 1780, Minas produziu cerca de dois terços do ouro e boa parte das gemas e diamantes extraídos no Brasil. Essa produção mineral fomentou a abertura de estradas, a implantação de núcleos urbanos, a unificação do território, a criação de uma estrutura administrativa própria e a construção da Estrada Real. Cidades como Ouro Preto, Congonhas, Sabará, São João del-Rei, Tiradentes, Diamantina, Serro e várias outras prosperaram em torno das minas²⁶.

A importância que a atividade mineradora tem para o Estado está evidenciada na sua toponímia: Minas Gerais. A historiografia dessa espacialidade revela o quão importante foi (e é) a exploração dos recursos minerais para a economia desse estado.

A transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte foi muito profetizada como necessária àquele novo momento político. Apesar de todas as justificativas e também de todas as polêmicas colocadas por técnicos, urbanistas e políticos sobre a escolha do Arraial de Belo Horizonte há algo que deve ser considerado: sua localização geográfica. Além de localizar-se em região central do estado, a nova capital mineira manter-se-ia localizada nas proximidades das regiões minerais mais ricas do estado, assim como Ouro Preto.

Dulci (1999) relata que uma das maiores críticas em relação à escolha do Arraial de Belo Horizonte residiu no fato de essa localidade estar próxima da antiga capital, representatividade concreta da decadência e do declínio de uma época que deveria ser esquecida: o ciclo do ouro, a colonização e a escravidão.

Se Ouro Preto fora elevada a sede do governo quando polarizava o ciclo da mineração, o esgotamento deste gerou um novo quadro: a área central entrou em declínio enquanto a Zona da Mata e Sul adquiriram crescente importância econômica, populacional e política. À medida que isso ocorria, o centro político-administrativo se dissociava das zonas dinâmicas da economia estadual, o que motivava (ou melhor, às suas elites) a

²⁶ ALVES, André Naves (Revista do Legislativo, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 41, p. 27-32, jan./dez. 2008., Belo Horizonte, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2008.

reivindicar uma solução para o problema, transferindo-se de preferência a capital para a porção sul do estado. Tal opção, contudo, não era endossada pelos ainda poderosos políticos da área central – a chamada Zona Metalúrgica – nem pelos do norte do estado (DULCI, 1999, p. 40).

Dulci (1999) chama a atenção para o peso que a zona metalúrgica, mesmo depois da decadência do ciclo do ouro, teve no momento da escolha da nova capital. Isso se deve à importante influência que essa atividade exerceu em toda a região. Iglesias (1987) também reconhece a importância da atividade mineradora na definição e na caracterização do modo de vida da unidade política do Estado que estava por ser desenhado.

A exploração do ouro faz surgir no território mineiro um grande número de sítios urbanos com características bem particulares. Nascidos no caminho da mineração, estes núcleos urbanos se estabeleciam tendo quase como exclusivo destino ser um dormitório, um local onde moravam as pessoas ocupadas na atividade mineradora e um ponto de comercialização de seu produto (IGLESIAS, 1987, p. 20).

Paula (2000), assim como Iglesias (1987), discorre sobre a relação entre as atividades mineradoras e a produção da região mais urbanizada e populosa do Brasil.

A descoberta do ouro e a expansão econômica, social, política e demográfica daí decorrentes determinarão, tanto a rápida expansão urbana quanto a efetiva imposição do Estado ao Brasil, definindo assim um dos traços centrais do pioneirismo da modernidade mineira (PAULA, 2000, p. 37).

Essa discussão foi feita na primeira parte da tese quando se analisava o processo de transferência do título de capital para Belo Horizonte. O que se pretendia mostrar anteriormente é como a mineração foi responsável no século XVIII pelo processo de produção de uma “modernidade” à mineira extremamente relevante na dimensão de sua espacialidade urbana (comparada e analisada no contexto histórico do século XVIII).

O declínio do chamado Ciclo do Ouro e a ascensão do café nas terras mineiras não altera em nada, como menciona Singer (1977), a coesão econômica e política de Minas Gerais. “Da mesma forma que a mineração, a

cafeicultura fará do porto de embarque, situado fora do território mineiro, o verdadeiro centro econômico da Província” (SINGER, 1977, p. 212).

Iglesias (1987), na mesma linha de Singer (1977), reforça a ideia da ausência de uma maior integração e articulação interna a partir da atividade econômica proveniente do cultivo do café.

Penetrando o território pela Zona da Mata, como extensão da cafeicultura desenvolvida pelo Rio de Janeiro no Vale do Paraíba e, pelo sul, como prolongamento da produção cafeeira paulista, o café se depara com uma economia também assemelhada a um mosaico, sem maior integração e articulação interna, características que, a rigor, vem reforçar (IGLESIAS, 1987, p. 20).

Interessante mencionar que, na segunda metade do século XIX, configura-se a divisão entre uma aristocracia agrária e a emergente burguesia agrária cafeeira que, na visão de Iglesias (1987), pressionava mudanças radicais na esfera política e econômica do país.

A nova capital de Minas, Belo Horizonte, surge exatamente nesse contexto, para atender essa nova aspiração moderna de negar tudo que representava o passado. Nesse sentido, perseguir o ideal de uma modernidade sempre por vir parece percorrer a trajetória de Minas e, em seguida, de sua representante, a capital Belo Horizonte.

O desaquecimento das primeiras atividades industriais na cidade recém-inaugurada, assim como o recente declínio das atividades cafeeiras terá no setor mineiro-metalúrgico uma aposta de ver na região próxima à capital, Belo Horizonte, um cenário econômico promissor.

Assim nos propomos recuperar, brevemente uma discussão sobre a mineração agora em outro contexto. Neste momento, é relevante mostrar como as atividades mineradoras assumem mais uma vez, a partir da década de 1920, centralidade nas discussões da economia do Estado assim como isso se produz na espacialidade da organização da nova capital. Se durante o Ciclo do Ouro a mineração foi responsável pela produção de uma modernidade à mineira, agora ela assumirá preponderância na definição da centralidade política e econômica na cidade de Belo Horizonte.

A guerra de 1914 afetará significativamente as importações brasileiras, prejudicando o abastecimento de produtos de ferro e aço. Frente a isto, a economia nacional inicia um processo de substituição de importações que, estimulado por incentivos do Governo Federal, não se interrompe com o fim do conflito mundial e, ao término da década de 20, recebe novo impulso pela ocorrência da crise de 1929 que afeta gravemente nossa capacidade de importar, principalmente devido ao estrangulamento da economia cafeeira. Acelera-se o crescimento da indústria siderúrgica nacional que, ainda antes da crise de 1929, domina quase substituição de importações que, estimulado por incentivos da metade de nosso mercado interno (IGLESIAS, 1987, p. 29).

Diniz (1981) afirma que devido às dificuldades de importação, o Estado brasileiro inicia uma política de incentivo à indústria siderúrgica. “Tomaram-se várias medidas nesse sentido, entre 1918 e 1924, relativas a isenções de impostos, redução de fretes, concessão de créditos com juros e prazos especiais, etc.” (DINIZ, 1981, p.28).

Segundo Singer (1977),

Em 1917, criou-se a Usina Siderúrgica Mineira em Sabará, a qual associa, em 1921, a capitais belgo-luxemburgueses, nascendo daí a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (CSBM). Ao mesmo tempo, José Gerspacher, construtor da Usina Esperança, vai erguendo diversos altos-fornos, a carvão de madeira, em Sabará (1920) em Rio Acima (1921), em Caeté (1924) e em Barão de Cocais (1926) (SINGER, 1977, p. 248).

Temerosa de que novos concorrentes estrangeiros viessem se instalar nas proximidades, comprometendo sua produção, a siderúrgica Belgo, incentivada pela ligação ferroviária que liga Belo Horizonte e João Monlevade, acaba por decidir implantar, de acordo com Diniz (1981), uma nova usina. Na sequência, diversas outras empresas siderúrgicas são ampliadas e incorporadas pela Belgo. “Enquanto a nação se debatia na busca de soluções para o problema siderúrgico, em Minas Gerais ia se constituindo um importante parque siderúrgico, à base de carvão mineral” (DINIZ, 1981, p. 31). Os dados revelam uma posição de destaque para o estado. De acordo com Diniz (1981, p. 31): “Em fins da década de 1930, Minas Gerais participava com aproximadamente 90% do ferro gusa, 60% do aço e 50% dos laminados produzidos no Brasil”.

É importante enfatizar que essas indústrias estão localizadas no entorno da capital e não no perímetro de seu município. Para Iglesias (1987), esse fato

incentivou o desenvolvimento de outras funções e serviços na capital mineira, transformando-a em centralidade econômica. O autor menciona que essas siderúrgicas no “hinterland” da capital fizeram dessa espacialidade “centro supridor de produtos de consumo, entreposto comercial e centro financeiro” (IGLESIAS, 1987, p. 29) e prossegue afirmando que a concentração dessas siderúrgicas nos municípios vizinhos de Belo Horizonte acelera o desenvolvimento de novas indústrias devido, principalmente, à ampliação do mercado.

Diniz (1981) menciona a mudança drástica na estrutura produtiva de Minas Gerais, lembrando que, até 1920, a região da Zona da Mata, liderada por Juiz de Fora, participava com 35,6% da produção industrial do estado. Conforme o autor, essa produção atinge, em 1947, o patamar de 20%, devido à expansão da produção do açúcar e laticínios, sobretudo, para atender à demanda de Rio e São Paulo. “Enquanto isso, a Zona Metalúrgica aumentou sua participação de 32% para 44,7% do valor da produção industrial do período” (DINIZ, 1981, p. 31). Diniz (1981) enfatiza o desempenho importantíssimo da capital mineira nesse processo. “Ênfase especial é também dada ao papel da nova capital, Belo Horizonte, que passa a ser o mais importante centro industrial, comercial e financeiro do Estado e em importante mercado de consumo para a época” (DINIZ, 1981, p. 31).

Gomes (2012), por sua vez, relata a importância do desenvolvimento do polo siderúrgico no entorno da capital principalmente devido à influência que essa atividade promoveu na produção de uma infraestrutura de integração territorial, o que certamente é relevante ao dinamismo da capital mineira. Entretanto, para a autora, a produção de um parque industrial ligado às atividades mineradoras não refletiu num fluxo demográfico em direção à capital. Na sua análise, tal ramo industrial, por não se voltar ao mercado interno, acaba por produzir uma integração com as regiões portuárias sem demandar uma urbanização intensiva no estado.

Por certo, assim como afirmara Iglesias (1987), essa atividade industrial, apesar de não ter sido a atividade responsável pela grande explosão demográfica da capital, acabou por revigorá-la, criando, pela primeira vez desde sua idealização, uma centralidade política e econômica do estado das Minas.

A crise de 1929 projetou no Brasil novas possibilidades e novos desafios industriais. Dulci (1999) relata como o projeto nacional de substituição de importações produziu uma realidade contraditória para a economia mineira. Ao mesmo tempo em que se poderia destacar nacionalmente através da produção de bens intermediários, colocava-se frente a uma divisão inter-regional do trabalho que inviabilizava, devido à posição de centralidade assumida por São Paulo, um “sistema produtivo completo como o que se fomentava em Minas” (DULCI, 1999, p. 60).

É nesse contexto que Diniz (1981) discorre sobre a relação entre a formação de uma tecnocracia mineira e a suposta expectativa industrial.

Foi na década de 1930 que se criaram no Brasil, e especialmente em Minas Gerais, as condições para o início da formação de uma tecnocracia. A mudança do padrão de acumulação de agrário exportador para urbano-industrial começa a impor a necessidade de novas orientações para a ação do Estado. Sob um sistema autoritário, resultante da Revolução de 1930 e especialmente após o Estado Novo implantado em 1937, a “classe política” tradicional, dominada pelos ‘coronéis’ e pelos bacharéis, começa a ser deslocada por uma nova elite governamental representada pelos indivíduos de formação ‘técnica’, em aliança com os militares (DINIZ, 1981, p. 39).

Para que se compreenda essa composição técnica e política é fundamental mencionar, como Diniz (1981), o importante papel assumido pela Escola de Minas de Ouro Preto ao longo do processo de criação de uma política mineral para o país. Diniz (1981) revela a presença de expressivo número de ex-alunos da Escola na elaboração de políticas voltadas a incrementar as pesquisas minerais, os serviços geológicos e mineralógicos no Brasil. “Estes engenheiros teriam se infiltrado no aparelho de Estado, especialmente através do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, utilizando pela primeira vez no Brasil independente, o controle da informação técnica como recurso político” (DINIZ, 1981, p. 40).

Essa discussão se torna relevante, pois corrobora com uma especificidade econômica e política do Estado. Esse grupo, os tecnocratas, leva “para dentro do Estado uma ideologia desenvolvimentista e moderna para os padrões da época, advogando a industrialização como saída para o atraso

econômico mineiro, antecipando-se mesmo ao próprio setor empresarial” (DINIZ, 1981, p. 41). Foi na Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho que os tecnocratas se concentraram. A expectativa era de transformar Minas em um grande centro industrial da nação. Para que esse projeto se realizasse era fundamental produzir uma eficiente infraestrutura capaz de articular e de transformar a região metalúrgica assim como a capital Belo Horizonte em centro econômico.

Apesar da difícil situação econômica em que se encontrava o Estado, a tecnocracia nascente vislumbrava a forte expectativa de transformar Minas Gerais em um grande centro industrial. Essa esperança apoiava-se na possibilidade do aproveitamento econômico dos recursos minerais com a expansão da siderurgia, na possibilidade de instalar alguns projetos estratégicos como a indústria aeronáutica e de alumínio e outras oportunidades apontadas pelo crescimento industrial do país, que se acelerava na década de 1930, no grande crescimento do mercado urbano e industrial de Belo Horizonte, na probabilidade de se resolverem os problemas básicos de comunicações, através da melhoria do sistema ferroviário pela Rede Mineira de Viação, e na execução de um plano rodoviário que permitisse articular Belo Horizonte com as várias regiões do Estado e transformá-la em seu centro econômico (DINIZ, 1981, p. 42-43).

Diniz aponta ter sido grande o entusiasmo de todo o Estado das Minas frente ao desempenho trilhado pela siderurgia, que colocava pela primeira vez em pauta, a possibilidade de romper a “secular decadência que a perseguia desde o declínio da mineração do ouro” (1981, p. 43).

Esse entusiasmo e toda a expectativa foram, todavia, frustrados quando o projeto da grande siderurgia nacional, anunciado a um longo tempo pelo governo federal e esperado por Minas em seu território, foi projetado para Volta Redonda, Rio de Janeiro²⁷. Iglesias (1987) relembra alguns outros projetos de significativa importância que não tiveram êxito.

²⁷ É importante ressaltar que o projeto mineiro-metalúrgico assume, em diferentes momentos, distintas representações no estado mineiro. A frustração relatada aqui deve ser compreendida como algo que perdura no tempo, pois essa atividade assume, a partir da década de 1950, com base em novas políticas, novas representações nacionais. A rápida discussão promovida nesse momento é apenas uma tentativa de compreender como se deu o processo em direção a construção da Cidade Industrial para que se possa apresentar os ramos industriais de Minas que se desenha nas periferias da capital produzindo assim a RMBH.

As elites mineiras, que queriam a expansão econômica do Estado, lutaram pela realização de alguns projetos, porém sem muito sucesso. Disputaram a instalação da primeira siderúrgica integrada à base de carvão mineral. Perderam. Em janeiro de 1941, a Cia. Siderúrgica Nacional (CSN) foi construída em Volta Redonda, Rio de Janeiro. Pretenderam a instalação da Fábrica de Aviação e Hidroaviões em Lagoa Santa: em 1938, Américo René Gianetti, futuro Prefeito da Capital, em viagem para à Europa, firmou contrato de compra dos equipamentos; em 1939, com as obras de terraplanagem em andamento, esperava-se a fábrica construída e em operação em um ano, no entanto, a Segunda Guerra Mundial não permitiu aos fabricantes cumprirem o acordo e o projeto foi paralisado (IGLESIAS, 1987 p. 33).

A essa perda para o Rio de Janeiro promoveu entre os políticos mineiros uma reação que será decisiva no processo de compreensão da produção da espacialidade urbana do estado das Minas e principalmente da sua capital, Belo Horizonte.

Assim, em 1940, enquanto na instância federal eram tomadas as decisões finais acerca da implantação da usina de Volta Redonda, o governo Valadares promoveu uma profunda inflexão em sua escala de prioridades econômicas. Da agricultura, as atenções se voltaram para a indústria. Quase ausente da agenda nos anos 30, exceto por medidas raras e isoladas, a indústria tornou-se objeto de uma abordagem mais sistemática que assumiu os contornos de uma política industrial (DULCI, 1999, p. 70).

Iglesias (1987) sustenta a ideia de que o período marcado por fracassos e insucessos não gerou nem proliferou um sentimento passivo denominado por ele de “compasso de espera”. Muito antes pelo contrário, o poder político mineiro revelou na espacialidade de sua capital, através da Lei Estadual n. 98 de 10/10/36, a criação de uma Zona Industrial de Belo Horizonte. Essa nova região estaria “situada ao longo das linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil e Oeste de Minas, margeando o Ribeirão Arrudas, limitada pela Estação Carlos Prates e o Matadouro Municipal” (IGLESIAS, 1987, p. 33). Essa região compõe o bairro do Barro Preto numa extensão de aproximadamente 150 metros. A escolha dessa localidade está, na visão do autor, relacionada ao transporte ferroviário e a proximidade com o Ribeirão Arrudas facilitando a descarga industrial (IGLESIAS, 1987, p. 33).

Essa Zona industrial, entretanto, única projetada para ter essa função dentro da cidade, não comportava a produção de uma indústria pesada.

É assim, a partir da frustração que a construção da “Cia.Siderúrgica Nacional” em Volta Redonda representou para os mineiros e da dificuldade de implementar na área urbana da capital um projeto industrial de grande expressividade que surge, na visão de Dulci (1999), a mais importante política industrial adotada pelo estado de Minas Gerais, que foi a produção de um Parque Industrial, no município vizinho à capital. “O lançamento da Cidade Industrial de Contagem, com a respectiva usina hidrelétrica, foi a maior realização do Governo Benedito Valadares (1933-45) no campo econômico, e ao mesmo tempo base para futuras iniciativas estatais” (DINIZ, 1981, p. 53).

Novamente, assim como Belo Horizonte foi projetada a partir de uma concepção urbana europeia, a produção da Cidade Industrial também é fortemente influenciada por paradigmas internacionalmente produzidos. Planejar e construir uma nova espacialidade importando de fora experiências socioespaciais distintas reforça a ideia da produção de uma modernidade tardia e ao mesmo tempo submissa.

Em sua obra sobre a vida de JK, Bojunga (2010) traz uma passagem dita pelo engenheiro Lucas Lopes ao mencionar a Cidade Industrial.

[Israel]²⁸ não tinha a menor ideia do traçado de uma cidade industrial. Abriu então uma enciclopédia qualquer e viu lá um mapinha da cidade de Camberra, nova capital da Austrália – inaugurada em 1927 -, onde havia um lugar com um pentágono e um eixo no centro dizendo Cidade Industrial. Mandou copiar aquele desenho, sem ter ideia da conformação do sítio disponível e simplesmente plantou em cima o terreno (BOJUNGA, 2010, p.174).

O projeto de construção de uma “Cidade Industrial” fora dos limites municipais da cidade de Belo Horizonte se deve, como mencionado anteriormente, às barreiras impostas pela extensão do município da capital, mas também a outra problemática que é a questão energética, mencionada

²⁸ Israel Pinheiro foi secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado (1937-1942) e superintendente da Companhia Vale do Rio Doce (1942-1945). Em 1945, elegeu-se deputado federal por Minas Gerais e foi reeleito para a Câmara Federal em 1950 e 1954. Tornou-se governador eleito de Minas Gerais em 1965. (<http://www.guiadebrasil.com.br/historico/fundadores/israel/israel.html>). Último acesso: 20/10/2013.

anteriormente. O intuito era escapar da área de concessão da “Companhia Força e Luz de Minas”, subsidiada pela *Bond and Share* e que além de deficiente no seu fornecimento, apresentava tarifas muito elevadas.

Iglesias (1987) apresenta também outros fatores que podem justificar a implantação de uma Cidade Industrial num município fora do município da capital, mas, ao mesmo tempo, próximo de tudo que a cidade de Belo Horizonte tinha a oferecer: força de trabalho mercado consumidor, serviços.

A localização, nas adjacências de Belo Horizonte de uma Cidade Industrial superava o problema e resolvia tanto o da proximidade de centros fornecedores de matérias-primas da Zona Metalúrgica, quando os de infraestrutura. Havia na Capital, disponibilidade de mão-de-obra, a possibilidade de se consolidar o maior centro consumidor do Estado e os problemas de moradia da população operária seriam relativizados (IGLESIAS, 1987, p. 34).

Pensar a produção de uma “Cidade Industrial” nas proximidades da capital é, sem dúvida, reflexo de uma concepção moderna de produzir para fora do perímetro urbano um espaço industrial com todas as mazelas e contradições inerentes ao seu processo. Monte-Mór (1994, p. 16) ressalta que os “cânone” do urbanismo moderno indicavam que a indústria deveria ser separada da cidade, que o espaço do trabalho (e dos trabalhadores) deveria ser distinto do espaço do poder. Ainda em Brasília, décadas mais tarde, a indústria foi proibida em todo o Distrito Federal”.

Nesse sentido, pode-se reconhecer a implantação do projeto industrial na periferia da capital como reflexo de um novo paradigma urbanístico, baseado no modelo de uma cidade industrial isolada e distante dos centros urbanos mais consolidados.

Nesse contexto o governo de Minas declara, em 1941, através do Decreto n. 770, a implantação do plano de implantação do novo complexo industrial.

Pelo Decreto n. 770, de 20-03-1941, foi declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de 270 ha. A execução do plano seria feita, sob a supervisão da poderosa Secretaria da Agricultura, através de seu Departamento de Fomento Industrial. A concepção urbana, com traçados de forma hexagonal, inspirou-se no Distrito de Camberra, na Austrália. Preparou-se o fornecimento de água e esgoto e a construção da usina hidrelétrica de Gafanhoto, no Rio Pará, a 90 km de Belo

Horizonte, com potencia inicial de 10.000HP. Definiram-se as condições de aforamento dos terrenos e de tarifa energética (DINIZ, 1981, p. 53-54).

Apesar de essa proposta de uma nova espacialidade industrial ter sido idealizada para fora do perímetro municipal da capital, ela jamais pode ser analisada deslocada da centralidade belo-horizontina. Monte-Mór (1994) reforça essa ideia ao ressaltar que apesar dessa espacialidade industrial simbolizar um projeto industrial de Minas, ela “pretendia beneficiar-se da contiguidade da capital” (MONTE-MÓR, 1994, p. 16). Contar com a “contiguidade da capital” e com todos os benefícios que a aproximação da capital promove é o que sustenta a análise da produção de uma futura região metropolitana. As indústrias se instalam nas cidades periféricas e a cidade, futura metrópole, potencializa o seu papel de cidade capital do estado cada vez com mais propriedade e notoriedade. Essa transformação que Belo Horizonte sofreu principalmente na década de 1940 está atrelada ao impacto que o Prefeito JK produziu na cidade. Sua passagem pela prefeitura e depois pelo governo de Minas promoveu mudanças radicais na cidade, na sua forma assim como também no seu sentido/conteúdo.

Quando a Cidade Industrial foi finalmente implantada, a guerra havia retardado o surto industrialista esperado. Mas Belo Horizonte já se configurava como espaço moderno e racionalista, integrada ao espírito industrial emergente: a arquitetura *art déco* da Prefeitura Municipal e da Feira Permanente de Amostras trazia a nova estética da geometria pura e da clareza funcional para o centro da cidade, denotando, nos espaços construídos para a representação política e da economia, a vontade de renovação radical, a face da perene modernidade dos mineiros (MONTE-MÓR, 1994, p. 16)

A Cidade Industrial, na visão de Bojunga (2010), só foi realmente impulsionada no governo de JK na década de 50 por Israel Pinheiro também no papel de governador em 1965. A instalação da Fiat Automóveis em Betim, na década de 70, impulsiona o movimento industrial e a consequente metropolização de Belo Horizonte. Porém, para que se possa prosseguir em direção à **metrópole em produção** é fundamental analisar as políticas urbanas implementadas por Juscelino Kubitschek e já inicialmente reveladas por Monte-Mór (1994), na tentativa de engendrar na cidade de Belo Horizonte uma forma-conteúdo condizente com a nova “modernidade à mineira”.

Parte IV- A política modernizadora de Juscelino Kubitschek

“Que falta a Belo Horizonte?” Essa é a pergunta provocativa trazida por Castriota e Passos (1998) ao anunciarem a análise sobre o estilo moderno de Belo Horizonte. É como se perguntassem: o que falta de modernidade à uma cidade que já nasce moderna? Juscelino Kubitschek (JK) respondeu a essa questão nos anos 1940:

Belo Horizonte era uma cidade nova e, como tal, carente de muitas coisas. Parecia mais um jardim do que um centro urbano. Ao ser construída, em 1895, viera desenvolvendo-se segundo o traçado geométrico feito pelo engenheiro Aarão Reis, chefe da Comissão de Construção da Nova Capital. Esse traçado foi a primeira planta de conjunto elaborada no Brasil. (...) E Belo Horizonte crescera a partir do dia 12 de dezembro de 1897 – data de sua inauguração – entre arvoredos e roseiras. Cobrira, uma a uma, as colinas que integram o planalto, que parece um anfiteatro, formado pelos contrafortes da serra do Curral. (...) Em 1940, apesar do seu extraordinário desenvolvimento, ela ainda era uma cidade do interior. O casario desdobrava-se, cobrindo as colinas que tinham configurado o antigo Curral del Rei. Mas eram patentes as falhas, as deficiências e os desajustamentos que lhe impediam um funcionamento urbano harmonioso (KUBITSCHKEK, 1976, p.18-19).

Aarão Reis e Juscelino Kubitschek foram personalidades que espacializaram na cidade de Belo Horizonte ideais distintos de modernidade, cada um a seu tempo. A modernidade trazida pelo engenheiro na virada do século XIX revelava uma realidade urbana europeia, que na tentativa de se livrar dos velhos tempos obscuros das cidades medievais apostara no traçado urbano racional, higienizador e segregador. Aarão Reis importou esse modelo e o impôs como projeto para a nova capital mineira.

JK, por sua vez, fez uma releitura da cidade à luz de novos paradigmas da modernidade. Algo de genuinamente brasileiro caracteriza a modernidade engendrada por ele. Apesar de se assemelhar a um modo de pensar o urbano a partir da necessidade de uma modernização via industrialização, pode-se identificar, na sua gestão, um arranjo espacial que prioriza e valoriza características da modernidade brasileira. A produção do Complexo turístico da Pampulha, que será debatido adiante, é uma comprovação dessa tendência.

Interessante destacar que Juscelino Kubitschek, ao descrever o projeto de Aarão Reis, ressalta a dimensão da cidade projetada e nomeia essa espacialidade como sendo uma metrópole para o contexto da época.

Aarão Reis havia idealizado uma cidade de cerca de 25 mil habitantes, o que já seria uma metrópole nos primeiros anos após a queda do Império. Nesse sentido estabeleceu as proporções dos logradouros públicos: ruas de 20 metros de largura e avenidas de 35 metros que se cruzavam em ângulos retos. Existia apenas uma exceção, para confirmar a regra da exiguidade dessas medidas: a Avenida Afonso Pena, que cortaria a cidade de norte a sul e seria destinada à ligação dos bairros opostos (KUBITSCHKEK, 1976, 19).

Na sequência de sua análise, após apresentar detalhadamente o traçado do planejador Aarão Reis, JK revela que a capital foi “criada numa prancheta de engenheiro e não concebida por urbanista”. Essa é uma questão que abre a mais perguntas. O que falta para o prefeito? Para JK faltava a Belo Horizonte além da construção de inúmeros equipamentos funcionais distribuídos pela cidade, políticas urbanas capazes de promover suporte para a realização de uma vida plenamente moderna, com espaços de lazer para o encontro e para a diversão. Faltava vida de cidade grande, vida de capital, concepção audaciosa para aquela época. Projeção de hábitos e de costumes que estariam à frente de um tempo ainda tímido, lento, se analisarmos principalmente a realidade do estado das Minas.

Juscelino Kubitschek em sua administração municipal objetivava empreender o mesmo ideal de modernidade que visava o progresso de Belo Horizonte. Todavia, enquanto a Comissão Construtora projetava as instalações funcionais da Nova Capital, como o Palácio do Governo e suas secretarias, Juscelino empreendia obras utilitárias que pudessem melhorar o padrão de vida da população, melhorando as áreas de circulação da cidade. A administração juscelinista criou espaços modernos e requintados que pudessem servir como ponto de encontro da camada alta da sociedade belo-horizontina (CEDRO, 2002, p. 17).

A condução dada por Getúlio Vargas na tentativa de produzir uma nação moderna, baseada no desenvolvimento urbano-industrial, assim como na

valorização da arte e da cultura, foi engendradora como eixo norteador na gestão de JK na prefeitura de Belo Horizonte.

Promover uma vida moderna foi, sem dúvida, uma condução e uma condição assumida por ele em toda sua gestão como prefeito e também como presidente, como homem da/na política.

Quando mudei o gabinete para o salão de recepção da Municipalidade, estava à disposição de quem me procurasse, das 4 às 6 da tarde. Não existiam portas fechadas e nem antesalas, repletas de pessoas à espera de audiências: todos eram atendidos pela ordem de chegada. Quando havia muita gente, invertia os papéis na concessão de audiências: ao invés de ficar na minha mesa, ia ao encontro das partes, indagando de cada um, de maneira informal, o que desejava. O resultado da conversa era anotado pelo secretário que me acompanhava, para as providências imediatas (KUBITSCHKE, 1976, 27).

JK não transforma apenas o espaço do Palácio da Municipalidade. Ele chega às ruas. Espacializa na cidade a ideia do que seria para ele uma vida moderna. Para isso, se vale da arte, da ciência, da engenharia, da arquitetura, da cultura. Esse compromisso com a modernidade o faz, também, homem de grandes inspirações, mas também contraditório.

Para se compreender o projeto de modernização idealizado por JK para a capital é fundamental analisar a projeção modernista que o prefeito revela na cidade. Por esse motivo, nos debruçaremos na análise do papel do modernismo no processo de modernização.

Berman (2007) menciona o equívoco de se analisar separadamente o modernismo do processo de modernização. Ou seja, analisar o modernismo em função de imperativos artísticos, autônomos, e na modernização como um complexo de estruturas e processos materiais, um independente do outro. Para o autor, essa bifurcação é uma tentativa equivocada de experimentar e ler o mundo moderno. É necessário, segundo Berman, superar essa dicotomia.

Nas últimas três décadas, uma imensa quantidade de energia foi despendida em todo o mundo na exploração e deslindamento dos sentidos da modernidade. Muito dessa energia se fragmentou em caminhos pervertidos e autoderrotados. Nossa visão da vida moderna tende a se bifurcar em dois níveis, o material e o espiritual: algumas pessoas se dedicam ao “modernismo”, encarado como uma espécie de puro espírito,

que se desenvolve em função de imperativos artísticos intelectuais autônomos; outras se situam na órbita da “modernização”, um complexo de estruturas e processos materiais – políticos, econômicos, sociais – que, em princípio, uma vez encetados, se desenvolvem por conta própria, com pouca ou nenhuma interferência dos espíritos e da alma humana. Esse dualismo, generalizado na cultura contemporânea, dificulta nossa apreensão de um dos fatos mais marcantes da vida moderna: a fusão de suas forças materiais e espirituais, a interdependência entre o indivíduo e o ambiente moderno (BERMAN, 2007, p. 158).

Para que essa “bifurcação”, entre modernismo e modernização seja desfeita, superada e para que a experiência da vida moderna possa ser compreendida, Berman (2007) utiliza a prosa poética de Baudelaire, denominada “A perda do halo”. Para Berman (2007), Baudelaire é e deve ser aclamado como um dos grandes escritores urbanos. A referência ao escritor francês está vinculada ao momento que Baudelaire relata sua experiência urbana. Ele vivencia o período da transformação de Paris, executada sob a direção de Haussmann. “Ele pode ver-se não só como um espectador, mas como participante e protagonista dessa tarefa em curso; seus escritos parisienses expressam o drama e o trauma aí implicados” (BERMAN, 2007, p. 177).

A cena retratada no poema que aqui se utiliza é a de um encontro entre um homem comum e um poeta. A conversa acontece em um “lugar sinistro ou de má reputação, talvez um bordel, para embaraço de ambos. O homem comum, que sempre alimentara uma ideia elevada do artista, sente-se frustrado ao encontrar um deles em tal lugar” (BERMAN, 2007, p. 186).

É nesse momento que o poeta relata o que aconteceu:

Meu amigo, você sabe como me aterrorizam os cavalos e os veículos? Bem, agora mesmo eu cruzava o bulevar, com muita pressa, chapinhando na lama, em meio ao caos, com a morte galopando na minha direção, de todos os lados, quando fiz um movimento brusco e o halo despencou de minha cabeça indo cair no lodaçal de macadame. Eu estava muito assustado para recolhê-lo. Pensei que seria menos desagradável perder minha insígnia do que ter meus ossos quebrados. Além disso, murmurei para mim mesmo, toda nuvem tem um forro de prata. Agora, eu posso andar por aí incógnito, cometer baixezas, dedicar-me a qualquer espécie de atividade crapulosa, como um simples mortal. Assim, aqui estou, tal como você me vê, tal como você mesmo! (BAUDELAIRE *apud* BERMAN, 2007, p.186).

Para Berman (2007), Baudelaire vê nessa cena uma possibilidade, pois o poeta ao abandonar o halo, rendendo-se à vida mundana, poderá se apropriar dessa vida para a arte. “Baudelaire deseja obras de arte que brotem do meio do tráfego, de sua energia anárquica, do incessante perigo e terror de estar aí, do precário orgulho e satisfação do homem que chegou a sobreviver a tudo isso” (BERMAN, 2007, p. 193).

A cena de “caos” vivenciada pelo poeta que perdeu o halo é retomada como uma cena de possibilidades, pois promove o encontro e o conflito. “O que aconteceria se as multidões de homens e mulheres, aterrorizados pelo tráfego moderno, aprendessem a enfrentá-lo unidas?” (BERMAN, 2007, p. 195). O autor relembra de alguns desses levantes: da Comuna de Paris em 1871, em Petersburgo, em Berlim, Barcelona, Budapeste e novamente em Paris em 1968. Profecia de Baudelaire? “O boulevard será transformado de maneira abrupta em cenário de uma cena moderna primordial” (BERMAN, 2007, p. 195). Contradições da modernidade emergem: o boulevard criado por Haussmann produz novas possibilidades de superá-las. “Por um breve momento, o caótico modernismo de bruscos movimentos solitários cede lugar a um ordenado modernismo de movimento de massa” (BERMAN, 2007, p. 196). Essa é a cena primordial da rua poetizada e profetizada por Baudelaire.

Mas essa sublimação não está prevista. Novas espacialidades sucumbirão essas cenas e novos arranjos promoverão novas perdas. Berman (2007) enfatiza que espaços urbanos são planejados e concebidos para cada vez mais evitar confrontos e colisões.

O signo distintivo do urbanismo oitocentista foi o boulevard, uma maneira de reunir explosivas forças materiais e humanas; o traço marcante do urbanismo do século XX tem sido a rodovia, uma forma de manter separadas essas mesmas forças. Deparamo-nos aqui com uma estranha dialética, em que um tipo de modernismo ao mesmo tempo encontra energia e se exaure a si mesmo, tentando aniquilar o outro, tudo em nome do modernismo (BERMAN, 2007, p. 197).

Nesse sentido, pode-se identificar nos bulevares os códigos de uma modernidade oitocentista. Todavia, a rodovia, suplantará esses códigos e, como mesmo menciona Berman, “tentando aniquilar o outro” em nome do

modernismo, se anunciará como as novas representantes de uma modernidade, veloz e dinâmica.

Berman (2007, p.198) vê na figura de Le Corbusier a maior revelação da arquitetura modernista do século XX. “Le Corbusier apresentará uma terceira estratégia que conduzirá a outro e extremamente poderoso tipo de modernismo”.

O novo homem, diz Le Corbusier, precisa de “outro tipo de rua”, que será ‘uma máquina para o tráfego’, ou, para variar a metáfora básica, “uma fábrica para produzir tráfego”. Uma rua verdadeiramente moderna precisa ser “bem equipada como uma fábrica”. Nessa rua, como na fábrica moderna, o modelo mais bem equipado é o mais altamente automatizado: nada de pessoas, exceto as que operam as máquinas; nada de pedestres desprotegidos e desmotorizados para retardar o fluxo (BERMAN, 2007, p. 199).

Berman (2007) afirma que o novo mundo apresenta-se com um arranjo de conexão vastíssimo, conexão que impede cada vez mais as possibilidades de confronto e de conflito, ou seja, a cena primordial de Baudelaire fica cada vez mais distante de ser alcançada. “(...) torres altíssimas, circundadas de vastas extensões de grama e espaço aberto (...) interligadas por super-rodovias aéreas, servindo de garagens e shopping centers subterrâneos” (BERMAN, 2007, p.199).

A avenida, identificada por Berman como rodovias, assume representatividade significativa nas práticas do urbanismo do século XX. A construção da Avenida Central no Rio de Janeiro, no início do século XX, desempenhou papel fundamental no processo de produção de um Brasil moderno. Segundo Fabris (2000), a modernidade da Avenida Central revela “a nova imagem que o Brasil queria dar de si” (FABRIS, 2000, p. 22).

A autora enfatiza que cabe à Avenida “tornar-se portadora de novos significados, divulgar as imagens e os mitos que deveriam influenciar a sociedade (...) na tentativa de esquecer e de fazer esquecer o país no qual vivia” (FABRIS, 2000, p. 24). Transformar a imagem da cidade, promover o esquecimento da antiga e portar novos significados é o que cabe às avenidas.

A avenida, num certo sentido, é a própria essência da mercadoria: é passarela da novidade e da moda; abre a economia a uma nova rede de relações comerciais, tipificada

pelo porto e pela ferrovia; oferece uma imagem sadia do país, livre de epidemias e de motins políticos, propiciada pelo corte cirúrgico naquele que era considerado o ventre obscuro da cidade colonial (FABRIS, 2000, p. 24).

Em se tratando de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek almeja produzir uma nova espacialidade moderna e para isso aniquila e desfaz-se de referências espaciais de uma modernidade pretérita. Assim, percorre os caminhos de Aarão Reis para justificar esse novo conteúdo modernizador que propõe.

Mesmo no centro da cidade, viam-se vastas faixas sem calçamento e este, quando existia, era o que denominava macadame, não muito apropriado para um intenso tráfego. O mais antigo bairro – o dos Funcionários – era calçado a pé-de-moleque – um sistema de pavimentação realizado com pedrinhas irregulares, que tornava o tráfego penoso até para os pedestres (KUBITSCHKEK, 1976, 19).

Juscelino desfaz-se do urbanismo oitocentista desenhado por Aarão Reis num prazo recorde. A pressa também é *coisa* da modernidade. No seu próprio relato menciona como se deu o asfaltamento da Avenida Afonso Pena. “Tudo aconteceu quase sem uma pausa para a reflexão. A nomeação foi no dia 16 de abril. A posse, dia 18. A assinatura do contrato, a 27. E as obras tiveram início no dia 28. Doze dias contatos entre os dois extremos daquele período” (KUBITSCHKEK, 1976, 23).

O asfaltamento da Avenida Afonso Pena (figura 16) atordoou àqueles que passavam pela cidade.

As obras da Avenida Afonso Pena tiveram início pela madrugada. Os moradores de Belo Horizonte, que se levantaram cedo e se dirigiram para os seus locais de trabalho, quando passaram pela grande artéria urbana – que era ponto de cruzamento obrigatório – surpreenderam-se, ao contemplar a verdadeira revolução que, ali, estava em curso. Trabalhadores, às centenas desafiavam-se, arrancando os paralelepípedos da pista de rolamento. A ideia em execução era a seguinte: seria descalçado, de uma só vez, todo o lado direito da avenida, do alto do Cruzeiro ao Parque Municipal. E os paralelepípedos retirados iriam ser aproveitados no calçamento da Avenida Amazonas – outra obra que não tardaria a ter início (KUBITSCHKEK, 1976, 23).

Figura 16 - Asfaltamento da Avenida Afonso Pena em 1940

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO (2002)

Figura 17 – Avenida Afonso Pena depois de asfaltada em 1942

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO (2002)

JK assume a prefeitura de Belo Horizonte implantando um ritmo de transformação jamais presenciado na capital. A cidade era modificada radicalmente. O próprio prefeito menciona que ele assume a cidade com a missão de modernizá-la, de engendrará-la na dinâmica da modernização que o país vivenciava. Juscelino destacava que, ao assumir a gestão da cidade, a única recomendação dada a ele, por intermédio do então secretário da Agricultura, Israel Pinheiro, foi: “Diga ao Juscelino para terminar com urgência a Avenida do Contorno, pois o presidente irá a Belo Horizonte, daqui a uns dias, para inaugurá-la” (KUBITSCHKEK, 1976, 17).

Foi nesse ambiente de forte compromisso com a transformação de uma cidade planejada ainda inacabada que JK recebe a prefeitura. Médico, Juscelino fala que agora como prefeito seu paciente não seria mais um ser humano e sim a cidade.

Sendo prefeito, teria que inverter o papel que sempre havia desempenhado na vida. Não executaria, eu próprio, as tarefas. Mas comandaria homens – engenheiros, urbanistas, trabalhadores de todos os gêneros. E o paciente não seria um ser humano, mas uma cidade. A obra inicial já estava escolhida: o asfaltamento da Avenida Afonso Pena (KUBITSCHKEK, 1976, 22).

Apesar de ter sido designado para findar a Avenida do Contorno, assim que recebeu o cargo de Prefeito, Juscelino Kubitschek não a apresentava como sendo uma obra proveniente de seu mando. A Avenida do Contorno era

determinação que constava no projeto inicial da cidade e assumido pelo então governador da época, Benedito Valadares, para concluí-la. O asfaltamento da Avenida Afonso Pena tinha outra conotação e outra representatividade para o momento. Significava uma nova concepção de travessia na cidade. O objetivo do prefeito era transformar e desfazer o ar provinciano da pacata cidade através de uma administração empreendedora.

A política urbana de JK, ao priorizar as obras utilitárias, acabou por priorizar a produção de um espaço urbano que vislumbrava a circulação das pessoas e das mercadorias, numa tentativa de consolidar o processo de industrialização e sua consequente modernização. Não se produz uma nação moderna industrial apenas promovendo as instalações industriais e equipamentos institucionais para suprir a demanda de uma cidade administrativa. Era preciso, na concepção do prefeito, criar e organizar uma estrutura urbana, com obras viárias para realizarem e escoarem a produção industrial assim como produzir condições para que a vida moderna se realizasse. Era fundamental, para JK, promover à sociedade belo-horizontina um novo modo de viver a cidade, de produzi-la.

As indústrias estavam localizadas nas periferias da cidade, mas a capital, por mais que buscasse concentrar serviços e atividades econômicas ainda sofria, na virada para os anos de 1940, com restrições e com limitações que a impossibilitavam de se projetar como centralidade econômica consolidada no Estado de Minas. A ausência de uma vida urbana, moderna, com traçado condizente ao modo de viver dinâmico, rápido e eficiente faltava ainda à cidade. Era necessário, como menciona Juscelino Kubitschek, permitir circular na cidade novos ares modernos, típicos de uma espacialidade contemporânea. Essa nova condução assumida pelo prefeito vai ao encontro do que Getúlio Vargas, então presidente da República, tinha como meta para o Brasil daquele tempo.

A gestão do prefeito Kubitschek situa-se nos primórdios da modernização econômica de Minas, quando Vargas batalhava vantagens com os americanos e os mineiros empreenderam a longa batalha pela industrialização. Benedito Valadares, mesmo sendo político tradicional, não queria para Belo Horizonte a reputação de “cidade de funcionários”. Desejava alterar seu perfil burocrático, dotá-la de infraestrutura industrial, abolir de vez os irritantes cortes de energia (BOJUNGA, 2010, p. 172).

Bojunga (2010) menciona que Benedito Valadares atrelava o atraso industrial e econômico de Minas, como de sua capital, à insuficiência energética e, mais especificamente, culpabilizava a representante no Brasil da *Electric Bond and Share*. Relata que por muitas vezes as ruas, as praças e as avenidas da capital ficavam às escuras. É essa cidade, sem instrumentos para se projetar e se efetivar como capital de um estado que precisava ser radicalmente transformada.

Na visão de autores, como Rodrigues, Simões e Esteves (1999), a figura de JK é marcante na trajetória de BH à medida que possibilita a produção de uma espacialidade que priorize a circulação de mercadorias. “Para tanto, o então prefeito trataria da pavimentação de suas ruas e avenidas bem como da ligação do centro da capital com suas zonas suburbanas, dotando-lhe de uma feição metropolitana” (RODRIGUES; SIMÕES; ESTEVES, 1999. p. 217).

Essa feição metropolitana introduz ares de uma espacialidade moderna que prioriza a circulação de mercadorias e a “apropriação” do espaço para a realização de uma vida mediada pelo capital principalmente para as classes mais abastardas da sociedade. Dessa forma, em uma projeção análoga, JK afasta Belo Horizonte da cena primordial de Baudelaire, quando lhe atribui o novo modernismo. O “lodaçal de macadame” superado no bulevar parisiense, também é desconfigurado na Avenida Afonso Pena.

Relevante destacar a importância que o espaço da rua assume para o projeto modernizador a ser implantado pelo prefeito. Para ele, é no espaço da rua que se materializa e se concretiza a vida e a experiência do ser moderno. Juscelino, atento e preocupado com suas intervenções no espaço da capital, convida para uma avaliação de seu desempenho o urbanista professor Agache. Nesse encontro, o professor revela ao prefeito: “urbanismo é uma ciência prática, cujo laboratório está nas ruas” (AGACHE, 1940, *apud* KUBITSCHEK, 1976, p. 30).

Senti-me reconfortável ao ouvir essas palavras. O que vinha realizando se enquadrava perfeitamente na definição. Eu, também, era assíduo frequentador daquele laboratório. Exercia minha atividade nas ruas. Via os problemas no local, e não me valia das informações de técnicos. Assim, poderia vivê-los, sentindo na carne e no espírito seus reflexos (KUBITSCHEK, 1976, p. 30).

O espaço da rua assume uma conotação fundamental na prefeitura de JK, principalmente quando pensamos na transformação da cidade em metrópole. Como mencionado anteriormente, uma das características que marca e define a vida na metrópole é a perda do espaço da rua para a circulação da mercadoria. Essa perda se torna visivelmente percebida quando o automóvel interpela e produz uma nova organização e dinâmica espacial. Juscelino Kubistchek avaliza esse transporte e o aponta como símbolo moderno. É a ele que suas obras são destinadas. “Em face da nova realidade social, o automóvel cada dia mais se impunha. Era o veículo ideal: obediente tão-somente às conveniências de seu proprietário. Em 1940, ele se convertera numa espécie de mania coletiva. Era o hobby social” (KUBITSCHEK, 1976, 20).

Nesse sentido, JK inicia sua peregrinação rumo à pavimentação das grandes avenidas da cidade assim como abre e promove a construção de novas. Começou, como dito anteriormente, asfaltando a Avenida Afonso Pena, reconhecida por ele como a principal artéria da cidade.

Por mais que os discursos da época profetizassem a chegada da modernidade e o avanço destemido do progresso, medidas e atuações como essas feitas por JK estavam muito à frente do que se imaginava, quando se pensa o contexto brasileiro. O governador de Minas, que o havia nomeado, estava ainda em viagem com Getúlio Vargas quando recebeu a notícia da rapidez que o novo prefeito realizava suas obras. “Na época, eram difíceis as comunicações entre Araxá e Belo Horizonte. Se houvesse telefone, certamente teria se comunicado comigo, dando-me instruções para que sustasse as obras” (KUBITSCHEK, 1976, 24).

Porém, o prefeito relata que a chegada dos políticos Benedito Valadares e Getúlio Vargas, para inauguração da Avenida Contorno foi rápida e por esse motivo não tiveram tempo de discutir o feito e o efeito da pavimentação da Avenida Afonso Pena para a cidade. Continuou assim a empreitada. “Inaugurada a Avenida Contorno e acelerado o asfaltamento da Avenida Afonso Pena, dei início ao prolongamento da Avenida Amazonas” (KUBITSCHEK, 1976, 25).

A fotografia abaixo mostra o final da Avenida Amazonas, exatamente na Praça Raul Soares. JK amplia essa Avenida até a Gameleira.

Figura 18 - Final da Avenida Amazonas – Praça Raul Soares (Início dos anos 1940)

Fonte: Bello Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho (2010).

O prolongamento da Avenida Amazonas dava início à construção da via que impulsionaria a produção do primeiro vetor de expansão da capital em direção à espacialização da futura metrópole. A “Cidade Industrial” estava lá naquela direção, a oeste, porém demandava ligação, via de acesso rápido à capital. Essa via, artéria que unia o centro urbano de Belo Horizonte à Cidade Industrial, em Contagem, seria a Avenida Amazonas. Ela já estava aberta da Praça Raul Soares até a Avenida do Contorno. JK projeta sua ampliação, a primeira, pois a segunda virá daqui aproximadamente dois anos com a Exposição na Gameleira.

Essa avenida, situada no coração de Belo Horizonte, estendia-se além da Praça Raul Soares até a Avenida Contorno, onde existia uma depressão do terreno, que se abria num verdadeiro abismo, no fundo do qual passava um córrego. Iria canalizar aquele córrego, aterrar a depressão de forma a nivelar as duas vertentes e, por fim, estender sobre a área aterrada o prolongamento da Avenida Amazonas, utilizando, para o calçamento, os paralelepípedos da Avenida Afonso Pena (KUBITSCHKE, 1976, 25).

Para que essa obra fosse realizada, um fato inusitado deve ser mencionado. Como a frota de caminhões disponíveis para o feito não era suficiente, o prefeito convocou um tipo de mutirão na cidade com o objetivo de angariar transporte para que a obra fosse de fato realizada. “Lembrei-me, então, de organizar um serviço auxiliar, a ser levado a efeito por carroças puxadas a burro. Anunciei que a Prefeitura estava contratando carroças, e logo se apresentaram os proprietários desses obsoletos veículos” (KUBITSCHEK, 1976, 25).

Acontecimento curioso, cena contraditória, tipicamente moderna: ao mesmo tempo em que o prefeito JK profetiza o automóvel como transporte de envergadura moderna, se vale dos sistemas mais “primitivos” de transporte para possibilitar a produção das modernas avenidas, artérias urbanas como as chamavam.

Os burrinhos despertavam a curiosidade pública. Trabalhavam em silêncio, arrastando suas carroças, sem que ninguém precisasse tangê-los. Assim, o aterro prosseguiu, batendo recordes diários de cubagem da terra removida. Interpelado por um jornalista, defini, numa frase, pilheriando, o valioso trabalho que aqueles humildes animais vinham prestando: ‘São os dez mil servidores mais fiéis de que disponho na Prefeitura’ (KUBITSCHEK, 1976, 26).

Mas a tarefa de expandi-la ainda não estava terminada. No início de 1942, ocorreria em Belo Horizonte a VII Exposição de Animais e de Produtos Derivados no Bairro Gameleira, que como relata o prefeito estava a seis quilômetros do centro da cidade.

Quatro dias antes da inauguração do certame é que se apercebera da inexistência de uma ligação adequada para um tráfego mais intenso entre o Calafate e a Gameleira, o que iria comprometer, sem dúvida, o êxito da promoção governamental. Entre os dois bairros existia um funil, um ponto de estrangulamento, o qual, em face dos milhares de veículos que seriam mobilizados na ocasião, certamente engarrafaria o trânsito, causando má impressão aos visitantes que eram aguardados de todos os Estados da Federação. Para tornar mais grave a situação, chegara a Belo Horizonte, naquele dia, a notícia, de que Getúlio Vargas, atendendo a um convite de

Benedito Valadares, iria à capital mineira para inaugurar pessoalmente a Exposição (KUBITSCHEK, 1976, 42).

A extensão dessa avenida, artéria possível para viabilizar a ligação do centro urbano às áreas periféricas da cidade promoveu, como mencionado anteriormente, no primeiro grande eixo de crescimento da cidade. Símbolo do progresso e da agilidade, tal empreendimento promove, concomitantemente, problemáticas sociais. Uma operação como essa beneficia os detentores do capital, os comerciantes e os gestores econômicos que necessitam de agilidade para efetuar e realizar seus negócios. Entretanto, uma operação desse porte revela perdas, desapropriações e, assim, um ônus social, pago pela camada mais pobre. Dificilmente a produção de uma Avenida com a dimensão da Avenida Amazonas deixaria imune tais problemáticas. As desapropriações para a expansão e abertura dessa artéria foram inevitáveis. Essa história não era nova na cidade. Aarão Reis projeta a capital desapropriando praticamente toda a população do antigo Arraial. Antigas áreas periféricas tornam-se, com o passar do tempo, espaços de passagem e, por isso, essenciais à circulação do capital. O prefeito menciona em seu livro de memórias essas desapropriações, mas não aprofunda na problemática que tal empreendimento provoca e sim apenas enaltece a agilidade e presteza na sua forma moderna de conduzir a “resolução” da questão.

Surgiram aí as primeiras resistências dos proprietários de terrenos e de casas velhas, situados na linha que seria o leito da grande artéria. Teria de fazer desapropriações, e estas, em face da burocracia, arrastavam-se por anos seguidos e, muitas vezes, só se resolviam na justiça (KUBITSCHEK, 1976, 29).

Essa passagem trazida pelo próprio prefeito revela o diagnóstico do problema. Entretanto, numa ânsia de resolver aquilo que poderia travar e impossibilitar a continuidade do empreendimento faz com que o político assuma a condução da questão em prol de uma solução rápida. O ímpeto e a velocidade com que Juscelino encara o obstáculo promovem um dinamismo surpreendente. “Tendo por lema combater a rotina, decidi discutir pessoalmente as

desapropriações com os proprietários dos imóveis. A discussão era na rua, conduzida informalmente, de forma a ganhar tempo” (KUBITSCHEK, 1976, 29).

JK prossegue, no espaço da cidade, seu projeto modernizador através de uma política espacial arrojada, que, por sua vez, não se faz sem conflitos e contradições. A abertura e a expansão das vias urbanas, chamadas por ele de *bocas*, é fundamental para Belo Horizonte, pois trata-se da capital de um dos estados mais importantes da Federação e por isso não pode ficar isolada no tempo e no espaço.

Uma cidade é uma estrutura orgânica. Não vive por si, solta no espaço e isolada no tempo. Ela se insere no contexto socioeconômico que a rodeia. No caso de Belo Horizonte, essa intervinculação era reforçada por um fator de ordem política: tratava-se da capital de um dos grandes Estados da Federação. Daí minha preocupação de ligá-la, de forma racional e prática à área que lhe servia de fundo. De acordo com esse pensamento, providenciei a abertura das *bocas*, que eram as saídas naturais, vinculando o pólo de desenvolvimento, em que ela havia se transformado, ao progresso geral do Estado (KUBITSCHEK, 1976, 30).

JK produz, dessa forma, uma rede de avenidas (Mapa 4) que teria como objetivo promover a ligação entre os bairros da cidade assim como também a comunicação com outras regiões do Estado. Ele identifica seis artérias principais, algumas já mencionadas, que provocariam a interligação entre novas espacialidades circundantes: Amazonas, Antônio Carlos, Silviano Brandão, Pedro II, Francisco Sá e Teresa Cristina, além do asfaltamento da Avenida Afonso Pena.

Mapa 4 – As avenidas abertas e pavimentadas por Juscelino Kubitschek

Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) – (2014)
Elaboração e Cartografia: Gustavo Libério de Paulo
Organização: Mariana Guedes Raggi (2014)

A construção dessas artérias, futuros eixos de crescimento da cidade não eram suficientes, na visão do prefeito, para promover uma transformação na cidade. A produção de uma infraestrutura urbana como a modernização dos serviços e a ampliação e asfaltamento das avenidas não garantiam à cidade os atributos de uma vida moderna. “A cidade precisa respirar. Adquirir seus próprios pulmões. Lembrei-me da Pampulha – um recanto paradisíaco, órfão da atenção das autoridades municipais. (...) Eu conhecia a Pampulha e julgava que ela poderia converter-se no centro turístico que faltava a Belo Horizonte” (KUBITSCHKE, 1976, 31).

O modernismo de JK se revelava cada vez mais imponente, surpreendendo a todos pela forma que assumia, pela velocidade que imprimia às transformações e por arrastar a cidade por todas as direções.

4.1. A espetacularização do *modernismo espacial*

4.1.1. A idealização da Pampulha na trilha dos *códigos modernos*

Fui eu, sim. Não vou negar. Fui eu que amaldiçoei a Pampulha. Porque não suportava a ousadia dos homens que a conceberam sem se importar com as consequências de seu delírio de grandeza. Roguei praga, sim. Soube das histórias das famílias desalojadas para a construção da lagoa, imenso espelho para os poderosos se mirarem. Tudo em nome do progresso, do desejo de impressionar o mundo, criar de si uma imagem gloriosa, independente do quão artificial ela pudesse ser. Indignei-me com a arrogância dos que apostavam que um novo espaço bastaria para forjar um novo homem (SANTOS, 1999, p. 104).

A citação acima é mais uma história ficcional contada por Santos (1999). A personagem dessa história é a estátua colocada em frente ao Cassino da Pampulha no início dos anos de 1940. Assim, como utilizamos anteriormente a história da estátua na Praça da Estação, nos apropriaremos desse relato ficcional para compor a cena do Complexo Arquitetônico da Pampulha.

Iniciaremos essa análise da espacialidade da Pampulha a partir da “fúria da estátua” em relação à ousadia e a pretensão dos homens que num “delírio de grandeza” projetam uma lagoa, enorme espelho d’água, para compor a cena de um espetáculo urbano, imprescindível ao modernismo de JK. Uma ousadia que promove modificações, que reafirma uma cidade produzida sob os parâmetros da classe dominante. É diante disso que a personagem-estátua se indigna. O

prefeito menciona em vários de seus discursos que Belo Horizonte demanda espaços para o lazer e para a diversão, buscando imprimir ainda mais na cidade as marcas da modernidade. Esse era o tom e a mensagem do prefeito.

Na Pampulha, a paisagem seria modificada pela mão do homem, com a introdução de um elemento novo – a água. Esta seria, na expressão de Aufrère, a *paisagem espiritual*. Um cenário escolhido e preparado para um conjunto arquitetônico, concebido de acordo com a estética moderna. Mas tornava-se imprescindível não negligenciar a finalidade, para a qual a obra iria ser executada. Seria imperioso afeiçoar o recanto ao seu objetivo: solucionar o problema do fim-de-semana dos belo-horizontinos. Esta seria a sua paisagem social, a alteração da natureza, para que ela servisse ao propósito de atender à necessidade de recreação da coletividade (KUBITSCHEK, 1976, 46).

JK parece iluminar “o fim-de-semana dos belo-horizontinos” como uma temática da política urbana. Fato curioso quando se pensa no momento dessa afirmação, pois na década de 1940, tratava-se de um olhar visionário.

A atividade do turismo aparece como atividade organizada no século XIX, mas só pode ser compreendida como fenômeno de massa no contexto pós Segunda Guerra Mundial. O processo de urbanização que promoveu tanto a melhoria dos meios de transportes como a legitimação e a conquista de um “tempo livre” do tempo do trabalho possibilitou que a atividade turística assumisse, ao longo do século XX, uma importância significativa no cenário econômico mundial. A busca pela superação da era industrial concedeu à atividade turística como uma possibilidade extremamente rentável para a continuidade do processo de acumulação do capital. Ou seja, o turismo, atividade do setor de serviço que mais cresce no mundo, é a representação mais contemporânea de um novo modo de produzir e consumir o espaço.

É nessa perspectiva que o projeto da Pampulha em plena década de 1940, nos confins das Minas, é aqui entendido como projeto de vanguarda, prática de um novo modernismo engendrado num ambicioso projeto de modernização do espaço da capital, pelo qual JK coloca a capital mineira no plano do consumo do espaço (via turismo), tema amplamente discutido por Carlos (1999). Conforme a autora, isso se dá em consequência do fato de que hoje no mundo moderno não produz apenas mercadorias convencionais como

mesa, roupas ou cadeiras, mas espaço voltado para o consumo (CARLOS, 1999, p. 70).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Complexo da Pampulha assumirá uma posição de destaque entre os códigos da modernidade na espacialidade belo-horizontina não apenas no momento de sua idealização na década de 1940, mas também na atualidade. Código que assume ao longo dos novos tempos possibilidades de revelar novas modernidades.

O vanguardismo desse projeto pode ser analisado à luz da Carta de Atenas. Segundo Cedro (2002, p. 68) o projeto da Pampulha visa atender as normas advindas dessa Carta.

Existem, ainda, superfícies livres no interior de algumas cidades. Elas são a sobrevivência, miraculosa em nossa época, de reservas constituídas no passado: parques rodeando residências principescas, jardins adjacentes a casas burguesas, passeios sombreados ocupando a área de uma muralha derrubada. Os dois últimos séculos consumiram com voracidade essas reservas, autênticos pulmões da cidade, cobrindo-os de imóveis, colocando alvenaria no lugar da relva e das árvores. Outrora os espaços livres não tinham outra razão de ser que o deleite de alguns privilegiados. Não interviu ainda o ponto de vista social, que dá hoje um sentido novo a sua destinação. Eles podem ser os prolongamentos diretos ou indiretos da moradia; diretos, se cercam a própria habitação, indiretos, se estão concentrados em algumas grandes superfícies, não tão próximas. Em ambos os casos, sua destinação será a mesma: acolher as atividades coletivas da juventude, propiciar um espaço favorável às distrações, aos passeios ou aos jogos das horas de lazer (CARTA DE ATENAS 1933, p. 14).

A instrução da Carta de Atenas parece orientar alguns dos governantes da época. Juscelino Kubitschek será talvez o que tenha imprimido mais velocidade a essas instruções para Belo Horizonte, mas o seu antecessor, Otacílio Negrão de Lima²⁹, já havia acolhido alguns desses norteamentos e projetado a barragem da Pampulha para abastecer a capital de água, assim como também promover atividades esportistas como forma de aproveitar o lago artificial.

O início da construção da barragem da Pampulha data de 1936. Porém, a construção teve de ser interrompida no ano de 1938. “De 1938 a 1940 não se

²⁹ Otacílio Negrão de Lima foi prefeito de Belo Horizonte nos períodos: de 1935 a 1938 e de 1947 a 1951.

realizou nenhuma obra e a prefeitura se limitou a tratar a água. Ainda no ano de 38 o prefeito da capital designou uma comissão (...), para dar um parecer sobre as condições de estabilidade e impermeabilidade da barragem”³⁰

Juscelino Kubitschek menciona que a obra teria sido interrompida no nascedouro, pois “os alicerces assentados, sobre os quais se ergueria a barragem, não eram suficientemente altos para conter nem ao menos aqueles minúsculos cursos d’água”. (KUBITSCHKEK, 1976, 34). É notório que Juscelino realça um dos fatores que impossibilitaram a continuidade da construção. Mas, a não construção da barragem no seu mandato não retira dele a autoria de um projeto de envergadura moderna.

Ainda era intenção da administração Negrão de Lima, a construção de uma praia artificial com vestiários e restaurantes, seriam providenciados barcos para o policiamento e salva-vidas, como também para passeio; o fundo do lago seria revestido de cimento para não haver mais perigo de contaminação da água e haveria bóias, bandeiras vermelhas e brancas sinalizando os pontos permitidos para a natação. Pelo discurso de Otacílio Negrão de Lima na elaboração de seu projeto, nota-se a semelhança com o discurso juscelinista, justificando-se pela inserção de ambos no contexto político-cultural de modernidade e progresso da “Era Vargas” (CEDRO, 2002, p. 111).

O então novo prefeito, com o objetivo de criar na cidade espaços de lazer e diversão, assim como um espaço que revelasse pelo desenho arquitetônico uma nova concepção de modernidade, através de um modernismo arrojado, recupera o projeto do prefeito anterior. Para dar prosseguimento aos seus projetos, JK consultou nomes importantes no que tange ao urbanismo internacional.

Juscelino consultou o urbanista francês Alfred Donat Agache, um dos responsáveis, no início do século XX, pelas reformas urbanas realizadas em Chicago (Estados Unidos) e Camberra (Austrália), como também pelo plano de remodelação da cidade do Rio de Janeiro, empreendida pelo prefeito Prado Junior em 1927, cuja principal obra foi o Jardim da Glória (CEDRO, 2002, p. 70).

³⁰ “INVENTÁRIO SUMÁRIO DO DOSSIÊ DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APURAR AS CAUSAS SOBRE O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA PAMPULHA. 1936-1956”. BELO HORIZONTE, DEZEMBRO DE 2001 (p.5).

Juscelino ficou completamente decepcionado ao ouvir do professor Agache ideias contrárias às que havia imaginado para a Pampulha.

Agache viu a Pampulha mas não demonstrou a visão que seria de se esperar de um urbanista de fama internacional. Disse-me que era apenas um cenário – um cenário como muitos outros. O que se deveria fazer ali era uma cidade-satélite: um centro de fornecimento, ou melhor, um núcleo abastecedor da capital (KUBITSCHKE, 1976, 31).

JK desconsidera as opiniões do urbanista e retoma o projeto, dando a ele uma nova roupagem. Mas para isso precisava de recursos financeiros, pois um projeto dessa envergadura significava um gasto oneroso aos cofres do município. Assim, para fazer a obra da barragem o prefeito relata:

Diante do desafio, pus em ação toda a capacidade de persuasão de que era capaz. Conversei. Debati exaustivamente o problema. Pedi auxílio dos grupos financeiros de Minas. E, após sucessivos fracassos, o êxito coroou meus esforços. A Construtora Ajax Rabelo decidira correr o risco (KUBITSCHKE, 1976, 37).

Rodrigues; Simões e Esteves (1999) mencionam através de uma entrevista concedida à *Revista Mineira de Engenharia* as ideias do engenheiro Ajax Rabelo.

Nessa entrevista, o engenheiro revela um entusiasmo contagiante pelo momento modernizador que a cidade de Belo Horizonte estava presenciando e que estava sendo materializado em seu espaço, constituindo novas funções modernas para a cidade. A construção civil é colocada na centralidade da discussão, pois para o momento nada seria mais importante do que edificar e dotar a cidade de equipamentos e instrumentos que possibilitassem a sua modernização. “É um destino como outro qualquer: construir, construir sempre. Ou barragens, ou casas, ou pontes, ou canais. Construir é um mister que completa a vida humana. Respirar e construir pode ser um novo refrão para o Brasil moderno” (RABELO, *apud* RODRIGUES; SIMÕES e ESTEVES, 1999, p. 218).

Produzir o moderno. Essa é a mensagem do engenheiro. A concretização da espacialização desse momento só seria possível, para Ajax Rabelo, a partir

da construção. *Construir e respirar* como o próprio engenheiro menciona fazem parte da “realização de um processo vital e, por isso mesmo, necessário, natural e fértil, capaz de reproduzir-se infinitamente no tempo” (RODRIGUES; SIMÕES e ESTEVES 1999, p. 219). Mais uma vez as análises de Berman para Paris ganham relevo, o canteiro de obras empreendido por toda a Paris de Haussman parecia atingir, muito tempo depois, mas com a essência modernizante, a Belo Horizonte de J.K.

Estava inaugurado na cidade um dos projetos mais ambiciosos e visionários que a cidade já recebeu. O plano de Juscelino era ousado, como relatou a história da estátua contata por Santos (1999). O prefeito pretendia sim, tal como a personagem da ficção afirma, produzir *um novo espaço para forjar um novo homem*. É essa a “arrogância” que deixa a personagem furiosa. “O desejo de impressionar o mundo”, como diz a personagem, é “ato de delírio e de grandeza” e estavam arraigados em JK.

JK desejava impressionar o mundo através de uma arquitetura e de um urbanismo inovador, construindo um recanto turístico com belas residências e casas de diversões ao redor da lagoa que projetara.

Para produzir essa cena, JK enaltece a natureza numa tentativa quase nostálgica de atribuir valor a representações que o arranjo urbano desfaz. Ele assim afirma: “Agache inclinava-se para o utilitarismo. Mas meu pensamento era lírico: a natureza transformada em fator de plenitude espiritual, a serviço da comunidade” (KUBITSCHEK, 1976, 31).

Esse pensamento é arrojado, para o contexto dos anos 1940, pois trazia elementos e atributos espaciais ainda não revelados. Valorizar os atributos de um cenário lúdico, espaço de lazer, com equipamentos de diversão é algo novo para a época. E, certamente, a elite será a primeira a ter acesso e a se apropriar da ideia, configurando os usos dos espaços produzidos para esse fim. “A ideia, que tinha para aquele lindo recanto, porém, era outra bem diferente: um local aonde se iria para relaxar os nervos e conviver, em intimidade, com a natureza” (KUBITSCHEK, 1976, 34).

A ideia de usar a “natureza” como atributo na valorização de uma espacialidade para fins turísticos é uma prática da política urbana recente, comumente chamada de empreendedorismo urbano. Ao idealizar a Pampulha a partir dessa concepção, Juscelino reforça seu caráter vanguardista. A Pampulha

deve ser entendida como a representação mais moderna concretizada por Juscelino na cidade de Belo Horizonte. “Ali tudo se conservava virgem. A natureza exibia seus caprichosos privilégios, como se estivesse à espera de quem lhe rendesse os tributos de que era merecedora. Mas como se processaria a transformação?” (KUBITSCHKEK, 1976, 34).

Perseguir essa transformação será a temática central de toda a política urbana traçada na sua gestão municipal. Para viabilizar essa transformação, Juscelino decidiu abrir um concurso para escolher o projeto que mais se aproximasse de seus ideais modernistas.

Nesse sentido, decidi abrir um concurso, de forma a obter a cooperação dos artistas nacionais. O concurso resultou num desapontamento. Verifiquei que eram inaceitáveis os projetos apresentados – quase todos no estilo convencional, segundo os padrões dos edifícios públicos. Alguns – talvez por influência da popularidade de que gozava o Quitandinha, na época – apresentavam variações do mesmo estilo normando, o que seria uma aberração em face do gênero fluido da beleza que nos extasiava os olhos na Pampulha (KUBITSCHKEK, 1976, 35).

É notório pela fala de Juscelino que sua expectativa era por algo moderno e, ao mesmo tempo novo, original. Essa era a aspiração e o desejo do prefeito. “Estilo convencional” seria inaceitável. Almejava originalidade. Autenticidade moderna. É nesse momento que se dá o encontro entre Juscelino Kubitschek e Oscar Niemeyer. Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do Departamento do Patrimônio Histórico Nacional, apresentou-lhe ao jovem arquiteto, que despontava como grande revelação na arquitetura brasileira.

Figura 19- Projeto Complexo Pampulha

Fonte: VALLE (2002)

Juscelino fica completamente impressionado com o que via: “Nunca havia visto um edifício com uma rampa, em lugar de escada, e muito menos paredes de vidro, em substituição às de tijolos. A Igreja, então, revelava uma nova concepção ousada, absolutamente revolucionária. Aceitei imediatamente o esboço” (KUBITSCHEK, 1976, 36).

Pensar em um projeto dessa envergadura arquitetônica numa cidade ainda tão provinciana como Belo Horizonte, nos anos 1940, era um desafio. Inaugurar num espaço projetado pelo engenheiro Aarão Reis, a menos de 50 anos, para fazer parte da Zona Rural, uma revelação da vanguarda arquitetônica é fato ousado e grandioso. O mapa 5 mostra a localização dos quatro equipamentos projetados por Oscar Niemeyer.

Mapa 5 – Localização do Conjunto Arquitetônico da Pampulha

Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) – (2014)
Elaboração e Cartografia: Gustavo Libério de Paulo
Organização: Mariana Guedes Raggi (2014)

Na concepção da Carta de Atenas ao urbanismo, cabe a este assegurar “aos cidadãos as condições de vida que salvaguardem não somente sua saúde física, mas sua saúde moral e a alegria de viver delas decorrentes” (Carta de Atenas, 1933). As horas livres seriam necessárias para garantir ao homem moderno um novo modo e estilo de vida.

A partir da compreensão, apresentada anteriormente nesta tese, de que os “códigos modernos” assumem o papel de portadores de um texto, ou seja, de um sentido, é fundamental decodificar as intencionalidades contidas nos equipamentos idealizados por JK no Complexo Arquitetônico da Pampulha. Entendemos, nesta tese, que cada equipamento desse Complexo representa um papel no processo de produção da espacialidade moderna e por isso consideramos os quatro equipamentos, Cassino, Clube, Igreja e Casa do Baile, como expressões espaciais de códigos modernos.

É importante mencionar, como já foi dito, que os códigos modernos que orientam a produção do espaço urbano de Belo Horizonte foram a salubridade,

a comodidade e o embelezamento. Naturalmente os sentidos assumidos por esses códigos modificam-se constantemente ao longo do tempo e como a modernidade se espacializa de maneira contraditória e conflituosa, a produção desses códigos revela, sem dúvida, seus opostos, suas contradições.

A seguir, expomos algumas reflexões sobre o Complexo Arquitetônico da Pampulha, expressão espacial dos códigos modernos acima citados, traduzida – em um conjunto de obras formado pelo Cassino, pela Casa do Baile, pelo late Clube e pela Igrejinha –. Essas obras irão ao longo do tempo assumir novos significados numa tentativa de estarem sempre no rol das espacialidades modernas. Por isso, podemos afirmar que essas expressões se inscrevem em tempos diversos para que possam acompanhar a “travessia” da modernidade.

O Cassino da Pampulha

Aproveitando nitidamente a solução para o Pavilhão de Nova York, o salão de jogos se resolve como uma caixa de vidro, com rampas, paredes de alabastro, colunas revestidas de metal e cenográficos espelhos, num volume retangular que faz alusão à Maison Savoye de Le Corbusier. Porém a parte da boate e do grill-room, em formato de uma oval, acopla-se ao volume retangular, explicitando filiações barrocas de grande efeito cênico, tão desenvolvidas nas construções religiosas (SOUZA, 1998b, p. 192).

Figura 20- O glamour do Cassino na Pampulha (Década de 1940)

Fonte: Bello Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho (2010).

Figura 21 – O Cassino agora é Museu (2014)

Autor: RAGGI (2014)

O Cassino da Pampulha, assim como os demais Cassinos no Brasil, revela o compromisso com a representatividade da diversão moderna para a elite. “O Cassino, edifício mundano, colocou Belo Horizonte a par da moda mundial, do Rio de Janeiro e das estâncias hidrominerais de Minas Gerais, estas últimas destino predileto de Getúlio Vargas e de Benedito Valadares” (SOUZA, 1998b, p. 191).

É interessante mencionar o papel dos cassinos na vida das cidades brasileiras a partir da segunda metade do século XX. Espaços destinados aos jogos de azar, os cassinos, tiveram papel relevante na história urbana, pois ao mesmo tempo, que promoviam a possibilidade da diversão e da interação social serviam também para promover encontros políticos e artísticos de grande relevância.

Neves (2009) chama a atenção para os incentivos em prol da construção de hotéis-cassinos principalmente nas áreas das estâncias hidrominerais, termais e climáticas.

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por uma intensa vida noturna nas cidades brasileiras. Nessa época, os cassinos tiveram um papel de destaque na noite e os hotéis-cassinos ganharam popularidade entre os ricos e celebridades, transformando-se em atrativos no país. A maioria desses estabelecimentos apresentava arquitetura majestosa (NEVES, 2009, 12).

O giro econômico promovido pela inauguração de um cassino numa cidade justificava o investimento. Espaços luxuosos sediavam *shows*, espetáculos, bailes. “Os jornais e revistas que circulavam na época divulgavam frequentemente os *shows* e artistas que se apresentavam nos cassinos, o que gerava maior visibilidade dos estabelecimentos e promovia a classe artística na mídia” (NEVES, 2009, 13).

Segundo Neves (2009), o surgimento dos cassinos no Brasil está relacionado à ausência de acomodações para receber autoridades internacionais como o rei da Bélgica que esteve no Brasil em 1920. Os cassinos surgem nesse contexto, para atribuir e garantir divertimento e lazer nas suas proximidades, ou até mesmo dentro dos próprios hotéis. “Na década de 1930, o Hotel Copacabana, no Rio de Janeiro, foi o primeiro cassino a entrar em

funcionamento no Brasil. A capital brasileira ainda contaria com a abertura dos cassinos da Urca e Atlântico, famosos naqueles anos” (CEDRO, 2002, p. 75).

Bojunga (2010), assim como Cedro (2002), menciona a influência dos Cassinos localizados principalmente no Rio de Janeiro na definição do que seria o padrão de entretenimento moderno.

A época era dos cassinos e shows: desde 1932, o Cassino da Urca tinha fixado o modelo do lazer cosmopolita no Rio de Janeiro. O prédio da avenida João Luís Alves, na Urca, fora erguido naquele ano pelo empresário mineiro Joaquim Rolla – um tropeiro de origem. Era um hotel balneário com 36 apartamentos e vagas na garagem, mas tudo logo virou um apêndice do anonimato cassino que mudou os hábitos da capital do país, deslocando do Centro e da Lapa a hegemonia da boemia carioca (BOJUNGA, 2010, p. 180).

Assim como Bojunga (2010) afirmara sobre o Cassino da Urca no Rio de Janeiro, Costa (1997) afirma que o Cassino da Pampulha – funcionava como “ponto de encontro da elegância e bom gosto da capital mineira” (COSTA, 1997, p. 81). Costa (1997) e Cedro (2002), afirmam que este empreendimento foi cenário de jantares de requinte internacional, assim como palco de shows e espetáculos artísticos também de atração internacional.

Nesse sentido, é relevante mencionar as mudanças dos hábitos e costumes que a elite mineira passa a sofrer frente à influência desse equipamento de entretenimento. “A partir do Cassino, hábitos e costumes de parte da sociedade belo-horizontina foram alterados. Os encontros, as festas e as aventuras do jogo começavam a fazer parte do cotidiano da Pampulha” (CEDRO, 2002, p. 82).

Todavia, como a modernidade se revela fluida e veloz, a vitalidade dessa espacialidade dura pouco. O Cassino fecha suas portas a partir da proibição dos jogos em abril de 1946, pelo então presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra. Na memória dos mineiros ficou uma imagem efêmera de uma espacialidade moderna, que chegou anunciando grandes e significativas alternâncias no modo de vida da capital. Impõe-se, então, uma resignificação e “(...) o Cassino da Pampulha foi transformado em Museu de Arte Moderna, ficando sua história marcada na lembrança de quem o frequentou e na

esperança de quem sonha em voltar a experimentar a sorte numa mesa de jogo” (COSTA, 1997, p. 81).

Casa do baile: intencionalidades e impossibilidades

A Casa do Baile foi projetada para compor o cenário da modernidade na Pampulha. O papel idealizado para esse equipamento era criar uma espacialidade de diversão popular.

Na *Casa do Baile* a planta, concebida a partir de duas circunferências que se tangenciam internamente, abrigava um salão com as mesas do restaurante, pista de dança, cozinhas e toaletes. Saindo desse salão, uma marquise barroca e cheia de invenção provocava o olhar e a comparação com as curvas da represa. Essa forma que não explicitava nenhuma função rendeu a Niemayer várias e ociosas discussões (SOUZA, 1998, p. 193).

Figura 22 – A Casa do Baile (2014)

Autor: RAGGI (2014)

A intenção de se fazer dessa espacialidade uma possibilidade de uso e apropriação por parte dos setores populares da capital não se realiza. Os motivos que podem explicar a não realização desse uso pode ser a distância do

equipamento em relação à moradia da população de baixa renda, como também, de acordo com Cedro (2002, p. 84) ao “planejamento artístico-ocupacional do local, marcado por forte cunho segregador”

late Golfe Clube: o culto pelas formas físicas.

O *late Clube* de Minas Gerais era um clube como os demais, com piscinas e quadras de esportes. Suas linhas arquitetônicas modernas introduziram o telhado com inclinação em “V”, ao contrário do que mandava a tradição, dando a impressão de um barco atracado às margens da represa. A proteção das paredes envidraçadas com brises metálicos, imprimindo um ritmo às fachadas, foi repetida em todos os prédios do conjunto da Pampulha. Entre as novidades do *late* estavam os equipamentos para esportes náuticos, como remo e regatas (SOUZA, 1998b, p. 192).

Figura 23 – O late Clube – Pampulha – Década de 1940

Fonte: Bello Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho (2010).

À jovem elite belo-horizontina foi reservada uma espacialidade para a prática dos esportes, como esportes aquáticos, muito praticados no Rio de Janeiro, pois o modo de vida urbano moderno da então capital do país influenciava Belo Horizonte.

Com intenção de absorver os hábitos do que de mais moderno e atual acontecia nas cidades modernas, Juscelino Kubitschek se espelhou no Rio de Janeiro como paradigma esportivo. Os esportes náuticos, como remo e vela, eram comumente praticados antes da entrada do futebol no Brasil, sendo que, depois disto, ficaram restritos à elite de associados dos diversos clubes existentes. Na década de 1940, esses esportes eram considerados, juntamente com o tênis, como requintados e contemporâneos (CEDRO, 2002, p. 87).

A intencionalidade desse equipamento era exatamente essa, disponibilizar à elite da capital a possibilidade de viver prazerosamente o culto ao esporte. Esse apreço às atividades esportivas assim como às práticas de recreação faz parte de um repertório cultural da modernidade. Valorizar e cultuar o corpo, a exuberância das formas é uma das prerrogativas da massificação cultural que invade o modo de vida do homem urbano de meados do século XX. Cedro (2002) estabelece uma relação entre esse novo hábito introduzido pelas práticas esportivas e o projeto político-cultural do Estado Novo.

O cuidado com o corpo era uma das características do projeto político-cultural veiculado pelo Estado Novo. (...) A prática de exercícios físicos, o cuidado com a saúde e a higiene eram identificados como métodos adequados para o indivíduo conquistar seu equilíbrio físico e, conseqüentemente, o equilíbrio espiritual. Tornava-se necessária a harmonia físico-espiritual. Tornava-se necessária a harmonia físico-espiritual para que houvesse o estímulo à imaginação e ao desenvolvimento da consciência do bem-estar coletivo, ou seja, obediência, solidariedade e disciplina. Atingida essa condição, o indivíduo estaria apto, através da melhoria da produtividade do trabalho, para cooperar com a sociedade (CEDRO, 2002, p. 84).

O autor enfatiza o objetivo do Estado Novo de produzir um novo homem, moderno, com traços físicos fortes, exuberante nas formas, com preocupação com as práticas esportivas. Um perfil de homem atlético, disposto e engajado com a obediência e a disciplina. Para que o desenvolvimento do bem-estar coletivo, como menciona Cedro (2002), torna-se obrigatório no currículo das escolas a disciplina de educação física.

Segundo a Carta de Atenas, uma cidade moderna deve disponibilizar ao homem urbano espaços destinados às atividades esportivas, recomendação que parece nortear a condução de JK na prefeitura da capital mineira.

Deve ser estabelecido um programa de entretenimento abrangendo atividades de todo tipo: o passeio, solitário ou coletivo, em meio à beleza dos lugares; os esportes de toda natureza: tênis, basquete, futebol, natação, atletismo; os espetáculos, concertos, teatros ao livre, jogos de quadra e torneios diversos (CARTA DE ATENAS, 1933).

É nesse sentido que o late Clube assume sentido e conteúdo de espacialidade moderna, justificando assim sua inserção no rol dos *códigos modernos*. O *late Clube*, assim como o *Minas Tênis Clube*³¹ introduziram, na vida cotidiana do belo-horizontino, o hábito de frequentar aos finais de semana os espaços dos clubes, como opção de lazer e diversão.

Igreja de São Francisco de Assis: entre o profano e o sagrado

A *Capela de São Francisco de Assis* foi a primeira igreja moderna do Brasil. Ali Niemeyer ousou renovar a tradição de um espaço religioso católico a partir de uma estrutura nova onde o concreto expressasse todas as suas possibilidades plásticas. A nave em forma trapezoidal é coberta com uma abóboda parabólica de seção variável que, no encontro com a capela-mor retangular, ladeada pelos puxados das sacristias, produz uma diferença de alturas por onde uma luz mágica entra para iluminar o afresco do altar-mor. As curvas, a seneira, coro, púlpitos e batistério, tudo faz alusão à tradição da arquitetura religiosa mineira e franciscana, mas como tudo foi desenhado com novidades inesperadas, a Capela causou um enorme estranhamento à população e à Igreja (SOUZA, 1998b, p. 195).

³¹ O *Minas Tênis Clube* é um dos clubes mais tradicionais da cidade. Localizado numa das proximidades da Praça da Liberdade é frequentado pela elite belo-horizontina desde sua inauguração em 1935. Considerado uma das maiores instituições socioesportivas e culturais do país com 73 mil associados e cerca de 1.200 atletas. O espaço destinado a sua construção foi reservado no projeto inicial de Aarão Reis para sediar o Jardim Zoológico da cidade. Projeto esse não realizado.

Figura 24 – Igrejinha da Pampulha (2014)

Autor: RAGGI (2014)

A Igreja de São Francisco deve ser analisada aqui como uma das representações mais reveladoras das contradições da modernidade presentes no Projeto da Pampulha.

O projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer juntamente com a arte de Portinari promoveu na cidade de Belo Horizonte um dos debates mais calorosos entre tradição e modernidade.

No caso em foco, as divergências na relação entre o moderno e o sagrado foram percebidas pela reação do clero, a partir da arquitetura de Niemeyer, da pintura de Portinari e das esculturas de Ceschiatti junto à Igreja de São Francisco de Assis. Desde então, o choque entre modernidade e religião, manifestado pela estética arquitetônica e pictórica, também despertava interesse na sociedade belo-horizontina, que acompanhava as questões debatidas entre o clero e a prefeitura na defesa do sagrado e do moderno (CEDRO, 2002, p. 89).

O conflito que se estabelece nessa nova cena se dá no momento em que o então arcebispo de Belo Horizonte, dom Antônio Santos Cabral, não consagra o templo. Esse acontecimento produz várias versões, de histórias que permeiam

até os dias atuais as conversas entre mineiros e turistas que se dirigem ao templo para conhecê-lo.

Fabris (2000) apresenta duas versões dadas pelo arcebispo a um jornal.

A primeira consideração do arcebispo diz respeito ao estatuto jurídico do edifício: tratava-se de 'uma obra inteiramente particular, na qual o clero não teve a mínima participação'. A construção da igreja, 'não dependeu da opinião das autoridades eclesiásticas. Não foi feita a doação do terreno à paróquia nem foram apresentados planos para aprovação prévia' (FABRIS, 2000, p. 186).

Cedro (2002) e Fabris (2000), relata os possíveis motivos que levaram o arcebispo dom Cabral a não consagrar o templo projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Para Cedro (2002, p. 93) a “não-sagração da Igreja de São Francisco de Assis pode ser entendida a partir de duas perspectivas: pelo âmbito político-econômico e pela relação modernidade/religião”

Na relação entre a Igreja e Estado, na cidade de Belo Horizonte, havia uma ligação cordial. “Juscelino Kubitschek, em seu mandato municipal, deu continuidade ao bom relacionamento do poder público com a Igreja. O remodelamento urbano de Belo Horizonte previa que a prefeitura efetuasse desapropriações, mas também doações e cessões de terrenos” (CEDRO, 2002, p. 94). O autor menciona que essa relação cordial parece ter sofrido um estremecimento quando a prefeitura negou o pedido do arcebispo de embargar a construção da igreja protestante no Barro Preto. “Desse modo, houve insatisfação da Igreja Católica quanto à construção de um templo protestante em um local criado sob sua influência política” (CEDRO, 2002, p. 94).

As razões que levaram a negação pelo reconhecimento do templo pela Igreja ainda são motivo de muitos debates e discussões. Finalmente, na década de 50, a Igreja é reconhecida e encampada pelas autoridades eclesiásticas de Belo Horizonte.

Polêmicas da Pampulha

A modernidade idealizada por JK e projetada por Oscar Niemeyer na espacialidade da Pampulha causou polêmicas. A história ficcional narrada pela história da estátua revela alguns dos conflitos reais, muitos deles inerentes às contradições da modernidade.

Provavelmente não fui a única a lançar maus augúrios sobre a Pampulha. Quando foi inaugurada, no princípio dos anos 40, uma sombra já pairava sobre a luminosidade de suas águas. A arquidiocese de Belo Horizonte recusou-se a abençoar a Igreja de São Francisco. Foi considerada um templo do Diabo, por suas formas pouco enaltecedoras (- Parece um casco de tatu! – vociferava o bispo Dom Cabral), e por integrar um conjunto, criado por comunistas, que incluía locais de práticas nada sagradas: o Cassino, a Casa do Baile, o late Clube. Nesta cidade, durante quinze anos, Deus, segundo seus intérpretes autorizados, recusou-se a ser moderno (SANTOS, 1999, p.104).

A personagem narrada por Santos (1999) compara a Igreja projetada por Oscar Niemeyer ao templo do Diabo. Essa comparação se deve, como já mencionado, ao não reconhecimento do bispo em relação à moderna Igreja projetada na orla da lagoa. Essa recusa aproximava-a do profano, do amaldiçoado.

Assim como a Igreja revela desde sua construção sinais de conflitos, o Cassino da Pampulha, símbolo da ostentação e da luxúria, foi, para a personagem-estátua, também “amaldiçoado”. Nesse sentido, é fundamental compreender e reconhecer a contradição engendrada na espacialidade do Cassino. Pois é a contradição, essência da modernidade, que devemos reconhecer nas representações modernistas idealizadas e produzidas por JK.

O imponente Cassino viveu noite de gala, verdadeiras celebrações do poder do dinheiro, das delícias de manuseá-lo como brincadeiras, sobretudo quando se trata do dinheiro público. Mas o Palácio de Cristal, mansão da luxúria capitalista, que fazia jus à rápida industrialização da cidade, não sobreviveu por muito tempo. Em 1946, foi proibido o jogo no Brasil (SANTOS, 1999, p.105).

A proibição do jogo no Brasil, anteriormente mencionada, é também apresentada pela personagem como uma maldição à luxúria capitalista. O jogo

sobreviveu pouco na cena da Pampulha. Logo, assim que chegou à cidade, foi proibido. O conflito está exatamente na impossibilidade do uso a que foi designado. Ou seja, a moderna edificação construída para sediar o Cassino recebe sentença de encerramento nos primeiros anos de sua existência.

A narrativa dessa personagem-estátua parece contundente ao afirmar que o sonho moderno projetado naquelas edificações modernistas não sustentaria por muito tempo a vaidade narcisista de quem a projetou. A imagem produzida da lagoa, na sua narrativa, revela toda a ostentação e a pretensão moderna: “(...) imenso espelho para os poderosos se mirarem” (SANTOS, 1999, p.104). A personagem-estátua não se ilude e não se encanta com as curvas e os contornos paisagísticos que impressionaram a todos e ainda impressionam a muitos.

A história da lagoa contada através do personagem da estátua é praticamente um “convite” a se pensar, criticamente, as formas modernistas, que insistem em revelar o progresso e a luxúria como imagens gloriosas da modernidade.

Em abril de 1954 deu-se o rompimento da barragem. “O início do desastre da barragem da Pampulha em sua parte central, começou no dia 16 de abril de 1954, sendo que no dia 20 de abril se deu, com grande virulência, o arrastamento de matéria sólida”³²

Esse rompimento atingiu várias casas e construções. Muitos moradores da região tiveram que abandonar suas casas e se abrigarem em alojamentos. A personagem de Santos (1999) relata esse fato: “Fui ingênua em não pensar que as consequências só seriam sentidas pelas populações pobres, que moram nas áreas que estão além da represa, e não nas mansões que margeiam o espelho d’água” (SANTOS, 1999, p. 105).

A história ficcional da estátua era história corriqueira entre os moradores da capital. Muitos acreditavam numa maldição. Como poderia um recanto construído para ser paradisíaco ser palco de sucessivas catástrofes? Chegou a ser destaque na imprensa: “a ruptura da barragem, a recusa da Igreja Católica em abençoar a Igreja de São Francisco de Assis e a vida curta do cassino, com a proibição do jogo, foram fatos decorrentes de uma maldição provocada por

³² “INVENTÁRIO SUMÁRIO DO DOSSIÊ DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APURAR AS CAUSAS SOBRE O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA PAMPULHA. 1936-1956”. BELO HORIZONTE, DEZEMBRO DE 2001.

‘praga’ das famílias que foram desalojadas, para que pudesse construir a lagoa”³³.

Esse questionamento, ingênuo e fantasioso, é uma tentativa de explicar o que aparentemente seria inexplicável. A construção do Complexo da Pampulha, assim como outras grandes obras engendradas no contexto do processo modernizador, é tão carregada de verdades absolutas que os fracassos são praticamente injustificados, restando apenas explicações fantasiosas. O acontecimento abalou a estrutura política do momento. Nas proximidades do dia 21 de abril, a personagem de Santos (1999) ironiza o fracasso da cerimônia aos inconfidentes. “Dia 21. Getúlio Vargas, ao lado de Juscelino e de outros governadores, comemora o dia de Tiradentes em silêncio, contemplando uma lagoa seca” (SANTOS, 1999, p.105).

Figura 25 – Rompimento da Barragem da Pampulha em 1954

Fonte: AEROPORTO da Pampulha: Belo Horizonte nas asas do progresso (1997).

³³ “INVENTÁRIO SUMÁRIO DO DOSSIÊ DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APURAR AS CAUSAS SOBRE O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA PAMPULHA. 1936-1956”. BELO HORIZONTE, DEZEMBRO DE 2001 (p.5).

Para Berman (2007, p. 24), a modernidade assegura sim um ambiente que promete poder, crescimento, transformação de tudo que se encontra ao seu redor, mas que também, ao mesmo tempo, destrói “tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. (...) turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia” (BERMAN, 2007, p. 24).

O trajeto em direção à produção da espacialização moderna revela-se, todavia, incansável. Essa é a essência do processo de modernização: Minas como menciona Iglesias (1987) anteriormente não fica no “compasso da espera”. A modernidade não se detém como menciona o relato abaixo:

Ela não se deteve. Imediatamente, começaram as obras de reconstrução. No final dos anos 50, o símbolo da modernização mineira acaba por vencer seus obstáculos. Se não pudemos ter o Cassino, teremos então, a partir de 57, um Museu de Arte Moderna. A nova barragem é inaugurada em 58, agora com o dobro da largura. Em 59, abençoa-se a Igreja de São Francisco. Nossa modernidade, superando as resistências, finalmente triunfa. E já está pronta para se espalhar por todo o Brasil, através da construção de uma nova capital federal” (SANTOS, 1999, p. 106).

As contradições também se fazem presentes no trajeto que ligaria o centro da cidade ao novo Complexo Arquitetônico. A própria implantação da avenida (Fig. 26/ Mapa 6) que conduziria o turista ou morador da Pampulha ao novo recanto de lazer foi permeada de acontecimentos que, desde seu projeto, revelam a contradição e o conflito.

Figura 26 - Abertura da Avenida Pampulha (atual Av. Antônio Carlos) – (1943)

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO (2002)

A ligação teria de ser cogitada. Uma estrada inteiramente nova ou a melhoria da existente, que levava ao aeroporto? Ou talvez uma avenida moderna, ampla, digna da iniciativa a que iria servir? Optei pela última alternativa: uma avenida (KUBITSCHKE, 1976, 37)

Mapa 6 – Avenida Antônio Carlos – a via que liga o centro à Pampulha

Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) – 2014)

Elaboração e Cartografia: Gustavo Libério de Paulo
Organização: Mariana Guedes Raggi (2014)

Abrir a Avenida da Pampulha, atual Avenida Antônio Carlos, revelou um conflito tipicamente moderno. Ao mesmo tempo em que JK produzia um “reduto paradisíaco” como ele mesmo mencionava, ele também identificava, no trajeto, na Avenida Pampulha, a única favela localizada por ele no perímetro urbano de Belo Horizonte. Era a favela que ficava nas mediações da Pedreira Prado Lopes.

Naquele tempo, só havia uma favela no perímetro urbano de Belo Horizonte. Era a que ficava situada nas imediações da Pedreira Padro Lopes. Voltei minha atenção para aquele problema. Tratava-se de uma grande área, localizada bem próxima do centro comercial, e que poderia ser recuperada, transformando-se num aprazível bairro residencial. Assim, idealizei um conjunto residencial popular, destinado à classe operária que, cada dia, se tornava mais numerosa. Como a Prefeitura não dispunha de recursos, entrei em entendimento com o engenheiro Plínio Catanhede, presidente do Instituto dos Industriários – uma das autarquias mais ricas do nosso sistema previdenciário -, no sentido de que ele financiasse o projeto, já que o conjunto seria destinado à residência de seus associados. As conversações tiveram um desfecho favorável, com a construção, em reduzido período de tempo, do Bairro dos Industriários. Abri um enorme corte na pedreira, de forma a facilitar a ligação do novo bairro com a cidade, e, em seguida, fiz o desmonte do morro ali existente. Enquanto providenciava a mudança dos favelados, precedi às medidas indispensáveis à definitiva recuperação da área: arruamento, arborização, ajardinamento e iluminação (KUBITSCHEK, 1976, p. 32).

A favela Pedreira Prado Lopes ainda é espacialidade visível àquele que segue em direção à Pampulha. O Conjunto Habitacional do IAPI deslocou a ocupação, mas não a deteve.

O operário ficou obrigado a construir sua moradia na periferia. O poder público representou a cidade como espaço da higiene e da ordem, sendo as edificações operárias repelidas para a zona suburbana. Segundo Berenice Guimarães, nas décadas de 1920 e 1930, quando a cidade se expandia para a região oeste, a Prefeitura despejou vários trabalhadores residentes no Barro Preto e Barroca para preservar o sentido estético e limpo da cidade. O mesmo foi tentado na década de 1940 com a favela Pedreira Prado Lopes quando se propôs a construção do IAPI. Tais práticas tinham o sentido de afastar a pobreza da área urbana (OLIVEIRA, 2010, p. 29).

A desapropriação dos moradores dessa favela faz parte do projeto de construção do conjunto habitacional IAPI vinculado a uma política habitacional

inaugurada em Belo Horizonte nos anos 1940. Baseada em princípios modernistas, a construção desse conjunto habitacional ilumina uma das questões mais problemáticas da cena urbana: a questão da moradia. Entretanto, essa problemática urbana é engendrada nesse momento como parte do modelo desenvolvimentista que priorizava, através de um novo modernismo, produzir uma cena urbana condizente com o projeto modernizador do país. Assim como esse projeto previa a produção de espaços de lazer e entretenimento como o Complexo da Pampulha para a elite mineira, os conjuntos habitacionais idealizados nesse momento tinham como objetivo disponibilizar às classes operárias, espaços que revelassem, pelas formas, traçados modernistas a fim de produzir, como menciona JK, um “aprazível bairro residencial”.

Assim, a maldição profanada pela personagem-estátua deve ser compreendida como a própria contradição inerente ao processo de modernização, dimensão contraditória do processo social e histórico de produção do espaço. Todas as edificações modernistas relatadas pela mesma, ao longo do texto, como amaldiçoadas, carregam histórias de conflitos. Como se trata de uma história ficcional, a interpretação dada às contradições existentes entre aparência e essência, entre o que se pretende e o que se torna possível, faz com que a imagem do mal seja colocada como intransponível, insuperável.

4.1.2. Arte, cultura e patrimônio na cidade modernista de JK

Não há como descolar o projeto de modernização da capital mineira do projeto brasileiro imposto pelo Estado-novo. A presença autoritária do Estado no processo de produção de um país coeso pressupunha a formação de uma identidade nacional consistente.

A valorização da cultura popular, da tradição e símbolos nacionais, evitando-se influências estrangeiras, era um dos objetivos do Estado Novo para se legitimar e manter uma sociedade coesa e harmônica. A arte foi um dos meios que o Estado usou para se legitimar” (Cedro, 2002, p. 29).

Nesse sentido faz-se importante destacar a relevância dada à arte como símbolo da nação. Iluminar os temas típicos, projetar a arte, a arquitetura, a literatura, foi uma das grandes preocupações assumidas pelo Estado-Novo no processo de formação da identidade e da unidade do território brasileiro. Cedro (2002) destaca o papel da arquitetura modernista como expressão do poderio do Estado-Novo. A construção da sede do Ministério da Educação e Cultura em 1937 a partir da influência de Le Corbusier foi, para Cedro (2002), uma manifestação dessa conduta modernista.

O modernismo urbano foi nesse processo de produção da identidade nacional um aliado vital ao processo de consolidação de uma nação pautada nos princípios e nas diretrizes impostas pelo ideal de modernidade e progresso. Bahia (2004) e Cedro (2002) mencionam a importância das expressões modernistas como centralidade na produção e consolidação de uma nação tida como moderna.

Nos anos de 1930 a 1950, no Brasil, a construção da nacionalidade ainda era um projeto. Uma particularidade caracterizou nossos primórdios modernistas: um Estado Novo comprometido com um processo econômico de desenvolvimento da racionalidade capitalista, sob o qual consolidou-se o espírito e a edificação da nacionalidade brasileira (BAHIA, 2004, p. 126).

A gestão de JK na prefeitura de Belo Horizonte participou, ativamente, desse projeto. Bahia (2004) destaca as diversas manifestações nas artes, na

arquitetura e na política a partir dos anos de 1940. Para o autor o modernismo de Belo Horizonte não se resume ao Conjunto Arquitetônico da Pampulha. A Semana de Arte Moderna de 1944 deve ser reconhecida como um marco modernista de Belo Horizonte. Nesse sentido, entendemos as políticas de produção e incentivo às manifestações artísticas na capital, promovidas por Juscelino Kubistchek, como expressões e representações de uma política modernizante: as exposições de arte, a inauguração dos espaços universitários ligados às artes e arquitetura, a criação do Museu Histórico da cidade são revelações espaciais repletas de conteúdos e sentidos modernos, intencionalidade de se produzir, por meio da reprodução de códigos, a imagem de uma cidade moderna e à frente no tempo.

Em 1944, um fato determinaria em Belo Horizonte um momento propício de reavaliação do movimento modernista no Brasil, conforme considerou Oswald de Andrade – a 1ª Exposição de Arte Moderna em Minas, patrocinada por JK. Essa mostra foi acompanhada de um ambiente de reflexão através de ciclos de debates e conferências sobre a modernidade brasileira, dos quais participaram intelectuais, artistas, literatos de projeção nacional: Djanira, Waldemar Cavalcanti, Milton Dacosta, Jorge Amado, Sérgio Milliet, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Anita Mafalti, Alfredo Volpi, Mário Zanini, Cândido Portinari, Lasar Segal, Di Cavalcanti, Guignard (BAHIA, 2004, p. 131).

Na visão de Cedro (2002), a Exposição de Arte Moderna, mencionada acima por Bahia (2004), realizada em Belo Horizonte no Edifício Mariana, tinha como objetivo resgatar as propostas de 1922. Juscelino Kubitschek idealizava a inserção da capital mineira na cena moderna da nação e para isso promoveu, além da exposição, várias conferências e palestras sobre as artes no Brasil.

A Exposição de Arte Moderna de 1944, ao contrário do que se poderia imaginar, não teve da maioria do público que ali compareceu a aceitação digna de uma cidade jovem que acabara de se revestir de uma moderna paisagem urbana. A recepção da imprensa, entre elogiosa e crítica, fornece uma das possíveis provas do conceito de modernidade tardia, seja pela incompreensão de muitos articulistas quanto ao valor estético das obras já consagradas pelo gosto internacional, seja pela atitude de outros que consideravam a exposição o desdobramento da Semana de Arte Moderna de São Paulo (SOUZA, 1998a, p. 25).

Segundo a autora (*op.cit*), a Exposição reuniu aproximadamente cento e quarenta artistas brasileiros, e, para a mesma, há um sentimento de estranhamento dos habitantes da capital ao receber na sua cidade uma coleção de tantas obras reforça o espírito ainda muito conservador do povo mineiro. Por outro lado, os artistas que participaram da Exposição, reiteraram a importância do evento.

Depois da Revolução Artística de São Paulo, em 1922, é esta Exposição de Arte Moderna, sem dúvida, o fato de maior alcance social na história da arte brasileira. Não apenas porque reúne grandes pintores nacionais, mas porque representa vivamente todos os aspectos e todas as aspirações de uma pintura nossa, com caráter de brasilidade na sua essência e na sua forma. Esta exposição constitui, por isso mesmo, um prolongamento da velha semana, uma consagração dos princípios então lançados e com o tempo esclarecidos e depurados; constitui uma realização cabal, uma vitória daqueles anseios nobilíssimos de libertação e nacionalismo (LISBOA *apud* SOUZA, 1998a, p. 25).

As palavras de Henriqueta Lisboa legitimam a Exposição idealizada por JK como uma vitória de libertação e nacionalismo. Nesse sentido, por mais que para muitos belo-horizontinos a exposição não tenha tido o significado esperado é fundamental ressaltar que artistas e intelectuais perceberam o significado e a relevância desse evento para a nação.

O compromisso do prefeito em produzir, na cidade de Belo Horizonte, uma espacialidade moderna que dialogasse com o projeto nacional faz com que o mesmo assuma outras políticas de envergadura cultural significativa para o momento. Para Souza (1998a), o compromisso do prefeito com a produção de uma cena urbana moderna é visível em vários momentos. O projeto solicitado a Oscar Niemeyer para criar o primeiro museu de arte moderna no Brasil é inusitado e revelador. “O atual Palácio das Artes, inicialmente um projeto de Niemeyer, seria o primeiro lugar a ser construído para tal fim. Os demais museus de arte moderna de São Paulo e do Rio de Janeiro somente seriam anos mais tarde inaugurados” (SOUZA, 1998a, p. 26).

O objetivo de JK era criar um ambiente propício para que outras artes assumissem destaque nacional assim como a literatura mineira alcançou. A expressão dos grandes literários mineiros, como Carlos Drummond de Andrade,

Pedro Nava, Emílio Moura, Martins de Almeida, João Alphonsus, entre outros, não era visível em outros ramos culturais como nas artes plásticas.

Figura 27 - Viaduto Santa Teresa – 1930

Fonte: Bello Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho (2010).

Para Cedro (2002), o Viaduto Santa Teresa simbolizava mais a modernidade literária do que a arquitetônica. Juscelino Kubitschek deseja transpor o reconhecimento que a literatura mineira atingiu para outros ramos das artes.

Decidido a renovar esses pressupostos metodológicos, Juscelino Kubitschek incorporou a Escola de Arquitetura à Escola de Belas Artes, dirigida por Guignard. Desse modo, foi criado o Instituto de Belas Artes de Belo Horizonte em fevereiro de 1944, sob a direção de Alberto da Veiga Guignard. No final de 1944, o governo federal reconheceu a Escola de Arquitetura, que passou a contar com maior credibilidade, tendo seus diplomas validados em todo o país (Cedro 2002, p. 122).

As edificações que representavam a modernidade até os anos 30 como o Prédio da Estação Ferroviária, o Complexo da Praça da Liberdade, o edifício dos Correios revelava um estilo arquitetônico europeu e foram rapidamente considerados ultrapassados, por não representarem uma arquitetura

genuinamente brasileira. Esse fato é destacado por Michele Arroyo³⁴, superintendente do IPHAN mineiro, como de suma importância no que tange a preservação desses equipamentos. Na sua visão, um dos motivos que pode explicar o atraso nas políticas de preservação das edificações construídas na época de Aarão Reis é a distância que essas edificações tinham com uma arquitetura brasileira.

Esse compromisso com a representação da cultura, das artes, da literatura foi visível na cidade de Belo Horizonte a partir da década de 1940, refletindo o compromisso do Estado-Novo de produzir uma ideia de nação e de identidade brasileira.

Se essa valorização cultural era o caminho a ser seguido em direção à produção de uma nação moderna, nação que potencializa a sua tradição, cultura e história, JK também assume tal conduta como centralidade na sua gestão. É nesse sentido que podemos identificar seu compromisso com a preservação da história da cidade de Belo Horizonte.

Para que a política de defesa pelo patrimônio assuma relevância e sentido no projeto de modernização de Belo Horizonte é importante reconhecer que tais medidas fazem parte de uma política de preservação da identidade nacional e assim consequentemente da estrutura territorial do Estado.

O desafio de preservar essa materialidade cultural (acervo cultural) foi introduzido no Brasil por uma pequena elite composta de intelectuais e artistas ligados ao movimento modernista. Os esforços de importantes nomes da literatura brasileira como Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Oswald de Andrade e Mário de Andrade, na tentativa de compreender as raízes históricas e sociais do povo brasileiro, reforçaram a necessidade de se cultivar os traços marcantes da história da nação. O objetivo de se definir a identidade da nação, mantendo acesos os referenciais mnemônicos, levou à criação de um órgão oficial de preservação e a instituição de uma definição de patrimônio. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, criado em 1937, introduziu a primeira definição de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³⁵. Na leitura de

³⁴ Em entrevista concedida a autora em 22/07/2013.

³⁵ O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi definido como um “[...] conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (LEMOS, 2000, p. 43).

José Reginaldo Gonçalves (1996, p.34), “[...] o patrimônio é utilizado para autenticar tanto a existência do Brasil enquanto nação, quanto a autoridade dos intelectuais nacionalistas para falar em nome do patrimônio, para identificar, proteger e preservar a identidade nacional”.

A influência de Mário de Andrade na criação de um órgão oficial de preservação não garantiu a incorporação de todos os bens culturais pontuados pelo intelectual, que representavam as expressões culturais do povo brasileiro. Coube ao Estado o papel de eleger e legitimar uma história nacional condizente com os interesses das classes dominantes. A escolha de alguns bens culturais *dignos* de preservação baseou-se em uma visão elitista de cultura, omitindo manifestações artísticas e narrativas históricas. Essas políticas tinham como objetivo construir ideologicamente os referenciais identitários da nação.

Juscelino Kubitschek idealizou a criação do Museu Histórico de Belo Horizonte com o objetivo de valorizar e transmitir a história da cidade. Para isso, transformou a antiga Fazenda do Leitão, último registro do antigo Arraial demolido para a construção da capital no Museu Histórico da cidade.

Esse não é um acontecimento isolado e vivenciado apenas pela capital mineira. O crescimento das cidades, a inflexão de uma sociedade rural para uma sociedade eminentemente urbana, o surgimento das atividades industriais, a revolução no sistema de transporte e todas as consequências espaciais que esses processos geraram são fundamentais para que se possa compreender a presença atuante das políticas patrimoniais na agenda das políticas culturais. É nesse sentido que se deve pensar o patrimônio histórico: instrumento fundamental do processo de produção do espaço da nação moderna.

Interessante pensar que por mais que a cidade fosse jovem, menos de 50 anos, ela já havia testemunhado intensos e significativos processos de demolição, muitos desses processos incentivados e patrocinados pelo próprio prefeito JK, investido naquele momento, de um discurso nacionalista em prol da cultura e dos registros históricos da cidade. Ou seja, aquele que promove a cidade moderna e a criação de símbolos do progresso é também aquele que cultua e que propõe práticas de preservação das antigas representações, histórias e registros, contradição esta inerente à própria modernidade.

A partir do instante em que o prefeito decidiu construir, na antiga fazenda, o Museu da cidade, várias problemáticas emergem. Uma delas merece

destaque, pois remete a uma concepção sobre o que JK compreende como patrimônio. Os técnicos do SPHAN indicam apenas os objetos da época do arraial para compor o cenário do museu, pois para eles a arquitetura rural da fazenda não seria lugar adequado para receber os objetos e as representações da história moderna da cidade.

Essa diretriz do SPHAN vai ao encontro das condutas sugeridas pelo movimento dos modernistas presentes na Semana de 1922. Porém, JK resiste a esse fato e para dar prosseguimento a sua idealização sobre a preservação da memória coletiva convida o historiador Abílio Barreto para assumir essa tarefa.

A criação do museu obedeceu a um sério planejamento e árdua pesquisa, para que fosse organizado nos parâmetros de modernidade presentes nos melhores museus do Brasil. Para isso, Kubitschek incumbiu Abílio Barreto de viajar ao Rio de Janeiro para visitar os seguintes museus: de História Nacional; Municipal Quinta da Gávea; Imperial de Petrópolis; museus escolares e particulares (Cedro, 2002, p. 137).

Numa tentativa de revelar o sentimento de estranhamento, provocado pela contradição entre preservar e modernizar, Souza (2002) descreve a demolição da Agência de bondes, em 1945, narrada por José Clemente³⁶. A agência localizava-se bem à frente ao famoso Bar do Ponto.

Estão acabando com mais uma tradição da cidade: não irei protestar contra o ato. Registro-o apenas. Os pedreiros estão demolindo a estaçãozinha de bondes do antigo Bar do Ponto. Já não se vê ali o relógio enorme, que aliás há muito não funcionava direito. Ele foi retirado. É apenas hoje (olhem para lá) um buraco escuro: uma órbita vazia. Aquele relógio ausente marcou a vida da população durante quarenta anos. Todos o buscavam apreensivos, aflitos, cada qual com um drama interior (...)

Mas embora reconhecendo que a antiga estaçãozinha de bondes virara apenas estafermo urbano, não é possível que o velho belo-horizontino não olhe com mágoa o trabalho dos operários que hoje, com seus picões, ferem sonhos que não se realizaram, ou sonhos que viraram realidade, tão diferente do sonhado.

O sr. Abílio Barreto, historiador dessa cidade, não poderia deixar de levar para o Museu de Belo Horizonte um pedaço qualquer da Agência que vai morrer. E nesse pedaço de pedra, de cimento ou de madeira, estará muito da alma da nossa população de outros tempos (SOUZA, 2002, p.47).

³⁶ Colecionador citado no texto SOUZA, Eneida Maria. Olhares do cidadão. In: Juscelino prefeito. 1940 – 1945. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO, 2002.

O depoimento de José Clemente descreve o ressentimento e a mágoa em relação à demolição. Sentimento de perda e de intensa nostalgia assola os cidadãos de uma cidade que ficava entulhada nos escombros. “A perda gradativa do desenho urbano significaria, para o cidadão comum, a diluição de parâmetros que pudessem garantir a sensação de pertencimento a um lugar e a um tempo definidos”. (SOUZA, 2002, p. 47).

As formas urbanas carregam significados e sentidos que são atribuídos e apropriados por aqueles que produzem e vivem o espaço. “Como todo espaço citadino que se preze, o abrigo condensa o momento passageiro dos encontros e o sentimento de grupo que se forma através de hábitos citadinos” (SOUZA, 2002, p. 52). A demolição dessa estação significa, assim, o desaparecimento de uma espacialidade que, entre outras coisas, promovia o encontro.

A sensação de pertencimento, relação produzida ao longo do tempo pelo processo ininterrupto de produção das espacialidades é na trajetória da modernização urbana, desfeita e descaracterizada permanentemente. “Embora a cidade tivesse apenas quarenta e poucos anos, começa a sofrer operações cirúrgicas capazes de embelezar o seu traçado, cortando-se aqui e ali o que não mais se mostrava digno de serventia” (SOUZA, 2002, p. 47). Assim, se fazem perpetuar, na história da produção do espaço urbano de Belo Horizonte, os códigos modernos anteriormente mencionados.

Ao mesmo tempo em que José Clemente menciona a perda e a tristeza pelo desaparecimento daquela espacialidade, ele pede a Abílio Barreto que aceite e leve para o Museu um pedaço qualquer da Agência. Nesse momento, um simples entulho assumirá a condição de relíquia. Ostentar aquilo que foi destruído, forjar a memória da cidade, é parte da cena moderna.

4.1.3 Horizontes interrompidos: a verticalização como representação moderna

Em que sentido a cidade é sinônimo de sociabilidade, embora tenha se tornado hoje sinônimo de individualismo e de anonimato? A Idade Média opõe a cidade, lugar de civilização, ao campo, lugar de rusticidade. E, num mesmo movimento, afirma sua altivez num desejo de construir em direção ao céu, uma verticalidade expressa pelas torres medievais de San Gimignano, na Itália, tal como em Manhattan, hoje. A Idade Média criou a beleza artística urbana, dando origem a um novo urbanismo. Mas a cidade também tem suas tenebrosas profundezas. À sua verticalidade opõem-se as cavernas do lucro, do vício e do demônio (Le Goff, 1998).

Le Goff (1998), em seus escritos sobre a cidade, destaca uma cena da cidade medieval: a “subida aos céus”. O autor relata que “construir em direção ao céu” é uma expressão significativa na arquitetura da Idade Média, pois traduz um marco em relação à orientação do espaço na Antiguidade. Para Le Goff (1998, p. 129), enquanto na Antiguidade “a orientação fundamental do espaço valorizado definia-se entre a direita e a esquerda”, a cidade da Idade Média caracterizava-se pela valorização do baixo para o alto. “Cheguei a dizer e mesmo escrever que a cidade medieval ideal, justamente enquanto imagem, tal qual nós a vemos, aliás, mais na pintura do que na realidade (ainda que a realidade tendesse a encontrar esse imaginário), é Manhattan” (LE GOFF, 1998, p. 129).

FIGURA 28 – As torres de São Gimignano– Toscana – Itália, 1990.

Fonte: LE GOFF (1998)

FIGURA 29 – Empire State Building – Nova York – 1939.

Fonte: LE GOFF (1998)

A estética da verticalidade presente nas torres de San Gimignano (Figura 28) e do Empire State Building (Figura 29) é portadora de intencionalidades distintas. Le Goff (1998, p.126) menciona que as torres na Toscana exaltam “[...] o poder do patriciado urbano” enquanto que a torre em Nova York é “[...] desafio o céu, não mais num impulso em direção à Deus, mas numa afirmação do homem”.

Nery (2001) destaca que o desafio de construir grandes edificações com o objetivo de alcançar o céu esteve presente na história das civilizações humanas. Essas edificações estiveram, para a autora, “ligadas a expressões simbólicas e às classes dominantes, de cada sociedade que a erguia” (NERY, 2001, p. 74). Para a autora, as grandes edificações, mesmo com intencionalidades diversas estiveram sempre atreladas à representação do poder.

Talvez pela escala gigantesca que evidenciava a pequenez do homem perante seus deuses e senhores, talvez pelas tecnologias para construí-las, que comprovavam o domínio do saber ou dos “milagres”, talvez pelos altos custos que demonstravam a riqueza de um povo ou especificamente de seus líderes, ou por todas essas razões reunidas, as gigantescas construções verticais sempre foram utilizadas pelo homem como símbolo de algo que fosse grandioso, majestoso, expressão de riqueza e dominação (NERY, 2001, p. 74).

Nesse sentido, o fascínio pelas alturas, o desejo de alcançar o céu a fim de se tornar imortal e, como menciona Nery, de vencer sua própria natureza, faz dos homens, em diferentes tempos, homens que buscam o rompimento permanente de seus limites. É assim que posicionar-se do alto, vislumbrar de cima todo o “resto” é uma expressão de poder, de controle, um símbolo majestoso de riqueza e de dominação.

Noronha (1999), assim como Nery (2001), sublinha a importância das edificações verticalizadas em tempos remotos e destaca alguns marcos significativos que revelam, até os dias atuais, poder e ostentação.

Muitas edificações verticalizadas foram construídas e se transformaram em marcos, podendo ser citados túmulos, faróis e jardins suspensos, que passaram para o imaginário ocidental como demonstração de poder, técnica e referencial das culturas que lhes deram forma (NORONHA, 1999, p. 69).

Noronha (1999) destaca as alturas das cúpulas e dos campanários das igrejas.

(...) na Idade Média, fica estabelecido um dos momentos mais marcantes desse processo de verticalização, através de suas catedrais, em que as torres chegam a ultrapassar 150 metros de altura, como é o caso da catedral de Colônia, iniciada no século XII e só concluída no século XIX. Outra forma de verticalização são as torres, isoladas ou conjugadas a outras edificações, que aparecem nos “Pallazzo Pubblico”, como no de Siena, em que a “Torre del Mangia” sobe cerca de 100m de altura (NORONHA, 1999, p. 70).

Construir em direção ao céu, tê-lo como limite, desafiar a natureza, buscar o sublime e a superação, tudo isso compôs e ainda compõe a cena e a estética da verticalidade. Entretanto, essa estética revelará, com o passar do tempo, novas formas. Ou seja, com o desenvolvimento tecnológico e econômico novas tipologias urbanas comporão a cena urbana.

Desde o final do século XIX até a deflagração da 1ª Guerra Mundial, uma série de mudanças radicais na tecnologia e na cultura criou modos novos e distintos de pensar sobre o tempo e o espaço e de vivenciá-los. As inovações tecnológicas, envolvendo o telefone, o telégrafo sem fio, o raio X, o cinema, a bicicleta, o automóvel e o avião, estabeleceram a base material dessa reorientação; os avanços culturais independentes, tais como a psicanálise, o cubismo e a teoria da relatividade, moldaram diretamente a consciência. O resultado foi uma transformação das dimensões da vida e do pensamento (SOMEKH, 1997, p. 30).

Nery (2001, p. 75) prossegue nessa direção afirmando que “a invenção do elevador, a rede elétrica, a estrutura metálica, o concreto armado, os sistemas de ar condicionado e telefonia” também são fatores responsáveis pela transformação do modo de vida. Fatores que produziram uma nova estética vertical: a tipologia do *arranha-céu*. Para Nery (2001, p. 75), essa nova tipologia representa uma nova ordem, um novo poder, mas não mais ligado ao sagrado como nos tempos remotos europeus, e sim a uma nova estrutura social.

Segundo Noronha (1999, p. 71), as mudanças tecnológicas presentes nos séculos XIX e início do século XX irão promover “novos modos de pensar e vivenciar o espaço, criando novas possibilidades de comunicação e acesso

através do telefone, telégrafo sem fio, raios X, cinema, automóvel e avião, dentre outras”. Esse novo modo de vivenciar o espaço se revelará nitidamente nas novas formas verticais incentivadas pelo desenvolvimento em aço e concreto armado que possibilitarão, como afirma Noronha (1999, p. 71), a “subida do arranha-céu”.

As primeiras estruturas verticais em aço vão ocorrer na reconstrução de Chicago, após o incêndio que destrói grande parte da cidade, inclusive toda Área Central, ocorrido em 1871. Vários profissionais se voltam para a sua reconstrução, o que iria permitir maior aproveitamento do solo e possibilitar maior experimentação edificatória. E um deles, William Le Baron Jenney, construiu em 1885 o Home Insurance Building, com dez pavimentos, sendo o primeiro edifício com toda sua estrutura em aço (NORONHA, 1999, p. 71).

Para Fialho (2007), a estética da verticalização surge no espaço urbano de Chicago. A cena urbana presenciada a partir do incêndio de 1871 promoveu novas possibilidades de reprodução do espaço urbano assim como uma supervalorização do preço da terra urbana.

O Grande Incêndio de 1871 destruiu todo o bairro comercial, preservando apenas os poucos prédios construídos com paredes externas de alvenaria, com os pilares e vidas de ferro fundido revestido de concreto e gesso, marcando um caminho lógico a ser seguido no futuro (FIALHO, 2007, p. 25).

É nesse momento que o autor identifica um “período de prolífica inovação arquitetônica, conhecida como Escola de Chicago” (FIALHO, 2007, p. 25).

A arquitetura, na visão de Nery (2001), disponibiliza ao espaço urbano uma resposta à supervalorização dos terrenos e assim a possibilidade de reconstrução da cidade de Chicago. A pressão mercadológica por novos espaços urbanos provocou a produção de uma nova tipologia urbana. Esse novo paradigma arquitetônico irá alcançar repercussão mundial, entretanto, a partir de Nova York. “Nova York foi o portal para a disseminação da nova tipologia para o mundo. Importantes ícones foram erigidos nessa cidade, em especial na linha de Manhattan, um dos ‘*skylines*’ mais famosos do mundo” (NERY, 2001, p. 86).

Interessante observar que o fenômeno da verticalização através do advento do arranha-céu surge de maneira distinta em lugares distintos. Nas

idades americanas essa nova tipologia está presente inicialmente nos grandes centros financeiros que simbolizam o poder econômico. Na Europa, caracteriza a cena urbana a partir de seu uso para as questões habitacionais, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

Esse modelo de verticalização chega ao Brasil um pouco mais tarde do que aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, mas torna-se rapidamente marco do progresso e da modernidade.

Sua escala e proporções, seu poder de multiplicação do solo, o uso de tecnologias inovadoras, fez dele a marca do progresso do século XX. Com ele instituiu-se o processo de verticalização, que rompeu toda a tradição construtiva: do uso do solo às concepções formais, passando pelas questões sociais. Paradigma americano, o edifício alto foi o ícone da modernidade e do desenvolvimento, que, mesmo sofrendo inúmeras críticas, estabeleceu-se e ganhou espaço dentro de nossas cidades (NERY, 2001, p. 112).

Derbli (2006), assim como Nery (2001), ressalta a tipologia do arranha-céu como testemunha da espacialidade da modernidade e decorrente do processo de industrialização.

A arquitetura dos arranha-céus, essa extraordinária massa de vigas de ferro, vidros e demais elementos, faz apologia ao poder humano de 'domar' a natureza, transformando-a em cultura, tornando-a *locus* mais adequado às múltiplas necessidades de uma sociedade que se transforma de forma tão acelerada quanto às pranchas das linhas de produção fabril (DERBLI, 2006, p. 30).

Naturalmente, a tipologia da verticalização não adentrou o território brasileiro ao mesmo tempo e, tampouco, atingindo simultaneamente os diversos rincões do território nacional. A presença das primeiras edificações verticais está localizada no eixo Rio de Janeiro – São Paulo. O plano urbanístico de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, por ser reconhecido como responsável pelo surgimento dos primeiros prédios altos na Avenida Central. Somekh (1997, 88) relata que esse plano proposto por Pereira Passos:

[...] altera a feição da área central através do alargamento e abertura de novas avenidas. [...] A abertura da avenida Central, nessa época, estimula o aparecimento de prédios de escritórios

e de uso comercial, como a sede do Jornal do Comércio e o edifício Guinle, com seus seis pavimentos e estrutura de alvenaria e ferro.

Em relação ao processo de verticalização ocorrido no Rio de Janeiro, pode-se destacar alguns marcos: o Edifício *A Noite* (figuras 30 e 31) e o Edifício do Ministério da Educação e Saúde.

O edifício *A Noite*, ainda com marcantes características “art-decô”, apresentava em sua estrutura uma leitura da absorção dos novos conceitos e tecnologias de construção desenvolvidos nos Estados Unidos da América, tornando-se em 1931, a maior construção em concreto armado da América Latina. Essa realização foi tão emblemática que o edifício *A Noite* serviu de paradigma para a nova legislação da Av. Rio Branco pelo DECRETO 6000 DE 1º de julho de 1937 que estabelecer exatos 22 andares como gabarito de referência (DERBLI, 2006, p. 42).

Figura 30– O Edifício A Noite -
1941

Fonte: BEREฟอร์ด (2013)

Figura 31 - Edifício “A Noite”
s/d

Fonte: COLIN (2014)

O edifício do Ministério da Educação e Saúde (Figura 32) é considerado uma grande representatividade de uma arquitetura modernista no Brasil

Figura 32 - Ministério da Educação e Saúde (s/d)

Fonte: BEREฟอร์ด (2013)

Segundo Somekh (1997), o processo de verticalização em São Paulo começa de forma mais significativa a partir da década de 1920.

O engenheiro Christiano Stocker das Neves reivindica para o edifício Sampaio Moreira, construído em 1924, o título de primeiro arranha-céus de São Paulo. No entanto, foi inegavelmente o edifício Martinelli que transmitiu com mais eloquência as novas possibilidades de crescimento vertical (SOMEKH, 1997, p. 88).

Nery (2001) e Somekh (1997) concordam que o Edifício Martinelli (Fig. 33) “[...] inaugurado em 1929, com seus 26 andares e sua roupagem eclética” foi o primeiro arranha-céu da cidade” (NERY, 2001, p. 120) foi o primeiro arranha-céu da cidade.

Figura 33 – Edifício Martinelli em construção - 1920

Fonte: SACONI (2013)

Nery (2001) também considera um marco para a cidade de São Paulo o Edifício Esther (Fig. 34) de 1938, considerado o “(...) primeiro prédio de apartamentos a utilizar estrutura independente no Brasil” (NERY, 2001, p. 121)

Figura 34 – Edifício Esther (s/d)

Fonte: CONDURU (2004)

A representação moderna da *vida de apartamento* é, sem dúvida, uma das prerrogativas das mais importantes na produção da cena urbana moderna. Engendrar um novo modo de vida, distante das representações das antigas casas com seus alpendres e jardins é uma inflexão imposta pela nova dinâmica demográfica e econômica.

Nesse sentido, romper a antiga cena, implementar uma nova arquitetura para atender a expansão e o adensamento urbano é uma dinâmica que se revela e se expressa em algumas cidades brasileiras ainda na primeira metade do século XX. Belo Horizonte acompanhou esse percurso, sob forte influência do paradigma da modernidade e buscou romper a partir da década de 1930 a “velha” e já ultrapassada tipologia urbana.

Os edifícios de apartamentos surgiram em Belo Horizonte entre o final da década de 30 e o início da década de 40 – ou mais precisamente em 1939, ano da aprovação dos três primeiros projetos de “casas apartamento”, como eles eram também denominados –, época em que se iniciou também o processo de verticalização das edificações, no centro da cidade. Ao longo da década de 40, diversos edifícios, não só de apartamentos, mas também de escritórios, foram construídos e os “arranha-céus” se proliferaram, modificando a paisagem da cidade e os hábitos de seus moradores (PASSOS, 1998, p. 17).

O processo de verticalização ocorrido em Belo Horizonte, assim como no Rio de Janeiro e em São Paulo, está vinculado ao processo de crescimento da cidade como ao desenvolvimento tecnológico oriundo do modo de produção industrial. É também nesse contexto que se torna relevante investigar a evolução das leis urbanísticas que promoveram a gênese da metrópole de Belo Horizonte.

O aparato legal presente no Decreto n. 1453 da Lei de 1901 revela restrições em relação ao processo de verticalização na cidade. Esse quadro irá se alterar significativamente ao longo do tempo, principalmente devido ao reaquecimento econômico e ao aumento populacional presente na cidade após principalmente a década de 1920.

As consequências desse adensamento populacional e do reaquecimento econômico fazem com que as legislações urbanísticas modifiquem as antigas restrições em relação às construções verticais. A presença de legislações mais permissivas em outras cidades brasileiras incentiva mudanças radicais na capital mineira. A ausência de uma legislação semelhante à das grandes cidades

brasileiras, referência do progresso e do desenvolvimento econômico, impulsiona e reacende o sonho da cidade capital das Minas de ser permanentemente moderna. A busca pela continuidade na trajetória da modernidade faz com que Belo Horizonte praticamente copie a legislação urbanística de São Paulo.

É nesse sentido que a partir de 1922, Noronha (1999, p. 79) menciona que, “uma série de legislações elaboradas com a preocupação de apresentar critérios mais específicos quanto ao zoneamento e aos parâmetros para ordenar as construções verticais” se verificam na capital mineira.

Entretanto, conforme mencionam Noronha (1999) e Somekh (1997), a semelhança da Lei n. 226 de 1922 com a Lei n. 2332 de 1920, referente à cidade de São Paulo certifica a análise.

A Lei n. 2332, de 1920, fazia referência ao uso de elevadores e procurava, ao mesmo tempo, controlar as alturas dos edifícios. Estabeleceu um “padrão municipal” para as construções particulares e introduziu o critério de determinação de altura em relação à largura das ruas, sempre medida através do alinhamento. O seu artigo 67 prescrevia para os edifícios construídos no alinhamento de vias públicas as seguintes especificações de altura: no mínimo de cinco metros; no máximo de duas vezes a largura da rua, quando esta for menor do que nove metros (dois ou três andares); de duas vezes e meia, quando a largura for inferior a nove metros (cinco a sete andares); de três vezes, quando a largura for de mais de 12 metros (mais de nove andares) (SOMEKH, 1997, p. 77).

Em relação a essa legislação, Noronha (1999) levanta uma problemática: a adoção de uma legislação que tem como base legal as dimensões viárias da cidade de São Paulo ameaça a cena urbana da cidade de Belo Horizonte, pois “como sabemos, suas principais ruas e avenidas, na área urbana interna à avenida do Contorno, nada têm em comum com as dimensões básicas de 12 metros citadas no código” (NORONHA, 1999, p. 80).

O autor prossegue dizendo que a legislação aprovada na capital mineira não era condizente ao “[...] sistema viário principal da área urbana [...] uma vez que as vias da área foram dimensionadas com larguras de 20m, 35m e 50m” (NORONHA, 1999, p. 81). O que se percebe, assim, é que surgia nos anos de 1920, na capital mineira, uma permissiva legislação urbanística que, se fosse realizada, provocaria no espaço da cidade edificações de até 50 andares. “No

caso da Avenida Afonso Pena, que apresenta uma largura de 50 metros, poderiam ser edificados prédios com até 150 m de altura, no alinhamento, algo próximo de 50 andares [...]” (NORONHA, 1999, p. 81).

Nery (2001) ressalta que, a lei n. 226/22, embora fosse muito permissiva, não foi “aproveitada” pelos produtores imobiliários. Na sua visão, o capital imobiliário encontrava-se ainda em formação e voltado para os loteamentos localizados fora dos limites da área definida como zona urbana.

Entretanto, já se percebe uma intencionalidade pela verticalização, ou seja, apesar de a década de 1920 não ter se caracterizado pela produção dos arranha-céus, permitidos pela legislação urbanística, pode-se perceber uma transformação significativa na paisagem urbana de Belo Horizonte. Noronha (1999, p. 75) chama atenção para a incidência do concreto armado como “[...] estrutura mais viável no desenvolvimento vertical no Brasil” e já utilizada em algumas importantes edificações na cidade, como o do Viaduto de Santa Tereza, o Cine-Teatro Brasil e o Brasil Palace Hotel. Nery (2001, p. 157) corrobora com Noronha (1999) e destaca:

Foram construídos, também, nesse período a nova Estação Ferroviária (1922), o Clube Belo Horizonte (1927), o Automóvel Clube (1929), o Viaduto Santa Teresa (1929), o Cine Brasil (1930), entre outros. Apesar das linguagens distintas que variavam do rebuscamento eclético da Estação ao despojamento das linhas do Cine Brasil, essas construções contribuíam para a modernização da cidade (NERY, 2001, p. 157).

Figura 35 – Viaduto Santa Tereza – 1928

Fonte: CASTRIOTA e PASSOS (1998).

Figura 36– Cine Theatro Brasil – 1940/1943

Fonte: STARLING (2002).

A utilização do concreto armado é atribuída, por Noronha (1999), a problemas econômicos, referentes:

[...] a conflitos de interesses entre as empresas produtoras de componentes estruturais e o oligopólio do cimento, de grande articulação política. Além disso, havia a necessidade de grandes investimentos na produção de aço, sendo a indústria do cimento mais fácil de implementação, devido ao custo mais acessível. Outro aspecto é a abundante mão-de-obra barata, uma vez que o concreto não dependia de uma mão-de-obra especializada (NORONHA, 1999, p. 75).

Essas edificações apresentam-se como prelúdio de novos tempos. Tempos que revelaram no espaço urbano da cidade de Belo Horizonte, a partir da década de 1930, grandes transformações. A inflexão, ou seja, a ruptura entre uma cidade pacata de edificações ainda horizontais para uma cidade de grandes avenidas e verticalizada ocorrerá nos anos 1940.

As legislações urbanas dos anos 1920 sofreram modificações radicais na década de 1930, de acordo com Noronha e Nery. Uma adequação criteriosa foi executada desdobrando-se em novos parâmetros para a construção.

Para Nery (2001) e Noronha (1999), a década de 1930 foi marcada por legislações mais restritivas à construção de grandes edificações em Belo Horizonte. Entretanto é relevante destacar que essas restrições devem ser entendidas em relação às permissivas legislações dos anos 1920 que não reconheciam e não diferenciavam a estrutura urbana da capital mineira. O que se percebe é que, pela primeira, vez tem-se a produção de uma representação do espaço através da criação de legislações urbanísticas próprias à espacialidade da capital.

Se “[...] a lei n 363, de 4 de setembro de 1930, restringiu as possibilidades de investimento do capital imobiliário em edificações de grandes alturas em Belo Horizonte” (NERY, 2001, p. 172), percebe-se que o decreto n. 165 de 1933 “[...] determinava parâmetros mais permissivos para as edificações da Área Central” (NERY, 2001, p. 172). Um novo decreto publicado em agosto de 1938 viabiliza, para Nery (2001, p. 173), ainda mais o aumento do número de pavimentos ao ampliar o ângulo de cálculo do gabarito de 50° para 55°.

Assim, a década de 1930 configura-se como uma década de adequações legais significativas sobre as especificidades da legislação urbanísticas da capital. O processo iniciado com a lei de 1930, passando pela lei de 1933 e por fim a de 1938 reforça a ideia acima de que os anos 1930 podem ser caracterizados como um período de transição para a paisagem urbana de Belo Horizonte.

As construções da Feira Permanente de Amostras e do Edifício Ibaté revelam o aparecimento da nova tipologia urbana do arranha-céu.

A espacialidade da Feira Permanente de Amostras, construída em 1936, é um exemplar desse processo contraditório e conflituoso que a metrópole, em produção, anuncia.

Em 1936, Israel Pinheiro (secretário da Agricultura, Comércio e Trabalho) inaugurou a Feira Permanente de Amostras. [...] Projetado em estilo *art déco* pelo arquiteto italiano Raffaello Berti, o prédio da Feira de amostras foi um dos primeiros arranha-céus de Belo Horizonte. Nesse sentido, sua arquitetura era vista como símbolo do progresso e precisa, portanto, ser compreendida como expressão de um povo e de uma época (MUNAIER; REZENDE; LANNA 2013, p. 2).

Considerada símbolo de progresso, a Feira Permanente de Amostras (Fig. 38) foi construída no local antes ocupado pelo primeiro Mercado Municipal de Belo Horizonte (Fig.37).

Figura 37 – Antigo Mercado Municipal - 1902

Fonte: LEMOS (1998)

Figura 38 – Feira Permanente de Amostras - 1962

Fonte: CASTRIOTA; PASSOS (1998)

O primeiro mercado era todo em ferro fundido, armado, vindo do estrangeiro. Era uma coisa muito bonita. [...] Envolta tinham as vendas. De um lado, tinha o açougue. Do outro lado, tinha as verduras com os galinheiros. E no fundo, do lado de trás, a estrebaria para receber os burros que traziam as cargas (LOPES, 1996, *apud* MUNAIER; REZENDE; LANNA 2013, s/p).

O prédio da Feira Permanente de Amostra, produto de uma nova espacialidade moderna, torna-se obsoleto em um espaço urbano tão valorizado. Assim, em menos de 30 anos, essa edificação cede lugar à construção do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro.

O prédio da Feira de Amostra foi demolido por volta de 1965, para permitir a construção do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro. Diante desse cenário de transformações urbanas e perda dos lugares, torna-se importante pensar a problemática da memória (MUNAIER; REZENDE; LANNA 2013, p. 2).

A produção do Prédio da Feira está inserida no chamado “ciclo dos arranha-céus” inaugurado na capital mineira a partir de meados dos anos 30. É curioso perceber, entretanto, que esse caso representa uma situação rotineira na cidade de Belo Horizonte. O ciclo dos arranha-céus está inserido num grande

e irreversível ciclo moderno, num ininterrupto processo de transformação permanente.

O adensamento da cidade na região central e o fluxo de tráfego que transita na rodoviária impuseram novas transformações. Entretanto, numa época de enaltecimento das antigas edificações, a ideia de demolição parece não ser cogitada.

O Edifício Ibaté (Fig. 39) localizado na Rua São Paulo, próximo a Praça Sete, deve ser também analisado. Nery (2001, p. 158) menciona a importância dessa edificação para o momento, iluminando-o como símbolo de progresso e marco da verticalização da cidade. “(...) o Ibaté, construído na Rua São Paulo, 498, a uma quadra da Praça Sete coração da cidade, local estratégico, para que todos pudessem notar o avanço da cidade”.

Figura 39 – Edifício Ibaté em 1935

Fonte: CASTRIORA e PASSOS (1998).

“Os dez andares do Ibaté, ‘subindo ao céu’, causaram grande ufania, pois Minas estava, assim, acompanhando o progresso do mundo” (Revista Social Trabalhista, 1947, p. 32 *apud* NERY, 2001, p. 159). A autora apresenta outros

sete edifícios construídos na década de 1930 que tiveram relevância no processo de produção de uma capital compromissada a assumir e acompanhar as novas tendências, destacando-se a verticalização por arranha-céu.

Além do edifício Ibaté e da Feira das Amostras outras edificações marcam a década de 1930 como o edifício Capichaba (1937), Edifício Império (1938), Banco Minas Gerais (1939), Edifício Caetés (1940),

Passos (1998, p.22) destaca que a capital mineira, entre os anos de 1930 e os de 1940, testemunha

Uma série de empreendimentos modernizadores, tais como as obras de remodelação e embelezamento da capital nos anos 30, a criação da Cidade Industrial (1941), a abertura de novas avenidas e a urbanização de novas áreas – dentre as quais a Pampulha, planejada para ser um sofisticado bairro residencial e um espetacular centro de lazer, com seus edifícios projetados pelo então inovador arquiteto Oscar Niemeyer – foram patrocinados pelo poder público, que juntamente com diversas iniciativas privadas, consolidaram a expansão da área urbana para bem além dos limites definidos pela Planta Geral da Nova Capital (1895).

Nery (2001) prossegue a análise mencionando, como dito anteriormente, que apesar de a década de 1930 inaugurar o ciclo do arranha-céu em Belo Horizonte, foi no decorrer da década de 1940 que se tem a disseminação dessa nova tipologia pela capital mineira. Numa tentativa de compreender os motivos que explicam esse fenômeno na cena urbana belo-horizontina a autora enumera alguns fatores. A formação de um mercado imobiliário; a disseminação do modo de morar de apartamento; o discurso modernizante engendrado pelo prefeito JK, assim como o ingresso da nova tecnologia do concreto armado nas construções urbanas (NERY, 2001, p. 160).

A autora revela que todos esses fatores foram potencializados durante a gestão do prefeito Juscelino Kubitschek que ao assumir o cargo introduz e espacializa num acelerado ritmo de grandes transformações na capital mineira. O código de obras publicado na gestão de JK em dezembro de 1940 é, para autora, fator que merece destaque na análise. Para ela o código:

[...] reafirmou as regras para a construção vertical na capital mineira, confirmando as posturas já definidas nos anos anteriores – 1933 e 1938. Essas leis determinavam que a verticalização só deveria acontecer no centro comercial. Esse regulamento só foi alterado em 1976, com a aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo da cidade” (NERY, 2001, p. 173).

Nery (2001) ressalta a administração de Juscelino Kubitschek como determinante no processo de produção dos arranha-céus em Belo Horizonte. Processo esse que terá um promissor dinamismo até a década de 1960. Para que essa nova realidade se consolidasse, os agentes imobiliários assumem papel relevante a partir do discurso progressista de JK. “A atmosfera de modernização era fator fundamental para a expansão do capital econômico. O discurso e a imagem antecipada de grande metrópole industrial abriram ainda mais espaço para um mercado em formação” (NERY, 2001, p. 165).

Souza (1994) em sua análise sobre a verticalização do espaço urbano de São Paulo, menciona que a construção do espaço vertical promove no cotidiano da metrópole o confronto entre destruição e modernidade.

Para Somekh (1997, p. 113) cada fração de capital apresenta uma lógica de localização que define diferentes demandas pelo solo urbano. “Isso provoca a constituição de uma multiplicidade de mercados fundiários, hierarquicamente estabelecidos, que por sua vez definem uma hierarquia de uso do solo urbano”. Souza (1994) também menciona a importância da localização como fator determinante no processo de valorização da terra urbana. “Construções e infraestrutura da mesma natureza, em terrenos com localizações diferentes, apresentam preços diferentes” (SOUZA, 1994, p. 156).

Somekh prossegue na análise sobre a importância da localização no processo de produção do espaço urbano.

Cada fração do capital tem uma lógica própria de localização: para o capital comercial, é de fundamental importância a localização em zonas de concentração residencial; para o capital bancário, interessa a localização no centro financeiro e de negócios; simbolicamente valorizado; para o capital industrial, a lógica de localização coincide, no mínimo com zonas de alta acessibilidade para a chegada de matéria-prima e o escoamento rápido da mercadoria pronta. Existe, portanto, diferentes demandas por solo urbano, pelas condições específicas de valorização e pela lógica de localização de cada fração do capital. Isso provoca a constituição de uma multiplicidade de

mercados fundiários, hierarquicamente estabelecidos, que por sua vez definem uma hierarquia de uso do solo urbano (SOMEKH, 1997, p. 113).

O desenvolvimento da infraestrutura urbana está diretamente relacionado à ação do poder público, ou seja, é por intermédio da presença ou da ausência do Estado, o preço da terra urbana pode valorizar-se ou não. Nesse sentido, deve-se avaliar o papel de Juscelino Kubitschek no processo de produção da capital mineira, especificamente na influência que desempenhou na disseminação dos arranha-céus na cidade.

O asfaltamento de vias, a ampliação do sistema viário e das redes de água e esgoto, e a própria política de expansão urbana de Kubitschek, foram fatores externos aos detentores do capital imobiliário, que contribuíram para o aumento do valor dos lotes no centro da cidade, e conseqüentemente para a exploração dos mesmos através da multiplicação do solo – a verticalização (NERY, 2001, p. 164).

O adensamento populacional está intimamente relacionado às condições das políticas de infraestrutura urbana. Promover essa infraestrutura condiciona um aumento da demanda pela terra urbana gerando um aumento direto no preço. Nesse sentido, pode-se afirmar que as políticas de melhoria nos serviços urbanos é uma estratégia de valorização da terra e conseqüentemente um incentivo à multiplicação do solo urbano através da verticalização.

Nery (2001) afirma que a verticalização do centro da cidade de Belo Horizonte não se deu devido à saturação dos lotes vagos. Para a autora, esse processo está ligado à “[...] dualidade valor do solo – valor simbólico dos espaços”, expressão trazida Lemos (LEMOS, 1998, p. 138 *apud* NERY, 2001, p. 123). Ou seja, o processo de verticalização da capital mineira está relacionado ao desejo latente de ser reconhecida e identificada com a imagem de uma metrópole moderna.

O papel da publicidade apresenta-se assim como veículo importantíssimo no processo de produção da imagem moderna na cidade, na tentativa de valorizar e enaltecer um novo modo de vida.

A presença desta nova forma arquitetônica se torna tão forte e identificada com o progresso na cidade, que dos 26 anúncios do primeiro número da revista Engenharia e Arquitetura, sete exploram a figura do arranha-céu; destes, quatro são lançamentos imobiliários; e dentre o total das 14 matérias, duas são sobre edifícios altos. Um levantamento feito nos sessenta primeiros números desta revista, que cobrem o período 1946 (ano de lançamento da revista) até o final de 1960, revelou um total de 80 matérias sobre arranha-céus e 343 anúncios que utilizam a imagem de edifícios altos, sendo que destes apenas 120 são lançamentos imobiliários (NERY, 2001, p. 170).

Dentre todas as construções impulsionadas no período JK, o Conjunto habitacional do IAPI foi, para Nery (2001, p. 175), o mais significativo. “O mais importante feito de JK em sua administração, em relação à disseminação dessa nova forma arquitetônica, foi o Bairro Popular, conhecido como conjunto IAPI”.

Localizado na Avenida Antônio Carlos, no caminho em direção ao Complexo da Pampulha, o Conjunto é assim descrito por Castriota e Araujo (2009, p.45)

Configurado pela implantação de nove blocos residenciais, com área de lazer comum, além de área verde circundante, o conjunto abrigaria cerca de 6.000 habitantes em suas 928 unidades, que seriam alocadas aos funcionários da Prefeitura e associados do IAPI. Pela primeira vez na cidade se proporia um conjunto habitacional vertical, muitas vezes anunciado como o *conjunto moderno*.

Figura 40 – Vista aérea do Conjunto habitacional – IAPI em 1955

Fonte: ANDRADE; MAGALHÃES (1998)

Esse tipo de Conjunto que compunha a política habitacional presente em todo o Brasil desde 1937, ganhou relevância nacional devido ao fato de ter sido:

[...] uma das primeiras, se não a primeira, proposta com tal complexidade nos moldes modernistas, se tornando importante elemento de pesquisa para a adoção de tais princípios na construção de conjuntos habitacionais patrocinados pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (NERY, 2001, p. 177).

Interessante ressaltar que se trata de uma concepção inovadora não apenas no que se refere à tipologia vertical, mas também por se tratar do primeiro projeto realizado para atender a habitação popular. Um novo modo de moradia sustentado, como dito anteriormente, na desapropriação dos antigos moradores da favela Pedreira Prado Lopes.

Podemos observar na figura 41 a ocupação nas áreas próximas ao Conjunto Habitacional. Cena de uma contradição moderna.

Figura 41 – O Conjunto IAPI e o processo de ocupação nas vertentes
(s/d)

Fonte: Bello Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho (2010).

O Edifício Sulacap/Sulamérica (Fig.42) é outro grande marco da arquitetura espacial desse tempo e substituiu o antigo prédio dos Correios e Telégrafos, demolido na década de 1930. O projeto dessa nova edificação foi assinado pelo arquiteto Roberto Capello e é responsável por uma das edificações mais marcantes desse período que caracterizou o ciclo dos *arranha-céus*.

Figura 42 – Edifício Sulacap/Sulamérica (s/d)

Fonte: RAIELD (2010).

Os edifícios *Sulamérica/Sulacap* foram construídos em 1941 no antigo terreno do prédio dos Correios. “Composto por três blocos dispostos de forma irregular, mantinham na passagem entre os blocos, o mesmo eixo de perspectiva do Viaduto Santa Tereza, prolongando o horizonte do mesmo” (LEMOS, 1988, p. 225).

Como menciona Chacham (1996), a cidade de Belo Horizonte “[...] vive rapidamente o desaparecimento de lugares que haviam se tornado referências espontâneas da memória urbana”. A autora adverte que a partir da inserção da nova tipologia dos arranha-céus, o passado e o presente passaram a subordinar-se ao futuro que, no caso da capital, seria a produção da metrópole (CHACHAM, 1996, p. 184-185).

O monumental prédio dos Correios e Telégrafos, caracterizado por um estilo eclético, era uma edificação de destaque na centralidade da cidade (LEMOS, 1998, p. 103). Já o arranha-céu planejado e construído para substituir esse monumento terá um novo papel na cena da capital.

Esse conjunto, que ocupa um quarteirão inteiro, sobressai por uma notável relação que estabelece com a cena urbana [...] atendendo a uma exigência da Prefeitura de se construir uma galeria ligando a Avenida Afonso Pena ao Viaduto de Santa Tereza. [...] O seu agenciamento responde ao do próprio tecido urbano: os blocos do edifício formam um ângulo de 45° entre si, focando de forma excepcional o Viaduto de Santa Tereza, que daí se descortina (LEMOS, 1998, p. 174-175).

O Edifício Mariana (figura 43) pode ser tomado como outro exemplar do processo aqui mencionado. No lugar onde esse edifício foi construído localizava-se o Palacete Estevão Pinto, demolido com o aval do proprietário do imóvel.

Figura 43 – Edifício Mariana – Década de 1930

Fonte: CASTRIOTA; PASSOS (1998)

O edifício Mariana, projetado em 1941 pelo escritório do arquiteto Mario Santos Maia, que passou a trabalhar associado ao construtor Adhemar Rodrigues em Belo Horizonte, é aprovado. Apresenta como característica dois pavimentos destinados a lojas, utilizando a marquise como circulação. Este foi, talvez, o primeiro edifício a introduzir tal procedimento. Sua volumetria ainda está associada ao estilo acadêmico. Devemos ressaltar que o arquiteto é o mesmo que projeta o edifício

Lutetia, considerado por nós como um dos melhores partidos arquitetônicos presentes na área de estudo. O Mariana tem sua imagem composta por marcações de varanda nas laterais e, inclusive, nos três pavimentos, voltadas para a esquina, após as lojas do segundo andar. Esta esquina tem tratamento em chanfro reto e apresenta nas laterais volumes salientes que alternam simetricamente na fachada com varandas em suas extremidades. (...) Esta edificação ocupa parte do terreno onde existiu o Palacete Estevão Pinto, uma tipologia da construção vertical de três andares nas esquinas de 45° destinadas a escritórios, com maior frequência na década de 1910 e 1920 (NORONHA, 1999, p. 189-190).

Nery (2001, p. 188) atribui a demolição do palacete e a construção do arranha-céu ao desejo, por parte dos proprietários dos imóveis da capital, de acompanhar o pulsar modernizador presente na cidade. Uma dinâmica típica da modernidade, segundo a qual, destruir para reconstruir, abre novas possibilidades de produção e valorização no e do espaço.

O edifício alto possibilita a valorização do local assim como promove a especulação e reprodução do capital. “Com 4 vezes a altura do antigo prédio, o Mariana, de 12 pavimentos, multiplicou em muitas vezes o número de salas a serem alugadas ou vendidas pelo dono da edificação” (NERY, 2001, p. 188).

Além desses fatos mencionados acima, o edifício Mariana teve, na década de 1940, grande relevância cultural para a cidade. É nesse edifício que foi realizada a Exposição de Arte Moderna de 1944, promovida durante a prefeitura de Juscelino Kubitschek.

Para além do Mariana, o edifício Acaiaca, imponente, com seus 29 andares, é sem dúvida um dos maiores marcos da arquitetura vertical da década de 1940. O projeto inicial data de 1943, mas foi apenas em 1946 que um novo projeto será *aprovado*. A construção foi erguida, de acordo com Noronha (1999), no lugar de uma igreja metodista próxima à antiga edificação do Colégio Izabella Hendrix, na Avenida Afonso Pena. Para Lemos (1988) as duas carrancas de índio presentes na sua fachada reforçam a intenção de enaltecer as raízes culturais do Brasil.

Figura 44– A Carranca do Acaiaca

Fonte: SANTOS (1999).

Figura 45 – Edifício Acaiaca em 2014

Autor: RAGGI (2014)

O elemento indígena (referência à tribo acaiaca) presente na edificação o caracteriza de modo peculiar (FIGURAS 44 E 45). Segundo a lenda, essa tribo, até então invencível, ao ter seu totem – uma grande árvore – destruído pelos portugueses, entrou em acirradas disputas internas terminando por se autodestruir (CASTRIOTA; PASSOS, 1998, p. 175). Conforme os autores, identifica-se aí a ideia de se produzir no imaginário da nação a identificação com as raízes de um povo.

O elemento indigenista evocaria o fundamento da identidade nacional, ou seja, a unidade do povo e a manutenção de suas tradições: a lição dos índios derrotados – pela perda de sua identidade e pela astúcia do colonizador português – deveria ser assimilada pelos brasileiros na constituição de uma nação moderna, em sua inevitável marcha para o progresso (CASTRIOTA; PASSOS, 1998, p. 175).

Interessante observar como a tela (Figura 46) de comemoração do cinquentenário da cidade, 1947, enaltece a cena da cidade vista de um edifício.

Figura 46 – Tela Cinquentenário de Belo Horizonte - 1947

Fonte: BORGES (2007) – (Imagem adaptada).

Ao contemplar a cidade do alto de um edifício, o casal produz no imaginário social a ideia de que o modo de vida moderno já faz parte do cotidiano do belo-horizontino. O cenário da Praça Sete de Setembro ao fundo da tela revela a centralidade da capital e ilumina a nova e promissora vida de apartamento.

Essa cena típica dos anos 40, 50 e 60 do século XX sofrerá mutações ao longo da história da metrópole. A Praça Sete assumirá, nas décadas seguintes, novas representações e funcionalidades. Lugar de encontro, convertido, em pouco tempo, em lugar de passagem.

PARTE V – “Novos” horizontes da metrópole mineira em produção

A cena trazida no cartão postal, comemorativo do cinquentenário da cidade, anuncia um cenário que privilegia o concreto armado, as grandes edificações, presentes no centro da capital. Essa imagem revela o modo de vida moderno dos anos 50. Novas espacialidades, entretanto, são anunciadas a partir das décadas de 1960 e 1970. O centro da cidade de Belo Horizonte passa por uma intensa transformação.

Sabe-se que a cidade de Belo Horizonte se organizou frente às novas faces da vida moderna, impulsionada, principalmente, pela consolidação das atividades industriais, bem como pelas políticas e práticas modernizantes implantadas por JK. Sposito (1999, p. 87) menciona que “a cidade, ela própria, se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade”. Nesse sentido, o espaço assume, cada vez mais, destaque no processo de produção e deve, portanto ser compreendido:

como necessidade e condição prévia de toda atividade prática, econômica, logo da manifestação da própria vida. Ele próprio constitui uma força produtiva, da qual o capital também se apodera para criar as condições gerais de sua reprodução. (MARTINS, 1999, p. 25).

Para se ter acesso ao processo de consolidação da metrópole de Belo Horizonte é fundamental compreender como essa cidade se transforma em direção a uma centralidade contraditoriamente aglutinadora e ao mesmo tempo dispersora. A gestão de JK foi fundamental nesse percurso. Marcada por grandes transformações no cenário urbano através do asfaltamento e abertura de avenidas; avanços na produção de uma infraestrutura urbana; promoção da arte, do lazer e da cultura por intermédio de uma arquitetura modernista gerida por uma política urbana destinada a inserir a capital mineira no circuito de uma nação que projetava a ordem e o progresso. O “prefeito furacão” insere Belo Horizonte no turbilhão do projeto modernizador.

Entretanto, para que a cidade se consolidasse como uma das centralidades industriais do país era ainda fundamental resolver duas

problemáticas: a inexistência de uma base energética e a ausência de uma infraestrutura de transporte adequada. Sposito (1999, 88) menciona que “o advento e o avanço dos meios de transportes constituem-se a condição através da qual essa concentração vem ganhando, do ponto de vista da territorialidade que se redesenha nesse século, níveis significativos de descentralização”. A autora realça a ideia de que é exatamente essa “trama urbana distendida”, intensificada pelo avanço dos meios de transportes, que irá promover a possibilidade de combinar “concentração com descentralização, localizações com fluxos, imóveis com acelerados e diversos ritmos de mobilidade no interior dos espaços urbanos” (SPOSITO, 1999, p. 88).

Para Souza (2008, p. 57), Juscelino Kubistchek no papel de governador do estado, entre os anos de 1951 e 1955, impulsionou e apostou no desenvolvimento de Minas Gerais a partir do reconhecimento da problemática em torno do “binômio *energia e transporte*”. Para Monte-Mór (1994), a criação da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais) assim como a ampliação dos investimentos direcionados às rodovias (promovidas pelo DER) são fatores fundamentais na colocação da capital mineira na cena econômica do país.

Souza (2008) reflete sobre o mandato de JK no governo federal e revela que o presidente, ao promover em sua gestão “cinquenta anos de crescimento e desenvolvimento econômico em apenas cinco anos de governo” (SOUZA, 2008, p. 57), beneficiou a capital mineira significativamente, principalmente no que se refere ao setor de infraestrutura.

Minas Gerais se beneficiou muito da atenção dada pelo governo federal ao setor de infraestrutura. Nesse período a CEMIG construiu a Usina de Três Marias em associação com a Comissão Vale do São Francisco; financiando também a Usina de Furnas, garantindo a compra de até 50% da energia que seria gerada por ela. Dessa forma, o problema de energia elétrica de Minas Gerais estava praticamente solucionado. (SOUZA, 2008, p. 58).

A localização geográfica de Belo Horizonte aliada à construção de uma ampla rede viária promove a integração da capital mineira com o restante da nação. Esses fatores contribuíram para que Belo Horizonte pudesse conquistar um papel de destaque na economia do país. “Foi o modelo desenvolvimentista do Juscelino-prefeito que, levado para os níveis estadual e federal, deu

continuidade ao ímpeto iniciado na Belo Horizonte dos anos 40, em alianças com o nacionalismo varguista” (MONTE-MÓR, 1994, p. 20).

O projeto modernizador inaugurado por JK na capital mineira dos anos 40 parece não ter sido encerrado com o fim de seu mandato como prefeito. As gestões de Juscelino, tanto no governo de Minas Gerais como na Presidência da República, contribuíram definitivamente para transformar a tímida e pacata Belo Horizonte numa cidade cada vez mais engendrada nos padrões impostos pela modernidade. Berman (1986) afirma que a busca insaciável pelo novo se configura na maior experiência da vida moderna. É o que podemos perceber com a “cidade republicana” produzida por Aarão Reis, - ressignificada por meio da patrimonialização do patrimônio, - que resiste, parcialmente, como legado espacial de uma modernidade em permanente reconstrução.

O turbilhão da vida moderna, anunciado por Berman (1986), está diretamente relacionado a uma total e inigualável transformação do modo de vida impulsionado por radicais transformações no que tange os sistemas econômicos, políticos e culturais. A inflexão, reconhecida por Lefebvre, que introduz um novo modo de vida, urbano, é, sem dúvida, pano de fundo de todo o contexto que se desenha e se espacializa.

A incorporação da produção industrial e dos novos sentidos socioespaciais decorrentes do novo modo de vida urbano reestrutura e rearranja as antigas formas da cidade. Para Carlos (2001), esse processo é incentivado a partir da análise do processo de mercantilização do espaço que promove a “deterioração ou mesmo à destruição de antigos lugares (que passam a fazer parte do fluxo de realização do valor de troca), como decorrência da realização de interesses imediatos, em nome de um presente programado e lucrativo” (CARLOS, 2001, p.25).

Uma das transformações significativas ocorridas na cena urbana belo-horizontina, que revela o movimento socioespacial foi a transferência do obelisco da Praça Sete, em 1962, para outro espaço da cidade, a Praça Diogo de Vasconcelos, no atual bairro da Savassi. O mapa 7 mostra a localização das duas praças, que sediaram o obelisco.

Mapa 7: As praças que receberam o obelisco: Praça Sete e Praça Diogo de Vasconcelos

Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) – (2014)
Elaboração e Cartografia: Gustavo Libério de Paulo
Organização: Mariana Guedes Raggi (2014)

A produção de uma imagem do centro da cidade na Praça 7 está relacionada à mudança do “ponto final dos bondes”, localizada na Avenida Afonso Pena com rua da Bahia, para essa praça. A figura 44 mostra os bondes circulando no entorno do obelisco³⁷.

³⁷ É importante destacar aqui que foi Juscelino Kubistchek que promoveu essa alteração para a Praça Sete. Ele demoliu o antigo ponto dos bondes e transferiu para a Praça Sete esse uso público.

Figura 47 - Os bondes na Praça Sete (1946)

Fonte: Belo Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho (2010).

A Praça Sete, local de convergência das Avenidas Afonso Pena, eixo monumental que liga o Norte e o Sul da cidade, e a Amazonas, eixo de ligação da cidade ao centro industrial em Contagem, assume, principalmente nos anos 1960 lugar de passagem, intenso fluxo, espaço da circulação. Essa nova dinâmica revela o processo de expansão da cidade. Foi nesse quadro de expansão urbana, que o obelisco localizado na Praça Sete perde seu posto, em 1962, “para ficar abandonado num lote ao lado do Museu Histórico da Cidade, atual MhAB, na Cidade Jardim, Região Centro-Sul de BH” (WERNECK, 2013)³⁸. Em 1963, o obelisco foi transferido para a Pra Diogo de Vasconcelos.

A Savassi assumiu assim, a partir da década de 1960, o posto da nova espacialidade da elite belo-horizontina. Região pertencente ao antigo bairro dos Funcionários, a Savassi, nome originado em função da padaria existente na praça, acaba por aglutinar diversos tipos de serviços, o que irá configurá-la como uma das regiões mais cobiçadas pelo capital imobiliário. A sofisticação do seu comércio, a qualidade de seus serviços, a disponibilidade de feiras, cinema,

³⁸ WERNECK, Gustavo. Jornal Estado de Minas, 12/01/2013.

restaurantes, fizeram dessa região, o local privilegiado para implodir a nova centralidade urbana da capital das Minas.

Figura 48 – O obelisco na Savassi (1970)

Fonte: Ferrcost (2013)

O antigo centro, representado pela Praça Sete, perde um de seus símbolos, o antigo obelisco e assume, cada vez mais, o papel de via de circulação, lugar de passagem, como pode ser visto na figura 49.

Figura 49– A Praça Sete sem o obelisco (197-?)

Fonte: FONSECA (2007)

A narrativa sobre a transferência do obelisco da Praça Sete para a Praça Diogo de Vasconcelos revela que a cidade de Belo Horizonte nas décadas de 1960 e 1970 já se apresentava disponível ao fluxo e circulação de mercadorias, ou seja, ao tráfego inerente à dinâmica de uma nova e moderna cidade, assim como revelava a transferência do centro comercial e residencial da antiga Praça Sete para a região da Savassi, centro convergente da elite belo-horizontina. Além dos fatos relatados, cabe lembrar que a transferência do obelisco, símbolo de centralidade belo-horizontina, revela um desprendimento em relação à história da cidade. Desfazer-se do obelisco, coloca-lo inicialmente num lote vago para em seguida instalá-lo numa outra espacialidade, remete à intencionalidade do Estado de direcionar e produzir na cena da cidade outra centralidade. Nesse sentido, pode-se dizer que o percurso do obelisco, revela, como outros acontecimentos não mencionados, a dinâmica de uma cidade que, em nome da

reprodução do capital, prioriza e transforma suas espacialidades em espaços da circulação ao ritmo do sistema produtivo vigente.

O projeto urbanístico inaugurado por Aarão Reis, assim como a gestão pública modernizadora de Juscelino Kubistchek produziram, em tempos pretéritos, representações espaciais que promoveram novos espaços da representação³⁹. Designaremos aqui esses novos espaços da representação oriundos dos processos modernizadores do passado de “legados socioespaciais”. É sobre esses legados, revelados nos espaços da representação, que trataremos a seguir.

Os espaços de uma representação moderna produzidos em tempos pretéritos participam, ao longo do processo, de novas representações, ou seja, de novos espaços da representação. Percorrer esse trajeto é uma incursão na própria lógica do projeto modernizador: representações de uma modernidade pretérita que se inserem na produção de novas representações.

5.1. “Eixos espaciais” da modernidade contraditória. Novas espacialidades em Belo(s) Horizonte(s)

Trilhar o projeto modernizador sempre foi o objetivo dos idealizadores e gestores da capital mineira, desde o seu planejamento, em 1894, pelo engenheiro Aarão Reis. A principal representação do espaço da nova capital republicana projetada no papel – a de cidade moderna – foi idealizada para ser circunscrita e contida pela Avenida do Contorno.

O traçado e a estrutura urbana decorrente de seu projeto ainda pode ser, em grande parte, visualizada na antiga zona urbana, demarcada pela avenida. A cidade, entretanto, na busca por uma permanente “transgressão moderna” rompe o projeto e se lança por todas as direções (eixos de crescimento da cidade).

O processo de espraiamento da cidade para além de seus limites não é uma realidade inaugurada apenas pelo processo de metropolização, mas sim remete ao início da própria construção da cidade. Produzir uma cidade para além

³⁹ Quando JK, por exemplo, amplia e asfalta a Avenida Amazonas, expressão da modernidade da década de 1940 ele produz uma representação espacial que participará de uma nova cena moderna: o eixo de crescimento da cidade em direção ao vetor oeste. Expressão da modernidade dos anos 1970 produzida a partir da representação de uma espacialidade produzida no passado.

dos limites impostos e determinados pelo projeto de construção da nova capital pode ser considerado contraditoriamente um legado de sua própria política de ocupação, assim como da gestão empreendedora e modernizante de Juscelino Kubistchek.

O elevado preço da terra na zona urbana da capital foi, sem dúvida, fator preponderante para o processo de ocupação das espacialidades localizadas fora do perímetro considerado urbano. A cidade expande e rompe seus limites, contrariando sua idealização, num movimento, já descrito e analisado anteriormente como sendo de fora para dentro. A afirmação da capital ao longo das décadas seguintes como centralidade econômica, social, política e cultural a transformaram em centro aglutinador. A gestão modernizadora de JK, assim como outras gestões que a sucederam, tiveram papel relevante na condução da capital nos rumos do processo de metropolização.

A metrópole aparece hoje, como manifestação espacial concreta de um fenômeno que está posto de forma clara no mundo moderno, qual seja, o espaço se reproduz a partir do processo de constituição da sociedade urbana apoiado no aprofundamento da divisão espacial do trabalho, na ampliação do mercado mundial, na eliminação das fronteiras entre os estados, e na generalização do mundo mercadoria. (CARLOS, 2002, p. 222).

O aprofundamento da divisão espacial do trabalho, a partir da centralidade e dominação da metrópole, acaba por definir uma hierarquização do espaço. O processo de metropolização para Carlos

diz respeito a hierarquização do espaço a partir da dominação de centros que exerce sua função administrativa, jurídica, fiscal, policial e de gestão. A metrópole guarda uma centralidade em relação ao resto do território, dominando-o e articulando áreas imensas” (CARLOS, 2002, 222).

Milton Santos (2008)⁴⁰ reitera essa análise ao mencionar que “o perfil urbano se torna complexo, com tendência à onipresença da metrópole, através

⁴⁰ SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

de múltiplos fluxos de informação que se sobrepõem aos fluxos de matéria” (SANTOS, 2008, p. 10). É nesse sentido que a metrópole, segundo Carlos (2007, p. 65), se torna “no maior centro aglutinador, receptor e difusor dos mais variados fluxos”. Essa dominação, exercida pela metrópole, faz dessa espacialidade, um “símbolo do mundo moderno” (CARLOS, 2002, p. 223), pois como ainda afirma a autora: “o ritmo da metrópole é aquele da velocidade contínua, de uma anamorfose que faz da fugacidade um espetáculo de imagem sem sentido” (CARLOS, 2002, p. 223). Importante mencionar que essa fugacidade, ritmo percebido na espacialidade da metrópole, só se torna possível a partir da existência de algumas materialidades fundamentais ao dinamismo espacial.

No processo oriundo desse dinamismo, fluxo intenso e permanente, faz com que a metrópole esteja como Santos (2008) enfatiza:

(...) presente em toda parte, e no mesmo momento. A definição de lugar é, cada vez mais no período atual, a de um lugar funcional à sociedade como um todo. E, paralelamente, através das metrópoles, todas as localizações tornam-se hoje funcionalmente centrais. Os lugares seriam, mesmo, lugares funcionais da metrópole. (SANTOS, 2008, p. 101).

Os conflitos e as contradições revelados na metrópole contemporânea assumem uma dimensão jamais vista, pois nessa nova realidade urbana, as relações de poder e de produção são intermediadas exclusivamente pelas relações econômicas.

O espraiamento urbano em direção à formação da região metropolitana de Belo Horizonte está diretamente relacionado ao processo de produção de uma espacialidade vinculada ao dinâmico processo de produção econômica do espaço. Para Martins (1999, p. 25) o próprio espaço “constitui uma força produtiva, da qual o capital também se apodera para criar as condições gerais de sua reprodução”.

Nesse sentido, a metrópole, representante dessa espacialidade moderna, se espraia e se reproduz, para além dos limites reconhecidos como legalmente metropolitano. Para Santos (2008, p. 84), “O fenômeno da metropolização vai muito além da denominação legal”. Compreender o processo de produção de sua extensão espacial em direção ao que se chama Região Metropolitana de

Belo Horizonte (RMBH)⁴¹ é um exercício de reconhecimento dos *legados socioespaciais* deixados pelas políticas modernizantes pretéritas.

O *processo de metropolização* revela-se por meio dos vetores de crescimento constituindo o que se designa chamar de Região Metropolitana. A metrópole, centro aglutinador e dispersor, produz uma hierarquia urbana, que se interliga a partir da divisão territorial do trabalho. Os vetores de crescimento da cidade de Belo Horizonte remetem a atribuições, funções e papéis no processo de produção dessa espacialidade metropolitana.

⁴¹ “A Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH - surgiu em 1973 e é formada, atualmente, por 34 municípios. Originalmente, os 14 municípios da RMBH foram Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. Em 1989, a Constituição Estadual de Minas Gerais incorporou Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé e Mateus Leme. Ao longo da década de 1990, outras cidades passaram a fazer parte da Região: Juatuba, São José da Lapa (1993), Florestal, Rio Manso, Confins, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Sarzedo (1997), Baldim, Capim Branco, Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas, Itaguara, Matozinhos e Nova União (2000), Itatiaiuçu (2002). Em 1995, com a extinção do Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PLAMBEL - órgão do Estado de MG criado em 1974 especificamente para gerir a RM, houve uma progressiva perda de capacidade de planejamento urbano e regional. A partir de 2004 o governo do Estado implantou um novo arranjo institucional metropolitano, criado pelas Leis Complementares 88, 89 e 90, composto pela Assembleia Metropolitana e pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, órgão de suporte técnico e de planejamento, e pela Agência de Desenvolvimento Metropolitano - Agência RMBH - instituída em 2009. A mesma legislação determinou a elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano. BH tem desempenhado um papel importante neste conjunto de cidades pelo fato de ser a capital e por sua expressão populacional e econômica. A criação da RMBH seguiu uma tendência nacional, foram criadas nove RMs em todo país pela Lei Complementar N° 14/1973. Essa ação foi uma resposta à necessidade de desenvolvimento planejado dessas áreas, que já eram, naquele momento, as mais populosas, mais economicamente dinâmicas e com os maiores desafios urbanos em todo Brasil”. Fonte: (<http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/estrutura-territorial/regiao-metropolitana-de-belo-horizonte>).

Para Costa (1994, p. 56), a cidade foi, nos anos 1940, “irreversivelmente guiada para o norte, através da implantação da Avenida Antônio Carlos e do complexo da Pampulha, e para o oeste, através da continuidade da Avenida Amazonas e criação da Cidade Industrial (...)”. Monte-Mór (1994), assim como Costa (1994), ressalta a expansão da cidade nas direções oeste e norte.

A cidade expandiu-se febrilmente, não apenas na direção da Cidade Industrial e de seus bairros operários, mas também em áreas residenciais e de lazer para as elites, entre as quais a Pampulha, que, por sua expressão arquitetônica de impacto internacional, representou um paradigma maior. (...) Ao Estado interessava estimular a nascente burguesia industrial – fortalecendo o empresariado local com investimentos na construção civil – e atender às concessionárias estrangeiras de serviços públicos com a expansão de seus mercados para serviços de energia e transportes. (MONTE-MÓR, 1994, p. 18).

Souza (2008) menciona o lançamento na região oeste “de vários loteamentos no Barreiro e nos municípios de Contagem, Betim e Ibirité, constituindo a primeira frente de conurbação de Belo Horizonte”. (SOUZA, 2008, p. 62). Segundo Tonucci Filho (1999), durante as décadas de 1950 e 1960 o processo de ocupação presente no eixo industrial a oeste da capital se caracterizou por empreendimentos precários, desprovidos de critérios urbanísticos. Esse processo de produção periférica presente na região metropolitana foi acompanhado pelo processo de favelização na espacialidade da capital mineira.

O crescente processo de favelização aparece como a principal manifestação da carência habitacional, cada vez mais agravada pelo constante aumento de preços da terra e pela intensidade das migrações para a metrópole que se consolida. Há favelas tanto nas áreas centrais quanto nas imediações da cidade industrial, numa clara evidência de que habitação operária deixou de ser um item na agenda de necessidades, do ponto de vista do capital industrial. Por outro lado, a proximidade entre morar e trabalhar continua sendo uma prioridade para a população. Havia, entre 1964 e 1965, 79 favelas em Belo Horizonte, correspondendo a cerca de 25 mil domicílios ou 120 mil pessoas, o que representou um aumento proporcional significativo em relação à década anterior. A favela passa a ser, ao longo da década de 60, uma questão policial. O conceito

usado na época é revelador: 'erradicação das favelas'. (COSTA, 1994, p. 58).

O quadro acima apresentado sofrerá, a partir da década de 1970, modificações significativas através de políticas urbanas que promoverão novos espaços urbanos: os chamados *loteamentos populares* (COSTA, 1994, p. 61). Esses novos espaços foram concebidos a partir de uma estratégia imobiliária que aposta nos lotes populares como possibilidade de reprodução do capital. Costa (1994) definiu esse movimento como sendo “a versão capitalista periférica do processo de suburbanização que, desde o pós-guerra, caracterizou a estruturação do espaço, através da produção em massa da habitação, em boa parte dos países centrais” (COSTA, 1994, p. 62).

Esses loteamentos populares, diferentemente dos anteriores que caracterizaram as décadas de 1950 e 1960, procuravam seguir o fluxo e a dinâmica das atividades produtivas e da valorização fundiária que agora priorizam as localizações financeiramente mais acessíveis. Esse fato se deve, conforme destaca Costa (1994, p. 63), a ausência de investimento público.

Tanto em Contagem como em Betim, devido ao aumento generalizado do preço da terra urbana, tem-se uma retração em relação à prática de produção dos loteamentos populares, pois como menciona Costa (1994, p. 65), esses municípios passaram a fiscalizar e deter o processo de parcelamento, promovendo dessa maneira o deslocamento dessa prática do mercado imobiliário para espaços mais distantes, como os municípios de Ribeirão das Neves e, em seguida, em Igarapé. Esse fato explica, em parte, a presença, nos dias atuais, de bolsões de pobreza principalmente na região de Ribeirão das Neves.

Os anos 1970 tiveram papel relevante no processo de produção da expansão espacial da cidade. A política habitacional, promovida pelos loteamentos populares, acompanhada por um período de grande impulso industrial caracterizou esses anos como sendo um momento significativo no percurso de consolidação do projeto modernizador da capital.

Ao analisar o papel da urbanização a partir dos anos 1970 no processo de metropolização no Brasil, coloca Milton Santos:

A partir dos anos 1970, o processo de urbanização alcança novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 1950, tivemos, primeiro, uma urbanização aglomerada, com aumento do número – e da população respectiva – dos núcleos com mais de 20 mil habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermediário, para alcançarmos, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno de meio milhão de habitantes)” (SANTOS, 2008, p. 77).

Monte-Mór (1994) afirma que Minas Gerais finalmente parecia poder realizar o sonho de presenciar um dinamismo industrial promissor, perseguido por tantos projetos modernizantes. Mas, para o autor, o desempenho da economia mineira está ligado principalmente aos projetos industriais promovidos pelo momento reconhecido nacionalmente por “milagre brasileiro”.

No contexto do pacote de projetos industriais ensejado pelo “milagre brasileiro”, porém, Minas Gerais abocanhou a parte do leão. Finalmente, parecia que o sonho dos mineiros vinha concretizar-se. Minas, que participava com modestos 6,5% do VTI do País em 1970, recebeu 25,1% do total dos novos investimentos industriais aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio no período 1971/80. É Fato que o setor de bens intermediários – e dentro dele a metalurgia – responde por três quartos dos investimentos, ratificando um processo que já se esboçava em função da divisão inter-regional do trabalho, tendo como carro-chefe a Açominas. (MONTE-MÓR, 1994, p. 24).

Os novos investimentos industriais revelados em grandes empreendimentos como a implantação da siderúrgica Mannesmann no Barreiro, a Refinaria Gabriel Passos em Betim seguida anos depois pela implantação da fábrica da Fiat em 1976, além da KRUPP, FMB, GM-TEREX, DEMAG, coroará o eixo oeste como o grande vetor industrial do Estado das Minas Gerais.

Mendonça (2003) relata que é na década de 1970 que podemos identificar um significativo crescimento populacional nos municípios que compõem a rede metropolitana de Belo Horizonte, acompanhada pela redução populacional da capital.

Os municípios que mais cresceram foram: ao norte, Ribeirão das Neves (21,4% a.a.), Santa Luzia (9,0% a.a.) e Vespasiano (7,3% a.a.); e a oeste, Contagem (9,7% a.a.), Betim (8,0% a.a.) e Ibirité (7,4% a.a.). O grande crescimento industrial localizado a oeste, fundamentalmente Betim e Contagem e, no distrito industrial de Santa Luzia tiveram peso considerável nesse processo, exercendo forte atração da população trabalhadora. (MENDONÇA, 2003, 121).

Tonucci Filho (2009) e Mendonça (2003) analisam a concentração industrial nessas regiões e justificam esse expressivo crescimento industrial aos incentivos fiscais estaduais promovidos pelo governo de Israel Pinheiro. “O grosso desses novos projetos acabou se concentrando na região metropolitana de Belo Horizonte, a despeito de certas tentativas de descentralizar a economia mineira” (TONUCCI FILHO, 2009, p. 13). A instalação da FIAT, como mencionado acima, contribuiu significativamente para explicar o processo de produção da região metropolitana de BH assim como para justificar o elevado crescimento populacional principalmente em áreas como Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Ibirité e Igarapé. (Mapa 8)

MAPA 8: Expansão Metropolitana – Vetor Oeste

Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) – (2014)
Dados: SOUZA, Joseane (2008).
Elaboração e Cartografia: Gustavo Libério de Paulo
Organização: Mariana Guedes Raggi (2014)

Fundamental mencionar, também, o processo de produção da expansão espacial da capital em direção ao eixo norte. Esse eixo de crescimento foi estimulado inicialmente a partir da expansão da Avenida Antônio Carlos. Posteriormente com a Avenida Cristiano Machado tem-se a aceleração do processo de ocupação desse vetor. (Mapa 9)

Ao norte da Capital, com a expansão das avenidas Antônio Carlos e Cristiano Machado, nas regiões da Pampulha e Venda Nova, respectivamente, originou-se o Vetor Norte. Esse vetor se desdobra em dois: o Norte-Central e o Norte. O primeiro abrange os municípios de Santa Luzia, Vespasiano, São José da Lapa e Ribeirão das Neves. Quanto ao Vetor Norte, tem como principais municípios Pedro Leopoldo e Lagoa Santa. (SOUZA, Renata 2005, p. 28).

MAPA 9: Expansão Metropolitana – Vetor Norte

Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) – (2014)

Elaboração e Cartografia: Gustavo Libério de Paulo

Organização: Mariana Guedes Raggi (2014)

A construção do aeroporto no município de Confins tornou-se relevante para se compreender a melhoria na estrutura viária que conecta a capital ao eixo Norte da Região Metropolitana. Os municípios de Vespasiano e Santa Luzia, localizados no vetor Norte-Central assim como Pedro Leopoldo receberam investimentos industriais conforme menciona Souza (2005). Entretanto, para a autora, o fator determinante que impulsionará a expansão nesse vetor foi “a proliferação de áreas de moradias para a população de renda mais baixa”. Souza (2005) prossegue destacando que “os agentes imobiliários aproveitaram-se da legislação frágil e implementaram precários loteamentos, atraindo a população de baixa renda que para lá se mudava com o objetivo de realizar o sonho da casa própria” (SOUZA, 2005, p.28). É nesse sentido que a autora realça a década de 1970 como momento de extrema importância no processo de produção da espacialidade da metrópole em produção, configurando no que designa como “expressivo pólo de atração da pobreza” (SOUZA, 2005, p.28).

Esse processo industrial acentuado a partir da década de 1970 produziu na espacialidade da capital novos arranjos. Como em todas as demais metrópoles brasileiras tem-se uma ampliação dos serviços sobre os espaços mais ricos da cidade enquanto as áreas menos providas de renda se consolidam como um notório e explícito espaço segregado. Belo Horizonte subordina-se assim à lógica tanto do mercado de terras como da economia industrial e realiza o tão almejado sonho modernizador, produzindo e realizando uma espacialidade cada vez mais contraditória e conflituosa.

O centro urbano cada vez mais dotado de possibilidades de uso e de apropriações se fecha à população trabalhadora. Como menciona Monte-Mór (1994, p. 26): “o centro histórico implodiu -, adensou-se e excluiu os não cidadãos, exceto como transeuntes”.

Para Costa e Mendonça (2010, p.3) a produção da metrópole mineira pode ser compreendida a partir de dois momentos:

o primeiro deles é expresso pelo clássico processo de formação da metrópole industrial latino-americana, capitaneado pela industrialização e pela formação das chamadas periferias precárias. Numa aproximação grosseira este período caracteriza a trajetória da urbanização das décadas de 1950 a meados da década de 1980. O segundo momento, que se expressa espacialmente com mais clareza a partir da década de 1990, embora as transformações que o geraram já estivessem presentes há muito mais tempo, caracteriza a sociedade contemporânea marcada pela remuneração produtiva e seus rebatimentos em termos sociais e espaciais.

A metrópole se constituiu no primeiro momento em função das atividades industriais e da demanda produtiva decorrente desse processo de acumulação de capital. A expansão em direção aos eixos oeste e norte configura, como já mencionado, entre os anos de 1950 aos 1980, a base de produção das “periferias precárias”. A produção da região metropolitana nesse período está, como mencionam as autoras supracitadas, relacionada ao processo de consolidação de uma metrópole industrial. Nos anos que seguem, a capital mineira acompanha e revela espacialmente outras dinâmicas e outros arranjos espaciais.

Já a década de 1980 trará mudanças no processo, justificada por Costa (1994, p. 67) pelos seguintes fatores.

A instabilidade financeira e econômica, o aumento absoluto e relativo dos preços de terrenos, a perda do poder aquisitivo da população, o estabelecimento de critérios mais rígidos para a atuação do setor imobiliário são alguns dos elementos que fazem com que a dinâmica de produção do espaço urbano como era feita se inviabilize.

A década de 1980 inaugurará uma nova dinâmica espacial na metrópole, com o surgimento de novos vetores de crescimento, dando lugar a uma nova política do espaço. A construção do BH Shopping na década de 1970 será determinante no processo de produção de um novo vetor de crescimento da capital: o vetor sul, que configura o segundo momento da metrópole em produção mencionada acima por Costa e Mendonça (2010).

Esse vetor de crescimento da cidade se dá sob outra faceta da modernidade contraditória. Se até os anos 1980 tem-se nos vetores oeste e norte o incentivo à produção de loteamentos populares, desprovidos de infraestrutura urbana adequada, o eixo sul inaugura outro movimento. Esse novo vetor de crescimento em direção ao eixo sul da cidade é caracterizado pela presença do loteamento destinado à população de alta renda. Loteamentos que se revelaram através de uma nova e lucrativa tipologia urbana designados “condomínios fechados”.

A expansão da metrópole em direção à chamada “Zona Sul” da cidade deve ser caracterizada e diferenciada em relação aos eixos norte e oeste. A presença da Serra do Curral revelou, até meados da década de 1980, uma limitação ao processo de crescimento da cidade. Entretanto, a presença dos condomínios fechados nos municípios de Nova Lima e Brumadinho, adjacentes à capital, revela uma transformação nessa espacialidade. (MAPA 10).

Mendonça e Perpétuo (2006) relatam que a expansão da zona sul é uma expressão e representação de uma nova periferia, caracterizada pela apropriação das camadas sociais de alta renda.

Percebe-se com o tempo que, apesar de esse eixo se revelar como uma continuidade da produção de um “eixo elitizado”, prolongamento da “Zona Sul”, ocorre aí, também, a presença de uma população de baixa renda e de baixa qualificação:

(...) longe de constituir uma homogeneidade absoluta, este processo é acompanhado pela chegada de grupos sociais de baixa renda e baixa qualificação, configurando uma estrutura social bastante polarizada, em uma convivência que longe de representar uma proximidade social, constitui a reprodução de esquemas tradicionais de relações de trabalho, incluindo os casos em que prestadores de serviços domésticos moram na casa (ou no lote) dos patrões. (MENDONÇA, PERPÉTUO, 2006, p. 33).

Esse segundo momento, mencionado acima por Costa e Mendonça (2003), característico de uma temporalidade pós-80, se vale de novos instrumentos, novos atributos espaciais no percurso de produção do novo urbano. Se o cartão postal comemorativo do cinquentenário da cidade era uma cena que privilegiava como representação moderna o concreto armado, as grandes edificações presentes na centralidade da capital são, na virada para o século XXI, imagem de uma cidade decadente.

A contemplação pela cena pretérita, o campo, o cheiro do verde, a natureza “intocável” passam a ser o grande e promissor espaço de reprodução do mercado de terras urbanas. Valorizar as características de uma vida tranquila nas periferias elitizadas das grandes metrópoles é hoje uma das maiores apostas do empreendedorismo urbano.

Essa é a realidade percebida no processo de produção dos condomínios fechados presentes no eixo de expansão do vetor sul. O medo da violência urbana aliados à possibilidade de usufruir do nostálgico modo de vida campestre, por intermédio de uma contemplação de uma suposta “natureza intocável” assume um dos mais promissores atributos mercadológicos da cena moderna. Essa é a dinâmica do mercado de terras presente no vetor sul da capital. Entretanto, esse movimento não acontece isoladamente na cidade. O espaço da metrópole dilacerado pelo crescimento intenso se vê inserido num novo

mecanismo de reprodução do capital. O “centro da cidade” constitui-se, na nova cena da metrópole como espaço de consumo, sendo ele também objeto de consumo. Revitaliza-se o centro, requalificam-se os espaços decadentes e enobrecem os espaços degradados pelos usos e pelo tempo de um esquecimento produtivo. Elitizam-o para que seja novamente consumido por uma população que agora o enxerga não como lugar de morada, mas como cenário *cult* de uma modernidade que vende o passado como uma condição de voltar ao tempo, de uma cidade desfeita.

Nesse sentido, a cena do abandono, da rua como *locus* apenas de passagem e circulação deve constituir um novo cenário. Não é uma volta ingênua ao passado, mas é possibilidade de vivencia-lo como atributo e produto mercadológico. Revitalizar antigas centralidades assim como promover e potencializar cenas bucólicas de “novas ruralidades” nos atuais condomínios são possibilidades que a nova metrópole em produção se vale e se lança em direção a uma nova e promissora espacialidade contraditória.

5.2. Novo(s) e “*belo(s)*” *horizonte(s)*: o patrimônio histórico-arquitetônico como atributo espacial

A grandiosidade das edificações e as opções arquitetônicas presentes nos espaços da cidade fizeram com que Belo Horizonte fosse reconhecidamente denominada de cidade monumental, para os padrões da época⁴². Todavia, o compromisso de se produzir uma cidade monumental não garantiu a preservação dos representantes monumentais dos finais do século XIX.

Henriques (2003) afirma que apesar da noção de patrimônio histórico arquitetônico não ser coincidente com a noção de monumento tem-se entre eles nítida relação.

Nem todo o monumento será necessariamente patrimônio histórico-arquitetônico, assim como este não é constituído apenas por monumentos, mas ambos partilham a mesma função filosófica a que no temos vindo a referir e que consiste em mediar a relação dos indivíduos e das sociedades com o fluir da história. (HENRIQUES, 2003, p.197).

Para Henriques (2003), o que distingue monumento de patrimônio histórico arquitetônico é o fato de ser o monumento apenas um **signal** enquanto o patrimônio remeteria à ideia de já ser um **símbolo**. Para o autor, monumento está relacionado a uma função comemorativa, a uma edificação cuja beleza, dimensão escalar e superioridade artística o faz destacar em relação às demais. Essa especificidade atribuída ao monumento não está presente em todos os bens compreendidos como patrimônio, pois não são essas as atribuições que o delimitam e consagram como tal.

Um moinho ou uma modesta casa rural pode ser investido de valor patrimonial para certa comunidade, mas isso não significa que se ajuste à noção de monumento. Um obelisco será sempre facilmente percebido como monumento, ainda que não saibamos o que pretende comemorar, quer dizer: ainda que sejamos incapazes de o decifrar enquanto símbolo. (HENRIQUES, 2003, p. 197).

Choay (2001) e Henriques (2003) consideram fundamental que se faça a distinção entre monumento e monumento histórico.

⁴² Início do século XX.

Choay (2001) menciona que essas expressões são muitas vezes utilizadas erroneamente como sinônimos. Para a autora, “monumento histórico é uma invenção, bem datada, do Ocidente.” (CHOAY, 2001, p. 25). Transformar um monumento em monumento histórico é uma tarefa que demanda conferir às práticas de conservação referencial histórico, valorização histórica, ou seja, é inserir a conotação da arte no contexto histórico.

O monumento é uma criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada *a priori*, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*ungewollte*) e criado como tal; ele é constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma parte. Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido na origem. (CHOAY, 2001, p. 25).

Com base em Choay (2001) percebe-se que as categorias memória e saber anunciam uma diferença fundamental entre os termos monumento e monumento histórico. Para a autora, os monumentos são expostos a uma destruição deliberada. Já os monumentos históricos se inserem num espaço objetivado e definido a partir do saber que representam e por esse motivo sua conservação se torna incondicional.

O saber, ou o que se deseja que se transforme em saber está necessariamente presente inicialmente na ideia de monumento histórico e depois de patrimônio, mas não na concepção do termo monumento.

Essa análise entre monumento e monumento histórico se amplia em direção à ideia de patrimônio, ou seja, entre a ideia de monumento histórico e patrimônio histórico. Segundo Choay (2000), essas expressões não podem mais ser tidas como sinônimos, pois a dimensão conceitual de *patrimônio histórico* assume uma representação bem mais ampla que a de *monumento histórico*.

Choay (2001) menciona que é a partir da década de 1960 que a expressão *monumento histórico* assume a conotação de uma herança, algo que já não consegue mais abarcar a expressividade da conotação e dimensão da categoria que se consagrou como *patrimônio histórico*. Novos tipos de bens assim como de amplas áreas geográficas passam a ser aceitas como possibilidades de representações históricas relevantes, ampliando assim a ideia pretérita de

monumento histórico. Na leitura da autora, a expressão restrita auferida pela ideia de *monumento histórico* se amplia. A noção de *monumento histórico* não contempla mais a dimensão espaço-temporal que os ventos modernos trazem. Nesse sentido, tem-se um movimento em direção à construção de uma nova expressão memorial, que é a expressão: *patrimônio histórico*.

Segundo Choay (2001), o descolamento da ideia de *monumento histórico* em direção à construção da ideia de *patrimônio histórico* se deu de maneira gradual. Até a Segunda Guerra Mundial, destaca-se a importância dos monumentos remanescentes da Antiguidade, as edificações religiosas da Idade Média e a alguns castelos. O critério não modificou após a Segunda Guerra, apesar de se ter um número mais significativo de bens inventariados. “Eles provinham, em essência, da arqueologia e da história da arquitetura erudita.” (CHOAY, 2001, p. 12). Apenas após os anos 1960 é que se tem a ampliação da noção de monumento histórico em direção ao que se compreende como patrimônio histórico ao romper com a concepção de que somente os edifícios individuais poderiam receber a menção de monumento histórico. “Enfim, o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades (...)” (CHOAY, 2001, p. 12-13).

Henriques (2003) debruça-se também na investigação do processo de ampliação do conceito de *monumento histórico* em direção ao domínio da categoria patrimônio. Para o autor, essa “distensão do conceito”, ou seja, essa ampliação do movimento em direção ao processo de maturação do termo patrimônio se verificou segundo três eixos.

Inicialmente, Henriques (2003) relaciona a “distensão do termo patrimônio” pelo ponto de vista cronológico. A tendência de atribuir o título de monumento histórico apenas aos vestígios da Antiguidade foi gradativamente desaparecendo. A importância dada às edificações de outros tempos no processo de reconhecimento de novos monumentos dilata a concepção antiga de monumento histórico.

Em seguida, Henriques (2003) menciona a “distensão topológica” do conceito de patrimônio. Anteriormente considerava-se *monumento histórico* apenas as edificações grandiosas, nobres da arquitetura. Nota-se uma

ampliação do domínio do que se entende como monumento histórico abarcando também a chamada “arquitetura menor”. Henriques (2003) destaca, nesse processo, o reconhecimento das “formas da arquitectura vernácula (rural ou urbana), e a partir de certa data também ao que passou a se intitular de “arquitetura industrial”; é no fundo a passagem da ideia de monumento histórico para a de patrimônio histórico-arquitetônico propriamente dita” (HENRIQUES, 2003. p. 203).

Por último, Henriques (2003) menciona a “distensão sociológica”. Essa constatação se dá ao verificar que a noção de monumento histórico atingiu novos grupos sociais, ou seja, o patrimônio histórico deixa de fazer sentido apenas aos grupos mais elitizados da sociedade.

Conforme Gonçalves (2003), o termo patrimônio, apesar de ser bem familiar ao moderno pensamento ocidental, não pode ter sua análise restrita a essa temporalidade. Para o autor, o exercício de se debruçar sobre a categoria não é uma tarefa que remete apenas ao contexto do pensamento moderno. Na sua visão, o termo patrimônio esteve presente também em sistemas de pensamento não-modernos, em sistemas ditos tradicionais. “Omite-se, no entanto, seu caráter milenar. Ela não é simplesmente uma invenção moderna. Está presente no mundo clássico e na Idade Média. A modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos assumidos por ela”. (GONÇALVES, 2003, p.22).

Por outro lado, para compreender a reinvenção do patrimônio na modernidade, é necessário o reconhecimento de que o processo de construção das atribuições e adjetivações dadas a essa categoria são produções históricas, ou seja, a ideia de patrimônio é uma construção histórica e não algo que surge naturalmente.

Assim, como Gonçalves (2003), Prats (2004, p.19) afirma: “Creo que podríamos decir sin temor a equivocarnos que, pese a que hoy em día existe um consenso generalizado em cuanto a la idea de que el patrimonio es una construcción social”.

A valorização do patrimônio assim como do princípio da sua salvaguarda se deve, inicialmente, muito mais à participação da sociedade civil do que propriamente às ações do Estado. Henriques (2003) destaca a importância do escritor francês Victor Hugo na formação de uma opinião pública voltada para as

preocupações em relação à defesa do patrimônio, assim como o faz Abreu (2009).

A emergência da noção de patrimônio, como bem coletivo associado ao sentimento nacional, dá-se inicialmente num viés histórico e a partir de um sentimento de perda. Era preciso salvar os vestígios do passado, ameaçados de destruição. Em 1832, Victor Hugo escreveu um artigo sobre a necessidade de proteger o patrimônio histórico, que enunciava uma espécie de lei moral que começou a ser formulada sobre o patrimônio a ser salvaguardado para todos os membros da comunidade nacional. (ABREU, 2009, p. 35).

O questionamento em relação à conservação do patrimônio surgiu, incontestavelmente, das elites intelectuais que pregavam a urgência de ações políticas provenientes de um Estado ainda descomprometido em relação à preservação da história e consequentemente de sua recente estrutura territorial.

Arroyo (2010) menciona que a presença da sociedade poderia ter garantido o “reconhecimento da diversidade e da pluralidade cultural” (ARROYO, 2010, p. 22), todavia, a autora frisa que

foi a ideia de coesão para controle destes grupos que pautou as ações dos Estados para alcançarem uma estabilidade social e política. Uma rede simbólica de representações desta unidade política, administrativa e territorial marcou o ideal de hegemonia pregado. (ARROYO, 2010, p. 22).

Para Henriques (2003), a defesa do patrimônio era sustentada pela elite intelectual em dois fortes argumentos.

Em primeiro lugar, o autor menciona a “*missão patriótica*” do Estado. Caberia ao Estado criar mecanismos de proteção aos bens nacionais, pois os monumentos do passado garantiriam a pertença da continuidade histórica, dos testemunhos daquilo que se consolidava agora como Nação.

O argumento assentava-se no princípio de que os monumentos do passado não pertenciam apenas aos que em certo momento detinham a sua posse física, isto é, a propriedade do imóvel em si; sendo testemunhos e heranças da história, eram também, num plano mais simbólico, pertença do colectivo da Nação. Competiria ao Estado, enquanto seu representante e instituição ao seu serviço, zelar pela salvaguarda dessas marcas da

continuidade histórica e da identidade nacional. (HENRIQUES, 2003, p.209).

Abreu (2009) corrobora com essa análise mencionando que “o conceito de patrimônio tendeu a ser absorvido como uma herança artística e monumental, na qual a população poderia se reconhecer sob o novo formato do Estado-nação” (ABREU, 2009, p. 35).

Em seguida, Henriques (2003) menciona que a educação cívica era vista pela elite intelectual como um princípio elementar da ação do Estado, o que ele vai denominar de *imperativos da civilização*.

Alegavam-se neste caso razões educativas e pedagógicas para que o Estado intervisse no patrimônio, assentes na presunção de que os monumentos do passado não só ajudavam a divulgar a história, como podiam, pelas suas qualidades artísticas, contribuir para a educação de gosto.(HENRIQUES, 2003, p.209).

A ideia de não deixar ocorrer o desaparecimento dos testemunhos significativos construídos no passado está intrinsecamente relacionada ao desejo político de se criar e produzir um sentimento de pertencimento comum, identidade coletiva rumo à produção de uma organização nacional, coesa e moderna, o Estado-nação. O patrimônio histórico tornou-se assim instrumento fundamental no processo de produção do espaço da nação moderna. A criação da nação demanda a construção de uma identidade coletiva, de uma noção de passado comum. Nota-se que a maior importância de se preservar o patrimônio está atrelada à defesa da identidade do país e não apenas à preservação de um acervo artístico e histórico. Entretanto, a noção de patrimônio é permanentemente revista e analisada a partir de reflexões e análises políticas, econômicas e sociais.

Cultuar e proteger o passado são, inicialmente, entendidos e interpretados como algo desarticulado com o futuro promissor do mundo moderno que se anuncia. Distanciar-se da ignorância e do obscurantismo que caracterizou o mundo de tempos passados teria sido, assim, uma das missões da modernidade. Os registros do passado, símbolos e marcas deixadas no espaço eram vistos como algo estanque, impossibilitado de receber novas leituras e novas interpretações.

No momento em que os “ventos da modernidade” sopram pelo continente europeu, as preocupações com relação à preservação de remanescentes do passado passam a ser uma premissa importante na agenda das políticas culturais. O crescimento das cidades, a inflexão de uma sociedade rural para uma sociedade eminentemente urbana, o surgimento das atividades industriais, a revolução no sistema de transporte e todas as consequências espaciais que esses processos geraram explicam a presença atuante das políticas patrimoniais na agenda das políticas culturais.

Na França, que, no entanto, é um país de tradição rural, o processo de industrialização é legitimado pela consciência da modernidade, independentemente de seus efeitos negativos ou perversos. São a marcha da história, a ideia de progresso e a perspectiva do futuro que determinam o sentido e os valores do monumento histórico: em seu manifesto contra o vandalismo, Hugo reclama a criação de “uma lei para o passado”, “aquilo que uma nação tem de mais sagrado, depois do futuro”. (CHOAY, 2001, p. 137).

Entretanto, outros motivos devem ser pontuados na tentativa de analisar a trajetória contemporânea do papel do patrimônio na agenda das políticas culturais. A importância que as políticas patrimoniais assumem na contemporaneidade ultrapassa as preocupações eminentemente de cunho nacionalista. Ou seja, as questões relacionadas à reafirmação das identidades nacionais não são capazes isoladamente de explicar as políticas culturais de forte viés patrimonial na contemporaneidade. Outras possibilidades devem ser vislumbradas para que se possa contextualizar a ascensão da preocupação com o patrimônio nesse contexto histórico.

A preocupação pela preservação em relação aos acontecimentos e registros históricos também foi uma herança de outras espacialidades, mais especificamente da França pós Revolução Francesa.

Choay (2001) assinala ter sido na marcha da história e do progresso que Vitor Hugo “reclama a criação de ‘uma lei para o passado’, ‘aquilo que uma nação tem de mais sagrado, depois do futuro’.” (CHOAY, 2001, p. 137).

A partir da análise de Cruz (2012) no que tange à relação entre patrimônio cultural e produção do espaço nos valeremos da sua definição sobre

patrimonialização do patrimônio como sendo “a institucionalização de mecanismos de proteção do chamado patrimônio cultural, material e imaterial” .

Segundo a autora

O que estamos chamando de “patrimonialização do patrimônio” é, portanto, um movimento datado historicamente, cujo início remonta à Revolução Francesa e à tomada de decisão, pelo então novo governo francês, da necessidade de intervenção do Estado com vistas à proteção de seu patrimônio material, incluindo-se edifícios e obras de arte. (CRUZ, 2012, p. 96).

O processo de valorização presente no percurso da produção da ideia do que se constitui patrimônio está, para Henriques (2003), atrelado ao “reconhecimento da sua pertença a um momento histórico passado (...) que sobreviveu à história e que a testemunha, que se tornou por isso memória física, e que surge ante nossos olhos como matéria onde se preserva o espírito de um outro tempo” (HENRIQUES, 2003. p. 196). Buscar em outro tempo possibilidades de compreender e produzir o presente a partir da veneração das edificações pretéritas é um exercício que exige uma revisão da valoração das próprias coisas. Ou seja, como ainda menciona o autor: “Não surpreenderá ao geógrafo que a percepção desse passado presente encerre um poder tal a ponto de transmutar ou inverter mesmo o valor das coisas, ou a sua percepção, como sucede sempre que o valor histórico se sobrepõe ao valor de utilidade.” (HENRIQUES, 2003, p. 196).

A defesa das tradições históricas e culturais do passado no processo de produção das identidades modernas coincide com o momento em que as tendências modernizantes mais se acentuam nos espaços das recentes nações. “Como explicar que no momento em que a ciência moderna se estabelece, o homem volta os olhos à preservação dos monumentos do passado?” (SIMÃO, 2006, p. 24).

Choay fala de uma ambivalência presente na valorização do patrimônio:

Essa expressão-chave, que deveria nos tranquilizar, é na realidade inquietante por sua ambiguidade. Ela remete a valores do patrimônio que é preciso reconhecer. Contém, igualmente, a noção de mais-valia. É verdade que se trata de mais-valia de interesse, de encanto, de beleza, mas também de capacidade

de atrair, cujas conotações econômicas nem é preciso salientas. (CHOAY, 2001, p. 212).

A ambivalência presente na expressão “valorização” deve ser compreendida, segundo Choay (2001) como o fundamento de toda a contradição existente hoje em relação às práticas e políticas de se pensar a produção do patrimônio. A questão que deve ser colocada está assentada na discussão entre o valor de uso e o valor de troca presente nas edificações reconhecidas como patrimônio histórico.

Na visão de Choay (2001), as inúmeras práticas destinadas a valorizar o monumento histórico têm como objetivo transformá-lo em produto econômico. Para isso, esse novo produto não pode estar atrelado unicamente ao seu valor de uso, ou seja, o valor de troca deve a partir desse momento, sobrepor ao valor de uso, cujo uso fora produzido socialmente no passado. Para Choay (2001), essa situação conflituosa está apoiada na indústria patrimonial e na evolução da economia urbana.

Scifoni (2003) remete à importância de se analisar a questão da proteção do patrimônio cultural no contexto das reflexões sobre o espaço urbano. Os processos de revitalização das áreas degradadas têm gerado, na visão da autora, uma inserção do patrimônio já restaurado no cotidiano dos espaços urbano assumindo nesse momento novos usos. Esses usos estão vinculados, na grande maioria das vezes, a atividades culturais.

Para Resende (2011, p.16), a “política urbanística do *cultura turn* emergente nas últimas décadas, cujos mecanismos estão destinados a ‘inventar’ um patrimônio, o monumento histórico passa por um processo de valorização que o transforma em produto econômico”.

O consumo do patrimônio ocorre em função da mais-valia simbólica de que o produto em si é apenas a referência material. O processo de intensificação do consumo, associado a uma política quase padronizada de preservação, incentivada por organismos internacionais, leva a uma espécie de mesmismo, em que se aplicam estratégias iguais a realidades diferentes, produzindo quase uma padronização da oferta. Enquanto produto cultural, o patrimônio integra o processo da economia política como um todo, não fugindo à lógica de espetacularização que contamina a cultura: o edifício que se ilumina, os objetos que se expõem no museu, entre outros recursos, atuam como agentes mercadológicos interferindo na

gênese de valor desses bens, algo que determina a força axiológica desses objetos e as experiências específicas que a eles se associam. (DENCKER, 2012, p.151).

Luchiari (2005) analisa também a revalorização do patrimônio no processo de produção do espaço urbano. O processo de refuncionalização de patrimônios edificados é hoje, como menciona a autora, um eficiente atributo da produção de uma cidade cada vez mais destinada ao consumo de seus espaços.

Inútil querer defender a autenticidade do patrimônio cultural contemporaneamente valorizado. Nesse período onde predomina o meio técnico científico e informacional (Santos, 1996), a capacidade de difusão cultural e de reprodução das formas (naturais e artificiais) é tão ou mais importante que a própria autenticidade. (LUCHIARI, 2005, p. 97).

Pode-se mencionar assim que a valorização do patrimônio cultural está inserida na produção de um mercado global cujas formas patrimoniais estão no rol dos grandes atrativos culturais, distantes, como revela Luchiari (2005) da sua própria autenticidade. Essa valorização das edificações patrimoniais está inserida na produção de novas imagens de cidade, as quais deverão assumir o papel de promotoras de consumo cultural num momento de modificações nas morfologias urbanas. Segundo Benach (2000, p.2): “El cambio em las funciones urbanas, de la producción al consumo, abría así nuevas posibilidades de uso del espacio urbano lo que, a su vez, exigía una nueva imagen de la ciudad a fomentar, proyectar y cuidar”.

Esse processo de valorização do patrimônio é uma tentativa de transformar cada vez mais antigas edificações aparentemente sem uma função definida em produto econômico passível de ser consumido. Esse novo atributo fornecido aos bens patrimoniais é hoje uma das grandes apostas no processo de transformação da cidade em cidade-mercadoria.

A inserção do patrimônio no cotidiano da nova realidade urbana não é um processo que contempla todos os habitantes e moradores que produzem as cidades. A exclusão da população local, muitas vezes, se dá pela elitização dos seus usos “culturais” assim como também através da valorização dos espaços que, ao serem revitalizados, tornam-se cada vez mais segregados e excludentes. A pressão do mercado imobiliário, legitimada pela ação do Estado, expulsa antigos moradores, usuários e produtores do espaço.

5.2.1. "A *patrimonialização do patrimônio*": as políticas patrimoniais da cidade-capital

A capital de Minas presencia, desde sua idealização, uma preocupação com os registros e consequentemente com a produção da memória da cidade. Representar a nação, a modernidade e a liberdade foram, desde o início, a centralidade da preocupação do seu idealizador, o engenheiro Aarão Reis.

Alencar (2010) defende a tese de que a Comissão Construtora da Nova Capital, centralizada na figura de Aarão Reis, desenvolveu desde os primórdios da idealização da capital, uma preocupação em registrar, através de um minucioso processo de arquivamento, todos os vestígios, processo do planejamento e execução da nova cidade.

A este espectro denomino *projeto memória*: um interesse e empenho específico do grupo diretor da construção de Belo Horizonte em construir e preservar para as gerações futuras determinado significado do presente, que se manifestou num cuidadoso processo de arquivamento e monumentalização de todos os tipos de vestígios capazes de registrar a importância daquele evento para a história. (ALENCAR, 2010, p. 582).

Alencar (2010) entende como projeto a possibilidade de se pensar e idealizar um ponto de encontro entre o presente e o futuro. Nesse sentido, ele chama a atenção para a dimensão da intencionalidade do projeto no momento que ilumina as ideias que a Comissão Construtora deseja perpetuar. Para o autor, Aarão Reis tinha plena consciência da importância que representava no processo de construção de Belo Horizonte assim como tinha conhecimento da importância que sua obra desempenhava no contexto regional assim como na própria história do urbanismo brasileiro.

Faria (1996) chama a atenção para a problemática de se produzir uma "memória oficial". Segundo o autor, deve-se averiguar tal condução para desvendar sua "montagem ideológica" (FARIA, 1996, p. 298). Essa imposição de uma nova história é recorrente no processo de produção da nova capital mineira. Antigos símbolos devem ser destruídos e novos, como menciona Faria (1996), "podem ser impostos, forçando uma organicidade que no fundo é artificial" (FARIA, 1996, p. 298).

Nesse sentido, podemos analisar que a criação de uma “memória da construção” justificada e ostentada pelo engenheiro Aarão Reis por intermédio de práticas urbanísticas fez parte do processo histórico de se idealizar e forjar não apenas uma cidade moderna mas, também a edificar, a partir da documentação de sua construção, uma memória urbana moderna.

Na interpretação de Alencar (2010), Aarão Reis esteve preocupado em preservar sua obra para as gerações futuras. Essa ideia da preservação vai ao encontro com as premissas da pesquisa de se pensar a construção da cidade capital como uma cidade pensada desde os seus primórdios para ser e representar os ideais da república, ou seja, de uma nova nação moderna. Produzir uma memória da construção, do projeto, da inauguração do urbanismo no Brasil foi uma medida aspirada pelo engenheiro construtor.

Para que esse novo espaço se consolidasse como centralidade no imaginário do Estado das Minas, da região e da nação era fundamental produzir uma nova memória espacial, distante da imagem de arraial possivelmente ainda tão impregnada nas mentes de muitos.

É nesse sentido que se deve estabelecer a relação entre esquecer e preservar. O esquecimento, como já mencionado em outros momentos desta tese, foi mecanismo imprescindível no projeto de produção de uma cidade moderna distante do “atraso” atribuído ao antigo Arraial. Já a palavra preservar será muito utilizada quando monumentos e edificações forem reconhecidos pelo Estado no processo de legalização do patrimônio do município, como códigos de uma nova modernidade. No que tange as edificações do Arraial, não se pode afirmar nenhuma intencionalidade de salvaguardar nenhum registro, nenhuma comprovação da existência de uma organização socioespacial. Todavia, o engenheiro construtor pretendia produzir no imaginário da nação o processo documental da construção da cidade idealizada. Arquivar os documentos, mapas, relatos, será entendido aqui como uma “política de preservação de uma memória documental”.

É necessário pensar o itinerário que foi proposto pela organização administrativa da Comissão Construtora e que possui uma relação direta com a volumosa e diversificada quantidade de documentos preservados sobre o processo de construção de Belo Horizonte. Destaca-se naquela Instrução o alto grau de burocratização e hierarquização a que estava

submetida a Comissão Construtora da nova Capital, tendo Aarão Reis como centro das decisões; mas destaca-se também o interesse preservacionista das ações praticadas por aquela comissão, fosse elas direta ou indiretamente relacionadas à construção de Belo Horizonte. Isso pode ser percebido tanto na diversidade de documentos indicados para arquivamento, quanto na ordem expressa de preservar e conservar a documentação produzida por cada Seção. (ALENCAR, 2010, p. 585).

Assim, verifica-se que mesmo antes das preservações propriamente ditas serem uma preocupação e uma tarefa das políticas urbanas, o engenheiro construtor, Aarão Reis, trouxe para a agenda política uma cultura preservacionista.

A ideia e o interesse de preservar as edificações, monumentos e equipamentos presentes na cidade de Belo Horizonte surgem com certo atraso (em relação ao que se passava na Europa), como em quase todas as cidades brasileiras; todavia, no caso de Belo Horizonte, Arroyo (2010) explique que.

No caso de Belo Horizonte, por exemplo, toda a arquitetura eclética do período de construção da cidade, fins do século XIX, foi desconsiderada como acervo a ser preservado. A introdução da produção da arquitetura modernista, nos anos 1940, inicia a discussão para ações de proteção do patrimônio nacional na cidade, bandeira defendida por Sylvio de Vasconcellos arquiteto e então diretos da 13 Regional do IPHAN-MG. (ARROYO, 2010, p. 28).

Nesse sentido, a nova capital inicia um processo de demolições muito precocemente. Já na década de 1920, tem início de uma onda de demolições que assombra a cidade até os dias atuais. Uma cidade que nasce com a promessa de ser uma cidade moderna não sustenta e parece não admitir a ideia de se envelhecer. Pretende recuperar sempre sua vitalidade, promover sempre sua aparência jovem, independente do ônus implicado com essa permanente reconstrução. Parece não poder conviver com denúncias e marcas de um passado histórico mesmo recente em sua paisagem ainda tão prematura. Exalta a ideia permanente de se renovar, de romper com aquilo que julga ultrapassado, velho e obsoleto.

Para Magni (2012), o primeiro sinal de estranhamento em relação aos processos de demolição acontece na década de 1970, quando os padres

redentoristas pertencentes à Igreja de São José, derrubam um conjunto de árvores dos jardins da Igreja para dar lugar a um prédio comercial.

Carlos Drummond de Andrade não se silencia e diante dos ocorridos escreve o belíssimo poema *Triste Horizonte*⁴³, em 1976, ano que a Igreja São José e outros lugares da cidade desapareciam rapidamente da vida dos seus antigos habitantes.

Por que não vais a Belo Horizonte? a saudade cicia
e continua, branda: Volta lá.
(...)
E eu respondo carrancudo: Não.
*Não voltarei para ver o que não merece ser visto,
o que merece ser esquecido, se revogado não pode ser.
Não o passado cor-de-cores fantásticas,
Belo Horizonte sorrindo púbere núbil sensual sem malícia,
lugar de ler os clássicos e amar as artes novas,
lugar muito especial pela graça do clima
e pelo gosto, que não tem preço,
de falar mal do Governo no lendário Bar do Ponto.
(...)
Não, Mario, Belo Horizonte não era uma tolice como as outras.
(...)
Esquecer, quero esquecer é a brutal Belo Horizonte
que se empavona sobre o corpo crucificado da primeira.
Quero não saber da traição de seus santos.
Eles a protegiam, agora protegem-se a si mesmos.
São José, no centro mesmo da cidade,
Explora estacionamento de automóveis.
(...)
São José vai entrar feio no comércio de imóveis,
Vendendo seus jardins reservados a Deus.
São Pedro instala supermercado.
Nossa Senhora das Dores,
Amizade da gente na Floresta
(vi crescer sua Igreja à sombra do Padre Artur)
abre caderneta de poupança,
lojas de acessórios para carros,
papelaria, aviário, pães-de-queijo.
(...)
Sossega minha saudade. Não me cicies outra vez
o impróprio convite
Não quero mais, não quero ver-te,
Meu Triste Horizonte e destroçado amor.

No poema acima, Drummond revela sua indignação frente à cidade que, para ele, se distancia da beleza, do lendário Bar do Ponto, do ar provinciano que tanto admirava. Sente-se traído. Não quer mais vê-la, pois não mais a reconhece.

⁴³ ANDRADE, Carlos Drummond de. "Triste Horizonte". In: BELO HORIZONTE. PREFEITURA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. BH Verso e Reverso. Belo Horizonte, 1996. 152 p.

Essa noção de estranhamento descrita por Drummond parece incomodar as pessoas comuns que assistem, pasmas, a “demolição da cidade” e de seus lugares de apropriação. Esse sentimento de estranhamento vai contaminando os moradores de uma cidade cuja história é apagada rapidamente.

Em 1983, quando o Cine Metrópole (Figura 51), antigo Teatro Municipal (Figura 50), entra no rol das perdas, o discurso sobre as questões da preservação e da memória espacial da cidade de Belo Horizonte assumem relevância política e social. A venda desse edifício ao Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco) e sua futura demolição para construção da sede do banco paralisou e polarizou a cidade em torno da questão de seu tombamento. Magni (2012) relata que várias discussões se dão naquele momento: no campo arquitetônico, o secretário de cultura do estado, José Aparecido de Oliveira menciona que o prédio não poderia ser reconhecido e tombado, pois não revelava nenhum valor arquitetônico.

Magni (2012) realiza uma minuciosa pesquisa sobre os tramites que marcaram a história do Cine Metrópole. Utilizaremos do seu estudo para compreendermos o processo de patrimonialização do patrimônio na capital mineira.

O “Cine Metrópole” (figura 51), localizado na Rua da Bahia com Rua Goiás, no centro da cidade, abrigou, até 1942, o antigo Teatro Municipal, construído em 1906. Edificação eclética sofreu severas transformações arquitetônicas para receber o cine Metrópole. As principais modificações podem ser visualizadas na fachada frontal que recebe uma clara feição *art déco*.

“O Metrópole funcionou como cinema de 1942 a 1983. Antes, no local funcionava o Theatro Municipal, construído em 1906. O estilo eclético foi substituído, no final dos anos 30, pelo art déco a pedido do então prefeito Juscelino Kubitschek”. (SILVA, 2013, s/p).

Figura 50– Teatro Municipal (s/d)

Fonte: Belo Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho (2010).

Figura 51 – Cine Metrôpole (s/d)

Fonte: Belo Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho (2010).

A venda do Cine Metrôpole por seu proprietário Antônio Luciano para o Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco) foi anunciada pela mídia em abril de 1983. Magni (2012) avalia que a notícia comoveu a sociedade belorizontina que pressiona o governo do estado a se posicionar frente o ocorrido. Os acontecimentos em torno do caso se desdobram por muitos meses e assumem proporção considerável. O então governador de Minas, Tancredo Neves, eleito em 1982, depois de longos anos de ditadura militar, foi envolvido no caso e teve papel fundamental no seu desfecho político.

Segundo Magni (2012, p. 81), ciente do dossiê de tombamento promovido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, Tancredo Neves desapropria o cinema, de propriedade particular, por considerá-lo de utilidade pública. Entretanto, conforme revela o arquiteto, o caso Metrôpole ainda não estava resolvido.

O governador percebe, logo depois, que a decisão de desapropriação tinha sido precipitada, pois inviabilizaria os acordos entre o proprietário do cinema, Antônio Luciano, e o Banco Brasileiro de Descontos S.A. (Bradesco), que concluíam as negociações de transferências do edifício, onde seria construída a sede regional do banco. O comprador já depositara parte do valor da transação e era pressionado por Antônio Luciano a quitar o restante do valor acertado. (MAGNI, 2012, p. 81).

Esta situação coloca em pauta uma das questões mais relevantes do processo de tombamento das edificações privadas nos espaços urbanos. A necessidade de resguardar a história é muitas vezes uma demanda da sociedade que deseja conviver, no espaço de sua vida cotidiana, com marcos e registros de um tempo passado, que compartilham muitas vezes, ainda no presente, o dia a dia do homem comum.

O Estado, que incentivou o crescimento e o investimento nos processos de modernização nas grandes cidades, é chamado a zelar, através da defesa de objetos ou mesmo espaços significativos para a sociedade, a sua memória. O direito à memória se opõe, prontamente, nesses casos, ao direito à propriedade.

O recém-eleito governador, Tancredo Neves, acaba por ceder às pressões de um dos setores mais importantes e poderosos no processo de produção do espaço urbano, formado pelo capital industrial-imobiliário. “Para se tornar definitivo, o tombamento precisava ganhar a forma de decreto assinado por Tancredo Neves, o que não aconteceu”. (SILVA, 2013, s/p).

Mesmo depois de ter assinado um decreto-lei que desapropriava o cinema em prol de sua importância cultural para a cidade de Belo Horizonte, o governador cancela o decreto-lei já enviado para a imprensa oficial.

Diante da grande expectativa criada nos meios intelectuais e em grupos da sociedade, que contavam com certa desapropriação, Tancredo Neves adota a estratégia do silêncio, fazendo crer que a solução estaria exclusivamente no âmbito do *leph*. Assim, até a decisão final do caso, cinco meses depois, o governo manteria o clima de indefinição esperando o arrefecimento do movimento organizado e o progressivo desinteresse da imprensa pelo caso, o que não aconteceria. (MAGNI, 2012, p. 82).

Esse fato mobilizou a sociedade belorizontina, que indignada com o desencadear dos fatos foi às ruas protestar pela preservação da edificação. Esse movimento, embora restrito às classes mais intelectualizadas da sociedade, deve ser visto como inovador, conforme destaca Magni (2012). O arquiteto compara esse momento com o ocorrido em São Paulo, alguns anos antes, quando uma forte mobilização, sobretudo de intelectuais, ex-alunos do Instituto de Educação Caetano de Campos, impediu a sua demolição.

A movimentação social atingiu várias instâncias em prol da defesa do antigo Teatro Municipal, atual Cine MetrÓpole. O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, numa atitude emergencial, aprova, no dia 03 de maio de 1983, o tombamento provisório. Diante desse fato, a sociedade belorizontina acreditou que a edificação estava a salvo. Mas o proprietário do imóvel não respeitou os tramites legais e iniciou rapidamente a demolição da parte interna do cinema.

Diante da decisão do Conselho Curador, não acatando a impugnação, Antônio Luciano fecha o cinema e inicia a demolição clandestina do seu interior. Indiferente às denúncias que se seguem, o governador não homologa o tombamento, mas também não explicita a sua posição contrária ao tombamento. (MAGNI, 2012, p. 85).

Em setembro de 1983, a demolição do antigo Teatro, construído no fervor da edificação da nova capital das Minas cede seu lugar para a construção da sede regional do Banco Bradesco.

Para compreender a lentidão com que temas relacionados às questões do patrimônio histórico e cultural atingem a produção do espaço urbano e assumem centralidade nos debates entre Estado e sociedade civil, é relevante relembrar a própria evolução da noção de patrimônio.

Para adiantar um pouco as coisas vale notar que esta se dá, sobretudo, através da ampliação e do deslocamento da noção de patrimônio do privado para o público, do monumento isolado para o conjunto urbano e do valor de troca para o valor de uso o que, certamente, faz-se acompanhar, no plano social, por processos de rompimento com o isolamento individual para a construção de identidades coletivas fundadas em espaços cotidianos compartilhados. (CUNHA, 1997, p. 84).

Quando a sociedade belorizontina percebeu que uma edificação de uso comum, construída nos primórdios da histórica da capital estava ameaçada a desaparecer levantou-se a dúvida sobre sua utilidade pública. O direito à propriedade legitima o dono da edificação vender e desfazer de seu “patrimônio” a qualquer momento. Mas e o direito a cidade? E o direito ao uso da cidade, do espaço produzido socialmente?

A origem dessa questão está na própria origem do que se entende como patrimônio. A relação entre patrimônio e o universo do privado data de remotos tempos do Império Romano, herança deixada ao filho, patrimônio familiar, cujo valor, eminentemente econômico, era entendido como objeto de apropriação privada. Essa interpretação permanece muito arraigada na contemporaneidade, devido à produção de uma sociedade que se consolida no universo de uma vida privada. Romper com essa ideia de patrimônio como objeto de apropriação privada é, sem dúvida, a questão-chave que problematiza os debates em torno dos processos de desapropriação e tombamento.

Longe de abandonar a importância dos acervos arquitetônicos, como menciona Cunha (1997), é fundamental inseri-los num amplo contexto cultural que reflete, num determinado momento, os tempos vivenciados pela sociedade que o produz. “Se, inicialmente, o patrimônio arquitetônico era concebido como uma espécie de coleção de objetos a serem identificados por peritos e preservados, hoje tem um significado bem mais amplo, não se confundindo com a ideia de monumento único”. (CUNHA, 1997, p. 85).

Essa concepção de patrimônio cultural atrelada ao legado arquitetônico foi amplamente utilizada pelos arquitetos contratados por Antônio Luciano, proprietário do Cine Metrôpole, para elaborar o pedido de impugnação em relação ao tombamento provisório ocorrido em maio daquele ano.

Um deles, o professor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, arquiteto Henrique Oswaldo Campo, entendeu que ‘o Cine Metrôpole jamais apresentou características arquitetônicas e monumentais suficientes a recomendar-lhe a perenidade que se deve destinar às obras do passado’. Para o outro contratado, o arquiteto José Carlos Laender, presidente do IAB-MG na gestão 1980-1981, o prédio classificava-se entre aqueles que são ‘apenas simples exemplares de estilos importados’ e ainda ‘lembrança romântica’ e inspirador de ‘casais de namorados nas célebres sessões da Metro, nas décadas de 50 e 60.’ (MAGNI, 2012, p. 84).

Note-se que as argumentações elaboradas pelos arquitetos se baseiam nos atributos arquitetônicos, no caráter monumental de uma edificação para que se possa assumir o reconhecimento como bem patrimonial. Porém, essa concepção, já era, na época, ultrapassada. Muitos mencionavam a importância

do Cine Metrpole como lugar de identificao, espao de memria de uma cidade que se desapegava rpido demais de sua histria ainda to recente.

Defender o direito manuteno da identidade coletiva , na viso de Cunha (1997), um direito constitucional. Como tal, fundamental que a sociedade civil se intensifique e se aproxime das discusses sobre patrimnio, pois apenas esta pode possibilitar e garantir, atravs da legitimidade social, o direito a preservar sua histria e sua memria.

 na atmosfera da redemocratizao que as discusses sobre cidadania, pertencimento e direitos ressurge na sociedade civil, to silenciada por anos. Em Belo Horizonte, no foi diferente. No episdio do Cine Metrpole, viram-se alguns setores da sociedade ainda muito elitizados participarem das reivindicaes. O processo de insero de parcelas mais populares da sociedade mineira parece tmida nessa trajetria, demonstrando longo percurso ainda a percorrer

Conselho Deliberativo do Patrimnio Cultural de Belo Horizonte: entre conflitos e contradies

Percebe-se que o caso do Cine Metrpole representou um divisor de guas na histria da patrimonializao do patrimnio na cidade de Belo Horizonte. Segundo Cajazeiro (2010) a demolio do cinema incentivou a aprovao da Lei 3802 de 1984.

Fato que a criao da Lei 3802 constituiu um marco decisivo para a consolidao da poltica no municipal, tendo em vista que, alm do instrumento do tombamento, essa legislao criou o Conselho Deliberativo do Patrimnio Cultural do Municpio/CDPCM-BH, rgo que a partir de ento possui a atribuio de deliberar sobre os rumos da poltica ao patrimnio da cidade. (CAJAZEIRO, 2010, p.79).

De acordo com essa Lei, cabe ao Conselho⁴⁴ vetar ou cassar concesses de alvars de demolies ou reformas de imveis assim como sugerir ao

⁴⁴ **Art. 28** – Fica criado, na Secretaria Municipal de Cultural e Turismo, o Conselho Deliberativo do Patrimnio Cultural do Municpio, que ser composto pelos seguintes membros:

I – pelo Secretrio Municipal de Cultura e Turismo, que o presidir;
 II – pelo Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que substituir o presidente em suas faltas ou impedimento;
 III – por um representante do Conselho Deliberativo da Regio Metropolitana de Belo Horizonte;
 IV – por um representante da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG;
 V – por dois representantes da Cmara Municipal;

Executivo Municipal a política cultural e mecanismos urbanísticos relacionados com as questões do tombamento.

Inicialmente, conforme relata Magni (2012), não ocorreram grandes avanços nas discussões entre os conselheiros e sim apenas questões introdutórias e muito genéricas no que tange à temática “patrimônio cultural”. Naquele momento (década de 1980), não se pode visualizar nenhuma ação efetiva em relação à proteção de bens destinados ao reconhecimento como patrimônio cultural da cidade de Belo Horizonte. Essa situação é avaliada por Magni (2012) como uma resposta temerosa frente à indefinição de posicionamento por parte do governo.

O desinteresse do governo pode ser explicado pela escolha de evitar o desgaste político que poderia resultar do funcionamento de um Conselho que lida com a gestão de conflitos e tende a se contrapor a interesses econômicos fortes, como o dos empreendedores imobiliários (MAGNI, 2012, p. 93).

O autor avalia a atuação do Conselho como sendo tímida frente à própria prerrogativa legal de caráter deliberativo atribuída ao Conselho no que tange à política de patrimônio. Magni (2012) ressalta que não é apenas uma ausência de tombamentos ou uma ausência de estudos como a produção de inventários que se percebe, mas uma completa inexistência de políticas estratégicas de ação entre os integrantes do Conselho. O autor alega que isso muito se deve ao fato de não fazer parte do corpo de conselheiros uma estrutura de técnicos e conhecedores das questões mais relevantes no que tange às práticas relacionadas às políticas patrimoniais.

É a partir do Decreto n° 6337 de 1989 tem-se os sinais das primeiras mudanças no que tange às políticas patrimoniais no município de Belo Horizonte. Porém, as políticas de tombamento efetuadas a partir desse momento estão vinculadas a atender, ainda, a questões relacionadas às edificações de porte monumental, sem se deparar com questões conflituosas como a realização de

VI – por um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

VII – por um representante do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – SPHAN;

VIII – por um representante do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA.

⁴⁴ A Subseção IV da Lei n° 7.165/96, que institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, está no anexo.

tombamentos em propriedades privadas. As lembranças em relação à demolição do Cine Metrópole e o descumprimento criminoso do proprietário frente ao tombamento provisório bem como a impunidade presenciada fizeram com que Conselho de Patrimônio fosse ainda cauteloso em relação a essa questão.

Na tentativa de promover uma ação mais eficiente em relação à atuação do Conselho, tem-se, em 1994, a criação de uma nova concepção que privilegia, conforme menciona Cajazeiro (2010), a noção de ambiência e paisagem cultural ao invés de se direcionar para o caráter de unicidade e excepcionalidade. Esse parece ser um dos maiores avanços que o Conselho garantiu ao deslocar a noção de patrimônio como excepcionalidade monumental de uma determinada edificação para a ideia de Conjunto, de paisagem cultural. (CAJAZEIRO, 2010, p. 78).

A noção de conjuntos urbanos concatena-se à concepção patrimonialista que defende a abordagem articulada entre bens culturais e o meio no qual eles se encontram inseridos. Em outros termos, a ação patrimonialista calcada na identificação de conjuntos urbanos aponta para a abordagem dos bens culturais como componentes da ambiência que os envolve. (CAJAZEIRO, 2010, p.77).

Nesse sentido surge a possibilidade de reconhecimento legal de tombamento dos *conjuntos urbanos protegidos*. Importante ressaltar que a decisão de adotar a política de tombamento a partir da perspectiva dos conjuntos urbanos foi reconhecida e legitimada pelo Plano Diretor da cidade através da Lei nº 7.165/96 que menciona como diretrizes de proteção da memória e do patrimônio cultural (Art.15.):

- I – priorizar a preservação de conjuntos e ambiências em relação a edificações isoladas;
- II – proteger os elementos paisagísticos, permitindo a visualização do panorama e a manutenção da paisagem em que estão inseridos;
- III – promover a desobstrução visual da paisagem e dos conjuntos de elementos de interesse histórico e arquitetônico.

A Lei nº 8.137 de 21/12/2000 insere alterações no Plano Diretor ao determinar que as diretrizes referidas no Art.15 da Lei nº 7.165 devem ser

aplicadas preferencialmente na Serra do Curral e nos conjuntos urbanos previamente demarcados entre 1990 e 2000.

Andrade e Arroyo (2012) mencionam que “a política municipal de proteção ao patrimônio cultural de Belo Horizonte foi pioneira ao proteger, em 1994, 11 conjuntos urbanos na área central da cidade” (ANDRADE; ARROYO, 2012, p. 14). Essa política causou, segundo as autoras, muitos conflitos, pois a metodologia, como já referenciada acima, privilegiou a noção de ambiência e de paisagem cultural. Todavia, as autoras apresentam uma situação problema em relação a essa política, “no que diz respeito à sua capacidade de expansão para além dos limites da chamada área urbana do projeto original da cidade” (ANDRADE; ARROYO, 2012, p. 14). As autoras reconhecem avanços no que se refere ao “movimento de descentralização e democratização da política cultural, como a criação de centros culturais nas áreas periféricas” ((ANDRADE; ARROYO, 2012, p. 14), entretanto, não deixam de enfatizar as dificuldades “de se patrimonializar fora dos padrões urbanísticos da Contorno patrimônios “com características de ocupação e maneiras de apreensão distintas” (ANDRADE; ARROYO, 2012, p. 14). Esse é hoje um dos impasses do processo de patrimonialização do patrimônio na cidade de Belo Horizonte.

Nesse sentido, o processo de legalização referente às políticas de patrimonialização presentes no município de Belo Horizonte não impede que polêmicas e conflitos se instaurem a todo o momento, estimulados principalmente, pelos agentes imobiliários que percebem nas políticas de tombamento restrições: importantes à realização do seu lucro via produção do espaço urbano.

Por esse motivo, frente aos grandes e sucessivos conflitos referentes às questões trazidas pela proteção do patrimônio cultural é que se percebe uma das grandes apostas do Estado, mediado pelos interesses privados que é a refuncionalização dos patrimônios edificados numa tentativa de transformá-los em atrações turísticas, reescrevendo um novo paradigma para as heranças culturais.

Nesse sentido, é que a patrimonialização do patrimônio se vale hoje, dos códigos de uma urbanística moderna pretérita, que se valeu do embelezamento e da comodidade, para produzir, na virada para o século XX uma cena moderna. As antigas edificações, expressões dessa modernidade pretérita, são revisitadas

por novos conteúdos, validadas pelas políticas de patrimonialização, pois ao contrário, seriam na “cadeia das substituições modernas”, levadas ao esquecimento.

Espetacularizar o patrimônio cultural é, sem dúvida, uma das maiores apostas dos gestores de um espaço cada vez mais privado e distante dos interesses públicos. (Re)produzir, a partir de antigos códigos, idealizados numa modernidade pretérita, códigos novos, é uma das grandes apostas das políticas urbanas da atualidade.

5.2.2. A Praça da Liberdade: um legado republicano na/da contemporaneidade

A Praça da Liberdade foi projetada por Aarão Reis para sediar o Palácio Presidencial do estado das Minas. As secretarias, os Palácios da Justiça e do Congresso, conforme relata Barreto (1995b) seriam construídos em outras localidades: na praça triangular da VI seção e na Avenida Afonso Pena. Esse era o projeto inicial.

No entanto, Barreto (1995b) menciona que, no momento da edificação, o projeto foi modificado e na mesma praça, a que sediaría o Palácio Presidencial (atual Palácio da Liberdade) foram inseridos os demais prédios. Assim, a Praça da Liberdade, representação mais notória da República, surge como uma das espacialidades mais notórias da capital das Minas.

Abrigando os edifícios mais suntuosos das cidades, as denominadas Praças da República, marcos do republicanismo no Brasil desde fins do século XIX, foram idealizadas como centros cívicos para sediar os poderes políticos estatais. Em Belo Horizonte, a Praça da Liberdade, que começou a ser construída em 1895, foi certamente o principal símbolo republicano da cidade” (RESENDE, 2014, p. 103).

Símbolo republicano, a Praça da Liberdade representa uma ruptura com as praças de origem colonial portuguesa que centralizavam, nas suas espacialidades, o espaço da igreja. “Essa ausência da Matriz na praça principal da cidade tinha um objetivo muito claro, tratava-se de reforçar a imagem do poder republicano, laico, dissociado do poder religioso, fundamental para o momento político” (CALDEIRA, 1998, p. 78).

Reservada para ser o *locus* do poder do estado das Minas, localizada, como já mencionado anteriormente, numa região de topografia mais elevada da cidade, a Praça da Liberdade representará, ao longo da história de Belo Horizonte, expressão de poder político, econômico, social e cultural. Por esse motivo, a Praça, símbolo da República e da Liberdade, é o espaço escolhido para sediar a comemoração da inauguração da capital, no dia 12 de dezembro de 1897 (a figura 52 refere-se ao dia da inauguração da capital).

Figura 52 – Inauguração da Capital – Praça da Liberdade (1897)

Fonte: RABÊLO (2013)

O 12 de dezembro de 1897, com a inauguração oficial, seria o grande dia: a transferência da capital se tornava uma realidade. A Cidade amanheceu engalanada. Uma salva de 21 disparos com cargas de dinamite despertou os mais preguiçosos e encheu de emoção os que tinham permanecido acordado desde à véspera. (...) Foi organizada uma grande caravana em comboio especial, para aguardar na estação de General Carneiro, em Sabará, a chegada da comitiva governamental. (...) A chegada à estação, precisamente às 14 horas, repetiria as estrondosas manifestações populares. Sob os aplausos da multidão, os membros da comitiva deslocaram-se, a pé, até a praça da Liberdade, onde, num pavilhão armado em frente ao palácio, foi assinado pelo governador Bias Fortes o ato de

transferência dos poderes públicos do Estado para a ainda capital Cidade de Minas. (RABÊLO, 2013, p. 64-65).

Após a inauguração da cidade, a Praça da Liberdade tornou-se uma das espacialidades mais relevantes da história da capital acompanhando o movimento do crescimento da cidade ao revelar as tendências urbanísticas dos novos tempos.

No início do século XX, poucos anos após a inauguração da capital, a Praça é submetida à sua primeira reforma. Essa será a primeira das várias intervenções que essa espacialidade testemunhará ao longo de sua historicidade moderna. “Em 1903, sofreu a primeira grande intervenção, ao se plantarem dois renques de palmeiras, construir o coreto e colocar iluminação pública no interior” (RESENDE, 2014, p. 106).

Figura 53 – Os Jardins da Praça da Liberdade (1905)

Fonte: Bello Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho. (2010).

O projeto paisagístico teve a colaboração de Paul Villon e tinha como objetivo, conforme relatado por Caldeira (1998), promover na espacialidade da praça um lugar bucólico, semelhante ao produzido no Parque Municipal (Figura 53). Um dos marcos projetado para a Praça foi a construção de uma réplica, em concreto, do Pico do Itacolomi, como pode ser visto na Figura 54.

Imagens panorâmicas dos jardins da Praça da Liberdade, nas quais aparece a réplica em concreto do Pico do Itacolomi, evocação nostálgica da antiga Ouro Preto. Bastante controvertido, o monumento foi retirado na reforma da praça, realizada em 1920. (ARAÚJO, 2010, p. 78).

Figura 54 – A Réplica do Pico do Itacolomi nos jardins da Praça da Liberdade (191 - ?)

Fonte: Bello Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho. (2010).

Após esse projeto a Praça da Liberdade será submetida, na década de 1920, a outra reforma. “O projeto de reforma da Praça da Liberdade de 1920, caracterizava-se por uma geometrização do traçado paisagístico, propondo uma série de canteiros e jardins, cujo desenho predominava formas retangulares” (CALDEIRA, 1998, p. 97). Esse novo traçado, concepção urbanística implementada na Praça desfaz a imagem de “características bucólicas, típicas do urbanismo inglês, com árvores nativas e alguns lagos rústicos”. (RESENDE, 2014, p. 106). Essa mudança, como reforça Caldeira (1998), interrompe o traçado original, submetendo assim, a natureza aos princípios técnicos da razão *geométrica (como revelado na figura 55).

No lugar das cascatas, as fontes, o lago geométrico e os canteiros, ordenando o verde das floreiras, dos fícus, e o colorido das roseiras. Os caminhos retilíneos determinavam o entrar e o

sair da Praça como as ruas de Belo Horizonte “endireitavam” o passo dos habitantes. (CALDEIRA, 1998, P. 98).

Figura 55 – Técnica e razão no traçado da Praça da Liberdade (1930)

Fonte: Belo Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho. (2010).

Resende (2014) enfatiza que é nesse momento que a espacialidade da Praça adentra a vida cotidiana dos moradores da cidade. “A Praça da Liberdade torna-se um dos principais pontos de encontro em Belo Horizonte, onde se fazia footing e paquerava-se” (RESENDE, 2014, p. 107). A vida social, a partir dos anos 30, começa a receber influências de outras atividades que engendram a capital. A presença da indústria produz um rearranjo na morfologia da cidade. Uma nova atividade econômica desfaz e produz novas espacialidades. O processo de modernização presenciado, a partir da gestão de Juscelino Kubistchek incentivou como vimos anteriormente, significativamente o espaço da cidade. Promover uma nova morfologia urbana caracterizada pela presença de extensas avenidas, novos bairros, centros de lazer e turismo, como o Complexo da Pampulha, pretendeu promover na capital um novo modo de vida, o modo de vida moderno.

A especulação imobiliária, que caracterizou principalmente a realidade da capital nos anos 50, acabou por influenciar, como menciona Caldeira (1998) a cena urbana do entorno da Praça e do bairro Funcionários. As novas edificações

que se desenham no entorno da Praça definiram uma nova espacialidade arquitetônica.

A presença de duas edificações de autoria do arquiteto Oscar Niemayer revela, na Praça da Liberdade, símbolo da República, tendências e movimentos em direção à produção de uma representação moderna, diferente das construções neoclássicas, únicas até o momento.

É nesse sentido, que Santos (2002) revela a paisagem como transtemporal. “(...) a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal”. Tempos distintos compartilham a mesma cena urbana. Os prédios neoclássicos, construídos para a inauguração da cidade, já mostrados acima, fazem parte do mesmo espaço-praça com os de outras edificações de “conteúdos técnicos específicos” (SANTOS, 2002, p. 103).

O Edifício Niemayer (56) projetado pelo arquiteto, que lhe deu o nome, é uma das edificações que atribuiu à Praça Republicana uma representação que revela uma alteração da forma arquitetônica, rompendo com a paisagem neoclássica presente no momento da idealização da cidade.

Figura 56 – Edifício Niemayer (2014)

Autor: RAGGI (2014)

A inovação dessa edificação é referenciada pelos arquitetos por vários motivos. Entre muitos atributos inovadores, Nery (2001, p. 218) destaca o lote triangular escolhido para a sua construção. “Sua inserção urbana, num lote triangular de esquina, também é inovadora devido à configuração irregular da edificação, que foge ao formato do terreno, solução mais comum na cidade, para esse tipo de situação”.

A outra edificação de Oscar Niemayer presente na Praça da Liberdade é a Biblioteca Pública do Estado (Figura 57), concluída em 1961. Souza (1998, p. 212) revela ter a edificação a “forma das curvas de um pergaminho desenrolado, obra terminada bem mais tarde e que ficou sem várias comodidades previstas, deixando de ter três de seus seis andares, o cinema, o teatro e o ambulatório”.

Figura 57 – Biblioteca Pública do Estado (2014)

Autor: RAGGI (2014)

O Edifício Mape é, sem dúvida, uma importante referência espacial do espaço da Praça. É no andar térreo do prédio que encontramos o Xodó⁴⁵, uma das espacialidades que consagrou a “praça cívica” como lugar de encontro (Figura 58).

Figura 58 – Lanchonete Xodó na Praça da Liberdade (2014)

Autor: RAGGI (2014)

⁴⁵ O Xodó é uma das lanchonetes mais representativas da cidade de Belo Horizonte. Nesse estabelecimento (em funcionamento desde 1962) inaugurou-se um hábito alimentar moderno para a cidade. O estabelecimento compõe a produção de uma espacialidade que revela, apesar de se manter “fiel” à simbologia que carrega de ser uma praça republicana, as transformações dos hábitos culturais modernos.

O Edifício do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG) compõe, junto com o Edifício Mape, “o portal que enquadra a descida da Avenida João Pinheiro, que liga a praça cívica à principal avenida da cidade, a Avenida Afonso Pena”. (NERY, 2001, p. 226). Segundo a autora, essa edificação “é um dos exemplares mais puros dos ditames da vertente modernista corbusiana”. (Figura 59).

Figura 59 – O Eclético e o Moderno na Praça. O prédio do IPSEMG (ao fundo) – (2014)

Autor: RAGGI, 2014

Além das edificações modernistas e neoclássicas encontradas na Praça da Liberdade, deve ser mencionado um dos exemplares mais conhecidos da “estética hi-tech do tardomodernismo” (BRANDÃO, 1998, p. 243): o prédio

conhecido popularmente como *Rainha da Sucata*, localizado nas proximidades do Palácio, que destoa do conjunto pela forma, pelas cores e pelas dimensões. (Figura 60) É, sem dúvida, uma edificação que escandalizou e provocou muitas críticas ao interromper o “equilíbrio paisagístico” supostamente alcançado pelas propostas arquitetônicas ali presentes.

Figura 60 – Edifício conhecido como “Rainha da Sucata” na Praça da Liberdade (2014)

Autor: RICHI (2014)

As formas que contornam o espaço da Praça assim como o seu próprio traçado acompanharam as tendências urbanas, econômicas e arquitetônicas dos novos tempos. Uma morfologia em permanente e constante transformação revela as articulações e os usos ali engendrados, provocados principalmente pelo curso do processo de metropolização.

As transformações presentes na metrópole engendram o espaço da Praça, alteram sua dinâmica, modificam seus usos e suas possibilidades de apropriação. Caldeira (1998) revela como a morfologia da praça responde ao processo de metropolização da capital.

Na Praça da Liberdade o *footing* ia, aos poucos, deixando um vazio; os usuários como as crianças, os funcionários das secretarias e a comunidade do bairro utilizavam-na, ainda que pouco. O Palácio levanta as suas grades, isolando o poder do Estado e criando, assim, uma barreira em relação à comunidade. (...) Nota-se um certo descuido com os seus canteiros e os jardins denunciando uma postura que se tornaria recorrente. (CALDEIRA, 1998, p. 110).

O primeiro tombamento da praça foi feito pelo IEPHA/MG em 1977, assim como de todo o seu conjunto arquitetônico e paisagístico. Percebe-se, entretanto, como menciona Caldeira (1998), que essa primeira patrimonialização não garantiu a sua preservação, permanecendo ainda o péssimo estado de conservação, com práticas e usos inalterados.

Os conflitos em relação aos usos da praça⁴⁶, assim como seu processo de degradação resultaram, como relata Resende (2014), em inúmeros debates, o que irá culminar com a retirada das feiras do espaço da praça, bem como o surgimento de uma nova interferência: o projeto de restauração. Nesse momento acontecem muitos embates. De um lado, os feirantes e artesãos que apropriavam da praça desde o início dos anos 1970, de outro os moradores e demais cidadãos que não queriam mais as feiras por entenderem que essas atividades depredavam o espaço da praça, além do poder público que apostava no projeto de restauração para o “restabelecimento da ordem”. (RESENDE, 2014). “Domingo, 10 de Fevereiro de 1991, a Praça da Liberdade abrigou pela última vez a Feira de Arte e Artesanato, deixou de funcionar como praça de mercado, rompendo uma tradição estabelecida há 22 anos” (CALDEIRA, 1998, p. 126).

A partir dessa data, o governo de Minas estabeleceu uma parceria com a empresa MBR (Minerações Brasileiras Reunidas) para obter o investimento necessário para a recuperação e restauração da Praça. Tem-se o surgimento,

⁴⁶ A Praça da Liberdade recebeu durante 22 anos a presença do feirante, artesão. Semelhante aos antigos mercadores, os novos usuários se apropriam do espaço público para realizar suas trocas. A Praça torna-se a *praça das feiras*. Esse uso proliferou-se num ritmo cada vez mais intenso, definindo números expressivos: “na década de 70 a Feira Hippie contava com 402 expositores aos domingos e 106 às quintas, todos cadastrados pela Prefeitura; no final da década de 80, eles já somavam mais de 1300 aos domingos e quase 1000 às quintas, além dos 2000, aos sábados” (CALDEIRA, 1998, p. 116).

na espacialidade da capital, de um novo processo de intervenção urbana que contrariava a ideia do “planejamento global”, concepção urbanística que atuou e caracterizou as interferências urbanas até meados do século XX. RESENDE (2014) ressalta que essa visão urbanística não consegue mais resolver as problemáticas provenientes do processo de metropolização.

Segundo Maricato (2013), as práticas urbanísticas presentes em quase todo o século XX não garantiram, como prometiam, um desenvolvimento urbano de abrangência universal. Apesar de apregoarem uma visão holística do espaço urbano, na visão da autora, “apenas uma parte da cidade seguiu os parâmetros modernistas. O discurso foi sempre universal mas não sua implementação”. (MARICATO, 2013, p. 69). Ascher (2010) atribui a esse urbanismo moderno, papel por vezes totalitário no que tange a ação de se fazer “tábula rasa do passado ou induzir que isso ocorresse”.

Maricato (2013) menciona que a crise internacional desse planejamento modernista promoveu a produção de uma nova estratégia urbana. Estratégia essa fundamentada numa concepção urbanística que elege apenas “as centralidades globalizantes, plenas de significados e altamente visíveis, como objeto de intervenção” (MARICATO, 2013, p. 69).

Segundo Arantes (1998, p. 132), os “traços desertificantes da metropolização” acabam por promover o surgimento de uma nova urbanística, “em que os conflitos são escamoteados por uma espécie de estetização do heterogêneo, recoberto pela transformação da superfície desencantada”. Nesse sentido, os espaços citadinos são transformados “em cenários fascinantes de uma sociabilidade viva que há muito tempo deixou de existir” (ARANTES, 1998, p.132). Por outro lado, essa nova concepção urbanística assumiu, na visão de Maricato (2013) “a fragmentação na abordagem da cidade, priorizando as localizações com mais potencial de rentabilidade imobiliária e carga simbólica”. (MARICATO, 2013, p. 69).

Nesse sentido, o novo urbanismo, designado por Ascher (2010) de neourbanismo, se rende ao papel de preparar a cidade para seduzir.

Esforçar-se em propor um tipo de cidade à la carte, que oferece combinações variadas de qualidades urbanas. Para tanto, não hesita em utilizar as formas antigas e os estilos vernaculares, tanto quanto os tipos modernos. Tendo rompido com as

ideologias simplificadoras e totalitárias do progresso, acomoda-se na complexidade das cidades que herda e em que atua. Também patrimonializa cada vez mais o quadro construído existente, seja museificando-o e integrando-o à nova economia cultural e turística urbana, seja reutilizando-o ou designando novos usos. O novo urbanismo tenta tanto quanto possível utilizar as dinâmicas do mercado para produzir ou conservar valores simbólicos da cidade antiga. (ASCHER, 2010, p. 94).

Resende (2014) revela que “no caso de Belo Horizonte, os cenários pretensamente ‘ressuscitados’ (mas sem a vida que lhes era consubstancial) remetem à imagem inaugural da cidade ‘paradoxalmente’ moderna” (RESENDE, 2014, p. 113). Espaços “ressuscitados” seriam aqueles que paradoxalmente foram produzidos num contexto de uma modernidade pretérita. Trazê-los, a partir de novos usos e de novas possibilidades de apropriação, é devolvê-los a possibilidades de reassumirem a condição de códigos modernos, novos códigos, pois a partir de suas antigas formas, novos conteúdos, novos significados serão revelados.

Esse ambiente que se propunha recriar, tinha sua semente no projeto original idealizado por Aarão Reis, para a Praça da Liberdade. (...) A escala monumental, o entorno, o cenário, o decor da Praça, tão importantes para a constituição deste território, haviam sobrevivido no tempo e na memória. (CALDEIRA, 1998, p. 137).

Para que esses valores simbólicos pudessem emergir na cena da Praça, seria necessário assegurar-lhes a patrimonialização efetiva de seu acervo patrimonial. Em dezembro de 1991, tem-se uma releitura das políticas de tombamento da Praça. “A proteção do Conjunto Urbanístico Praça da Liberdade e Avenida João Pinheiro é o marco inicial de uma prática municipal de patrimônio baseada na proteção de conjuntos urbanos” (MAGNI, 2012, p. 106).

O processo de patrimonialização foi instaurado, como também o mecanismo para garantir uma suposta sociabilidade perdida ao longo dos “maus usos” auferidos ao espaço-praça. Deve-se, todavia, mencionar que tais práticas de patrimonialização produziram, no espaço da praça, uma elitização dos seus usos por meio, principalmente, das novas atribuições auferidas às antigas edificações republicanas. “Em 1993 uma campanha, iniciada pelo Movimento Minas Presente, propunha a ‘transformação da Praça da Liberdade,

compreendendo o conjunto de edificações que abriga Secretarias e Órgãos Estaduais, em um Centro de Arte e Cultura” (CALDEIRA, 1998, p. 143). Para que esse movimento fosse consolidado, surge o projeto da transferência da sede do Poder Administrativo do estado de Minas para a “Cidade Administrativa Tancredo Neves”, efetivado em 2010.

Alves (2008) menciona que com o objetivo de se engendrar o moderno, utiliza-se da “forma arquitetônica antiga que se valoriza enquanto objeto de consumo cultural, mas que descarta o antigo modo de viver, introduzindo novos agentes no lugar, empresários e comerciantes que fazem o local ser produtivo e integrado com a economia” (ALVES, 2008, p. 4).

Para que essas novas funções, atribuições culturais pudessem ser implantadas nos antigos prédios do Estado, algumas reformas foram previstas gerando manifestações em relação ao cumprimento das legislações estabelecidas com o tombamento pelo IEPHA, em 1977. Apesar de muitos questionamentos em relação a “maior participação da população, melhor planejamento do projeto, tratamento histórico mais adequado à tão louvada ‘preservação patrimonial’, ou uma cultura menos elitista” (RESENDE, 2014, p. 180) tem-se, em 2009, o início das atividades que se consagrariam na criação do Circuito Cultural Praça da Liberdade.

As intensas transformações nos usos das antigas formas republicanas, prédios neoclássicos construídos no século XIX, foram intensas. A produção de novos *códigos modernos*, por meio da “permissão” de um novo conteúdo, produziu, na antiga espacialidade republicana, o surgimento de uma praça cujo conteúdo legitima uma das mais fiéis cenas modernas: a produção dos espaços culturais, interpretados aqui como novos *códigos modernos*.

Alves (2008) reafirma esse momento a partir da necessidade de uma nova realidade econômica. “Aproveitando-se do patrimônio arquitetônico, este é recuperado esteticamente e, muitas vezes, a ele se conjugam novas funções, diferentes das de origem, de forma a contribuírem para o novo momento de crescimento econômico” (ALVES, 2008, P. 4).

É exatamente isso que podemos verificar nas edificações do conjunto arquitetônico da Praça. A partir de novas funções, esses antigos códigos modernos, produzidos numa modernidade pretérita, compõem a nova espacialidade que se impõe.

O Palácio da Liberdade, sede do governo de Minas desde a inauguração da capital, transformou-se num espaço destinado a exposições da história dos antigos governadores de Minas.

O Edifício da Secretaria de Estado da Fazenda (inicialmente construído para sediar a Secretaria das Finanças), que compõe a cena da capital desde o final do século XIX, abriga atualmente o *Memorial Gerais – Vale* (em parceria com a VALE). As figuras 58 e 59 revelam a mesma forma, porém contendo sentidos e funções distintas. Na figura 61 o prédio sediou a Secretaria da Fazenda e após a construção da Cidade Administrativa Tancredo Neves, abriga o *Memorial Gerais – Vale* (Figura 62), que compõe o Circuito Cultural Praça da Liberdade.

Figura 61 – Secretaria de Finanças (futura Secretaria da Fazenda) – (s/d)

Fonte: Bello Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho. (2010).

Figuras 62 – Memorial Minas Vale – Circuito Cultural da Praça da Liberdade (2014)

Autor: RAGGI (2014)

A antiga Secretaria de Estado de Educação (construída para sediar a Secretaria do Interior - figura 60) abriga hoje o *Museu das Minas e do Metal* (parceria com o grupo EBX – figura 64).

Figura 63 – Antigas Secretaria do Interior e da Educação (s/d)

Fonte: Bello Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho. (2010).

Figuras 64– Museu das Minas e do Metal (2014)

Autor: RAGGI (2014)

O Espaço TIM UFMG do Conhecimento, localizado na Praça da Liberdade, instalado no antigo prédio da Reitoria da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais), disponibiliza além de várias exposições, um planetário. (Figura 65).

Figura 65 – Espaço TIM UFMG do Conhecimento

Autor: RICHI (2014)

No antigo prédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública e de Defesa Social, o atual Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB).

Figuras 66 Centro Cultural Banco do Brasil (2004)

Autor: RAGGI (2014)

Outros equipamentos ainda serão transformados para compor o Circuito Cultural. O “Palácio dos Despachos, inaugurado em 1967, está sendo transformado, uma parceria com a FIAT, na Casa FIAT de Cultura e Museu do automóvel FIAT (no estacionamento do Palácio da Liberdade); Palacete Dantas e Solar Narbona de 1915, que formavam a antiga Secretaria de Estado de Cultura e estão sendo transformados, numa parceria com a OSCPI Inhotim, no *Instituto Inhotim Escola*; antiga Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas (sede do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), inaugurada em 1987, seria transformada no Museu do Homem Brasileiro (parceria não mais desenvolvida com a Fundação Roberto Marinho e projeto em reavaliação), antiga sede do Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas), que fica atrás do Palácio da Liberdade e deverá ser transformada no Museu Clube da Esquina, o Centro de Referência da Economia Criativa Sebrae-MG deve ocupar uma antiga casa na Rua Santa Rita Durão, situada nas proximidades da Praça (RESENDE, 2014, p. 189).

É nesse contexto que compreendemos a produção do Circuito Cultural Praça da Liberdade, no processo

de transformação do patrimônio histórico em mercadoria, assim como a sua refuncionalização vem servindo agora à ideologia do consumo e não mais às práticas culturais representativas do sentimento de pertencimento das culturas e populações locais. (LUCHIARI, 2005, p. 96).

Segundo Luchiari (2005, p. 97) o que se presencia é uma “mudança de postura ideológica” em relação ao patrimônio cultural, devido à incorporação das ideologias neoliberais do mercado. Veloso (2006, p. 439) levanta a possibilidade de se correr o perigo de “transformar o patrimônio material em expressão de uma história rasa; (...) ou seja, privilegiar o produto transformado em objeto de consumo como qualquer outra mercadoria que circula na sociedade atual”.

Essa mudança de postura ideológica, mencionada por Luchiari (2005), que acompanha as cidades pretensamente modernas é que promove, nessa Praça, símbolo de uma modernidade pretérita, a possibilidade de se reinventar na incansável *saga da modernidade*.

Saga que a fez código de uma recém-nascida República e que sediou, por anos, o governo das Minas; praça que recebeu feirantes, mercadores; praça das reivindicações e dos movimentos políticos; praça do silêncio, que se calou para um Estado, muitas vezes, autoritário; praça tombada, patrimonializada; praça que vende um Circuito Cultural para uma elite que a ostenta como cartão-postal de uma cidade moderna. Praça que, no dia 12 de dezembro de 1897, transformou-se em palco para a comemoração da inauguração de uma cidade que nasceu com a sentença de ser uma cidade (e)ternamente⁴⁷ jovem e bela, mas cuja história as fez cada vez mais *sem horizontes*.

⁴⁷ O termo (e)ternamente foi inspirado na obra de Rubem Alves, “O Retorno (e)terno”.

Considerações finais

A cidade de Leônia refaz a si própria todos os dias: a população acorda todas as manhãs em lençóis frescos, lava-se com sabonetes recém-tirados da embalagem, veste roupões novíssimos, extrai das mais avançadas geladeiras latas ainda intatas, escutando as últimas lenga-lengas do último modelo do rádio. Nas calçadas, envoltos em límpidos sacos plásticos, os restos da Leônia de ontem aguardam a carroça do lixeiro. (...) Tanto que se pergunta se a verdadeira paixão de Leônia é de fato, como dizem, o prazer das coisas novas e diferentes, e não o ato de expelir, de afastar de si, de expurgar uma impureza recorrente. O certo é que os lixeiros são acolhidos como anjos e a sua tarefa de remover os restos da existência do dia anterior é circundada de um respeito silencioso, como um rito que inspira a devoção, ou talvez apenas porque, uma vez que as coisas são jogadas fora, ninguém mais quer pensar nelas. (Ítalo Calvino, 2013).

Essa foi a tarefa auferida por Aarão Reis aos construtores da nova capital: “remover os restos da existência do dia anterior”, como se fosse “um rito de devoção”, expelir e expurgar os restos do antigo Arraial. Projeto de modernidade, idealizado e espacializado na nova capital das Minas, Belo Horizonte.

Resgatar, na espacialidade da capital, os legados socioespaciais das sucessivas modernidades foi um percurso que empreendemos no decorrer desta tese, buscando, ao longo deste reconhecer os princípios norteadores desse projeto modernizador no processo conflituoso e contraditório de produção do espaço urbano de Belo Horizonte.

Nesse sentido, para realizar uma análise sobre a produção da espacialidade da capital mineira à luz do paradigma da modernidade optamos por nos debruçar sobre os *legados socioespaciais* produzidos em dois momentos: o do projeto de idealização da capital, elaborado por Aarão Reis e da administração empreendedora do prefeito Juscelino Kubistchek.

O projeto idealizado por Aarão Reis inscreve, a partir da destruição do antigo Arraial de Belo Horizonte, uma espacialidade moderna, que, naquele tempo, apresentava-se comprometida com os ideais republicanos. Essa foi a cena moderna primordial da virada do século XIX: representar, a partir da

produção de uma cidade monumental, higiênica e racional, os ideais de um país “livre” e republicano.

Todavia, a modernidade engendrada na espacialidade da capital promove desde sua inauguração representações de códigos de um espaço contraditório e segregador. A definição das três zonas (urbana, suburbana e rural) apresentada na Planta Geral da Cidade define a partir da existência de uma avenida, Avenida do Contorno, a espacialidade do que se deveria compreender como *urbano*. Essa definição do limite imposto pela avenida desdobrou-se, ao longo da tese, na análise sobre os *códigos modernos* reproduzidos em sua zona urbana. Ou seja, na busca pela representação do projeto da modernidade, o engenheiro Aarão Reis elegeu na espacialidade da zona urbana os códigos que revelariam os novos tempos. O traçado regular das estruturas urbanas, a simetria das formas, a estética e a harmonia das linhas retas, as largas e suntuosas avenidas, assim como a monumentalidade da arquitetura revelaram a morfologia dos espaços internos da Contorno.

É nesse sentido, que podemos afirmar que a espacialidade do *urbano* emerge na capital como sinônimo do concebido, idealizado e planejado. O urbano, entretanto, entendido como espacialidade moderna, revela contradições. O processo de produção do espaço da representação da capital descolou-se da sua representação e idealização desde os primórdios de sua concepção. Os espaços internos a Avenida do Contorno apresentavam-se inacessíveis aos trabalhadores e migrantes que chegavam à capital. A cidade revelou, devido ao elevado preço da terra urbana, conflitos pelos usos e apropriações. Tem-se assim, uma cidade disforme: a zona suburbana expressando a possibilidade de apropriação e por isso espaço de adensamentos populacionais, enquanto os espaços urbanos, dotados de equipamentos e reveladores de códigos modernos, vazios e desprovidos de usos. Desse distanciamento entre a representação do espaço da ordem e o espaço da representação dos usos revela-se a cena contraditória da modernidade: o descompasso entre o idealizado e o realizado.

Desse desencontro entre a representação da ordem e a produção do espaço do vivido, Belo Horizonte se identifica, por meio de suas formas, com uma estrutura urbana moderna, monumental, porém desprovida de um novo

modo de vida urbano, ligado às práticas e ritmos do cotidiano de uma “cidade grande”.

O projeto industrial emerge assim como projeto fundamental para a realização da tarefa modernizante imposta à nova capital republicana. Assumir a centralidade econômica e política do estado, assim como cumprir o papel de se realizar como uma cidade à frente de seu tempo, fizeram com que as políticas econômicas assumidas pelo estado conduzissem e estimulassem a representação de projetos de envergadura industrial. As tentativas, muitas delas mal sucedidas, não comprometeram o sonho modernizante, ou seja, não proliferou, como menciona Iglesias (1987), pela cidade um sentimento passivo de espera por uma modernidade ainda tardia. Pelo contrário, a cidade permaneceu fiel ao compromisso assumido na virada para o século XX, quando recebeu a incumbência de representar a capital moderna das Minas Gerais.

Destaca-se nesse cenário a figura de Juscelino Kubistchek. Político de propostas modernizantes que promoveu na capital as condições espaciais necessárias para que a cidade trilhasse os caminhos em direção à realização da produção do espaço da metrópole, “espaço síntese da modernidade” (COSTA e GOMES, 1988, p. 56). Produzir um espaço em contínua mutabilidade, em permanente estado de transformação; “espaço de uma metrópole em produção”, foi o que os anos administrados por JK promoveram na capital mineira.

Os códigos modernos produzidos pelo prefeito na tentativa de revelar, na espacialidade da capital, um modo de vida urbano-industrial, transformaram a “cidade monumental”, idealizada pelos republicanos da virada do século XIX, numa cidade dilacerada e distendida. Cidade que parece estar submetida a uma “fúria destruidora e criadora infindável” (COSTA e GOMES, 1988).

Grandes avenidas, bairros, complexos de lazer e turismo, cassinos, clubes, museu, uma igreja renegada, surgem na cena urbana belo-horizontina, atributos, legados espaciais da gestão do prefeito JK, inscritos numa cidade que se produz numa nova concepção moderna, que se distancia da modernidade que inspirou Aarão Reis. Avenida do Contorno, “muralha de uma cidade idealizada”, que não conseguiu deter o urbano em produção, pois esse se estendeu pelos eixos de crescimento da cidade, e definiu, por meio de novas representações do espaço, uma metrópole fragmentada.

Os legados socioespaciais, testemunhos de um modernismo já pertencente a uma modernidade pretérita, “convivem” na atualidade com os códigos da antiga cidade republicana que resistiram aos avanços de uma travessia modernizante. Patrimonializar as expressões espaciais desses antigos códigos, republicanos e modernistas, produzidos em tempos diversos, transformá-los em patrimônio, consolidá-los como atributos de um cenário urbano modernizante é, sem dúvida, a missão de um espaço que se pretende eternamente belo.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Organizadores). Memória e patrimônio. Ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AEROPORTO da Pampulha: Belo Horizonte nas asas do progresso/organizadores: Lígia Maria Leite Pereira, Maria Auxiliadora de Faria. Belo Horizonte: INFRAERO, 1997.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ALENCAR, A construção de Belo Horizonte e o projeto de memória de Aarão Reis. Diálogos – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Vol. 14, núm. 3, 2010, pp. 579-603.

ALMEIDA, Nedir Fernandes. *Metamorfoses dos usos do lugar: a revalorização urbana como estratégia de acumulação de capital*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALVES, Glória da Anunciação. O papel do patrimônio nas políticas de revalorização do espaço urbano. X Coloquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 26-30 de maio de 2008. Universidad de Barcelona. <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/226.htm>

ALVES, André Naves (Revista do Legislativo, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 41, p. 27-32, jan./dez. 2008., Belo Horizonte, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2008b.

ANDRADE, Carlos Drummond de. “Triste Horizonte”. In: BELO HORIZONTE. PREFEITURA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. BH Verso e Reverso. Belo Horizonte, 1996. 152 p.

ANDRADE, Luciana Teixeira. Segregação socioespacial e construção de identidades urbanas na RMBH. In: MENDONÇA, Jupira Gomes; GODINHO, Maria Helena de Lacerda (Org.). *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

ANDRADE, Luciana Teixeira; ARROYO, Michele Abreu. *Segregação socioespacial versus diversidade cultural: os atuais desafios da política pública de patrimônio cultural em Belo Horizonte*. In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR – RAM, 8, 2009, Buenos Aires. Disponível: <www.ram2009.unsam.edu.ar/.../GT50%20-%20Ponencia%5BAndrade-Arroyo%5D.pdf>. Acesso em: 05.set. 2011.

ANDRADE, Luciana Teixeira; ARROYO, Michele Abreu. Patrimônio cultural em bairros pericentrais e os atuais desafios da política de patrimônio em Belo Horizonte. In: ANDRADE, Luciana Teixeira; ARROYO, Michele Abreu. (Organizadoras). *Bairros pericentrais de Belo Horizonte. Patrimônio, territórios e modos de vida*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

ANDRADE, Rodrigo Ferreira; MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. A formação da cidade. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG/IAB, 1998.

ARANTES, Otília B. Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ARAUJO, Maria Marta Martins de. In: *Belo Horizonte. Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2010.

ARAUJO, Guilherme Maciel. Historiografia moderna e preservação: o caso do conjunto IAPI em Belo Horizonte. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Vista frontal do prédio da Estação Ferroviária Central do Brasil em Belo Horizonte (MG). Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29234>. Acesso em: 01 out. 2012.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Monumento à civilização mineira na Praça Rui Barbosa em Belo Horizonte (MG). Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=30536>. Acesso em: 01 out. 2012.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Parque Municipal Américo Renné Giannetti. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=179>. Acesso em: 01 out. 2012.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Teatro Municipal. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=115> [Acesso em outubro/2012](#). Acesso em: 01 out. 2012.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Planta Original da Cidade de Belo Horizonte. 2012.

ARROYO, Michele Abreu. A diversidade cultural na cidade contemporânea: o reconhecimento da Pedreira Prado Lopes como patrimônio cultural. Belo Horizonte. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2010.

ASCHER, François. Os novos princípios do urbanismo. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BAGGIO, Ulysses da Cunha. A LUMINOSIDADE DO LUGAR. *Circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza*. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BAHIA, Cláudio Listher Marques. JK: política, arte e arquitetura – uma experiência modernista. Caderno de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 119-137, dez. 2004.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história antiga e história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995a. v. 1, 448 p.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história antiga e história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995b. v. 2, 916 p.

BELLO Horizonte. Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2010.

BENACH, Núria. Nuevos espacios de consumo y construcción de imagen de la ciudad em Barcelona. *Estudios Geográficos*. LXI (238): 189-205, 2000. Disponível em: <<http://gestionintegrada.ieut.cl/wp-content/uploads/2009/09/espacios-consumo-imagen-barcelona-BENACH.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2012.

BENEVOLO, Leonardo. História da cidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

BENJAMIM, Walter. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BEREFORD, Tommy. Edifício A Noite – Praça Mauá, Rio de Janeiro – 1941, Acervo: Augusto Monteiro – Coleção Brascan Cem Anos no Brasil/Acervo Instituto Moreira Salles), 2013. <http://somenteboasnoticias.files.wordpress.com>. Último acesso: 14/08/2014

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 360 p.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOJUNGA, Claudio. JK: o artista do impossível. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

BORBA, Denísia Martins. Cidade: lugar de trânsito na memória. In: RODRIGUES, Bernadete Bittencourt (org). *Projeto corredor cultural Rua da Bahia: educação patrimonial e memória urbana*. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.des-cubraminas.com.br/Upload/Biblioteca/0000103.pdf>>. Acesso 04 abr. 2011.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Uma visão da capital cinquentenária. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XLIII. n°2. Julho – Dezembro de 2007.

BORSAGLI, Alessandro. *O arraial de Belo Horizonte e a escolha para sede da nova capital*. 2010. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2010/04/o-arraial-de-belo-horizonte-e-escolha.html>>. Acesso em: 16 out. 2012.

BORSAGLI, Alessandro. *Rua de Sabará no ano de 1895*. In: Curral Del Rey.com. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2010/04/rua-de-sabara-no-ano-de-1895.html>>. Acesso em: 01 out. 2012.

BORSAGLI, Alessandro. *A construção da Nova Capital e o desaparecimento do Curral del Rey*. In: Curral Del Rey.com. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2010/04/construcao-da-nova-capital-e-o.html>>. Acesso em: 01 out. 2012.

BORSAGLI, Alessandro. *Os anos 1940: Uma Moderna Metrópole no Horizonte*. In: Curral Del Rey.com. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2010/11/os-anos-1940-uma-moderna-metropole-no.html>>. Acesso em: 01 out. 2012

BORSAGLI, Alessandro. *Panorama da Avenida desde a Feira de Amostras no final da década de 30*. Arquivo Público Mineiro. In: Metamorfoses urbanas: Avenida Afonso Pena. Curral Del Rey.com. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2012/09/metamorfoses-urbanas-avenida-afonso-pena.html>>. Acesso em: 01 out. 2012.

BORSAGLI, Alessandro. *Mancha urbana de Belo Horizonte nos anos 30*. Urbel. In: Os anos 1930: a primeira crise urbana e o modernismo. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2010/09/os-anos-1930-primeira-crise-urbana-e-o.html>>. Acesso em: 01 out. 2012.

BOTELHO, Tarcísio R.; ANDRADE, Luciana Teixeira de. Cidade e Patrimônio: o tombamento na percepção dos proprietários de imóveis em Belo Horizonte. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 91-101, jul-dez. 2005. Disponível em: <www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/download/1014/1210>. Acesso em: 04 abr. 2011.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A cena contemporânea. In: In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG/IAB, 1998.

CAJAZEIRO, Karime Gonçalves. *A cidade jardim Belo-Horizontina e o campo do patrimônio cultural: representações, modernidade e modos de vida*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

CALDEIRA, Junia Marques. *Praça: território de sociabilidade – uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade em Belo Horizonte*. Campinas, SP, 1998. Dissertação (mestrado) – UNICAMP.

CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CAMARATE, Alfredo. Por Montes e Vales. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, v. 36, 1985. In: BH Verso e Reverso. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (Re)produção do espaço urbano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Novas” contradições do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; DAMIANI, Amélia Luisa; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (orgs.). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001. 368 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do espaço. *Revista Geografia & Ensino*, ano 8, n.1, p.47-56, jan-dez. 2002a.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, Milton; SOUZA, M. A de; SILVEIRA, M. L. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 2002b.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. In: *Cidades*, v.4, n. 6, 2007, p. 45-60.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução da cidade como “negócio”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (orgs). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2008. 159 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011. 160 p.

CARRIJO, Liliane Gonçalves de Souza. Frei Caneca na historiografia: da questão nacional ao revisionismo. Em tempo de história, n. 20, Brasília, jan-jul. 2012.

CARTA DE ATENAS. Assembleia do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna). Novembro, 1933. IPHAN. <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>

CARVALHO, José Murilo. Os bestilizados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1999a.

CARVALHO, José Murilo. Pontos e bordados. Escritos de história e política. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999b.

CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CASTILHO, Denis. Os sentidos da modernização. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, v. 30, n. 2, p. 125-140, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/13802/8805>>. Acesso em: 04 abr. 2011.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; PASSOS, Luiz Mauro do Carmo. O “estilo moderno”: arquitetura em Belo Horizonte nos anos 30 e 40. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG/IAB, 1998.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; ARAUJO, Guilherme Maciel. Patrimônio, valores 1:38-54 (janeiro/junho 2009).

CEDRO, Marcelo de Araújo Rehfeld. JK desperta BH (1940-1945): A capital de Minas Gerais na trilha da modernização. 2002.

CHACHAM, Vera. A memória urbana entre o panorama e as ruínas – a Rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte dos anos 30 e 40. In: DUTRA, Eliana de Freitas. Belo Horizonte: C/ARTE, 1996.

CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. 103 p.

CHOAY, Françoise. O urbanismo. Utopias e realidades. Uma antologia. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001. 284 p.

COLLIN, Silvio. Coisas da Arquitetura. 26/03/2014.
<http://coisasdaarquitetura.wordpress.com/sobre-o-blog/> Último acesso
 13/08/2014.

CONDURU, Roberto. Esther e São Paulo – construções culturais entre o edifício
 e a cidade. 2004.
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/03.031/3184> Último
 acesso: 12/08/2014.

CORCINIO JUNIOR, Givaldo Ferreira. Espaços da memória: um estudo da
 poética dos monumentos urbanos. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana.
 UERJ – 18 a 22 de novembro, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In:
 CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato
 (orgs). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 352
 p.

COSTA, Emília Viotti. Da monarquia à república: momentos decisivos. São
 Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo
 Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís (coordenação). Belo Horizonte:
 CEDEPLAR/PBH. 1994.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Natureza, mercado e cultura: caminhos da
 expansão metropolitana de Belo Horizonte. In: MENDONÇA, Jupira Gomes;
 GODINHO, Maria Helena de Lacerda (Org.). *População, espaço e gestão na
 metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: PUC
 Minas, 2003.

COSTA, Heloísa Soares e MENDONÇA, Jupira Gomes. Novidades e
 permanências na produção do espaço da metrópole: um olhar a partir de Belo
 Horizonte. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal (organizador). *Grandes Projetos
 Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital,
 2012.

COSTA, José Eduardo; NOVATO, Ana Cristina. Os primeiros 100 anos. Belo
 Horizonte: Gráfica e Editora 101 Ltda, 1997.

CRUZ, Rita de Cássia. *Política de turismo e território*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2000. 167 p.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Introdução à geografia do turismo*. 1. ed. São Paulo: Roca, 2001. 107 p.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura. *América Latina: cidade, campo e turismo*. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. CLACSO, 2006. p. 337-350.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Geografias do turismo: de lugares a pseudo lugares*. 1. ed. São Paulo: Roca, 2007. 152 p.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da Cruz. “Patrimonialização do patrimônio”: Ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n° 31, pp. 95-104, 2012.

CUNHA, Flávio Saliba. Patrimônio Cultural e gestão democrática em Belo Horizonte. *Varia História*, n.18, set. 1997, p. 83-98. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/18p83.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2011.

DAMIANI, Amelia Luisa. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; DAMIANI, Amélia Luisa; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (orgs.). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999a.

DAMIANI, Amelia Luisa. O Lugar e a Produção do Cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Novos Caminhos da Geografia*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1999b. 161-172 p.

DAMIANI, Amelia Luisa. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; DAMIANI, Amélia Luisa; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (orgs.). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999c.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Valor Patrimonial: memória social e poder. In: COSTA, Everaldo Batista da; BRUSADIN, Leandro Beneditini Brusadin;

PIRES, Maria do Carmo (Organizadores). Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras expressões, 2012.

DERBLI, Heitor. Edifícios empresariais como marco do processo de transição na arquitetura carioca: A noite, Avenida Central; Centro empresarial Rio e Teleporto. Dissertação (Mestrado) – UFRJ/FAU/PROARQ, 2006.

DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

DULCI, Otávio Soares. Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. *Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença*. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2007. 21 p. Disponível em: <www.cult.ufba.br/enecult2007/AlexandreBarbalho.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2011.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (orgs). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 247 p.

ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996. 175 p.

FABRIS, Annateresa. Fragmentos urbanos. Representações culturais. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A memória cinzelada: em busca de uma consciência político-social. Análise dos monumentos belo-horizontinos aos inconfidentes. In: DUTRA, Eliana de Freitas (organizadora). BH: horizontes históricos. Belo Horizonte: C/ARTE, 1996.

FERRCOST, Mariana. 2013. Disponível: <http://pirulitopraca7.blogspot.com.br/2013/04/linha-do-tempo.html>. Último acesso: 20/09/2014

FERREIRA, Tomé. *Fotos da antiga Belo Horizonte: de volta ao passado*. In: Duniverso Vida Inteligente na Web. Disponível em: <<http://www.duniverso.com.br/fotos-da-antiga-belo-horizonte-de-volta-ao-passado/#axzz2AWNKLirS>>. Acesso em: 01 out. 2012.

FIALHO, Roberto Novelli. Edifícios de escritórios na cidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado) – FAUUSP.

FILGUEIRAS, Beatriz Silveira Castro. *Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o Mercado Central de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado – Planejamento Urbano e Regional) Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FONSECA, Alan, 2007. Disponível: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=831846>. Último acesso: 12/08/2014

FORTKAMP, Maria Teresa (2012). Paixão por Paris. Disponível: http://paixaoporparis.blogspot.com.br/2012_04_01_archive.html. Último acesso: 22/09/2013.

FREITAS, Daniel Medeiros. Relatório de arquitetura. In: RODRIGUES, Bernadete Bittencourt (org). *Projeto corredor cultural Rua da Bahia: educação patrimonial e memória urbana*. Belo Horizonte, 2008. 64 p.

GEORGE, Pierre. Geografia Urbana. São Paulo: Difel, 1983.

GOMES, Paulo César da Costa; COSTA, Rogério Haesbaert da. O espaço na modernidade. In: “Espaço em Questão”. Terra Livre n.5. AGB, 1988.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GOMES, Gláucia Carvalho. A economia política do/no espaço e as (im)possibilidades do Urbano na metrópole contemporânea. Dissertação (mestrado). Belo Horizonte. IGC/UFMG, 2006.

GOMES, Gláucia Carvalho. A (Re) produção social do espaço de Belo Horizonte e de sua região metropolitana no contexto da modernização urbano-industrial de Minas Gerais. Soc. & Nat., Uberlândia, ano 24 n.2, 197-210, maio/agosto. 2012a.

GOMES, Gláucia Carvalho. A inscrição da produção do espaço na valorização do valor: reflexões acerca da (re)produção socioespacial contemporânea de Belo Horizonte. Tese (Doutorado). Belo Horizonte, UFMG/IGC, 2012b.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (organizadores). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GROSSI, Yonne de Souza. Belo Horizonte: qual pólis? *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p.12-24, 1997. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1666/1769>>. Acesso em: 07 fev. 2011.

GUIMARÃES, Ronaldo. Parque Municipal. Belo Horizonte: Conceito, 2005. (BH. A cidade de cada um, 6). 80 p.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2003. 129 p.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005. 251 p.

HARVEY, David. París, capital de la modernidad. Madrid: Ediciones Akal, S.A, 2008.

HENRIQUES, Eduardo Brito. Cultura e território, das políticas às intervenções. Estudo geográfico do patrimônio histórico-arquitetónico e da sua vanguarda. Lisboa, 2003.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 316 p.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HORTA, Célio Augusto da. Origens espaciais e históricas de Belo Horizonte. In: BH Verso e Reverso. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 1996.

HOTEL SOLAR DO ROSÁRIO. Disponível em:
<[http://www.hotelsolardorosario.com
/blog/ouro-preto/](http://www.hotelsolardorosario.com/blog/ouro-preto/)>. Acesso em: 01 out. 2012.

IGLESIAS, Francisco. Trajetória e significado de Belo Horizonte. In: Memória da Economia da Cidade de Belo Horizonte. BH 90 anos. (Monteiro Corrêa Promotores Associados LTDA). Iniciativa Cultural Empresas BMG. 1987.

INVENTÁRIO SUMÁRIO DO DOSSIÊ DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APURAR AS CAUSAS SOBRE O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA PAMPULHA. 1936-1956. Belo Horizonte, dezembro de 2001.

Disponível: file:///C:/Users/Mariana/Downloads/inv%20%20ac00_dossi%C3%AA%20barragem%20da%20papulha.pdf

JUNIOR, Donato Mello. *A Casa dos Contos de Ouro Preto*. In: Coisas da Arquitetura, 9 agosto 2010. Disponível em:
<[http://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2010/08
/09/a-casa-dos-contos-de-ouro-preto/](http://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2010/08/09/a-casa-dos-contos-de-ouro-preto/)>. Acesso em: 01 out. 2012.

KUBISTSCHEK, Juscelino. Meu caminho para Brasília: a escalada política, Rio de Janeiro, Bloch, v.2. 1976.

LEFEBVRE, Henri. Urbain. Tradução de Margarida Maria de Andrade. Título original: *Le retour de la dialectique: douze mots clefs pour le monde moderne*. Paris, Messidor/Éditions Sociales, p. 159-173, 1986.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 2. ed. São Paulo: Moraes, 2001. 145 p.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Tradução de Sérgio Martins. Título original: *La revolution urbaine*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 178 p.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l' espace*. 4° éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LEMOS, Celina Borges. *Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado) Departamento de Sociologia e Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988a.

LEMOS, Celina Borges. A cidade republicana: Belo Horizonte, 1897/1930. In: . In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG/IAB, 1998.

LE VEN, Michel Marie. As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914). In: BH Verso e Reverso. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 1996.

LOBATO, Paulo Henrique. Primeiro arranha-céu de BH vai ser transformado em um hotel até 2014. Estado de Minas. 12 janeiro 2011. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2011/01/12/internas_economia,203189/primeiro-arranha-ceu-de-bh-vai-ser-transformado-em-um-hotel-ate-2014.shtml>. Acesso em: 01 out. 2012.

LOSEKANN, Silvana. MG – Conheça a história da edificação de e onde se via toda BH. Defender. Defesa Civil do Patrimônio Histórico. 12 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.defender.org.br/mg-conheca-a-historia-da-edificacao-de-e-onde-se-via-toda-bh/>>. Acesso em: 01 out. 2012.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n° 17, p. 95-105, 2005. Disponível: <http://www.geografia.ffe.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp17/Artigo6_Maria.pdf>. Acesso em: 01 out. 2012.

MAGNI, Teodoro. *O direito ao patrimônio em Belo Horizonte: a institucionalização das práticas e a proteção do bairro Floresta*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Gestão das cidades, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte 2012.

MARCOS, Samuel. Antiga sede da Fazenda do Leitão – Hoje Museu Hist. Abílio Barreto. Disponível em : <<http://www.panoramio.com/photo/42132682>>. Acesso em: 01 out. 2012.

MARICATO, Erminia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Sergio. Crítica à economia política do espaço In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (orgs). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. 220 p.

MARTINS, Sérgio. O urbanismo. Esse (des)conhecido saber político. R. B. Estudos Urbanos e Regionais N. 3/Outubro 2000.

MARX Karl; ENGELS, F. Manifesto Comunista. Boitempo Editorial, São Paulo, 2007.

Memória da Economia da Cidade de Belo Horizonte. BH 90 anos. 1987.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. Belo Horizonte: a metrópole segregada. In: In: MENDONÇA, Jupira Gomes; GODINHO, Maria Helena de Lacerda (Org.). *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

MENDONÇA, Jupira Gomes; PERPÉTUO, Ignez Helena Olivia. A metrópole belo-horizontina em expansão: periferização da riqueza ou polarização social? In: COSTA, Heloísa Soares de Moura (organizadora). *Novas Periferias Metropolitanas – A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís (coord.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: Cedeplar/PBH, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Belo Horizonte, Capital de Minas, século XXI. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 18, p.467-486, set. 1997. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/18p467.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2011.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. *Revista Paraense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 111, p. 09-18, jul-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20281.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ideologias geográficas. São Paulo: Annablume, 2005

MUMFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MUNAIER, Felipe Carneiro; REZENDE, Marco Antônio Penido de; LANA JUNIOR, Mário Cléber Martins. As transformações na cidade de Belo Horizonte e a perda dos lugares de memória: a feira permanente de amostras (1936-1965). II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Belo Horizonte: 2013.

NERY, Juliana Cardoso. Configurações da metrópole moderna – os arranha-céus de Belo Horizonte 1940/1960. Salvador, dezembro de 2001. Dissertação (mestrado).

NEVES, Natalia Hunstock. Cassinos brasileiros e sua relação com o turismo: do glamour das roletas à clandestinidade. Trabalho de Conclusão de Curso. Turismo. Universidade Federal Fluminense, 2009.

NORONHA, Carlos Roberto. Área central de Belo Horizonte: arqueologia do Edifício Vertical e Espaço Urbano Construído. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte, Escola de Arquitetura, 1999.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. O movimento de favelas de Belo Horizonte. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PASSOS, Luiz Mauro do Carmo. Edifícios de apartamentos: formações e transformações tipológicas na arquitetura da cidade. Belo Horizonte, 1939 – 1976. Ap Cultural, Belo Horizonte: 1998.

PAULA, João Antonio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 162 p.

PAULA, João Antonio de. Memória e esquecimento, Belo Horizonte e Canudos: encontros e estranhamentos. *Varia historia*, Belo Horizonte, n° 18, Set/1997, p. 43-57.

PENNA, Lincoln de Abreu. República brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999a.

PENNA, Alícia Duarte. D. Belo Horizonte: um espaço infiel. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 18, p. 101-121, 1997. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/18p101.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2011.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Imigração italiana e desenvolvimento em Minas Gerais. 2007.

http://www.ponteentreculturas.com.br/media/textos_palestras/imigracao_italiana_e_desenvolvimento_em_Minas_Gerais_Ligia_Maria_Leite_Pereira.pdf.

Último acesso: 20/06/2014

PIDNER, Flora Sousa. Diálogos entre ciência e saberes locais: dificuldades e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

PLAMBEL. Diretrizes de estruturação urbana da RMBH. Belo Horizonte: Plambel, v.1, 1982.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PRATS, L. *Antropología y patrimonio*. Barcelona, Ariel, 2004.

PREFEITURA DE BELLO HORIZONTE, 1909. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

PREFEITURA DE BELLO HORIZONTE. Lei de Uso e Ocupação do solo. Disponível: www.pbh.gov.br , Último acesso: dezembro/2012.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO (2002).

RABÊLO, José Maria. Belo Horizonte: do arraial à metrópole – 300 anos de história. Belo Horizonte: Editora Graphar, 2013.

RAIELD, Elias. *BH Nostalgia: Imagens Antigas em Alta Resolução de Belo Horizonte*. 5 jul. 2010. Disponível em: <<http://bhnostalgia.blogspot.com.br/2010/07/palacio-da-liberdade-o-palacio-da.html>>. Acesso em: 01 out. 2012.

RAIELD, Elias. Empresa de Correios e Telégrafos. *BH Nostalgia: Imagens Antigas em Alta Resolução de Belo Horizonte*. 4 nov. 2010. Disponível em: <<http://bhnostalgia.blogspot.com.br/2010/11/empresa-de-correios-e-telegrafos-este.html>>. Acesso em: 01 out. 2012.

RAIELD, Elias. Cine Metrópole. *BH Nostalgia: Imagens Antigas em Alta Resolução de Belo Horizonte*. 29 outubro 2008. Disponível em: <http://bhnostalgia.blogspot.com.br/2008_10_01_archive.html>. Acesso em: 01 out. 2012.

RAIELD, Elias. Vista do Centro. *BH Nostalgia: Imagens Antigas em Alta Resolução de Belo Horizonte*. 13 setembro 2010. Disponível em: <http://bhnostalgia.blogspot.com.br/2010_09_01_archive.html>. Acesso em: 01 out. 2012.

RESENDE, Pedro Henrique de Mendonça. Contratempos da modernização: a cidade monumentalizada em meio à metrópole. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA – SIMPURB, 12, 2011, Belo Horizonte. Ciência e Utopia. Belo Horizonte: 2011. Disponível em: <<http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/40fe593f935b9858169f44ee9efe8e08.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2012.

RESENDE, Pedro Henrique de Mendonça. Fantasmagorias na metrópole: ensaios críticos a partir do circuito cultural Praça da Liberdade em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2014.

RODRIGUES, Henrique; SIMÕES, Josane Guerra; ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. Entre a iniciativa e a fabricação: a construção da modernidade tardia em Minas Gerais. In: MIRANDA, Walder Melo (organizador). Narrativas da Modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SACONI, Rose. Como era São Paulo sem o edifício Martinelli, 2013. <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-era-sao-paulo-sem-o-edificio-martinelli,9083,0.htm> Último acesso: 12/07/2014.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2010. 555 p.

SANTOS, Luís Alberto Brandão. Saber de Pedra – o livro das estátuas. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002a. 384 p.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2002b. 285 p.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SCIFONI, Simone. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. *GEOUSP – Espaço e tempo*, São Paulo, n°14, 2003. Disponível: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp14/Geousp_14_Scifoni.htm>. Acesso em: 01 out. 2012.

SILVA, Paulo Henrique. Há 30 anos, Belo Horizonte perdia o tradicional Cine Metrôpole. 2013. <http://www.hojeemdia.com.br/almanaque/ha-30-anos-belo-horizonte-perdia-o-tradicional-cine-metropole-1.122515> Último acesso: 02/10/2013

SEABRA, Odete. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. In: Cidades. V.1, n.2, 2004.

SERBINENKO, Robert. Belotur. *Parque Municipal Américo Renné Giannetti*. In: Belo Horizonte: A cidade que conquista. Disponível em:

<<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/local/atrativos-turisticos/culturais-lazer/parque-municipal-americo-reneegiannetti>>. Acesso em: 01 out. 2012.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAES, Fernando A (organizador). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Preservação do patrimônio cultural em cidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SKYSCRAPERLIFE. *Edifício Banespa/SP vs. Edifício Acaiaca/BH*. 2009. Disponível em: <<http://www.skyscraperlife.com/city-vs-city-br/20393-ed-banespa-sp-vs-ed-acaiaca-bh.html>>. Acesso em: 20 out. 2012.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, N° 21, pp. 15-31, 2007.

SOMEKH, Nadia. A cidade vertical e o urbanismo modernizador. São Paulo 1920 – 1939. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324 p.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1994.

SOUZA, Eneida Maria de. Imagens da modernidade. In: SOUZA, Eneida Maria de. (Organizadora). Modernidades tardias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998a.

SOUZA, Renato César José de. A arquitetura em Belo Horizonte nas décadas de 40 e 50: Utopias e transgressões. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG/IAB, 1998b.

SOUZA, Eneida Maria de. Olhares do cidadão. In: Juscelino, prefeito. 1940-1945. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. Abril, 2002.

SOUZA, Renata Guimarães Vieira de. A expansão urbana da região metropolitana de Belo Horizonte e suas implicações para a redistribuição espacial da população: o caso do município de Nova Lima – 1991/2000. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2005.

SOUZA, Joseane de. A expansão urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso específico do município de Ribeirão das Neves. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2008.

SOUZA, Rafael de Freitas e. In: Revista de História, 1 jul. 2012. *O preço do risco: A mineração no Brasil gerou riquezas, mas provocou a morte de muitos índios, bandeirantes e africanos.* Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/o-preco-do-risco>>. Acesso em: 01 out. 2012.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (orgs). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. 220 p.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. Juscelino Prefeito. In: Juscelino, prefeito. 1940-1945. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. Abril, 2002.

TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 192 p.

VALLE, Marcos do. O verbo e a prancheta. 2002.

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/01.001/3256>. Último acesso: 16/09/2014.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. *Habitus*. Goiânia, v. 4, n.1, p. 437-454, jan/jun. 2006.

VIEGAS, Maria Ivanice de Andrade. Consonâncias e dissonâncias da grande sinfonia: os sentidos e conteúdos da vida urbana nos acordes da metrópole contemporânea – o orfeão da Pampulha. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

VILELA, Nice Marçal. *Hipercentro de Belo Horizonte: movimentos e transformações espaciais recentes*. Dissertação (Mestrado – Organização do Espaço) Programa de Pós-Graduação em Geografia – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.